



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

Mensagem nº 121, de 2010-CN (nº 531, de 2010, na origem)

PROJETO DE LEI Nº 59, DE 2010-CN

“Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2011.”

Mensagem Presidencial

ANO LXV – SUP.AO Nº 138 – QUARTA-FEIRA, 1º DE SETEMBRO DE 2010 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE		3º SECRETÁRIO
José Sarney - (PMDB-AP)		Mão Santa - (PSC-PI)
1º VICE-PRESIDENTE		4ª SECRETÁRIA
Marconi Perillo - (PSDB-GO)		Patrícia Saboya - (PDT-CE)
2ª VICE-PRESIDENTE		
Serys Silhessarenko - (PT-MT)		SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO		1º - César Borges - (PR-BA)
Heráclito Fortes - (DEM-PI)		2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
2º SECRETÁRIO		3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
João Vicente Claudino - (PTB-PI)		4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇA

Maioria (PMDB/PP) - 18 Líder Renan Calheiros - PMDB Vice-Líderes Almeida Lima (12) Valdir Raupp (5) Regis Fichtner (15) Francisco Dornelles Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior Líder do PMDB - 17 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima (12) Valter Pereira Leomar Quintanilha (4,6,7,9) Neuto De Conto (16) Líder do PP - 1 Francisco Dornelles	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 18 Líder Aloizio Mercadante - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 9 Aloizio Mercadante Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns (3) Líder do PR - 4 João Ribeiro Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda	Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) - 29 Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner (11) João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana Líder do PSDB - 16 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes Líder do DEM - 13 Antonio Carlos Júnior (14) Vice-Líderes do DEM Jayme Campos (2,8) Rosalba Ciarlini Efraim Morais
PTB - 7 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma PDT - 6 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Acir Gurgacz	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL PV - 1 Líder Marina Silva - PV PSC - 1 Líder Mão Santa - PSC	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Gim Argello Romeu Tuma

Notas:

- Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
- Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
- Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
- Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.
- Senador Jayme Campos retornou ao exercício do mandato em 03.01.10, após encerrar a licença de 130 dias requerida a partir de 26.08.09.
- Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
- Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
- Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010, conforme Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 4 de maio de 2010.
- Senador Almeida Lima indicado para a 1ª vaga de Vice-Líder do Bloco da Maioria (OF. GLPMDB nº 86/2010, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de junho de 2010).
- Senador Paulo Duque deixou o exercício do mandato em virtude do retorno do titular, Senador Regis Fichtner, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010.
- Senador Antonio Carlos Júnior passou a exercer a Liderança do Democratas, interinamente, enquanto perdurar o afastamento do Senador José Agripino, nos termos do Ofício publicado em 8.7.2010.
- Senador Regis Fichtner indicado para a 3ª vaga de Vice-Líder do Bloco da Maioria (OF. GLPMDB nº 114/2010, lido na sessão deliberativa ordinária de 2 de agosto de 2010).
- Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 5 de agosto de 2010.

EXPEDIENTE

Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

ORÇAMENTOS DA UNIÃO
EXERCÍCIO FINANCEIRO 2011
PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA

Mensagem Presidencial

Brasília, DF
2010

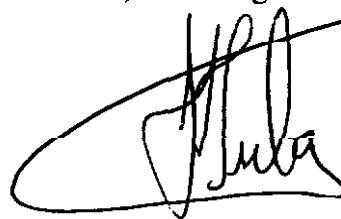
MENSAGEM Nº 121, DE 2010-CN

Mensagem nº 531

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011”.

Brasília, 31 de agosto de 2010.

A handwritten signature in black ink, appearing to be "Dilma", is written over a large, sweeping horizontal line that extends across the right side of the page.



Mensagem Presidencial

Projeto de Lei Orçamentária

2011



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

ORÇAMENTOS DA UNIÃO
EXERCÍCIO FINANCEIRO 2011
PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA

Mensagem Presidencial

Brasília, DF
2010

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Orçamento Federal - SOF
SEPN 516, Bloco "D" Lote 08
70770-524 - Brasília, DF
Telefone: (61) 2020 2000

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Secretaria de Orçamento Federal.

Orçamentos da União exercício financeiro 2011:
projeto de lei orçamentária. - Brasília, 2010.
6v. em 8.

Conteúdo: Mensagem presidencial - v.1 Texto do projeto de lei, quadros orçamentários consolidados, detalhamento da receita, legislação da receita e da despesa - v. 2 Consolidação dos programas de governo - v.3 Detalhamento das ações: Órgãos do Poder Legislativo, Tribunal de Contas da União, Órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público da União - v. 4 t. 1-2 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Executivo, Presidência da República e ministérios (exceto MEC) - v. 5 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Executivo, Ministério da Educação - v.6 Orçamento de Investimento: quadros orçamentários consolidados, detalhamento de programação, detalhamento das ações.

1. Orçamento Federal. 2. Proposta Orçamentária.
3. Projeto de Lei 2011. I. Título.

CDU: 336.14:354(81)"2011"
CDD: 351.72205

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Dec. n. 1.825,
de 20 de dezembro de 1907.

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Brasília - DF

Sumário

Lista de Abreviaturas e Siglas	7
I – Resumo da Política Econômica do Governo	19
A Política Econômica do Governo Pós-Crise Internacional	21
Projeções Macroeconômicas para 2010 e 2011.....	30
Gestão da Política Fiscal e Cenário para 2011	31
A Gestão da Dívida Pública	38
II – Políticas Setoriais de Desenvolvimento	41
Agricultura e Agronegócio	43
Desenvolvimento Agrário	47
Indústria, Tecnologia e Comércio Exterior	50
Infraestrutura Econômica.....	56
Turismo	74
Pesca e Aquicultura	76
III – Políticas Sociais	79
Desigualdade de Renda e Pobreza	81
Previdência Social	86
Assistência Social	88
Segurança Alimentar e Nutricional	91
Emprego e Renda.....	93
Educação	96
Saúde.....	101
Cultura	105
Esporte	108
Direitos Humanos, Cidadania, Justiça e Política Indigenista	110
Inclusão de Jovens.....	118
IV – Política Externa e Soberania.....	121
Relações Exteriores.....	123
Defesa.....	125
V – Segurança Pública.....	129
Segurança Pública	131
VI - Políticas de Recursos Humanos	135
Democratização das Relações de Trabalho	137
Gestão da Força de Trabalho: Recomposição e Formação de Quadros de Pessoal do Poder Executivo Federal.....	143
VII – Avaliação das Necessidades de Financiamento	147
Metodologia de Cálculo do Resultado Primário e Nominal dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e Parâmetros Utilizados	149
Metodologia de Cálculo do Resultado Primário das Empresas Estatais Federais	156

Receita Orçamentária.....	158
Pessoal e Encargos Sociais	160
Sistemas Previdenciários.....	161
VIII – Agências Financeiras Oficiais de Fomento (Instituições Financeiras)	167
Aplicações em Operações de Crédito.....	169
Investimentos no Ativo Imobilizado.....	170
Anexo	
Demonstrativo Sintético do Programa de Dispêndios Globais das Empresas Estatais	171
Empresas do Setor Produtivo.....	173
Empresas do Setor Financeiro.....	205

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

a.a. - ao ano

AEB - Agência Espacial Brasileira

AFD - Assentamento Funcional Digital

AGU - Advocacia-Geral da União

ANA - Agência Nacional de Águas

ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil

Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações

Ancine - Agência Nacional do Cinema

Aneel - Agência Nacional de Energia Elétrica

ANP - Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis

Antaq - Agência Nacional de Transportes Aquaviários

APS - Agência da Previdência Social

Assec/MP - Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento

Ater - Assistência Técnica e Extensão Rural

Bacen - Banco Central do Brasil

Basa - Banco da Amazônia

BB - Banco do Brasil

BNB - Banco do Nordeste

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BPC - Benefício de Prestação Continuada

Bric - Brasil, Rússia, Índia e China

BRTs - Sistemas de Ônibus Rápidos

Caged - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Caricom - Comunidade do Caribe

CBERS - Programa Sino-Brasileiro de Satélites de Recursos Terrestres

CCC - Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis

CCOPAB - Centro Conjunto de Operações de Paz no Brasil

CCPs - Centros Comunitários de Produção

CDB - Convenção sobre Diversidade Biológica

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDFMM - Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante
CDI - Conselhos de Direito do Idoso
CEF - Caixa Econômica Federal
CedocPrev - Centros de Documentação Previdenciária
Ceitec - Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada
CEO - Centros de Especialidade Odontológica
CGASS - Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor
CISSP - Comissão interna de Saúde do Servidor por Local de Trabalho
Cide – Combustíveis - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
CNARH - Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos
CNDs - Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social
CNEM - Comissão Nacional de Energia Nuclear
CMN - Conselho Monetário Nacional
CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais
CNJ - Conselho Nacional de Justiça
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Codefat - Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
Cofins - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
Copom - Comitê de Política Monetária do Banco Central
Cras - Centros de Referência da Assistência Social
Creas - Centros de Referência Especializados de Assistência Social
Crema - Programa de Contrato de Restauração e Manutenção
C,T&I - Ciência Tecnologia e Inovação
CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social
CVT - Centros Vocacionais Tecnológicos
DCTA - Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
Denatran - Departamento Nacional de Trânsito
Depen - Departamento Penitenciário Nacional
DLSP - Dívida Líquida do Setor Público
DPF - Dívida Pública Federal

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DPFe - Dívida Pública Federal externa

DPMFi - Dívida Pública Mobiliária Federal interna

DST - Doenças Sexualmente Transmissíveis

EACF - Estação Antártica Comandante Ferraz

EC - Emenda Constitucional

EDN - Estratégia Nacional de Defesa

EJA - Educação de Jovens e Adultos

Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica

Emgea - Empresa Gestora de Ativos

Encomex - Encontros de Comércio Exterior

END - Estratégia Nacional de Defesa

ESB - Equipe de Saúde Bucal

FAB - Força Aérea Brasileira

FAR - Fundo de Arrendamento Residencial

FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador

FCO - Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste

FDS - Fundo de Desenvolvimento Social

FED - Federal Reserve

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

Fies - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

Fifa - Fédération Internationale de Football Association

Finep - Financiadora de Estudos e Projetos

Finame - Agência Especial de Financiamento Industrial

FMM - Fundo da Marinha Mercante

FNC - Fundo Nacional da Cultura

FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

FNHIS - Fundo de Habitação de Interesse Social

FNO - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

FNSP - Fundo Nacional de Segurança Pública

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FPM - Fundo de Participação dos Municípios

FSA - Fundo Setorial do Audiovisual

Funai - Fundação Nacional do Índio

Funasa - Fundação Nacional de Saúde

Funarte - Fundação Nacional de Artes

Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

Funpen - Fundo Penitenciário Nacional

Funttel - Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações

Gesac - Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão

GNL - Gás Natural Liquefeito

GPM-BR - Satélite do Programa Internacional de Medidas de Precipitação

Ibas - Índia, Brasil e África do Sul

Ideb - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IED - Investimentos Estrangeiros Diretos

IFI - Instituto de Fomento Industrial

IGD - Índice de Gestão Descentralizada

IGP-DI - Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna

Infopen - Sistema Integrado de Informações Penitenciárias

INB - Indústrias Nucleares do Brasil

INCTs - Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia

Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Infraero - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor

Inpe - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial

INSS - Instituto Nacional de Seguro Social

IOF - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros

Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados

ISI - Institute for Scientific Information

ITR - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural

Loas - Lei Orgânica da Assistência Social

LT - Linha de Transmissão

Mapa - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Mapsar - Satélite de Sensoriamento Remoto com Imageador Radar

MB - Marinha do Brasil

MCidades - Ministério das Cidades

MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia

MD - Ministério da Defesa

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MDL - Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

ME - Ministério do Esporte

Mercosul - Mercado Comum do Sul

MF - Ministério da Fazenda

MinC - Ministério da Cultura

Minustah - Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti

MJ - Ministério da Justiça

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MME - Ministério de Minas e Energia

MP - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura

MPEs - Micro e Pequenas Empresas Exportadoras

MPF - Ministério Público Federal

MPS - Ministérios da Previdência Social

MPT - Ministério Público do Trabalho

MPU - Ministério Público da União

MRE - Ministério das Relações Exteriores

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

MS - Ministério da Saúde

MT - Ministério dos Transportes

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

MTur - Ministério do Turismo

MVA - Mega Volt-Ampère

NFSP - Necessidade de Financiamento do Setor Público

Obmep - Olimpíada Brasileira de Matemática nas Escolas Públicas

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONU - Organização das Nações Unidas

p.p.- pontos percentuais

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

Pacti - Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação

PAF - Plano Anual de Financiamento

PAR - Plano de Ação Articulada

PASS - Política de Atenção à Saúde do Servidor

PBF - Programa Bolsa Família

PCD - Pessoa com Deficiência

PCN - Programa Calha Norte

PDB - Política de Desenvolvimento da Biotecnologia

PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PDEE - Plano Decenal de Expansão de Energia

PDG - Programa de Dispendios Globais

P&D - Pesquisa e Desenvolvimento

PD&I - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

PEA - População Economicamente Ativa

Pemaer - Plano Estratégico Militar da Aeronáutica

PET - Programa de Educação Tutorial

Peti - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Petrobras - Petróleo Brasileiro

PEX - Plano de Expansão da Rede de Atendimento da Previdência Social

PGPAF - Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar

PIB - Produto Interno Bruto

Planar - Plano de Ações Articuladas

PLDO - Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias

PLO - Projeto de Lei Orçamentária

Ploa - Projeto de Lei Orçamentária Anual

PMCMV - Programa Minha Casa, Minha Vida

PME - Pesquisa Mensal do Emprego

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Pnae - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAE - Programa Nacional de Atividades Espaciais

Pnaes - Programa Nacional de Assistência Estudantil

Pnate - Programa de Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica

PNBL - Plano Nacional de Banda Larga

PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário

PND - Programa Nacional de Dragagem

PNDH - Programa Nacional de Direitos Humanos

PNDP - Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal

PNI - Programa Nacional de Imunização

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático

PNLT - Programa Nacional de Logística e Transportes

PNMC - Plano Nacional sobre Mudança do Clima

PNPB - Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel

PNQ - Plano Nacional de Qualificação

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PNSP - Plano Nacional de Segurança Pública

PPCDAM - Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal

PPCerrado - Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e de Queimadas no Cerrado

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PQSP - Programa de Qualificação Social e Profissional

Previc - Superintendência Nacional de Previdência Complementar

Proagro - Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

Proantar - Programa Antártico Brasileiro

Prodetur - Programa de Desenvolvimento do Turismo

Proeja - O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

Proesf - Programa de Expansão e Consolidação da Saúde da Família

Proex - Programa de Financiamento às Exportações

Proext - Programa de Extensão Universitária

Profaa - Programa de Auxílio a Aeroportos

Proinfa - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica

Proinfra - Programa de Apoio à Infraestrutura Institucional de Ciência e Tecnologia

ProJovem - Programa Nacional de Inclusão de Jovens

Proger Rural - Programa de Geração de Emprego e Renda Rural

Programa ABC - Programa Agricultura de Baixo Carbono

Prominp - Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural

Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Pronamp - Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural

Pronasci - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

PRO-REG - Programa de Regulamentação do Governo Federal

Prosub - Programa de Desenvolvimento de Submarinos

Protejo - Proteção de Jovens em Território Vulnerável

Psan - Política de Segurança Alimentar e Nutricional

PSB - Proteção Social Básica

PSI - Plano de Sustentação de Investimento

PSS - Plano de Seguridade do Servidor Público

Rais - Relação Anual de Informações Sociais

Rede Cicex - Rede de Centros de Informação de Comércio Exterior

Renadi - Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos dos Idosos

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Reuni - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras

RFB - Receita Federal do Brasil

RGPS - Regime Geral de Previdência Social

Rides - Regiões Integradas de Desenvolvimento

RMV - Renda Mensal Vitalícia

RNP - Rede Nacional de Ensino e Pesquisa

RPPS - Regime Próprio de Previdência Social

Rute - Rede Universitária de Telemedicina

SASS - Sistema de Atenção à Saúde do Servidor

Samu - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SBPE - Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo

SBTVD - Sistema Brasileiro de Televisão Digital

Seaf - Seguro da Agricultura Familiar

SDH - Secretaria dos Direitos Humanos

SGB - Satélite Geoestacionário Brasileiro

Selic - Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia

Senasp - Secretaria Nacional de Segurança Pública

SEP - Secretaria de Portos

SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Siape - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

Siass - Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal

Sibe - Sistema Integrado de Benefícios

Siga - Sistema de Inteligência Gerencial de Auditoria

SIN - Sistema Interligado Nacional

Sine - Sistema Nacional de Emprego

Sinesp - Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública

Sisceab - Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro

Sisvant - Sistema de Veículos Aéreos Não Tripulados

SNCT - Semana Nacional de Ciência e Tecnologia

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SNJ - Secretaria Nacional de Juventude

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SOF/MP - Secretaria de Orçamento Federal

SPE/MF - Secretaria de Política Econômica

SPM - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

SPSR - Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural

SRH/MP - Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

Suas - Sistema Único de Assistência Social

Suframa - Superintendência da Zona Franca de Manaus

SUS - Sistema Único de Saúde

Susp - Sistema Único de Segurança Pública

TAV - Trem de Alta Velocidade

TCJ - Termo de Conciliação Judicial

TCU - Tribunal de Contas da União

Telecentros BR - Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades

TIN - Telecentros de Informação e Negócios

TICs - Tecnologias de Informação e Comunicação

TMI - Torre Móvel de Integração

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo

UBS - Unidade Básicas de Saúde

UC - Unidade de Conservação

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UHE - Usinas Hidrelétricas

Unasul - União de Nações Sul-Americanas

UP - Unidade de Pesquisa

UPA - Unidade de Pronto Atendimento

URV - Unidade Real de Valor

USA - Unidade de Suporte Avançado

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

USB - Unidade de Suporte Básico

UTE - Usina Termelétrica

VLS - Veículo Lançador de Satélites



I – Resumo da Política Econômica do Governo



A Política Econômica do Governo Pós-Crise Internacional

Projeções Macroeconômicas para 2010 e 2011

Gestão da Política Fiscal e Cenário para 2011

A Gestão da Dívida Pública

A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO PÓS-CRISE INTERNACIONAL

A consolidação e a credibilidade da política econômica tornaram possível a rápida e forte recuperação da atividade econômica do País, após a adoção tempestiva de medidas anticíclicas por ocasião do recrudescimento da crise financeira internacional em 2008. A melhora nos fundamentos econômicos permite, também, por meio do PLOA de 2011, a formulação de políticas e instrumentos para dar continuidade ao crescimento sustentado da economia com redução da desigualdade.

O quadro macroeconômico favorável é resultado da consistência das diretrizes e da política econômica adotadas ao longo dos últimos anos, que visam:

- a) o equilíbrio fiscal, com melhora qualitativa na alocação das despesas e dos indicadores de endividamento do setor público (alongamento do prazo médio; redução do percentual de vencimentos no curto prazo; diminuição da parcela da dívida exposta à volatilidade de mercado, como câmbio e taxa Selic; e trajetória declinante da dívida líquida como proporção do PIB, por meio da manutenção de superávits fiscais significativos);
- b) o controle da inflação, no âmbito do regime de metas, com atuação da política monetária de forma cautelosa e oportuna, decorrente da autonomia operacional da autoridade monetária;
- c) o equilíbrio das contas externas, por meio do regime de câmbio flexível, o qual permitiu a elevação expressiva do estoque de reservas internacionais e o alcance pelo País da posição de credor externo líquido e, conseqüentemente, a queda do risco-país e a concessão do grau de investimento ao Brasil pelas principais agências de risco;
- d) a elevação da capacidade produtiva do País, com a priorização do investimento público em áreas estratégicas de infraestrutura e a adequação do ambiente de negócios de forma a incentivar o investimento privado; e
- e) a melhora na distribuição da renda e no poder de compra da população, por meio da valorização do salário mínimo e das políticas sociais de transferência de renda às famílias.

Como resultado deste conjunto de políticas, o País pode utilizar os instrumentos de política fiscal e monetária (superávit primário, taxa de juros, reservas internacionais e bancárias) para mitigar os efeitos da crise, recompondo o volume de oferta de crédito, provendo liquidez ao mercado de câmbio futuro e à vista, e minimizando a queda na atividade econômica e no investimento.

A adequada e imediata resposta do Governo aos efeitos da crise e a confiabilidade do modelo econômico adotado diminuíram a vulnerabilidade da economia brasileira ao choque externo e possibilitaram a rápida recuperação da atividade econômica. A retomada vigorosa da atividade interna possibilitou que o Governo, já em 2010, diminuísse de forma gradual as medidas anticíclicas adotadas e ampliasse o foco na aceleração dos investimentos em infraestrutura, necessários para que o País mantenha nível elevado de crescimento sustentado.

Resultados Macroeconômicos em 2009 e no 1º Semestre de 2010

O período de 2007 a 2010 deverá registrar crescimento médio próximo a 4,4%¹ ao ano, acima do observado em períodos anteriores (3,5% de 2003 a 2006 e 2,0% de 1996 a 2002). Assim, além de elevar

¹ O cálculo considera a estimativa de crescimento da PLOA/2011 (6,5% para 2010), abaixo da prevista pelo mercado (7,2%, segundo o Relatório Focus/Bacen, de 23 de julho de 2010).

o ritmo da atividade da economia, os bons fundamentos econômicos alcançados ao longo dos últimos anos permitiram que o País, mesmo após sofrer o impacto da crise financeira internacional ao final de 2008, voltasse rapidamente para essa trajetória de crescimento. Esse resultado decorre, também, da tempestividade e efetividade das medidas anticíclicas, adotadas para compensar a retração do crédito privado, sustentar a liquidez do mercado cambial e preservar a atividade econômica e o investimento.

O ambiente macroeconômico do início de 2009 ao final do primeiro semestre de 2010 pode ser dividido em duas fases. Na primeira, a economia, colhendo os resultados das medidas de estímulo adotadas pelo Governo, estava se recuperando dos efeitos da crise internacional, utilizando a capacidade instalada no País. Por sua vez, na segunda fase, a atividade, tendo retornado ao nível anterior à crise, continuava aquecida, com maior crescimento da demanda em relação ao da oferta. Isso levou o Governo Federal a retirar gradualmente os incentivos ao consumo (tributários e de liquidez) e, visando elevar a capacidade de produção da economia, a reforçar e agilizar a execução de programas de investimento público e a ampliar o crédito ao investimento privado. As duas fases têm periodicidade diferente, conforme o setor ou a atividade considerada, mas, na média, a primeira foi observada nos três primeiros trimestres de 2009, e a segunda, a partir do quarto trimestre de 2009.

Assim, logo no primeiro trimestre de 2009, apesar de a economia ter se retraído (-1,5% ante o trimestre anterior na série do PIB com ajuste sazonal), alguns sinais de recuperação já eram observados, como a elevação acumulada de 7,4% nas vendas do varejo ante o mesmo período do ano anterior e a retomada da produção industrial de alguns bens (a exemplo de veículos automotores). Esta melhora na atividade interna se fortaleceu e se disseminou por todos os setores, sendo que, a partir do segundo trimestre de 2009, o produto interno bruto já apresentou crescimento ante o trimestre anterior, com aceleração a partir de então: 1,5%, 2,2% e 2,3%, respectivamente no segundo, terceiro e quarto trimestres de 2009, e 2,7% no primeiro trimestre de 2010.

A demanda doméstica foi a indutora do crescimento em 2009 e no primeiro trimestre de 2010 (Tabela 1). O consumo das famílias foi menos afetado pela crise, devido aos estímulos tributários concedidos e à elevação da renda real disponível, em função da manutenção da estabilidade dos preços, do crescimento da massa salarial real (taxa anual média de 5,5%, de 2006 a 2009²), do crédito (taxa anual média de 20,3% para o crédito às pessoas físicas³, de 2006 a 2009, em termos reais) e das transferências de renda às famílias (Bolsa Família, Loas e outros). Por sua vez, o consumo do governo, que costuma ter comportamento estável, sendo menos suscetível a choques, também contribuiu positivamente para o crescimento da demanda doméstica. Ressalta-se que a venda de bens duráveis, mais dependentes da oferta de crédito, diminuiu fortemente após setembro de 2008, como a venda de veículos (-16,6% até novembro de 2008), de móveis e eletrodomésticos (-10,2% até dezembro de 2008) e de insumos para a construção civil (-14,4% até janeiro de 2010). Com a recuperação no crédito e as desonerações tributárias direcionadas para setores fortemente afetados pela crise, esses setores já ultrapassaram o nível pré-crise e têm apresentado forte dinamismo (variação de 17,0% no acumulado do ano até maio, ante mesmo período de 2009, nas vendas de veículos e insumos para a construção civil e de 21,3% em móveis e eletrodomésticos).

O outro item da demanda doméstica, o investimento (formação bruta de capital fixo), voltou a crescer a partir do segundo trimestre de 2009 ante o trimestre anterior, quando as expectativas dos empresários começaram a melhorar, e intensificou o ritmo a partir do terceiro trimestre de 2009, indicando otimismo com relação ao futuro da economia. Ante mesmo período de 2009, a variação de dois dígitos da produção de bens de capital e de insumos típicos da construção civil no acumulado dos dois primeiros

² Os dados do mercado de trabalho se referem à PME do IBGE para seis regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre. Considerou-se como massa salarial a massa de rendimento habitual.

³ Operações de crédito totais, livre e direcionado, do sistema financeiro (não inclui o rural e o imobiliário).

meses do segundo trimestre de 2010 indica continuidade desse comportamento, o que é essencial para ampliar a capacidade produtiva do País e elevar o potencial de crescimento sem gerar pressões inflacionárias.

Entre as medidas adotadas pelo Governo para incentivar a retomada do investimento, ressaltam-se as desonerações tributárias para a produção de bens de capital e a linha de crédito do PSI do BNDES, com menor taxa de juros para máquinas e equipamentos⁴. O sucesso do Programa pode ser mensurado, entre outros fatores, pelo aumento nos empréstimos do Finame, que quadruplicaram a partir do início do PSI, passando de uma média diária de R\$ 66,1 milhões, em julho de 2009, para R\$ 210,8 milhões, em maio de 2010.

Também cabe destacar a maior celeridade das obras do PAC, devido ao aumento de projetos já em fase de execução (o valor pago no acumulado em 12 meses até junho de 2010 cresceu 88% em relação ao mesmo período até junho de 2009), assim como a elaboração da continuidade do Programa (PAC 2: 2011-2014). A segunda fase compreende projetos de infraestrutura que visam: melhorar a qualidade de vida em grandes aglomerações urbanas; aumentar a cobertura de serviços públicos nos bairros populares; reduzir o déficit habitacional; universalizar o acesso à água e à energia elétrica; consolidar e ampliar a rede logística; garantir suprimento de energia, baseado em fontes renováveis e limpas; e ampliar a produção de petróleo e gás no âmbito do Pré-sal. Nesses projetos, também estão compreendidos alguns dos principais investimentos para a Copa das Confederações de 2013, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, como a construção e/ou reforma de estádios de futebol e de aeroportos e a implantação de projetos de mobilidade urbana.

Desse modo, como a demanda doméstica se recuperou de forma mais forte e rápida do que a demanda do resto do mundo, houve maior crescimento das importações de bens e serviços em relação ao das exportações.

Tabela 1 – Produto Interno Bruto – PIB

Setor de Atividade	Variação acumulada (%)				Variação ante o mesmo período do ano anterior (%)		
	2007	2008	2009	2010 ¹	3º trim. 2009	4º trim. 2009	1º trim. 2010
PIB	6,1	5,1	-0,2	2,4	-1,2	4,3	9,0
Oferta							
Agropecuária	5,2	5,7	-5,2	-3,3	-9,0	-4,6	5,1
Indústria	5,2	4,4	-5,5	0,0	-6,9	4,0	14,6
Serviços	6,1	4,8	2,6	3,6	2,1	4,6	5,9
Demanda							
Consumo das famílias	6,1	7,0	4,1	6,0	3,9	7,7	9,3
Consumo do Governo	5,1	1,6	3,7	3,1	1,6	4,9	2,0
Formação Bruta Capital Fixo	13,9	13,4	-9,9	-1,5	-12,5	3,6	26,0
Exportações	6,2	-0,6	-10,3	-4,2	-10,1	-4,5	14,5
Importações (-)	19,9	18,0	-11,4	-0,4	-15,8	2,5	39,5

¹ Acumulado em quatro trimestres até o 1º trimestre de 2010 em relação ao acumulado em quatro trimestres até o 1º trimestre de 2009.

Fonte: IBGE.

Elaboração: Assec/MP.

Pelo lado da oferta, no setor industrial, as medidas adotadas pelo Governo foram vitais para a recuperação, pois permitiram que as empresas ajustassem rapidamente os estoques e retomassem a produção. Dessa forma, após o forte recuo verificado no último trimestre de 2008 (-21,0% no acumulado até dezembro na

⁴ Taxa de juros de 4,5% até 30/06/2010 e 5,5% a partir dessa data.

série com ajuste sazonal⁵), a produção industrial voltou a crescer, já tendo, em 2010, ultrapassado o patamar pré-crise (setembro de 2008). No ano de 2009 e nos cinco primeiros meses de 2010, o crescimento no setor decorreu da expansão de 23,9% na indústria de transformação e de 26,4% na indústria extrativa. Na indústria de transformação, entre os ramos com elevado dinamismo no período, encontram-se os que, após serem fortemente afetados pela crise, foram beneficiados por desonerações tributárias – como o automotivo, o da construção civil, o dos eletrodomésticos de linha branca e o dos bens de capital – e pela implementação ou ampliação de Programas (como o Minha Casa, Minha Vida, e outros). Por sua vez, na indústria extrativa, a produção de petróleo e gás continuou a crescer, a despeito da crise internacional, enquanto a extração de minerais, após forte recuo, tornou a se elevar em 2009, com ênfase no minério de ferro, que voltou a ser mais demandado pelas economias emergentes em expansão.

O setor agropecuário também sofreu forte retração em 2009 (-5,2% ante 2008), mas já apresenta recuperação nos dados do primeiro trimestre de 2010 (5,1% ante mesmo período do ano anterior). A retração se deveu, principalmente, à queda do rendimento de culturas importantes, devido a condições climáticas adversas, à menor área plantada de milho e ao recuo na produção pecuária, tendo em vista os estoques internos elevados, em 2008, a menor demanda mundial por alimentos e biocombustíveis, em 2009, e a queda nos preços das *commodities* (exceto cana-de-açúcar). Por outro lado, em 2010, além da melhora gradual na demanda (interna e externa) por produtos agropecuários, as condições climáticas têm sido favoráveis, elevando o rendimento previsto da maioria das culturas e, consequentemente, a produção estimada para o ano. Dessa forma, o crescimento previsto da safra de grãos em 2010 deverá recuperar o patamar recorde alcançado em 2008. Todos os itens levantados de produção pecuária registraram elevação no primeiro trimestre de 2010 ante o mesmo período do ano anterior.

Por sua vez, o setor de serviços, sustentado pelo consumo das famílias e do governo, foi menos afetado pela crise internacional, com variação positiva na margem em todos os trimestres de 2009 e no primeiro trimestre de 2010 (Tabela 1).

Quanto ao mercado de trabalho, este é normalmente afetado com defasagem por alterações na atividade econômica. No entanto, tanto no acirramento da crise quanto na recuperação, a magnitude e a rapidez das mudanças das expectativas de crescimento anteciparam o contágio. Quando as perspectivas de recessão mundial se aprofundaram no último trimestre de 2008, observou-se diminuição da jornada de trabalho, férias coletivas e demissões. Por outro lado, com a tempestiva resposta do Governo, ainda em 2009, quando as expectativas de recuperação do mercado doméstico começaram a se elevar, as empresas voltaram a contratar, tendo a população ocupada apresentado crescimento de 0,7% na média do ano de 2009, movimento que se intensificou no primeiro semestre de 2010. Assim, enquanto na maioria dos países houve diminuição na quantidade de trabalhadores em 2009, no Brasil, houve geração de novas vagas de trabalho. A taxa de desemprego média, em 2009, continuou em baixo patamar (8,1%), ligeiramente superior ao menor nível da série observado em 2008 (7,9%). E o primeiro semestre de 2010 vem apresentando as menores taxas já observadas na série.

No que concerne ao rendimento real⁶, este, beneficiado pelo controle da inflação e pela política de valorização do salário mínimo, mostrou resiliência, com elevação em época de crise e em cenário de alta temporária dos preços no início de 2010 (cresceu 2,4% em 2009 e 1,7% no primeiro semestre de 2010, ambas as variações ante mesmo período do ano anterior). Houve, também, maior crescimento nas faixas dos trabalhadores com menor rendimento, melhorando a distribuição da renda, em consonância com o já observado nos anos anteriores. Em junho de 2010, o rendimento real médio cresceu 3,4% ante mesmo mês do ano anterior, enquanto os trabalhadores do quartil de menor renda tiveram aumento real no rendimento de 10,8%.

⁵ Dados se referem à Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física do IBGE.

⁶ Rendimento habitual real da PME/IBGE.

O crescimento da população ocupada e do rendimento real permitiu que a massa salarial apresentasse aumento em todo o período (4,0% em 2009 e 5,3% no primeiro semestre de 2010, ambas as variações ante mesmo período do ano anterior), comportamento determinante para a rápida recuperação da demanda doméstica.

Adicionalmente, nos últimos anos, o cenário de maior crescimento econômico, conjugado à implementação de um conjunto de reformas microeconômicas⁷, resultou em trajetória contínua de aumento da formalização do emprego, que alcançou patamar histórico de 60,5% de trabalhadores com carteira assinada em proporção da população ocupada no setor privado em junho de 2010. Além dos benefícios sociais para o trabalhador e da elevação da efetividade de instrumentos de política social (seguro-desemprego e previdência), como medida de estímulo à economia (ao aumentar a sua abrangência), a formalização no mercado de trabalho tem elevado a arrecadação previdenciária, contribuindo para o equilíbrio fiscal corrente do Governo Federal.

Setor Externo

O cenário de recessão na economia mundial, com contágio em períodos diferentes (2007 em alguns países e setembro de 2008 no resto do mundo), provocou ajuste nas contas externas, com piora nas transações correntes, cujo saldo passou de superavitário (0,1% do PIB), em 2007, para deficitário, a partir de 2008 (-1,7% do PIB, ao final de 2008, e -2,1% em junho de 2010, dados acumulados em 12 meses). Não obstante, o fluxo de capitais tem possibilitado o financiamento do balanço de pagamentos e a continuidade da acumulação de reservas internacionais.

O déficit em transações correntes está sendo gerado por forte remessa de lucro e dividendos, pelo crescimento no déficit de viagens internacionais e, principalmente, pelo menor saldo no comércio de bens. Em 2009, apesar da menor lucratividade, o elevado estoque de investimento estrangeiro no País possibilitou manter elevada a remessa de recursos de subsidiárias de empresas estrangeiras no Brasil às matrizes (no exterior) em dificuldades financeiras. Ademais, a queda na demanda mundial reduziu os termos de troca do País (recoo no preço das *commodities*) e a corrente de comércio, com retração mais forte no *quantum* importado do que no exportado. No entanto, como esperado em regime de câmbio flexível, a desvalorização do real no período restringiu uma maior deterioração do saldo da balança comercial. Em 2010, com o aquecimento da demanda interna, o *quantum* importado passou a crescer em ritmo acelerado (42,1% no acumulado do ano até junho ante mesmo período de 2009), diminuindo ainda mais o saldo comercial. Por outro lado, suavizando a piora neste saldo, as exportações e os termos de troca voltaram a crescer, embora em menor ritmo, beneficiados pela melhora dos preços das *commodities*.

Em 2009 e no primeiro semestre de 2010, o déficit em conta corrente foi financiado com tranquilidade pelo elevado fluxo de capitais estrangeiros, direto e em carteira. Quanto ao IED, a entrada de recursos diminuiu com a crise, mas permaneceu relevante (US\$ 25,9 bilhões em 2009, Tabela 2). Em 2010, apesar da melhora nas perspectivas de crescimento mundial e da atratividade do País, tendo em vista os seus bons fundamentos econômicos e as expectativas de expansão acima da média mundial, a entrada

⁷ Por exemplo, o fim da cumulatividade do Cofins em 2003, a transferência da cobrança e da fiscalização das contribuições ao INSS para a Receita Federal, em 2005, a instituição do Super Simples, em 2007, a possibilidade de o empregador doméstico abater do Imposto Renda a contribuição patronal à Previdência Social a partir de 2007 e o enquadramento do Empreendedor Individual no Simples Nacional a partir de meados de 2009. Essas medidas contribuíram para impulsionar a formalização, ao permitir que empresas contabilizassem créditos tributários de fornecedores; ao aumentar o controle do fisco sobre sonegações tributárias; e ao simplificar e/ou reduzir o pagamento de tributos por parte das pequenas e médias empresas que aderiram ao Super Simples, dos empregadores de trabalhadores domésticos e dos empreendedores individuais.

de IED ainda está próxima ao patamar de 2009. Um dos motivos do menor volume em IED tem sido a redução do fluxo de investimento direto proveniente de países influenciados pela Crise Fiscal da Zona do Euro, como Espanha e Alemanha.

Tabela 2 – Dados Selecionados do Setor Externo (US\$ bilhões)

Discriminação	2007	2008	2009	2010 ¹
Conta-Corrente	1,6	-28,2	-24,3	-40,9
Balança Comercial	40,0	24,8	25,3	19,3
Exportações	160,6	197,9	153,0	172,2
Importações	-120,6	-173,1	-127,7	-153,0
Serviços e Rendas	-42,5	-57,3	-52,9	-63,4
Lucros e Dividendos	-22,4	-33,9	-25,2	-29,3
Demais	-20,1	-23,4	-27,7	-34,1
Transferências Unilaterais	4,0	4,2	3,3	3,3
Investimento Estrangeiro Direto	34,6	45,1	25,9	26,1
Investimento Estrangeiro em Carteira	48,1	-0,8	46,2	65,9
Outros Capitais ²	3,2	-13,1	-1,2	0,9
Reservas Internacionais Líquidas	180,3	206,8	239,1	253,1

¹ Acumulado em 12 meses, até junho de 2010.

² Inclui erros e omissões e financiamento compensatório.

Fonte: Bacen.

Elaboração: Assec/MP.

Por sua vez, o investimento estrangeiro em carteira foi mais do que suficiente para fazer frente ao déficit em conta-corrente. É verdade que, após o acirramento da crise financeira, à medida que os efeitos se disseminavam – elevando a aversão ao risco e a procura por ativos considerados seguros (como títulos do tesouro americano), em detrimento de investimentos nas economias emergentes, e tornando o crédito externo escasso e mais caro – o fluxo em carteira de estrangeiros (ações e renda fixa) ficou negativo, assim como caíram os empréstimos para financiar o comércio exterior e as empresas com dívida externa com vencimento em 2009. No entanto, já em março de 2009, foi interrompida a saída recorrente de investimento estrangeiro em carteira, passando o País a receber elevados fluxos de recursos, US\$ 46,2 bilhões em 2009 (80% em ações e o restante em títulos), dos quais se destacam os provenientes do lançamento de ações de empresa de cartão de crédito e da subsidiária brasileira de banco espanhol. Em 2010, apesar da volatilidade no mercado de ações verificada em maio e junho, devido à crise fiscal na Zona do Euro, o fluxo em carteira continua forte (US\$ 23,2 bilhões até junho).

A oferta de crédito em moeda estrangeira também melhorou ao longo de 2009. Em abril, cessou a necessidade de o Bacen prover linha de crédito aos exportadores. Por sua vez, quanto ao crédito externo às empresas, estas aos poucos voltaram a elevar o montante tomado de empréstimos de médio e longo prazo no mercado externo (com taxa de rolagem de 35% no último bimestre de 2008 e de 59% nos três primeiros trimestres de 2009). A partir do último trimestre, as empresas passaram não só a renovar todos os seus débitos, como elevaram seu financiamento externo (taxa de rolagem de 111% no 4º trimestre de 2009 e de 204% até junho de 2010).

Neste período, o País conseguiu sustentar o bom desempenho dos indicadores de solvência externa, como a manutenção da posição de credor externo líquido adquirida ao final de 2007. Assim, após o acirramento da crise internacional, apesar de os ativos externos terem caído (reservas internacionais), o volume de passivos externos também diminuiu (pois as empresas não renovaram parte dos seus débitos). Por sua vez, quando o endividamento das empresas voltou a se elevar, o mesmo ocorreu com as reservas internacionais, com o Bacen comprando dólares no mercado à vista e mantendo a posição de credor externo líquido do País.

Desse modo, a melhora dos fundamentos macroeconômicos, o elevado nível das reservas internacionais, a manutenção da posição de credor externo líquido, a redução dos títulos indexados a câmbio na composição da dívida interna, entre outros indicadores, diminuíram a percepção de risco por parte dos investidores em relação ao Brasil e criaram as condições para a rápida normalização da entrada de capitais estrangeiros. Apesar de o agravamento da crise ter elevado o risco das economias emergentes, o Brasil apresentou nível e trajetória de risco melhor do que a média do grupo, retornando ao patamar pré-crise ao final de 2009 (Embi+ de 92 pontos) e sendo considerado *investment grade* pelas três principais agências de risco. A necessidade de intervenções do Bacen no mercado de câmbio, com vistas a normalizar a oferta de dólar no mercado à vista e futuro, durou poucos meses, tendo as reservas internacionais retornado ao patamar pré-crise no fim do primeiro semestre de 2009, perfazendo novos recordes históricos desde então (US\$ 253,1 bilhões, em junho de 2010). O fluxo de investimento estrangeiro direto se manteve significativo, embora em patamar menor do que em anos anteriores; enquanto o investimento estrangeiro em carteira e o crédito externo para empresas se elevaram ao longo de 2009 e continuaram fortes em 2010. Desse modo, com o setor externo brasileiro menos vulnerável a choques externos e com a expectativa positiva em relação à manutenção de ingresso de capitais, o real voltou a valorizar-se.

Políticas Monetária, Creditícia e Cambial

A acumulação de reservas internacionais, o sistema de metas de inflação e o regime de câmbio flutuante possibilitaram ao Bacen, pela primeira vez, implementar política monetária contracíclica diante de uma crise internacional, eliminando a vulnerabilidade externa que abortava os ciclos de expansão econômica.

Dessa forma, o comportamento da autoridade monetária ao longo de 2009 e no primeiro semestre de 2010 pode ser dividido em dois períodos. No primeiro, em 2009, a política monetária foi expansiva, tendo em vista o cenário pós-acirramento da crise internacional, caracterizado por: a) queda abrupta no preço das *commodities*; b) menor demanda interna e externa; c) expectativas de inflação convergindo para patamar abaixo do centro da meta; d) intensa retração da liquidez, com arrefecimento das concessões de crédito; e, e) restrições à captação de recursos no mercado de capitais e no exterior.

Nesse contexto, o Bacen reduziu a taxa Selic e, de forma a assegurar a manutenção de condições adequadas de liquidez no sistema financeiro, diminuiu alíquotas dos depósitos compulsórios, elevou os valores a deduzir das exigibilidades, alterou a remuneração dos recolhimentos e mudou as regras da aquisição de ativos de instituições financeiras de pequeno e médio portes. De forma complementar, o Governo Federal criou mecanismos para ampliar a atuação dos bancos públicos, compensando a retração dos bancos privados e evitando a falta de crédito para micro e pequenas empresas e para a compra de bens duráveis pelas famílias. A taxa Selic foi reduzida em 5,0 pontos percentuais, atingindo, em julho de 2009, o menor patamar da série, 8,75%. Em setembro de 2009, o Copom optou por não alterar a taxa básica de juros, considerando que o ritmo da atividade registrava recuperação acentuada e que a trajetória dos preços, embora mostrasse dinâmica consistente com a meta de inflação, passava a ser influenciada por pressões de demanda.

No segundo período, em 2010, a política monetária passou a ser restritiva. Com o aumento da inflação, tanto corrente quanto esperada, e com a expansão robusta da demanda doméstica, o Bacen iniciou processo de restrição da liquidez, visando restabelecer seu nível adequado no sistema financeiro, e voltou a elevar a Meta Selic. Desse modo, aumentou, de forma gradual, as alíquotas de recolhimento compulsório sobre recursos a prazo e as de recolhimento referente às exigibilidades adicionais dos depósitos à vista e a prazo, assim como elevou em 2,0 pontos percentuais a taxa Selic no período de abril a julho de 2010, a qual atingiu 10,75% a.a. Cabe mencionar que, na última

reunião do Copom, em julho, o aumento da Meta Selic foi menor, tendo em vista sinais de redução da taxa de inflação em junho e julho e de arrefecimento na atividade interna, segundo indicadores do segundo trimestre de 2010.

Quanto ao crédito, a sua disponibilidade para as famílias – favorecida pela estabilidade macroeconômica e por avanços institucionais – vem se constituindo, em conjunto com o aumento da massa salarial, no elemento fundamental para o aumento do consumo privado nos últimos anos. Os agregados de moeda e crédito seguem refletindo o cenário de aceleração da atividade econômica e de superação dos efeitos decorrentes da crise financeira internacional. A expansão monetária passou a apresentar crescimento mais expressivo já nos últimos meses de 2009, sobretudo na comparação interanual, tendo em vista a recuperação das operações no mercado de crédito, e manteve essa tendência no primeiro semestre de 2010.

No decorrer de 2009, as operações de crédito do sistema financeiro se caracterizaram pelo restabelecimento gradual da trajetória de expansão observada antes do acirramento da crise financeira internacional. A retomada das condições favoráveis do mercado de crédito foi impulsionada pelas medidas monetárias e fiscais de caráter anticíclico adotadas pelo Governo Federal em resposta ao quadro restritivo observado nos últimos meses de 2008, com ênfase nos impactos dos empréstimos em moeda estrangeira, destinados a assegurar sustentação à atividade exportadora, e na liberação de recolhimentos compulsórios, com vistas a prover liquidez em moeda doméstica no mercado interbancário.

A expansão do crédito consolidou-se, em especial, a partir do segundo semestre de 2009, impulsionada, inicialmente, pelas contratações de pessoas físicas, com destaque para a aceleração dos empréstimos consignados em folha de pagamento e dos financiamentos para aquisição de veículos. Esse comportamento esteve condicionado à evolução favorável dos indicadores do mercado de trabalho e ao declínio das taxas de juros, que atingiram os menores valores históricos em distintas modalidades.

Por outro lado, o desempenho menos expressivo das operações de crédito no segmento de pessoas jurídicas refletiu o processo de ajuste de estoques, o menor dinamismo da demanda das pequenas e médias empresas e a tendência ainda crescente das taxas de inadimplência, ao contrário da estabilidade observada no segmento de pessoas físicas. No entanto, a partir do terceiro trimestre de 2009, intensificaram-se os financiamentos com recursos domésticos, condicionados pelo desempenho positivo da atividade econômica. Além disso, a retomada das operações de mercado de capitais passou a contribuir decisivamente para a descompressão das condições financeiras com que se defrontavam as empresas.

Nesse contexto, o saldo total das operações de crédito do sistema financeiro atingiu R\$ 1.529,0 bilhões em junho de 2010 (Tabela 3), representando elevação de 24,6% ante dezembro de 2008. Esse volume correspondeu a 45,7% do PIB, comparativamente ao patamar de 40,8% registrado ao final de 2008. Desde 2009, as operações com recursos direcionados tiveram desempenho mais expressivo (40,1% frente a dezembro de 2008), com destaque para os financiamentos ao setor produtivo concedidos pelo BNDES e para o crédito habitacional. Os empréstimos com recursos livres também evoluíram positivamente, impulsionados pelo crédito às famílias e pelas operações baseadas em recursos domésticos destinadas a pessoas jurídicas, totalizando R\$ 1.017,4 bilhões em junho de 2010, com aumento de 16,8% ante dezembro de 2008.

Tabela 3 – Crédito por Origem de Recursos (R\$ bilhões)

Discriminação	2008	2009	2010 ¹	Variação %		
				2009/2008	2010/2009	2010/2008
Total	1.227,3	1.414,3	1.529,0	15,2	8,1	24,6
Recursos Livres	871,2	954,5	1.017,4	9,6	6,6	16,8
Recursos Direcionados	356,1	459,8	511,6	29,1	11,3	43,7
BNDES	209,3	283,0	312,9	35,3	10,5	49,5
Participação %						
Total/PIB	40,8	45,0	45,7			
Rec. Livres/PIB	29,0	30,4	30,4			
Rec. Direcionados/PIB	11,9	14,6	15,3			
BNDES/PIB	7,0	9,0	9,4			

¹ Dados de junho de 2010.

Fonte: Bacen.

Elaboração: Assec/MP.

No que diz respeito ao mercado de câmbio, o regime de câmbio flutuante no Brasil revelou ser fundamental para amortecer choques externos, ao permitir que os preços relativos se ajustassem rapidamente e ao contribuir para minimizar o impacto sobre a renda e o emprego. A recuperação registrada pela economia mundial ocorreu em intensidade mais vigorosa do que a inicialmente prevista e em ambiente de elevada liquidez e de redução da aversão ao risco. Nesse cenário, em que os fluxos de capitais externos voltaram a ser direcionados às economias emergentes, o mercado de câmbio registrou ingressos líquidos de US\$ 28,7 bilhões em 2009, revertendo o resultado negativo do ano anterior, quando o movimento de “fuga para qualidade”, associado ao agravamento da crise mundial, levou a saídas líquidas de US\$ 983,0 milhões. No primeiro semestre de 2010, o mercado de câmbio contratado apresentou superávit de US\$ 3,4 bilhões, ante US\$ 2,7 bilhões em igual período do ano anterior.

Com o acirramento da crise internacional e a redução do crédito externo, o Bacen modificou a atuação no mercado de câmbio de forma a minimizar a volatilidade cambial e, em alguns casos, suprir a falta de crédito para a exportação. Passou a vender dólar no mercado à vista (US\$ 14,5 bilhões, de outubro de 2008 a fevereiro de 2009) e nas modalidades de linhas com cláusulas de recompra e de empréstimos em moeda estrangeira, principalmente aos exportadores (US\$ 13 bilhões nos últimos quatro meses de 2008). Além dessas medidas, o Bacen vendeu US\$ 32,4 bilhões em *swaps* cambiais e assinou acordo com o FED estabelecendo linha de troca de reais por dólares no montante de US\$ 30,0 bilhões.

Essas medidas possibilitaram a redução da volatilidade do câmbio e a recuperação das reservas internacionais que voltaram rapidamente a crescer, atingindo R\$ 253,1 bilhões em julho de 2010. As intervenções do Bacen passaram de venda líquida de dólares, de novembro de 2008 a fevereiro de 2009, para compra líquida, a partir de março de 2009, com retorno das linhas de recompra e de empréstimos e com compras no mercado à vista (total de US\$ 24,0 bilhões em 2009 e de US\$ 14,1 bilhões até junho de 2010).

A política monetária continuará sendo pautada pelo regime de metas para a inflação, com o objetivo de manter a estabilidade monetária e o crescimento sustentado da economia, buscando conservar os ganhos obtidos e consolidados desde a adoção do regime, como a preservação do poder de compra da moeda, a melhoria do horizonte de previsão e planejamento dos agentes econômicos, a diminuição dos prêmios de risco e, conseqüentemente, da taxa real de retorno necessária para atrair investimentos.

PROJEÇÕES MACROECONÔMICAS PARA 2010 E 2011

As políticas econômicas que foram implementadas nos últimos anos, particularmente as que se encontram consolidadas nos programas de investimento público e de incentivo ao investimento privado, assim como os dados sobre a economia brasileira disponíveis até o mês de junho de 2010, permitem que se projete evolução positiva para os principais indicadores macroeconômicos do País para o ano de 2010 e criam base sólida para a sua continuidade em 2011. As projeções dos principais indicadores macroeconômicos para o período pressupõem, ainda, em linha com o previsto pelo mercado e por instituições internacionais, cenário sem a ocorrência de choques adversos que afetem substancialmente a economia brasileira e com elevação paulatina na produção mundial (em maior ritmo nas economias emergentes que nas desenvolvidas).

Com base nesse cenário, a proposta orçamentária para o exercício de 2011 adota os seguintes parâmetros (Tabela 4):

Tabela 4 – Projeção das Variáveis Macroeconômicas

Discriminação	Observado 2009	Projeção ¹ 2010	LDO 2011	Projeção ¹ 2011
PIB: Variação % anual	-0,2	6,5	5,5	5,5
IPCA: Variação % acumulada no ano	4,31	5,2	4,5	4,5
Taxa de Câmbio R\$/US\$: média anual	2,00	1,80	1,88	1,84
Taxa Selic (% ao ano): média anual	9,93	9,60	8,71	10,71

¹ Projeções para 2010 e 2011, segundo dados disponíveis, expectativas de mercado e parâmetros atualizados à época de elaboração do PLOA.

Fonte: SPE/MF.

Elaboração: Assec/MP.

Para 2010, a variação esperada do produto interno é positiva e elevada (6,5%), tendo em vista a acentuada recuperação da atividade econômica. A capacidade produtiva disponível, resultado da expansão dos investimentos nos últimos anos, e a demanda interna robusta, decorrente da ampliação do mercado consumidor do País e do aumento no rendimento médio real dos trabalhadores, permitirão que se mantenha alta taxa de crescimento real do PIB em 2011, esperada em 5,5%.

A taxa de inflação deverá permanecer próxima ao centro da meta fixada pelo CMN⁸ e não devem ocorrer modificações significativas na área cambial, dada a perspectiva de fluxo de capital positivo para o País e de entrada líquida de investimentos estrangeiros diretos em volume mais do que suficiente para financiar o déficit em conta corrente. Espera-se, ainda, estabilidade na taxa básica de juros a partir do segundo semestre de 2010, a qual deverá permanecer no patamar de 10,75% a.a. Esta manutenção da taxa considera que as medidas restritivas de política monetária e fiscal adotadas pelo Governo até meados de 2010 e a maturação dos investimentos realizados nos últimos anos criaram as condições necessárias para que o crescimento em 2011 possa ocorrer sem pressões inflacionárias.

⁸ Conforme estabeleceram resoluções do Conselho Monetário Nacional, o centro da meta para a inflação firmada para 2009, 2010 e 2011 é de 4,5% ao ano, com intervalo de tolerância de 2 p.p., acima ou abaixo.

GESTÃO DA POLÍTICA FISCAL E CENÁRIO PARA 2011

A política fiscal empreendida entre os anos de 2003 e 2010 foi extremamente favorável à redução do endividamento público, o que possibilitou uma atuação fiscal mais ativa, em 2009, sem comprometer a sustentabilidade fiscal de longo prazo. Durante esse período, a política fiscal teve como foco o estímulo ao investimento privado, inclusive via recuperação do investimento público em infraestrutura logística, energética, de estímulo à redução do déficit habitacional e de melhoria das condições de vida da população. Além disso, foi estimulado o aumento do consumo de massa, em especial por meio do aumento das transferências de renda às famílias carentes e da política de valorização do salário mínimo, como meio de reduzir as desigualdades sociais.

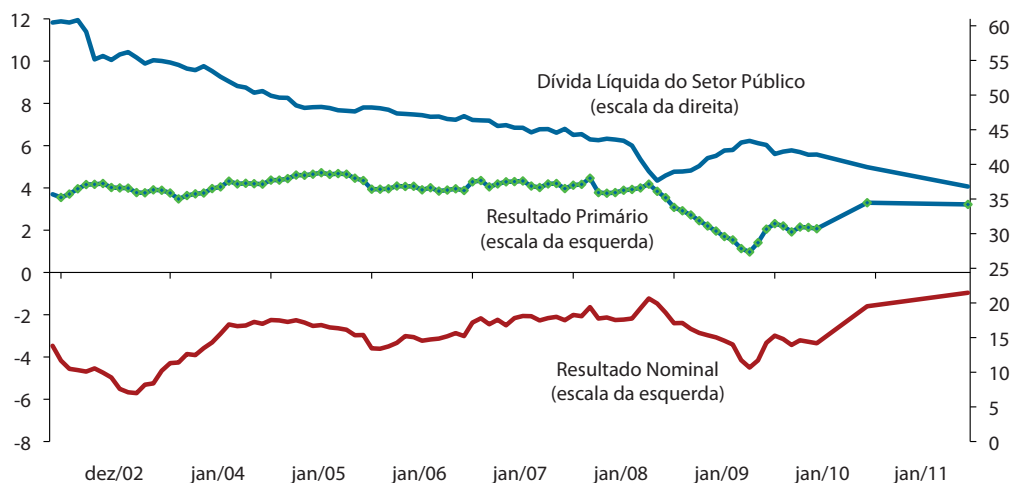
A crise financeira internacional encontrou a economia brasileira com fundamentos sólidos: inflação sob controle, PIB em expansão, baixo endividamento externo, dívida pública decrescente e fluxo positivo de investimentos estrangeiros. Embora a economia tenha tido crescimento negativo ao encerrar o ano de 2009 (queda real de 0,2% do PIB), já era possível visualizar os sinais de um novo ciclo de crescimento a partir de julho de 2009, impulsionados pelas políticas que visavam sustentar a demanda agregada.

Dentre os componentes da demanda agregada, cabe destacar o papel do investimento como um dos eixos de sustentação de um novo processo de desenvolvimento que se delineou a partir de 2007. Desde esse período, a participação do Investimento no PIB tem sido crescente, tendo apresentado recuo apenas quando a economia foi atingida pela crise mundial e sofreu desaceleração. A recuperação ocorrida ao longo de 2009 deu-se a partir dos seguintes incentivos do Governo: a) continuidade da política de expansão do crédito via bancos estatais, que passou de 9,8% do PIB em dezembro de 2003 para 18,9% do PIB em maio de 2010; b) sustentação da demanda interna, decorrente da política de recuperação do salário mínimo e de ampliação dos gastos sociais; c) desonerações tributárias concedidas a setores produtivos específicos e para faixas de renda com capacidade de consumo; e d) crescimento dos investimentos do Governo central e das estatais federais. A política fiscal adotada pelo Governo conseguiu mitigar as incertezas quanto ao cenário da economia doméstica, fortalecendo as expectativas favoráveis dos empresários em relação à demanda futura e estimulando a retomada dos investimentos privados.

A Política Fiscal dos Últimos Anos

Os expressivos superávits primários alcançados desde 2003 são resultado de uma política fiscal cujo objetivo central é garantir a estabilidade econômica, com reversão da trajetória de crescimento da DLSP/PIB. Nesse sentido, a DLSP tem apresentado trajetória declinante desde 2003, apesar da pequena reversão em 2009, conforme mostrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Dívida Líquida do Setor Público – DLSP, Resultado Primário e Nominal, de 2001 a 2010¹ (% do PIB – fluxos acumulados em 12 meses)



¹ Os dados observados excluem Petrobras. Dados observados até junho de 2010; projeções para dezembro de 2010 e dezembro de 2011 = PLOA 2011.

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Assec/MP.

Nesse período, a DLSP/PIB passou de 60,6%, em dezembro de 2002, para 41,4%, em junho de 2010, perfazendo uma redução de 19,2 p.p. Contribuíram para essa melhoria superávits primários acima de 3,3% do PIB ao ano e a redução da parcela de juros líquidos devidos sobre a dívida pública, que passou de 9,5% do PIB, em agosto de 2003, para 5,4% do PIB, em junho de 2010. O aumento do endividamento referente ao período entre dezembro de 2008 e outubro de 2009, de 5,0 p.p., deve-se, em grande medida, ao efeito da retomada dos fluxos internacionais sobre o câmbio, cuja valorização reduziu o valor dos ativos externos em moeda nacional, além do menor resultado primário apresentado, em função das políticas anticíclicas adotadas. Com a retomada do crescimento econômico, o esforço fiscal voltou ao patamar de 3,3% do PIB para os anos de 2010 e 2011. A expectativa é que, após atingir o pico de 43,4% do PIB, em outubro de 2009, a DLSP/PIB retome sua tendência declinante, caindo para 39,6% do PIB, em dezembro de 2010, e para 36,8% do PIB, em dezembro de 2011 (Tabela 5). Da mesma forma, os juros nominais deverão continuar sua trajetória de queda, perfazendo 4,9% e 4,2% do PIB, em 2010 e 2011, respectivamente, contribuindo, dessa forma, para um déficit nominal estimado de 1,6% do PIB, em 2010, e de 1,0% do PIB, em 2011.

Tabela 5 – Projeção dos Principais Resultados Fiscais* (em % PIB)¹

	Observado	Projeção ³	PLDO	Projeção ³
	2009	2010	2011	2011
Superávit Primário do Setor Público Não Financeiro	2,1	3,3	3,3	3,2
Dívida Líquida do Setor Público ²	42,8	39,6	36,7	36,8
Resultado Nominal do Setor Público	-3,3	-1,6	-0,6	-1

* Não considera a redução relativa ao PAC.

¹ Séries excluindo Petrobras.

² Projeto de PLDO 2011 pressupõe reconhecimento de passivo de 0,31% do PIB e o PLOA 2011, de 0,18%.

³ Projeções para 2010 e 2011, segundo dados disponíveis, expectativas de mercado e parâmetros atualizados à época de elaboração do PLOA.

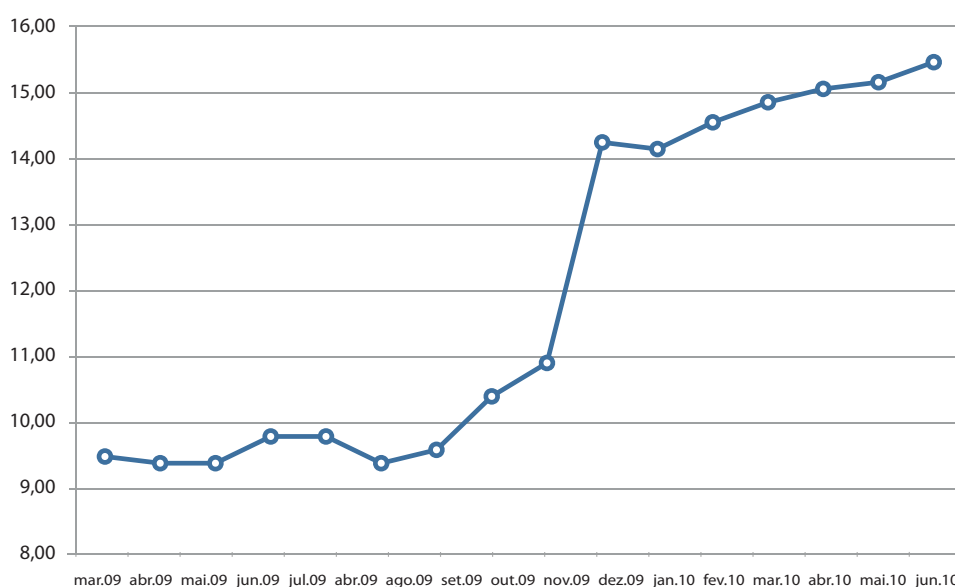
Fonte: Bacen/MF e STN/MF. Elaboração: Assec/MP.

Ampliação do Investimento Público

Mesmo antes da crise mundial, o crescimento do investimento público, proposto por meio do PAC, já vinha em processo de maturação e passou a ser um mecanismo importante de reação à crise que atingiu o País em fins de 2008. Em 2007, os investimentos do Governo central foram de R\$ 19,7 bilhões. Em 2008, esse valor subiu para R\$ 34,6 bilhões e, em 2009, alcançou R\$ 42,6 bilhões. Além disso, o Governo centrou esforços no aumento dos investimentos das estatais, sobretudo na área de energia.

Assim, mesmo durante o ambiente de forte restrição do lado da arrecadação federal – como foram o quarto trimestre de 2008 e o primeiro semestre de 2009 –, os investimentos do orçamento fiscal e da seguridade social da União mantiveram-se em trajetória de crescimento. O aumento da participação do investimento no total das despesas discricionárias pode ser visualizado no Gráfico 2: a participação passou de 9,4%, em 2009, para 15%, em junho de 2010.

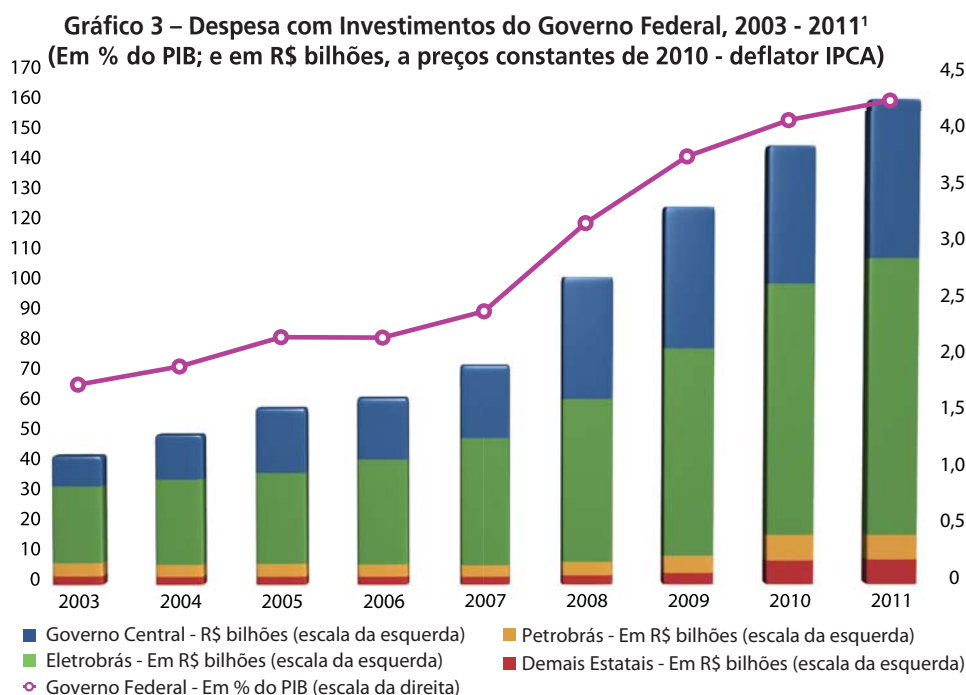
Gráfico 2 – Participação do Investimento no Total das Despesas Discricionárias¹ (em % - acumulado 12 meses)



¹ Valores de pagamento

Fonte: SOF. Elaboração: Assec/MP.

O Gráfico 3 a seguir apresenta a trajetória de crescimento dos investimentos totais do Governo Federal (Governo mais empresas estatais, inclusive bancos), que eram de R\$ 28,3 bilhões, em 2003, e deverão atingir R\$ 138,5 bilhões e R\$ 159,6 bilhões, em 2010 e 2011, respectivamente. As empresas dos grupos Eletrobras e Petrobras, juntas, representam cerca de 62% do total a ser investido pelo Governo Federal e, em 2011, deverão aumentar seus volumes de investimento em 14% em relação a 2010.



¹ Dados observados até 2009 (empenho liquidado); valores em 2010 = Decreto de Programação; valores em 2011 = PLOA 2011.
Fonte: SOF e Dest/MP. Elaboração: Assec/MP.

Assim, somando-se os investimentos realizados pelo Governo central àqueles efetuados pelas empresas estatais federais, constata-se que o peso do investimento do Governo Federal em relação ao PIB tem crescido, passando de 1,7% do PIB, em 2003, para 3,6% do PIB, em 2009, com previsão de atingir 3,9% do PIB e 4,1% do PIB, nos anos de 2010 e 2011, respectivamente. É importante que os investimentos públicos mantenham trajetória crescente, não apenas por seu papel fundamental na melhoria da qualidade do gasto público e na contribuição para o aumento da poupança do setor público, como também no estímulo ao dinamismo interno, de forma a evitar possíveis pressões negativas que podem vir de novas crises externas, como é o caso, particularmente, do momento de fragilidade da economia europeia.

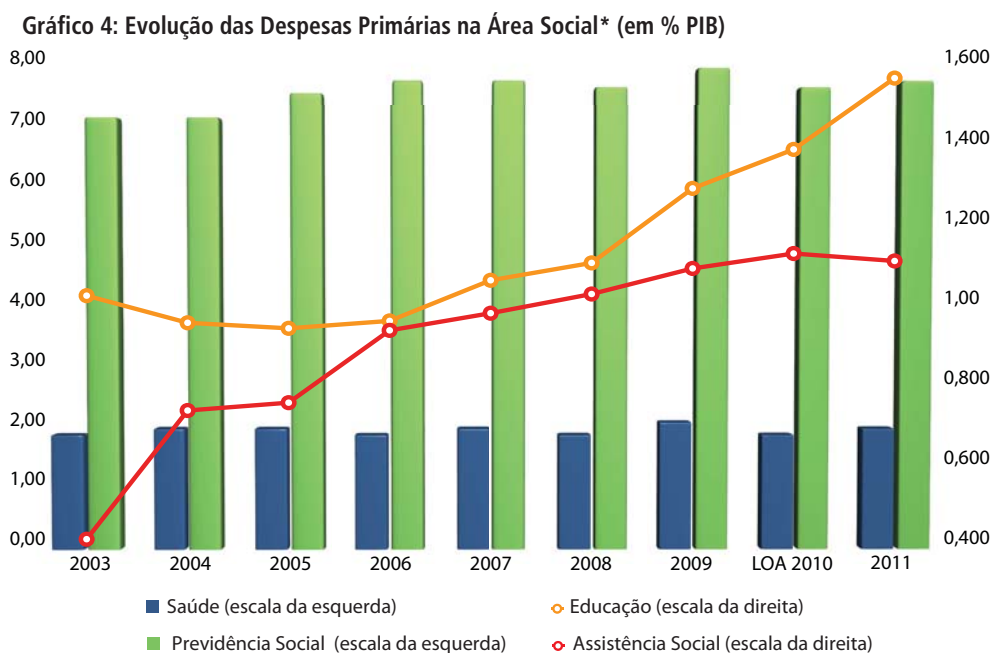
Políticas de Inclusão Social

As políticas governamentais realizadas no Brasil, desde 2003, vêm ampliando os recursos nas áreas sociais com vistas a reduzir a desigualdade social e a elevar os indicadores de desenvolvimento humano da sociedade brasileira. Em um cenário de crise, como o de 2009, os gastos sociais passam a ter ainda mais importância, pois amenizam a queda da demanda agregada e os efeitos sociais da crise, criando condições para uma recuperação mais rápida da economia.

A ampliação do universo de beneficiários atendidos pelos programas de transferência de renda e o crescimento de despesas nas áreas de saúde e educação foram importantes para amenizar o impacto da fase de baixa do ciclo econômico, ocorrida em 2009. As despesas do Governo Central com saúde, educação e previdência social passaram de 9,6% do PIB, em 2003, para 10,5% do PIB, em 2010, com previsão de atingir 10,8% do PIB, em 2011 (Gráfico 4). No caso da educação, destaca-se a criação do Fundeb, que aumentou a complementação de recursos financeiros da União para os Estados e Municípios aplicarem na educação básica, sendo R\$ 5,1 bilhões, em 2009, e R\$ 6,2 bilhões, em 2010, com previsão de R\$ 8,9 bilhões para 2011.

O seguro-desemprego e o abono salarial também tiveram expressivo crescimento, de 0,5% do PIB, em 2003, para 0,86% do PIB, em 2009. Esse comportamento é influenciado pelos reajustes do salário mínimo e pela forte formalização do mercado de trabalho observada nos últimos anos, o que contribuiu para ampliar o número de beneficiários do seguro e, portanto, tornar mais efetivo esse mecanismo anticíclico ao final de 2008 e ao longo de 2009. Para 2010, a despesa com seguro-desemprego deverá se manter praticamente estável: cerca de 0,82% do PIB. Para 2011, a projeção aponta redução para 0,77% do PIB, em função do crescimento econômico de pleno emprego previsto para o exercício.

Os gastos com assistência social também tiveram crescimento importante, a partir de 2004, tendo se elevado de 0,4% do PIB, em 2003, para 1,1% do PIB, em 2010. Os principais fatores que contribuíram para esse crescimento foram: a) valorização do salário mínimo; b) aumento da cobertura assistencial do BPC; e c) aumento da cobertura das políticas de transferência de renda, especialmente do Bolsa Família. De fato, o salário mínimo teve valorização real de 38,1% entre abril de 2002 e junho de 2010, além da antecipação da data-base, sendo que, a partir de 2010, o reajuste passou a ocorrer no mês de janeiro. Os valores investidos no BPC/RMV subiram de R\$ 6,3 bilhões, em 2003, para R\$ 22,4 bilhões, em 2010, enquanto que recursos investidos no Bolsa Família passaram de R\$ 5,3 bilhões, em 2004, para R\$ 13,1 bilhões, em 2010. Para 2011, o orçamento prevê recursos da ordem de R\$ 25,2 bilhões para os benefícios sociais do BPC e de R\$ 13,4 bilhões para o Bolsa Família.

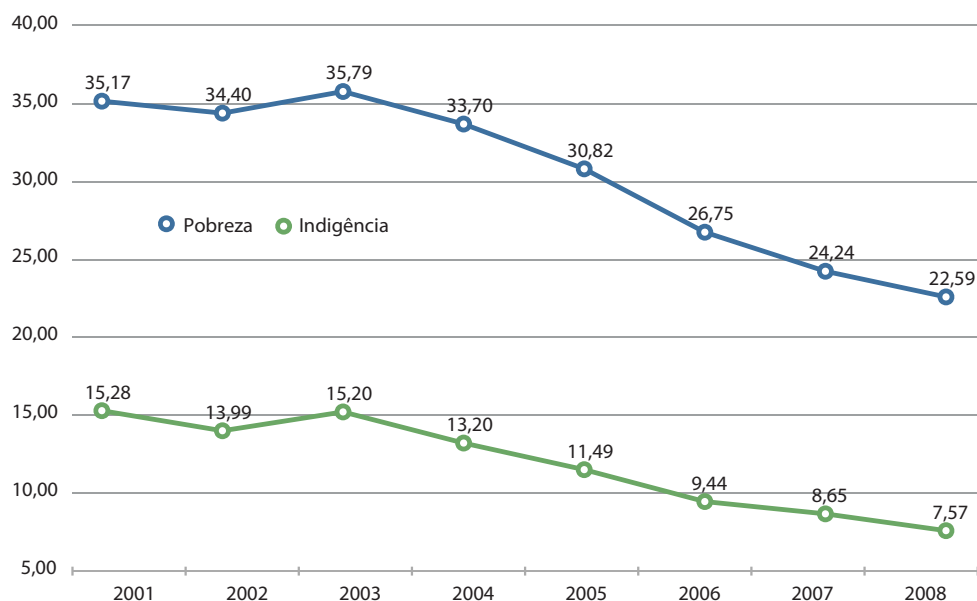


Fonte: SOF. Elaboração: Assec/MP

As políticas sociais, somadas ao crescimento econômico ocorrido nos últimos anos, contribuíram para a redução da pobreza. O Gráfico 5 mostra o percentual de pessoas com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior à linha de pobreza, definida como sendo a metade do salário mínimo, e o percentual de pessoas com renda igual ou inferior à linha de indigência ou extrema pobreza, definida como sendo um quarto do salário mínimo, entre os anos de 2001 e 2008⁹. A queda mais consistente da pobreza foi registrada após 2003, cujo percentual se encontrava em 35,8%, passando para 33,7%, em 2004, e mantendo trajetória de queda até atingir 22,6%, em 2008.

⁹ Os dados são apresentados somente para os anos em que houve a aplicação da PNAD do IBGE.

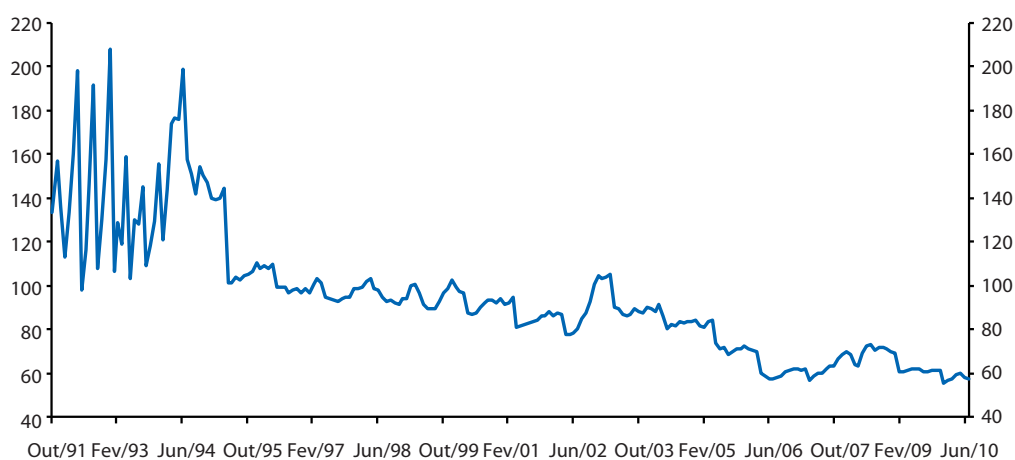
Gráfico 5 – Percentual de Pessoas com Renda Domiciliar *per capita* Inferior às Linhas de Pobreza e Indigência, Brasil: 2001 a 2008



Fonte: Ipea. Elaboração: Assec/MP.

A política de valorização do salário mínimo, associada ao controle da inflação, tem sido outra importante meta social do Governo. A inflação baixa e sob controle e os reajustes reais do salário mínimo elevaram a renda das famílias e ampliaram seu poder aquisitivo. Dessa forma, um maior número de pessoas passou a integrar o mercado de consumo e a ampliar a cesta de produtos que pode adquirir. O Gráfico 6 mostra que, desde 2003, o percentual do salário mínimo necessário para aquisição da cesta básica caiu praticamente à metade, de 104%, ao final de 2002, para 57,49%, em junho de 2010.

Gráfico 6 – Percentual do Salário Mínimo Gasto para Adquirir a Cesta Básica



Fonte: MTE, Dieese e IBGE.

Política de Desonerações Tributárias

As desonerações tributárias ocorridas em 2009 tiveram por objetivo ampliar o consumo das famílias e o investimento privado, em um cenário de desaceleração econômica.

De acordo com o Ipea, a carga tributária nacional caiu de 34,85%, em 2008, para 34,28%, em 2009, concentrada na esfera federal, mantendo-se constante a carga tributária de Estados e Municípios. A desaceleração da economia no ano de 2009 e as medidas anticíclicas de desoneração tributárias contribuíram para a queda na arrecadação, especialmente dos tributos incidentes sobre a produção e a renda (de 0,88 p.p. do PIB e 0,37 p.p. do PIB, respectivamente). No entanto, o crescimento da formalização no mercado de trabalho ao longo de 2009 e, por conseguinte, da arrecadação de tributos incidentes sobre a folha de pagamentos (principalmente contribuições previdenciárias), que tiveram crescimento de 0,65 p.p. do PIB, compensou parte da perda de arrecadação nas demais fontes de receita.

A arrecadação de estados e municípios foi sustentada, em grande medida, pelas políticas federais de enfrentamento da crise, como as que permitiram a recuperação das vendas do setor automobilístico, a partir de abril de 2009, fruto de incentivos fiscais do IPI. Dessa forma, foi possível recuperar a perda do ICMS e do IPVA, compensando perdas oriundas de partilhas de tributos federais desonerados, estabilizando, assim, a carga tributária desses entes da Federação.

Tabela 6 – Carga Tributária Bruta (em % do PIB)

Ano	2007	2008	2009
Impostos federais sobre produção	6,2	6,9	6,0
IPI	1,2	1,2	0,9
Cofins/PIS	4,8	5,0	4,7
Demais	0,3	0,7	0,5
Impostos federais sobre renda e patrimônio	8,1	7,3	6,9
IR	5,4	5,9	5,6
CSLL	1,3	1,4	1,4
Demais	1,4	0,1	0,0
Impostos e contribuições sobre a folha de pagamento	7,9	8,1	8,8
Sistema S e salário educação	0,6	0,6	0,6
FGTS e INSS	6,8	7,0	7,5
Previdência Pública	0,6	0,6	0,7
Demais tributos federais	1,2	1,2	1,3
Impostos estados e municípios	11,0	11,4	11,3
ICMS	7,1	7,5	7,4
ISS	0,7	0,8	0,8
IPVA	0,6	0,6	0,6
IPTU	0,5	0,4	0,5
Demais	2,1	2,1	2,0
Total	34,46	34,85	34,28

Fonte: Ipea; Elaboração: Assec/MP.

A GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

Os impactos da crise financeira internacional e as medidas econômicas implantadas com o intuito de superar as adversidades surgidas constituíram os principais marcos norteadores das expectativas dos agentes econômicos ao longo de 2009. As percepções com relação ao desempenho da economia brasileira evoluíram substancialmente naquele período, descolando-se de um estado permeado por incertezas, em que predominavam a aversão ao risco e as perspectivas de recessão, para uma visão de recuperação consistente, com os prêmios de risco refletindo principalmente os fundamentos de uma economia em crescimento. Essa mudança de ânimo foi acompanhada pela melhora do ambiente externo e teve repercussões diretas sobre a estrutura a termo da taxa de juros, que mostrou redução de volatilidade e maior convergência com respeito às expectativas macroeconômicas para o Brasil.

A crise financeira internacional retraiu de maneira acentuada os tradicionais canais de crédito e a riqueza no mundo, o que prejudicou a atividade econômica e o comércio exterior em nível global e favoreceu a propagação dos efeitos recessivos para diversos mercados. Com isso, o início de 2009 foi marcado por quedas nos preços de ativos, elevada aversão ao risco e volatilidade nas cotações das moedas, especialmente das economias emergentes. Nesse contexto, coube aos principais bancos centrais manter a postura flexível da política monetária iniciada no âmbito da crise com o intuito de aumentar a liquidez, motivar a atividade econômica e garantir a solvência dos sistemas financeiros. Contudo, dado o aprofundamento da crise, e o papel limitado dos estímulos monetários, os governos também recorreram a programas fiscais voltados para a estabilização financeira e estímulo ao crescimento, com o objetivo de se contrapor aos efeitos contracionistas presentes.

Conforme afirmado no PAF 2009, o gerenciamento da DPF teve como objetivo minimizar os custos de financiamento no longo prazo, respeitando-se a manutenção de níveis prudentes de risco. Adicionalmente, buscou-se contribuir para o bom funcionamento do mercado de títulos públicos. Para a consecução desse objetivo, o PAF 2009 observou as seguintes diretrizes: a) alongamento do prazo médio e redução do percentual da DPF vincendo em 12 meses; b) substituição gradual dos títulos remunerados pela taxa Selic por títulos com rentabilidade prefixada ou vinculada a índices de preços; c) aperfeiçoamento do perfil do passivo externo; d) incentivo ao desenvolvimento da estrutura a termo de taxas de juros para títulos públicos federais no mercado interno e externo; e e) ampliação da base de investidores. Em linha com essas diretrizes, mas ao mesmo tempo atento às condições financeiras vigentes no mercado de títulos públicos, o Tesouro Nacional estabeleceu no PAF 2009 um conjunto de metas para os indicadores da DPF. Tais metas foram alcançadas, com destaque para o alongamento de prazos e a redução do percentual da dívida vincendo no curto prazo (até 12 meses).

Em 2009, o estoque da DPF cresceu R\$ 100,05 bilhões, equivalente a 7,16%, passando de R\$ 1.397,34 bilhões, em dezembro de 2008, para R\$ 1.497,39 bilhões, em dezembro de 2009, valor este dentro dos limites estabelecidos pelo PAF 2009 (R\$ 1.450,0 bilhões a R\$ 1.600,0 bilhões).

Em particular, a DPMFi subiu 10,56%, fruto principalmente da combinação da apropriação de juros de R\$ 133,3 bilhões e da emissão líquida de R\$ 42,9 milhões.

Quanto ao endividamento externo, o estoque da DPFe reduziu 25,31%, passando de R\$ 132,51 bilhões, em dezembro de 2008, para R\$ 98,97 bilhões, em dezembro de 2009. Em grande parte, esse resultado se explica pela valorização do real frente ao dólar observada ao longo do ano. A citada valorização provocou aumento expressivo do estoque dos títulos denominados em reais, que, aliado à apropriação de juros no período, compensou o fato de as emissões ao longo do ano terem sido menores que os vencimentos e os resgates realizados por meio do Programa de Resgate Antecipado. Este mesmo fato foi o principal responsável pela elevação da dívida expressa em dólares, que passou de US\$ 56,7 bilhões, ao final de 2008, para US\$ 56,8 bilhões, ao final de 2009.

Entre os avanços no perfil do endividamento brasileiro nos últimos anos, percebe-se o alongamento do prazo de seus instrumentos. Em 2009, o prazo médio da DPF situou-se dentro dos limites estabelecidos pelo PAF, alcançando 3,53 anos (para limites entre 3,4 e 3,7 anos), após registrar 3,50 anos ao final de 2008.

Tabela 7 – Resultados para a Dívida Pública Federal – DPF

Indicadores	dez.06	dez.07	dez.08	dez.09	PAF-2009	
					Mínimo	Máximo
Estoque da DPF em mercado (R\$ bi)	1.237,0	1.333,8	1.397,3	1.497,4	1.450	1.600
Prazo Médio (anos)	3,0	3,3	3,5	3,5	3,4	3,7
% vincendo em 12 meses	32,4	28,2	25,4	23,6	25	29
Composição do Estoque da DPF						
Prefixado (%)	31,9	35,1	29,9	32,2	24	31
Índice de Preços (%)	19,9	24,1	26,6	26,7	26	30
Selic (%)	33,4	30,7	32,4	33,4	32	38
Câmbio (%)	12,7	8,2	9,7	6,6	7	11
TR e outros (%)	2,0	1,9	1,4	1,1	1	2

Fonte: Tesouro Nacional.

Para 2010, o Tesouro Nacional continuará a se pautar pela busca do equilíbrio entre custo e previsibilidade do serviço da DPF. Com esse objetivo, possibilita-se que o Governo Federal se financie de forma menos custosa e mais segura, contribuindo para o equilíbrio fiscal e a administração responsável dos recursos do contribuinte.

Para alcançar essa meta, as diretrizes que orientam a gestão da DPF se mantêm, sujeitas às condições de mercado, como as seguintes, conforme constantes do PAF 2010:

- aumento do prazo médio do estoque;
- suavização da estrutura de vencimentos;
- substituição gradual dos títulos remunerados pela taxa de juros Selic por títulos com rentabilidade prefixada ou vinculada a índices de preços;
- aperfeiçoamento do perfil da DPFe por meio de emissão de títulos com prazos de referência (*benchmarks*), programa de resgate antecipado e operações estruturadas;
- incentivo ao desenvolvimento da estrutura a termo de taxas de juros para títulos públicos federais nos mercados interno e externo; e
- ampliação da base de investidores.

Ressalte-se que, regra geral, a dívida prefixada proporciona maior previsibilidade no fluxo futuro de pagamentos da dívida e fornece proteção contra choques em variáveis de mercado. Por sua vez, a dívida indexada à inflação é desejável por motivos relacionados ao casamento das características financeiras dos ativos e dos passivos. Além de o Governo Federal possuir um montante expressivo de ativos financeiros indexados à inflação, o fluxo de receitas tributárias futuras do Governo, que também pode ser considerado um ativo, tende a apresentar correlação positiva com a inflação.

Como pode ser observado na tabela a seguir, os indicadores têm se mantido dentro dos limites ao longo do ano. Ao final de 2010, espera-se que o estoque da DPF situe-se entre R\$ 1,60 trilhão e R\$ 1,73 trilhão, após alcançar R\$ 1,497 trilhão em dezembro de 2009.

Tabela 8 – Resultados para a Dívida Pública Federal – DPF, maio de 2010

Indicadores	2004	2005	2006	2007	2008	2009	mai.10	Limites para 2010	
								Mínimo	Máximo
Estoque da DPF* em Mercado (R\$ bilhões)									
	1.013,9	1.157,1	1.237,0	1.333,8	1.397,0	1.497,4	1.614,4	1.600,0	1.730,0
Composição da DPF(%)									
Prefixados	16,1%	23,6%	31,9%	35,1%	29,9%	32,2%	32,3%	31,0%	37,0%
Índices de preços	11,9%	16,1%	19,9%	24,1%	26,6%	26,7%	27,2%	24,0%	28,0%
Selic	45,7%	43,9%	33,4%	30,7%	32,4%	33,4%	33,6%	30,0%	34,0%
Câmbio	24,2%	17,6%	12,7%	8,2%	9,7%	6,6%	5,8%	5,0%	8,0%
Demais	2,2%	1,8%	2,0%	1,9%	1,4%	1,1%	1,0%	0,0%	1,0%
Estrutura de vencimentos da DPF									
Prazo Médio (anos)	2,9	2,8	3,0	3,3	3,5	3,5	3,5	3,4	3,7
% Vencendo em 12 meses	39,3%	36,3%	32,4%	28,2%	25,4%	23,6%	27,4%	24,0%	28,0%

* Inclui a Dívida Doméstica (R\$ 1.519,56 bilhões - maio de 2010) e a Dívida Externa (R\$ 94,85 bilhões - maio de 2010) de responsabilidade do Tesouro Nacional.

Fonte: Tesouro Nacional.

A gestão da DPFe, em 2010, terá enfoque direcionado para o aumento de eficiência da curva de juros externa, por meio de emissões qualitativas e operações pontuais de recompra de títulos que não os pontos de referência. Dessa forma, a sua estratégia será norteada por um conjunto específico de diretrizes, a saber:

- criação e aperfeiçoamento de pontos de referência (*benchmarks*) nas estruturas a termo de taxa de juros, por meio de emissões qualitativas;
- manutenção do programa de resgate antecipado (*Buyback Program*) para títulos denominados em dólares e euros;
- possibilidade de realização de operações de gerenciamento de passivo externo, com o objetivo de aumentar a eficiência da curva de juros externa;
- manutenção de relacionamento transparente com a comunidade financeira internacional; e
- monitoramento da Dívida Contratual Externa, buscando alternativas de operações que apresentem ganhos financeiros para o Tesouro Nacional.

Em relação ao Tesouro Direto, o Tesouro Nacional tem continuado o processo de ampliação desse programa, que possibilita a aquisição de títulos públicos por pessoas físicas, pela internet. Cabe destacar que o Tesouro Direto, ao longo dos seus oito anos de existência, tem colaborado consideravelmente para a democratização da formação de poupança sob a forma de títulos públicos.

Para o ano de 2011, a gestão da dívida pública, frente ao objetivo de minimização de custos e manutenção de níveis prudentes de risco, continuará seguindo as diretrizes de longo prazo do Tesouro Nacional, quais sejam: substituir gradualmente os títulos indexados à taxa Selic por títulos com rentabilidade prefixada ou vinculada a índices de preços; promover a redução do risco de refinanciamento da DPF; ampliar sua base, interna e externa, de investidores; e fomentar o desenvolvimento da estrutura a termos de taxa de juros. Atenção especial deverá ser dada ao alongamento do prazo médio da dívida, pela introdução de vértices mais longos, e à suavização do perfil de vencimentos, fatores que permitirão a continuidade da redução do risco de refinanciamento.

II – Políticas Setoriais de Desenvolvimento



Agricultura e Agronegócio
Desenvolvimento Agrário
Indústria, Tecnologia e Comércio Exterior
Infraestrutura Econômica
Turismo
Pesca e Aquicultura

AGRICULTURA E AGRONEGÓCIO

A safra 2009/2010 consolidou o profissionalismo do produtor brasileiro e atestou a capacidade de o Governo Federal agir com rapidez para apoiar a comercialização agrícola, garantindo a oferta de alimentos à população e a geração de excedentes para o mercado externo. Mesmo com os reflexos da crise econômica internacional e com os problemas climáticos adversos, a produção de grãos foi a segunda melhor da história, alcançando 146,9 milhões de toneladas. Por sua vez, projeções de desempenho do agronegócio no mercado externo revelam a resistência do setor à crise mundial e a crescente importância das exportações agropecuárias para a economia brasileira. Enquanto em 2009 o setor representou 42% das exportações totais do País, em 2010 essa participação tende a ser suplantada.

Com as medidas do Plano Agrícola e Pecuário 2010/2011, o Governo Federal estimulou a continuidade da trajetória ascendente do agronegócio. O Plano trouxe aumento dos recursos disponibilizados para o crédito, reformulação do Proger Rural, apoio à comercialização e orçamento para a subvenção ao prêmio do seguro rural. Para 2011, a estimativa é de elevação da produtividade agropecuária e de condições mais favoráveis de mercado, com recuperação da renda rural. A melhoria da tecnologia aplicada nos cultivos e o clima mais favorável deverão possibilitar o alcance de uma safra igual ou superior à de 2009/2010.

Ações governamentais de pesquisa e de defesa agropecuária têm possibilitado a melhoria da sanidade e da qualidade dos produtos agropecuários brasileiros, essenciais para a conquista de novos mercados e para a ampliação das exportações, especialmente de carnes, setor onde as exigências dos países importadores demandam constante aprimoramento dos processos produtivo e governamental, notadamente quanto a medidas de rastreabilidade dos produtos.

Apoio à Comercialização

A política governamental de apoio à comercialização vem proporcionando maior eficiência na aplicação dos recursos públicos. Os mecanismos de aquisição de produtos e de equalização de preços totalizaram, em 2009, a negociação de 15,5 milhões de toneladas de grãos, fibras e outros (algodão, arroz, fécula, feijão, leite de vaca, milho, sisal, sorgo, trigo e vinho), num total de R\$ 3,2 bilhões de recursos aplicados.

Estão orçados R\$ 5,4 bilhões para 2010, os quais poderão ser utilizados em diversos mecanismos de apoio à comercialização, sendo os principais a aquisição direta dos produtores, a oferta de contratos públicos e privados de opção de venda e a equalização de preços dos produtos. Esses instrumentos reduzem a volatilidade de preços e viabilizam a melhoria na renda do produtor.

Em 2011, a meta é dar continuidade aos objetivos de sustentação dos preços agrícolas, no sentido de manter a renda do produtor rural, o abastecimento interno adequado e, se possível, o aumento das exportações dos produtos agropecuários.

Crédito Rural

No período de 2008 a 2009, buscou-se uma política mais adequada para o crédito rural, objetivando o aumento da produção com disponibilização de mais financiamento ao setor a menores custos. Os créditos, nas diversas linhas de financiamento, passaram de um patamar de R\$ 65,0 bilhões para R\$ 92,5 bilhões, mantendo a taxa de juros em 6,75% a.a.

Em 2010, as ações do Governo Federal objetivam aumentar o volume de recursos para custeio, comercialização e investimento, principalmente nas linhas de crédito com juros controlados. Busca-se, também, intensificar o apoio ao médio produtor rural, por meio de significativas alterações no Proger Rural, bem como fortalecer as cooperativas do setor agropecuário.

O Plano Agrícola e Pecuário para a safra 2009/2010 foi contemplado com um volume de crédito da ordem de R\$ 92,5 bilhões, dos quais R\$ 66,2 bilhões são destinados a custeio e comercialização; R\$ 14,0 bilhões, a investimentos; e R\$ 12,3 bilhões, a linhas especiais de crédito.

Em 2011, serão mantidos os objetivos de aumentar o volume de recursos, sobretudo a taxas controladas, de modo a melhorar a liquidez e reduzir os custos financeiros para o produtor rural. Será ampliada a política de apoio ao médio produtor rural, inclusive com a conversão do Proger Rural em Pronamp, e será ainda mais estimulado o desenvolvimento sustentável da agropecuária, principalmente pela criação do Programa ABC.

A oferta de crédito rural para a agricultura comercial, safra 2010/2011, terá um incremento de 8,1%, alcançando o montante de R\$ 100,0 bilhões, sendo R\$ 75,6 bilhões para custeio e comercialização, R\$ 18,0 bilhões para investimentos e R\$ 6,4 bilhões para linhas especiais de crédito. As linhas de créditos destinadas ao custeio e à comercialização da safra serão, em sua maioria (80,30%), ofertadas a juros controlados.

Desempenho das Exportações

No período 2008/2009, as exportações do agronegócio alcançaram o montante de US\$ 136,6 bilhões, enquanto as importações atingiram um total de US\$ 21,6 bilhões, resultando num superávit de US\$ 115,0 bilhões. No biênio, as exportações do agronegócio representaram 39,0% da totalidade das exportações brasileiras. No ano de 2010, o superávit da balança comercial brasileira atingiu o montante de US\$ 7,9 bilhões no período de janeiro a junho.

Em 2010, o agronegócio continua sendo o segmento que mais tem contribuído para os resultados da balança comercial brasileira. De janeiro a junho de 2010, as exportações somaram US\$ 35,0 bilhões, o que significou crescimento de 11,2% em relação ao mesmo período de 2009, confirmando a retomada nas exportações do setor após a crise. As importações, nesse período, apresentaram variação positiva de 35,8%, totalizando US\$ 6,1 bilhões, o que significa um superávit específico de US\$ 28,9 bilhões.

Tabela 9 – Balança comercial brasileira e balança comercial do agronegócio: 2000 a 2010 (Em US\$ bilhões)

Ano	Exportações			Importações			Saldo	
	Total Brasil (A)	Agronegócio (B)	Part. % (B/A)	Total Brasil (A)	Agronegócio (B)	Part. % (B/A)	Total Brasil	Agronegócio
2000	55,1	20,6	37,4	55,9	5,8	10,3	(0,7)	14,8
2001	58,3	23,9	40,9	55,6	4,8	8,6	2,7	19,1
2002	60,4	24,8	41,1	47,2	4,4	9,4	13,2	20,4
2003	73,2	30,6	41,9	48,3	4,7	9,8	24,9	25,9
2004	96,7	39,0	40,4	62,8	4,8	7,7	33,8	34,2
2005	118,5	43,6	36,8	73,6	5,1	6,9	44,9	38,5
2006	137,8	49,5	35,9	91,4	6,7	7,3	46,5	42,8
2007	160,6	58,4	36,4	120,6	8,7	7,2	40,0	49,7
2008	197,9	71,8	36,3	173,2	11,8	6,8	24,7	60,0
2009	152,3	64,8	42,5	127,6	9,8	7,7	24,6	54,9
Jan a Jun 2009	69,9	31,4	44,9	56,0	4,5	8,0	13,9	26,9
Jan a Jun 2010	89,2	35,0	39,2	81,3	6,1	7,5	7,9	28,9

Fonte: AgroStat Brasil a partir de dados da Secex/MDIC, elaborado por SRI/Mapa.

Serviços à Agropecuária

Além dos esforços para ampliação dos créditos destinados ao setor e da busca de menores custos dos financiamentos, o Governo Federal manterá, também, esforços na prestação de serviços de defesa agropecuária, qualidade de alimentos e bebidas, armazenagem e abastecimento, zoneamento agrícola e subvenção ao prêmio do seguro rural, pesquisa agropecuária e de desenvolvimento da agroenergia.

Com a maior relevância do agronegócio no contexto internacional, as questões sanitárias e fitossanitárias passam a adquirir um papel cada vez mais importante, face ao crescente nível de exigências dos países consumidores e à frequente imposição de barreiras sanitárias (não tarifárias) aos produtos do Brasil. Nesse cenário, o incremento das ações de sanidade agropecuária é fundamental para garantir e ampliar as exportações do setor. O País avançou no combate às doenças dos animais e pragas dos vegetais, na fiscalização da qualidade de produtos destinados à alimentação humana e animal e insumos agropecuários, na ampliação e aperfeiçoamento da rede laboratorial de apoio às ações sanitárias.

Os setores de abastecimento, armazenagem e comercialização continuarão sendo prioridade do Governo Federal na busca da sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas, organização da base produtiva e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, além da formação e manutenção de estoques e produtos agropecuários para regularidade do abastecimento interno. Essas medidas visam ao equilíbrio de preços ao consumidor e à segurança alimentar.

A política voltada à concessão de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural pelo Governo Federal tem demonstrado eficácia na consolidação do seguro rural como instrumento de minimização dos prejuízos causados pelas adversidades climáticas na atividade agrícola. Como a observância integral dos indicativos do Zoneamento Agrícola de Riscos Climáticos é um pré-requisito para a obtenção da subvenção, esse benefício se torna um importante instrumento de política agrícola, por sua característica de indutor ao uso de tecnologia. No biênio 2008/2009, foram beneficiados com a subvenção econômica ao prêmio do seguro rural 99.948 produtores, proporcionando a cobertura securitária para 11,5 milhões de hectares e garantia de capitais da ordem de R\$ 16,9 bilhões.

A Política de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural tem sido um grande impulsionador do setor agropecuário e facilitador para acesso ao crédito rural pelos produtores. Para as 75 culturas na modalidade agrícola, a expectativa em 2010 é que essa subvenção atinja 6,3 milhões de hectares, 69.000 apólices e R\$ 9,2 bilhões em capitais segurados e beneficie 53.300 produtores.

A SPSR requer a observância dos indicativos constantes do zoneamento agrícola. O zoneamento agrícola de risco climático vem sendo gradativamente ampliado para novas culturas e Unidades da Federação. Trata-se de um pacote tecnológico, divulgado por meio de portarias do Mapa, que indicam as melhores épocas de plantio e cultivares, por tipos de solos, em cada Município, de forma a evitar que eventos climáticos adversos atinjam as lavouras em suas fases fenológicas mais sensíveis, contribuindo, assim, para minimizar as perdas de safras agrícolas.

A pesquisa agropecuária tem por missão viabilizar soluções para o desenvolvimento sustentável do espaço rural, com foco no agronegócio, por meio da geração, adaptação e transferência de conhecimentos e tecnologias, em benefício dos diversos segmentos da sociedade brasileira.

Atualmente, a Embrapa conta com uma carteira de 750 projetos de PD&I, com foco em grandes desafios agropecuários nacionais; competitividade e sustentabilidade setorial; desenvolvimento tecnológico incremental do agronegócio; transferência de tecnologia; comunicação empresarial; desenvolvimento institucional e apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar e à sustentabilidade do meio rural.

O desenvolvimento da agroenergia tem sido fundamental para a diversificação da matriz energética do País, cuja estratégia governamental prioriza investimentos em fontes renováveis de energia. Nesse sentido, o plantio de cana-de-çúcar ocupará uma área de 7.409,6 mil hectares, com uma colheita que poderá atingir 604,5 milhões de toneladas ao final de 2010, que resultarão na produção de 27,4 bilhões de litros de etanol e 35,4 milhões de toneladas de açúcar.

Em 2011, o programa de agroenergia será intensificado com foco na diversificação da matriz energética do País, priorizando-se investimentos em fontes renováveis de energia. A exemplo disso, o plantio de cana-de-açúcar ocupará uma área de 8.091,5 mil hectares, com uma colheita que poderá atingir 664,3 milhões de toneladas ao final de 2011, que resultarão na produção de 20,1 bilhões de litros de etanol e 38,7 milhões de toneladas de açúcar.

DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

No período de 2003 a 2009, foram incorporados à reforma agrária mais de 47,7 milhões de hectares, com a criação de 3.386 projetos de assentamento, sendo 297 somente em 2009, envolvendo uma área total de 4,6 milhões de hectares. Atualmente, existem implantados no País 8.570 projetos de assentamento, numa área de 85,2 milhões de hectares, nos quais residem pouco mais de 928 mil famílias. Do ponto de vista do assentamento de famílias, no período de 2003 a 2009, foram assentadas 574.532 famílias, volume este que corresponde a 61,9% da totalidade de famílias assentadas no País, do assentamento da primeira família até hoje, sendo que em 2009 foram assentadas 55.421 famílias. Para 2011, a meta é assentar 65 mil famílias.

Em relação às ações de infraestrutura, cujo foco principal tem sido a construção e recuperação de estradas, bem como em ações voltadas ao abastecimento de água, foram aportados, em 2009, mais de R\$110,7 milhões na Região Norte do País e outros R\$132,8 milhões na Região Nordeste. O total de recursos investidos nas duas regiões em ações de infraestrutura representa 75% dos recursos destinados para a iniciativa. Somente no ano de 2009, foram construídos e reformados 2.056 km de estradas na Região Norte, beneficiando diretamente 14.638 famílias. Na Região Nordeste, 21.062 km de estradas foram construídos, beneficiando outras 11.239 famílias. Para 2011, a meta é beneficiar 100 mil famílias em todo o País.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário integra o Plano Nacional de Reforma Agrária como mais um instrumento de acesso à terra por meio de financiamento para compra de imóveis rurais não passíveis de desapropriação. Entre 2003 e 2009, o PNCF financiou a compra de imóvel rural a mais de 76 mil famílias de trabalhadores rurais, totalizando uma área de 1,32 milhão de hectares financiados, o que representa investimento superior a R\$ 2 bilhões. A partir 2010, o limite de financiamento desse Programa foi ampliado de R\$ 40 mil para R\$ 80 mil e os prazos de pagamento e carência foram alterados. Com essas mudanças, para o exercício de 2011, a previsão é manter o mesmo ritmo de contratação e investimentos, visando atingir a meta de atender 11 mil famílias.

Territórios da Cidadania

Nos últimos anos, o Brasil avançou na redução das desigualdades sociais e regionais. Para enfrentar o desafio de melhorar a qualidade de vida dos brasileiros que vivem nas regiões de menor IDH, principalmente nas áreas rurais, o Governo Federal lançou, em 2008, o Programa Territórios da Cidadania.

Tal programa visa promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações do Governo Federal, Estados e Municípios são fundamentais para a construção e atingimento dos objetivos dessa estratégia.

Em 2008, foram atendidos 60 Territórios em todo o País. No período de 2009 a 2010, com a ampliação para 120 Territórios da Cidadania, o Programa alcança a meta estabelecida pelo Governo Federal. No ano de 2011, será mantida a meta de 120 Territórios, beneficiando grande parcela da população.

Outra vertente desse Programa é o atendimento da demanda por disponibilização ou financiamento de equipamentos que visam à estruturação dos pequenos Municípios brasileiros, de forma a prepará-los para que executem a abertura, recuperação e conservação de estradas vicinais na zona rural com predominância de agricultores familiares, facilitando o escoamento da produção agrícola e melhorando a circulação de bens e pessoas.

Nesse sentido, a partir de 2011 o Governo Federal atuará na aquisição de máquinas e equipamentos direcionados a esses Municípios, incluindo a iniciativa no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, sendo destinados recursos da ordem de R\$ 270 milhões.

Agricultura Familiar

As ações do Governo Federal voltadas à Agricultura Familiar têm se concentrado, desde 2007, em quatro eixos específicos: a) redução da pobreza rural, por meio da intensificação de articulações entre as atuais políticas; b) segurança e soberania alimentar e nutricional, priorizando a continuidade e o aumento constante da oferta de alimentos de boa qualidade, com valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar e organização de sua produção; c) sistemas de produção sustentáveis, tratando de buscar políticas que estimulem mais intensamente a transição para sistemas de produção sustentáveis; e d) geração de renda e agregação de valor, com a preocupação de apoiar a relação da agricultura familiar e o atual mercado, fomentando alianças estratégicas com o objetivo de fortalecer modelos e arranjos produtivos com vistas a viabilizar as economias dos pequenos e médios empreendimentos rurais.

Nesse sentido, as ações governamentais para a agricultura familiar vêm passando por um processo relevante de consolidação. Não apenas o crédito rural do Pronaf, mas especialmente as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural, os mecanismos de seguro, tanto os de risco climático quanto os de risco de preços de mercado, vêm sendo ampliados e qualificados, com o objetivo de melhor atender a agricultura familiar brasileira.

A agricultura familiar terá à disposição no Plano Safra 2010/2011 cerca de R\$ 16 bilhões destinados às linhas de custeio, investimento e comercialização do Pronaf. Os limites de financiamento foram ampliados em três modalidades de financiamento. No Pronaf Jovem e no Pronaf Semiárido o limite de financiamento saltou de R\$ 7 mil para até R\$ 10 mil e no Pronaf Agroindústria houve ampliação do limite de financiamento individual de R\$ 18 mil para até R\$ 20 mil.

A linha de crédito do Pronaf Mais Alimentos tornou-se permanente e o limite de financiamento de projetos individuais foi ampliado de R\$ 100 mil para R\$ 130 mil. Além disso, a partir desta safra, o Mais Alimentos também financia projetos coletivos de até R\$ 500 mil. Os limites de renda do Pronaf como um todo também foram ampliados, proporcionando a inclusão dos produtores de grãos diversos e dos bovinocultores de corte com renda familiar bruta de até R\$ 220 mil.

Os agricultores familiares passam a contar com seguro de clima para as operações de investimento, mais uma modalidade do Seaf. A partir desta safra (2010/2011), também serão concedidos bônus (descontos) do PGPAF nos financiamentos de investimento no âmbito do Pronaf, independentemente da data de contratação. Serão beneficiados aproximadamente 2,6 milhões de contratos, totalizando R\$ 16 bilhões que serão amparados.

O Plano Safra da Agricultura Familiar 2010/2011 marca o início da implantação da nova política de Ater, resultado da sanção da Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. A principal mudança advinda da promulgação da Lei nº 12.188, de 2010, é a contratação das entidades que prestam serviços de Ater por meio de chamada pública.

Regularização Fundiária

Através do Programa Terra Legal Amazônia, lançado em 2009, o Governo Federal está realizando a regularização fundiária de ocupações em terras públicas federais situadas na Amazônia Legal e a promoção do ordenamento territorial da região. A edição da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, possibilitou criar uma política intensiva e célere de regularização fundiária, adequada às especificidades da região.

A Lei nº 11.952, de 2009, simplificou procedimentos para a regularização de ocupações em terras da União, situadas na Amazônia Legal, que tenham área de até 1,5 mil hectares. Estabeleceu, ainda, diferença de tratamento a pequenas, médias e grandes áreas. O processo de regularização fundiária de ocupações em terras rurais é executado em três passos: a) cadastramento/identificação ocupacional; b) georreferenciamento das áreas ocupadas; e c) análise para regularização (titulação ou retomada). Em 2009, foram cadastrados mais de 26 mil ocupantes, totalizando quase 4,5 milhões de hectares requeridos em 261 Municípios dos Estados da Amazônia Legal.

Além do Programa Terra Legal, que se concentra na Amazônia Legal, o Governo Federal executa, em parceria com os Estados, o geocadastro e a consequente titulação dos imóveis em terras devolutas estaduais. Atualmente, estão em execução convênios/termos de cooperação (plurianuais), firmados com o propósito de atender mais de 100 mil famílias em 13 Estados brasileiros, demonstrando, assim, o compromisso do Governo Federal com o resgate da dignidade e cidadania dos pequenos agricultores brasileiros.

INDÚSTRIA, TECNOLOGIA E COMÉRCIO EXTERIOR

Para a promoção da cultura exportadora, em 2011 o MDIC pretende ampliar a Rede Cicex e realizar cinco Encomex, 54 treinamentos e cursos para pequenas empresas e agentes de comércio exterior. Também está prevista a ampliação do projeto Primeira Exportação para mais seis Estados, contemplando 300 empresas e capacitando cerca de 120 agentes de comércio exterior.

Em relação à política de alavancagem das exportações brasileiras e aos instrumentos de operacionalização do comércio exterior brasileiro para facilitar o processamento e o controle operacional do comércio exterior, pretende-se implementar, em 2011, novas soluções tecnológicas, principalmente relacionadas ao regime de *Drawback*. Dessa forma, haverá maior simplificação de procedimentos e redução de custos e de tempo na emissão de documentos básicos obrigatórios, com melhoria da qualidade dos serviços e do controle executados pelo Governo Federal, além da disseminação de informações específicas às comunidades exportadora e importadora.

No que concerne às ações de tecnologia industrial, destacam-se as seguintes atividades programadas para 2011: implementação da PDB; implantação de TIN; e continuidade do Projeto de Apoio à Inserção Internacional das Pequenas e Médias Empresas Brasileiras.

Para prover confiança à sociedade brasileira nas medições e nos produtos, por meio da metrologia e da avaliação da conformidade, bem como para promover a harmonização nas relações de consumo, a inovação e a competitividade no País, o Inmetro, realizará, em 2011, ações para consolidar e ampliar a política de metrologia e avaliação da conformidade do Governo Federal. Para tanto, serão disponibilizados ao Inmetro recursos da ordem de R\$ 609,3 milhões.

A Certificação de Medidores Inteligentes de Energia terá seu processo ampliado para promover maior concorrência no mercado de medidores, o que contribuirá para a implantação de redes de distribuição de energia “inteligentes” (*smart grid*), permitindo novos modelos de negócios, como a venda pré-paga de energia elétrica. E a Metrologia em Dinâmica de Fluidos será consolidada para aumentar a confiabilidade nas medições de vazão de água, petróleo, gás e biocombustível, desde a produção até a distribuição.

Merecem destaque, ainda, as seguintes iniciativas do Inmetro planejadas para 2011:

- a) apoio ao Pro-Reg, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República e pelo Comitê Brasileiro de Regulamentação;
- b) implantação da metodologia de análise de impacto regulatório nas 27 autoridades federais de regulamentação;
- c) ampliação dos serviços de Metrologia Biológica para possibilitar o aumento da confiabilidade dos diagnósticos médicos e a segurança e eficácia de tratamentos;
- d) ampliação da Metrologia Forense, atendendo às demandas da sociedade e do MJ;
- e) redução do tempo da emissão de declaração de liberação de importação de produtos certificados, por meio da adoção de uma ferramenta de gestão de processos; e
- f) redução do tempo de obtenção da autorização para o uso do Selo de Identificação da Conformidade, em razão da disponibilização do Sistema Informatizado aos fornecedores de produtos, processos e serviços, certificados ou declarados.

Em 2011, o INPI continuará trabalhando para melhorar o sistema de patentes; aprofundar o plano de cooperação com países do Mercosul, da América do Sul, da América Latina, dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China); diversificar as ações de promoção da propriedade intelectual no Brasil e na

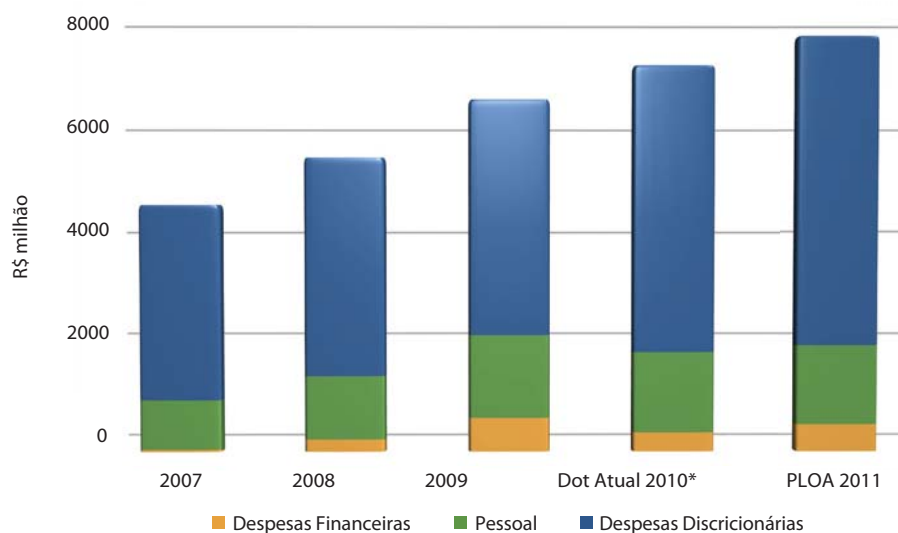
região latino-americana; apoiar o depósito de marcas de brasileiros no exterior; concluir a construção do Centro Brasileiro de Material Biológico; estabelecer ambiente de consulta à informação tecnológica em meio virtual; e desenvolver a Política de Qualidade do INPI, sendo destinados recursos da ordem de R\$ 254,6 milhões para essa finalidade.

Com relação ao desenvolvimento da regional da Amazônia, em 2011 a Suframa apoiará projetos de desenvolvimento econômico e social, para dinamizar a produção competitiva de produtos da região e viabilizar o desenvolvimento regional, pelo uso sustentável de potencialidades economicamente viáveis, gerando oportunidades de emprego e melhores condições de distribuição de renda às localidades beneficiadas, sendo destinados para isso R\$ 191,6 milhões.

Ciência e Tecnologia

O Governo Federal vem ampliando os investimentos na área de Ciência e Tecnologia, mediante alocação crescente de recursos orçamentários, conforme evidenciado no gráfico a seguir. C,T&I são ferramentas fundamentais para o desenvolvimento, o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, a democratização de oportunidades e a integração do trabalho de cientistas, pesquisadores, acadêmicos, empresas e organizações da sociedade civil. C,T&I são determinantes para a construção da soberania nacional, a consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável e o melhor posicionamento do Brasil no contexto internacional.

Gráfico 7 – Evolução de Gastos Ministério da Ciência e Tecnologia



* Não considera emendas

A introdução do Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação 2007-2010, anunciado em novembro de 2007 como instrumento de uma política de Estado no cenário brasileiro de C,T&I, trouxe avanços no que diz respeito à evolução dos níveis de investimento e ao aprimoramento dos instrumentos de incentivo e de apoio às atividades da área.

As ações e estratégias envolvidas no financiamento de P,D&I, com ênfase na ampliação e na otimização dos recursos investidos em C,T&I, têm gerado resultados tanto abrangentes quanto pontuais. Exemplo disso é a ampliação da capacidade nacional de produção científica e tecnológica, o crescente comprometimento de governos estaduais no investimento e na execução de ações relacionadas ao de-

envolvimento de C,T&I e a maior consciência do setor empresarial acerca da importância da inovação e do investimento privado em P&D como estratégia de competitividade.

A ampliação da base de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento científico e tecnológico é prioridade do Governo Federal. O aporte de recursos para bolsas tem aumentado significativamente. Em dezembro de 2009, o CNPq registrou 80.010 bolsas concedidas no País e no exterior. Esse número representa incremento de 14,3% no número total de bolsas em relação ao ano anterior, quando se registraram 70.023 bolsas. Para responder ao constante desafio de ampliação da base de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, o MCT prevê, para 2011, aporte de recursos da ordem de R\$ 855,6 milhões, o que permitirá a concessão de 72.783 bolsas e a consolidação da base necessária ao desenvolvimento de C&T no Brasil.

Os esforços da atual política de C,T&I vêm consolidar e expandir os resultados alcançados pelo Brasil em relação à sua produção científica. O País responde atualmente por 2,69% da produção científica mundial, tendo sua participação mundial dobrado entre 2000 e 2009. No mesmo período, o número de publicações aumentou 205%, atingindo cerca de 32.100 artigos indexados no *Institute for Scientific Information*. Em 2008, ano de ampliação significativa do número de revistas incluídas na base de dados do ISI, registrou-se aumento de 56% em relação a 2007, elevando o País para a 13ª colocação no *ranking* mundial.

Parte dos avanços obtidos no adensamento e qualificação da produção científica deve-se à intensificação e à estabilidade dos investimentos em pesquisa realizados mediante editais de fomento voltados às diferentes áreas do conhecimento e ao investimento na infraestrutura de pesquisa. No âmbito do Proinfra, operacionalizado pela Finep, houve expressivo aumento dos recursos disponíveis a partir de 2004. No entanto, o incremento no valor dos recursos disponíveis foi acompanhado por um aumento de 80% na demanda, o que demonstra que ainda há uma grande demanda reprimida. O aporte de recursos orçamentários em 2011 é de R\$ 390,8 milhões.

O incentivo à formação de redes de pesquisa em todo o território nacional terá continuidade em 2011. Iniciativa importante nesse sentido refere-se ao lançamento dos novos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia pelo CNPq. Atualmente, são 122 institutos, que articulam os melhores grupos de pesquisa em áreas de fronteira da ciência e em áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do País. O orçamento total desse investimento é da ordem de R\$ 609,0 milhões, advindos da articulação do MCT com as Secretarias Estaduais de C&T, além da adesão de outros parceiros como o BNDES, a Petrobras, o MS e o MEC/Capes.

Terão continuidade em 2011 as iniciativas para melhorar e ampliar a infraestrutura das Unidades de Pesquisa vinculadas ao MCT. Essas ações visam dotar o País de um parque científico e tecnológico capaz de atender às necessidades do desenvolvimento econômico e social, integrando o Brasil à pesquisa de ponta desenvolvida em outras nações. As UPs aprofundaram sua capilaridade regional para consolidar a gradativa expansão nacional. Infraestruturas laboratoriais e de pesquisa e administração institucional foram executadas em conjunto com a contratação de novos pesquisadores, por intermédio de concursos públicos. A atuação de UP contribuiu decisivamente na promoção de C&T no Brasil.

Em 2011, serão alocados R\$ 166,7 milhões para as instituições de pesquisa do MCT. A estrutura básica desse Ministério passará a contar com novos institutos de pesquisa: Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal; Instituto Nacional de Águas; Instituto Nacional da Mata Atlântica; e Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste.

A RNP, primeira rede de acesso à internet no Brasil, elevou a capacidade máxima de transmissão de 622 Mbps, em 2004, para 10 Gbps, em 2009. A expansão proporcionou maior velocidade na comunicação entre os centros de pesquisa e as universidades públicas, facilitando aplicações em áreas como educação

(Universidade Aberta do Brasil e educação a distância), saúde (Rute) e cultura (TVs universitárias, por exemplo). A Rute é uma iniciativa que visa apoiar o aprimoramento da infraestrutura para telemedicina já existente em hospitais universitários, bem como promover a integração de projetos das instituições participantes. A utilização de serviços avançados de rede deverá promover o surgimento de novas aplicações e ferramentas que explorem mecanismos inovadores na educação em saúde, na colaboração a distância para pré-diagnósticos e na avaliação remota de dados de atendimento médico. Já estão interligados à Rute 57 núcleos de telemedicina em hospitais universitários, estando prevista a interligação de outras 75 instituições na próxima fase. Em 2011, serão alocados para a RNP R\$ 33,0 milhões.

Em 2011, terão continuidade as ações que visem ao desenvolvimento de um ambiente favorável à dinamização do processo de inovação tecnológica nas empresas, estimulando a inserção de um maior número de pesquisadores no setor produtivo, a difusão da cultura da absorção do conhecimento técnico e científico e a formação de recursos humanos para inovação. Para isso, será utilizado um mecanismo que opera como poderoso instrumento de incentivo à inovação tecnológica, que é a Lei do Bem (Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, alterada pela Lei nº 11.487, de 15 de junho de 2007). Ela oferece a concessão de incentivos fiscais às atividades de P&D em empresas, a redução do IPI incidente sobre máquinas, equipamentos e componentes para P&D nas empresas e possibilita que as agências de fomento de CT&I subvençionem o valor da remuneração de pesquisadores, mestres ou doutores empregados em atividades de inovação tecnológica, em empresas localizadas no território nacional.

Em 2011, serão destinados R\$ 250,2 milhões às ações de apoio e fomento à pesquisa, com a finalidade de dar condições adequadas ao funcionamento de instituições de pesquisa que se destaquem pela competência em áreas estratégicas para o País; ampliar e ajustar a base técnico-científica nacional às necessidades do mercado de conhecimento e de serviços em ciência e tecnologia; aumentar a produtividade científica e tecnológica; apoiar a geração e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; estimular o engajamento dos pesquisadores em projetos de relevância estratégica, econômica e social; apoiar a organização e consolidação de novos grupos emergentes de pesquisa; expandir e fortalecer a infraestrutura de pesquisa das instituições de pesquisa; e consolidar as redes cooperativas de pesquisa.

O fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas continuará sendo priorizado em 2011. Na área da biotecnologia, terão continuidade a ampliação técnico-científica, o fortalecimento da bioindústria e o uso sustentável da biodiversidade. No setor de nanotecnologia, terão continuidade as ações de apoio à construção de infraestrutura de pesquisa, o apoio à pesquisa básica, a capacitação de profissionais e as cooperações bilaterais na área.

No âmbito da nanotecnologia, destacam-se as ações de implementação de seis laboratórios multiusuários de nanotecnologia e de apoio a 175 projetos de pesquisa na área.

Terá prosseguimento, em 2011, o apoio ao desenvolvimento tecnológico da indústria eletrônica e de semicondutores, com destaque para a empresa pública instituída em 2008, o Ceitec, voltada ao desenvolvimento de novas tecnologias de semicondutores e de outros materiais para eletrônica. Os investimentos federais na empresa contabilizam R\$ 407 milhões entre 2004 e 2010. Como resultado desse investimento, foi produzido o primeiro lote de *chips* do Brasil, entregue em 2009, além da inauguração da fábrica de circuitos integrados, em fevereiro de 2010.

A capacitação do País para desenvolver e utilizar tecnologias espaciais, voltadas à solução de problemas nacionais e em benefício da sociedade brasileira, continua sendo o foco central do Programa Nacional de Atividades Espaciais. Seu objetivo é contribuir para a elevação da autonomia e da soberania nacionais, por meio do desenvolvimento e do domínio das tecnologias estratégicas e das especificidades que envolvem o setor, assim como da implantação de uma infraestrutura espacial, para que o programa possa dar resposta aos desafios a ele impostos.

Importantes avanços foram obtidos na busca pela autonomia de acesso ao espaço, a exemplo do foguete de sondagem VSB-30, nas várias operações de lançamento realizadas, no País e no exterior, e nos testes de experimentos científicos e tecnológicos em ambientes de microgravidade. É o primeiro veículo espacial brasileiro a receber o certificado de qualificação industrial, concedido pelo IFI em 2009, o que possibilitará a maior participação da indústria nacional nesse setor. Houve também a retomada das obras de reconstrução da Torre Móvel de Integração, plataforma de lançamento do Veículo Lançador de Satélites, que estará concluída em fins de 2010.

Coordenado pela AEB, o programa logrou importantes resultados no período de 2007 a 2010, destacando-se a já constituída empresa binacional Alcântara Cyclone Space, bem como o início das obras e a modernização da infraestrutura necessária no Centro de Lançamento de Alcântara, para permitir que o País ingresse no restrito mercado comercial de lançamentos de satélites, a partir de 2012.

O programa CBERS, que busca dotar o País de uma capacidade satelital de observação da Terra, para aplicações em monitoramento ambiental, levantamento de recursos naturais, controle de desmatamentos e queimadas na Amazônia Legal, gerou oportunidade para o desenvolvimento de uma capacitação tecnológica nacional em câmeras ópticas, painéis solares e estruturas, entre outras tecnologias, contribuindo para a ampliação e consolidação de uma base industrial no setor espacial. Com o lançamento do CBERS-2B em 2007, a distribuição de imagens para usuários brasileiros e para mais de 40 países atingiu o marco de um milhão de imagens. A política adotada de distribuição gratuita de dados e imagens contribuiu para o melhor planejamento e formulação de políticas públicas pelas entidades governamentais, o maior avanço nas pesquisas científicas pelas universidades e para a geração de oportunidades de negócios, com criação de emprego e renda, por meio das pequenas e microempresas do ramo de consultoria e serviços de geoprocessamento.

Foi iniciado importante estudo de viabilidade técnica, jurídica e econômica para o estabelecimento de Parceria Público-Privada para o Satélite Geoestacionário Brasileiro, que assegurará a autonomia nas comunicações estratégicas do País e no fornecimento de dados meteorológicos.

São prioridades para 2011 a conclusão das obras de infraestrutura do Centro de Lançamento de Alcântara e do sítio de lançamento do Cyclone-4, a conclusão e lançamento do satélite CBERS-3, a realização do primeiro voo de teste tecnológico do VLS-1 e a continuidade de desenvolvimento de um conjunto de satélites baseados na Plataforma Multimissão, compreendendo o satélite Amazônia-1, o satélite científico Lattes, o Mapsar, o GPM-BR. O satélite brasileiro-argentino Sabia-MAR, o microsatélite universitário Itasat e o início do desenvolvimento do satélite SGB também são prioridades para 2011.

Na base de todas essas prioridades está a mão de obra altamente especializada, necessária à consecução de qualquer objetivo no setor espacial. Para tanto, a AEB e o CNPq estabeleceram um programa de bolsas destinado à formação, manutenção, ampliação e aperfeiçoamento do quadro de recursos humanos para o Programa Espacial Brasileiro, incluindo os institutos parceiros, como o Inpe e o DCTA, além dos setores industrial e acadêmico.

As atividades na área nuclear envolvem a fabricação de combustível nuclear, os levantamentos e as prospecções sobre a ocorrência de reservas de urânio comercialmente viáveis para exploração mineral, a produção de minerais pesados e óxidos de terras raras, a pesquisa e o desenvolvimento em ciências e tecnologias nucleares e em aplicações das radiações ionizantes, a produção de substâncias radioativas para a área médica e a fabricação de equipamentos para as indústrias nuclear e pesada de alta tecnologia.

O Programa Nacional de Atividades Nucleares tem foco no uso de energia nuclear de forma saudável e pacífica, no desenvolvimento de ciência e tecnologia nucleares e correlatas para a medicina, indústria, agricultura, meio ambiente, geração de energia e atendimento ao mercado de equipamentos, componentes e insumos para as indústrias nuclear e de alta tecnologia.

Merecem destaque o maior domínio sobre o ciclo de combustível nuclear nas Indústrias Nucleares do Brasil, com especial atenção para a mineração, a conversão e o enriquecimento de urânio; o processo de lavra subterrânea em Caetité, no Estado da Bahia, com expectativa de aumentar em 50% sua produção, e a exploração da jazida de Santa Quitéria, localizada no Estado do Ceará, garantindo-se, por intermédio desses dois empreendimentos, o suprimento de combustível para a operação das usinas nucleares de Angra I, II e, proximamente, a III; a entrada em operação da primeira cascata de enriquecimento de urânio do País, localizada no parque industrial da INB; e a produção brasileira de radiofármacos.

Em 2010, deu-se início ao projeto para instalação no Brasil de um Reator Multipropósito, com conclusão prevista para 2015, que garantirá o suprimento nacional de radioisótopos, em substituição aos insumos atualmente importados, para o atendimento pleno da demanda da área médica.

As metas no contexto das políticas voltadas a C,T&I, para o desenvolvimento social, incluem iniciativas que visam à transferência de tecnologias consolidadas, à inclusão digital e à popularização da ciência, com o objetivo de contribuir para a diminuição das desigualdades sociais e regionais. Em 2011, a atuação do MCT nesse sentido será expandida, especialmente na realização da Olimpíada Brasileira de Matemática e da Semana Nacional de C,T&I, nos CVTs e nos Telecentros.

Prevê-se a ampliação do alcance da Obmep, estimando-se em 2011 a participação de 20 milhões de alunos. Em 2009, a Obmep alcançou o percentual de 99% dos Municípios brasileiros, com a participação de 19.198.710 alunos de 43.354 escolas. Entre outras modalidades de premiação, são oferecidos cursos de formação e aperfeiçoamento aos professores premiados, sendo importante mencionar que o levantamento do Inep mostra que a Obmep começa a influenciar positivamente o Índice de Desenvolvimento de Educação Básica no País. Da mesma forma, está prevista a expansão, para 620, do número de Municípios participantes da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, cujo objetivo é mobilizar a população, em especial crianças e jovens, em torno de temas e atividades de C&T.

Na edição de 2009, a SNCT envolveu 472 Municípios e contou com 24.972 atividades, número 130% superior ao obtido no ano anterior, o que indica que o evento está consolidado nos Municípios participantes.

A ideia de integrar políticas públicas de inclusão social como meio de indução do desenvolvimento regional sustentável, na esfera do programa Territórios da Cidadania, terá continuidade em 2011. A consolidação da plataforma de convergência social, nas regiões definidas pelo programa, ocorrida a partir de 2009, une três temas: Arranjos Produtivos Locais, Telecentros e CVTs. O MCT investiu, entre 2003 e 2008, o montante de R\$ 52,8 milhões, com a implementação de 86 CVTs. Ainda no âmbito do programa, a plataforma de convergência social para inclusão digital investiu cerca de R\$ 35,0 milhões, sendo R\$ 18,5 milhões para o Estado da Paraíba.

O MCT manterá, em 2011, o apoio às tecnologias para o desenvolvimento social, por meio, especialmente, da ampliação e modernização dos CVTs. Esses centros, além de serem unidades de ensino e de profissionalização, são também voltados à difusão do acesso ao conhecimento científico e tecnológico, de conhecimentos práticos na área de serviços técnicos e de transferência de conhecimentos tecnológicos no seu meio de atuação, visando à melhoria dos processos produtivos locais. Os recursos investidos nos últimos seis anos na implementação e modernização de 399 CVTs são da ordem de R\$ 226 milhões para implementação e modernização. Em 2011, estão previstos R\$ 15,7 milhões.

Em 2011, o MCT contará com recursos da ordem de R\$ 7.545,2 milhões. Desse total, R\$ 1.534,6 milhões destinam-se ao pagamento de pessoal e benefícios a servidores e empregados; e R\$ 6.010,6 milhões a outras despesas correntes e de capital, voltadas ao custeio e investimentos necessários ao desenvolvimento das atividades e projetos a cargo do órgão, com destaque para os Fundos Setoriais (R\$ 2.764,5 milhões), Concessão de Bolsas de Estudo e de Pesquisa (R\$ 855,7 milhões), Programa Nuclear Brasileiro (R\$ 658,3 milhões) e Financiamento de projetos de P&D a cargo da Finep (R\$ 500,0 milhões).

INFRAESTRUTURA ECONÔMICA

Matriz Energética

O fornecimento interno de energia é essencial para garantir o crescimento econômico sustentável e o desenvolvimento do País. Com o resgate do papel do Governo Federal como formulador de políticas, diferentes ações foram desencadeadas, como a implementação do novo modelo do setor elétrico, com vistas a aumentar a segurança energética e garantir o suprimento de energia, observando-se o princípio da modicidade tarifária.

Nesse sentido, o Governo Federal tem-se empenhado em ampliar a capacidade de geração de eletricidade e preservar a participação de energias renováveis na matriz energética brasileira, com a inclusão, entre 2007 e 2009, de quase 10 mil MW de capacidade de geração, com a expectativa de que a capacidade total instalada alcance 106,6 mil MW, em 2010. Por sua vez, para 2011, está prevista a entrada em operação de outros 5,9 mil MW de geração, sendo: 2,3 mil MW de UHEs, destacando-se Estreito, na divisa dos Estados de Tocantins e do Maranhão, com 1,1 mil MW; e 3,6 mil MW de UTEs, com destaque para Porto do Pecém I, no Estado do Ceará, com 0,8 mil MW.

Ressalta-se que as UHEs de Santo Antônio (3,1 mil MW) e Jirau (3,3 mil MW), do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, estão em ritmo acelerado de construção, com previsão de entrada em operação em 2012 e 2013, respectivamente. Adicione-se ainda a emissão, em 2010, pela CNEN, da licença de construção plena para a Usina Termonuclear Angra III (1,4 mil MW), no Estado do Rio de Janeiro, e, também, a realização do leilão do Aproveitamento de Potencial Hidrelétrico, por meio da UHE Belo Monte, no Estado do Pará, que acrescerá 11,2 mil MW de capacidade ao SIN, com início previsto para até 2015.

Quanto à rede de transmissão de energia elétrica, em maio de 2010, alcançou-se a extensão total de 97,8 mil km de LTs, dos quais 21,3 mil km foram concluídos a partir de 2003. Esse crescimento proporcionou a integração dos subsistemas elétricos, garantiu as condições necessárias para o suprimento de eletricidade, com qualidade e confiabilidade, e ampliou a capacidade de transferência de energia elétrica entre as regiões, com aproveitamento mais eficiente e complementar da diversidade hidrológica do País.

Para 2010, estão em fase de conclusão 2,3 mil km de LTs e 7,9 mil MVA de potência de transformação, bem como o início da implantação da LT Tucuruí – Manaus – Macapá, que permitirá a interligação dos sistemas isolados de Manaus e Macapá com o SIN, reduzindo o consumo de derivados de petróleo e, conseqüentemente, os subsídios da CCC. Para 2011, está prevista a implementação de 6,5 mil km de LTs e de 19 mil MVA de potência de transformação, destacando-se as interligações energéticas entre regiões, particularmente entre as Regiões Norte e Nordeste, por meio da LT que perpassa os Municípios de Colinas do Tocantins, no Estado do Tocantins, Ribeiro Gonçalves e São João do Piauí, no Estado do Piauí, e Milagres, no Estado do Ceará.

A inserção de fontes alternativas de energia na matriz energética brasileira vem ao encontro dos objetivos da PNMC e, juntamente com as ações de eficiência energética, permitirão honrar o compromisso firmado perante as Nações Unidas, durante a 15ª Conferência das Partes sobre Mudança do Clima, em Copenhagen, de redução das emissões, projetada para o ano de 2020. Entre elas, destaca-se o Proinfa, que prevê a operação de 144 usinas, com garantia de contratação, por 20 anos, pela Eletrobras e capacidade instalada total de 3,3 mil MW, sendo 1,4 mil MWh de usinas eólicas, 1,2 mil MWh de pequenas centrais hidrelétricas e 0,7 mil MWh de biomassa.

Outra iniciativa que merece destaque é a realização de leilões para contratação de energia proveniente de fontes alternativas. O primeiro leilão, ocorrido em 2007, acresceu ao SIN uma potência instalada total de 0,6 mil MW. Em 2008, o leilão de energia de reserva contratou, por 15 anos, 2,4 mil MW. Por sua vez, o primeiro leilão de comercialização de energia de fonte eólica, em 2009, contratou, por 20 anos, 1,8 mil MW, que viabilizarão a construção de um total de 71 empreendimentos de geração eólica em cinco Estados: Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Sergipe.

Ainda no setor elétrico, é relevante destacar o Programa Luz para Todos, lançado em 2003, cuja meta inicialmente estabelecida visava levar energia elétrica para mais de 10 milhões de brasileiros, utilizando-a como vetor de desenvolvimento social e econômico, de forma a propiciar o acesso a serviços de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento. O Luz para Todos busca, também, promover a criação de trabalho e renda. Para tanto, apoia a parceria com outras entidades públicas e organizações da sociedade civil e a criação de CCPs, constituídos de pequenas agroindústrias, tais como as de resfriamento de leite, açúcar mascavo, doces, criação de pequenos animais, artesanato e confecção. Até o final de 2010, deverão ser instalados 705 CCPs, que beneficiarão cerca de 25,0 mil famílias.

Em pesquisa de opinião¹⁰ realizada em 2009 para averiguar a satisfação das pessoas atendidas pelo Luz para Todos, verificou-se a obtenção de importantes resultados, sendo mais relevante o aumento da qualidade de vida, citado por 91,2% dos pesquisados. Além disso, constatou-se um impulso das economias local e regional, com a entrada de produtos e utensílios como eletrônicos (principalmente portáteis), eletrodomésticos, ferramentas para produção, entre outros.

Desde o início do Programa, e até o primeiro trimestre de 2010, 11 milhões de pessoas foram beneficiadas, sendo quase 6 milhões apenas da Região Nordeste. Estima-se, ainda, que foram instalados mais de 5 milhões de postes, 875 mil transformadores e 1 milhão de km de cabos elétricos, bem como foram criados 356 mil novos postos de trabalho diretos e indiretos. Para 2011, está prevista a destinação de R\$ 15,0 milhões para apoiar as iniciativas de uso produtivo de energia elétrica vinculadas ao Luz para Todos.

Outra importante iniciativa, de cunho social, diz respeito à Tarifa Social de Energia Elétrica, criada pela Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, que possibilita a concessão de descontos escalonados na conta de energia elétrica a diversos segmentos de consumidores, como os detentores de renda de até meio salário mínimo *per capita*, cadastrados em programas sociais da União, as pessoas que recebem o BPC – LOAS e as famílias indígenas e quilombolas.

A Aneel, no cumprimento de sua missão, procura assegurar um ambiente favorável aos investimentos no setor elétrico, criando condições para que o mercado se desenvolva com estabilidade entre os agentes e em benefício da sociedade, sendo atribuições da agência a fixação das tarifas e a fiscalização dos serviços de energia elétrica. O valor da tarifa é estabelecido de forma que seja, ao mesmo tempo, justo para o consumidor e suficiente para assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da concessionária. As fiscalizações, realizadas principalmente pela Aneel, com o apoio de terceiros, e por meio de Agências Reguladoras Estaduais conveniadas, foram intensificadas, buscando garantir a prestação de serviços de qualidade. Dessa forma, para o exercício de 2011, está programada a realização de aproximadamente 1.835 fiscalizações de geração, qualidade e serviços de eletricidade, abrangendo os aspectos econômicos e financeiros das concessões, contando com recursos da ordem de R\$ 26,7 milhões.

No que concerne ao petróleo e ao gás natural, a política envidada pelo Governo Federal visa manter o crescimento das reservas brasileiras, a exemplo do período compreendido entre 1998 e 2009, quando houve um salto na produção anual de petróleo de 1 milhão para quase 2 milhões de barris diários e a produção de gás natural mais que duplicou, passando de 27 milhões para 58 milhões de m³/dia.

¹⁰ A referida pesquisa foi realizada em 2009 pela Zaytecbrasil Serviços de Pesquisa Ltda.

Com vistas a atrair investimentos para regiões ainda pouco conhecidas geologicamente ou com barreiras tecnológicas a serem vencidas, a ANP efetua serviços geológicos de prospecção nas diversas bacias sedimentares do País, cujas informações são disponibilizadas à sociedade para orientar a tomada de decisão das empresas interessadas em investir no setor.

O resultado desse esforço exploratório foi a recente descoberta do segundo maior poço do Pré-sal, divulgada em maio de 2010, o Reservatório de Franco, na Bacia de Santos, com reservas estimadas em 4 bilhões de barris de petróleo e gás natural. Para 2011, estão previstos investimentos da ordem de R\$ 216,5 milhões para dar continuidade aos serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção de petróleo e gás natural e de gestão do acervo de informações sobre bacias sedimentares brasileiras.

Quanto à exploração e produção de petróleo e gás natural, de janeiro a abril de 2010, foram perfurados 56 poços exploratórios, sendo 32 no mar e 24 em terra, que resultaram em 44 notificações de descobertas de hidrocarbonetos e três declarações de comercialidade dos campos Trinca Ferro e Urutau, na Bacia Potiguar, e Dó-Ré-Mi, no Estado de Sergipe. No ano de 2010, está previsto o início de produção do Piloto de Tupi, no Pré-sal, e dos campos de Cachalote e Baleia Franca, no Parque das Baleias, ambos localizados na Bacia de Santos, cada um com meta de produção de 100 mil bpd de petróleo.

Com relação à expansão da infraestrutura de transporte de gás natural, o Governo Federal tem monitorado a construção de um conjunto de 3.968 km de gasodutos, todos integrantes do PAC, sendo que, desse total, 3.587 km (90,4%) foram concluídos entre 2007 e 2010, incluindo o GLP duto Urucu-Coari, no Estado do Amazonas. Destacam-se, em particular, a conclusão do último trecho do Gasene – entre os Municípios de Cacimbas, no Estado do Espírito Santo, e de Catu, no Estado da Bahia, interligando as malhas do Sudeste e do Nordeste – e do Gasduc III, entre as cidades de Macaé e do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, com 183 km e capacidade de transportar 40 milhões de m³/dia. Esses empreendimentos permitiram a ampliação e a flexibilização do transporte de gás na Região Sudeste e o atendimento da Região Nordeste com gás e GNL produzidos na Bacia de Santos e na Baía de Guanabara.

Quanto à capacidade de refino do País, as 11 refinarias existentes receberão, até o encerramento de 2010, investimentos da ordem de R\$ 35,0 bilhões, de um total de R\$ 42,5 bilhões, o que possibilitará que a capacidade nacional instalada de refino, a curto prazo, aumente em 100 mil bpd de petróleo e, a médio prazo, supere três milhões de bpd, potencializando, dessa forma, o Brasil como um país exportador de produtos refinados de petróleo.

Estão previstas para entrar em operação: em 2013, a Refinaria Abreu e Lima, no Estado de Pernambuco, em associação com a Petrobras de Venezuela S/A, com capacidade de produção de 230 mil bpd de derivados de petróleo e investimento de R\$ 23,0 bilhões; em 2014 e 2016, as 1ª e 2ª fases da Refinaria Premium I, no Estado do Maranhão, com capacidade de 600 mil bpd e investimento de R\$ 40,0 bilhões; em 2017, a Refinaria Premium II, do Estado do Ceará, com capacidade de 300 mil bpd e investimento de R\$ 22,0 bilhões.

Sobre a questão de combustíveis renováveis, a experiência brasileira é reconhecida mundialmente e o etanol, produzido em larga escala na década de 1970, ocupa posição de destaque, sendo hoje o principal combustível consumido em veículos leves no Brasil e o segundo recurso energético, em termos de potência instalada, presente nas usinas termelétricas em operação, com cerca de 20% da capacidade, perdendo apenas para o gás natural.

Estima-se que as 430 unidades de processamento de cana-de-açúcar produzirão 28 bilhões de litros de etanol em 2010 e que, até 2019, a produção alcance 64 bilhões de litros, de acordo com o PDE 2010/2019. Esse incremento gera a necessidade de investimento em infraestrutura e logística de transporte como a construção do álcoolduto entre Senador Canedo, no Estado de Goiás, e São Sebastião, no

Estado de São Paulo, que ampliará a capacidade de transporte em 12 bilhões de litros e permitirá a redução de custos associados, de forma a tornar o álcool mais competitivo nos mercados interno e externo.

Pode-se destacar, também, o PNPB, com investimentos da ordem de R\$ 200 milhões, entre 2007 e 2009, que organizou a cadeia produtiva, definiu as linhas de financiamento, estruturou a base tecnológica e editou o marco regulatório do novo combustível, estabelecendo as condições legais para a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira de combustíveis líquidos.

De forma geral, os enfoques do programa são a inclusão social e o desenvolvimento regional, via geração de emprego e renda, e a garantia da qualidade, preço e suprimento. A produção nacional de biodiesel saltou de 1 milhão para 1,6 milhão de litros, entre 2005 e 2009. Atualmente, o Brasil possui 50 usinas com capacidade de produção de 4 bilhões de litros/ano, o que permitiu reduzir a importação de diesel de petróleo e viabilizou ganhos de US\$ 750,0 milhões na balança comercial, em 2009.

É importante ressaltar que a ANP realiza fiscalizações, desde a exploração até a comercialização de combustíveis, com vistas a assegurar aos consumidores condições adequadas de qualidade e preço de biocombustíveis, petróleo e seus derivados comercializados no País. A ANP monitora semanalmente os preços e as margens de comercialização para identificar indícios de infrações à ordem econômica e disponibiliza na internet as informações à sociedade, permitindo ao consumidor fazer a melhor opção de compra. Para 2011, estão previstos R\$ 63,0 milhões para a fiscalização da distribuição e revenda de derivados de petróleo e biocombustíveis e fiscalização das atividades integrantes da indústria de petróleo.

No que se refere à mineração, foi possível aumentar o conhecimento territorial do País, mediante mapeamento geológico e levantamentos aerogeofísicos, geoquímicos e hidrogeológicos. As informações obtidas são disponibilizadas para a sociedade, buscando atrair investimentos privados em exploração, produção e transformação mineral, o que, por sua vez, gera divisas e permite alavancar a economia e o desenvolvimento social nas regiões dos empreendimentos. Para 2011, serão destinados recursos da ordem de R\$ 79,9 milhões para realização de levantamentos da geodiversidade, geoquímicos, hidrogeológicos, geológicos e aerogeofísicos.

Além dos levantamentos e projetos citados acima, para 2011, serão destinados R\$ 30,1 milhões para a implantação de sistema de informações agregadas de caracterização de insumos minerais para construção civil, avaliação dos riscos geológicos e desastres naturais em regiões críticas, avaliação do potencial de minerais radioativos, fiscalização da atividade minerária e outorga de direitos minerários.

Transportes

Os investimentos no setor de transportes têm sido essenciais para o desenvolvimento nacional, com impacto direto sobre a eficiência produtiva e a competitividade da economia. Além disso, o fortalecimento da produção e o desenvolvimento regional equilibrado dependem de uma rede integrada de transportes que interligue as áreas de produção às de consumo e exportação.

Diante desse desafio, o Governo Federal elaborou, em 2007, o PNLT, com prazo de vigência até 2023, como forma de retomar o processo de planejamento de transportes de longo prazo no Brasil. Desde então, o reequilíbrio da matriz de transporte de cargas brasileira e a integração de modais têm sido os objetivos centrais da política nacional de transportes.

A alocação de recursos federais para o setor, em especial no âmbito do PAC, tem buscado garantir a ampliação e a manutenção da malha rodoviária federal pavimentada, facilitar a integração do continente sul-americano e intensificar o uso das modalidades ferroviária e aquaviária, tendo em vista que são menos poluentes e apresentam maior produtividade e eficiência energética.

Dando continuidade a essa estratégia, está em curso um conjunto de intervenções com vistas a ampliar a malha rodoviária federal pavimentada, de 61,8 mil km para 75 mil km, integrar o continente sul-americano, com a implantação de obras de infraestrutura de transportes dos eixos Mercosul-Chile, Peru-Brasil-Bolívia e Escudo Guianês, e aumentar de 25% para 32% a participação do modal ferroviário e de 13% para 29% a participação do modal hidroviário na matriz brasileira de transportes de cargas, até o término da vigência do PNLT.

Em relação ao setor rodoviário, nos últimos três anos foram recuperados 31,1 mil km de rodovias, conservados cerca de 28,0 mil km de vias anualmente, construídos e duplicados cerca de 1.550 km e 1.100 km de rodovias, respectivamente, e instalados e/ou reativados 78 postos de pesagem, sendo 45 fixos e 33 que operam com equipamentos portáteis em diversos Estados da Federação, que fizeram parte da primeira etapa do Plano Diretor Nacional Estratégico de Pesagem. Para 2011 e 2012, a meta é colocar em operação outros 157 postos de pesagem.

No tocante à manutenção rodoviária, cabe destacar a implementação do novo modelo do Crema, criado para consolidar as atividades de recuperação e manutenção de rodovias, por meio de contratos de gestão sob a responsabilidade direta do contratado na execução das obras, por um período de até cinco anos. O Crema 1ª Etapa prevê a manutenção de 26 mil km, em 2011, e o Crema 2ª Etapa já está em implementação, cuja meta é realizar a manutenção de 15 mil km, em 2011.

Entre os 1.550 km construídos, 1.300 km referem-se a serviços de implantação e pavimentação de trechos de rodovias, fundamentais para o escoamento das safras, a ampliação da fronteira agrícola, a integração nacional, o desenvolvimento do turismo e o fortalecimento do comércio exterior, e 250 km são relativos a travessias e contornos, com vistas a minimizar os conflitos existentes entre os tráfegos de longa distância e local, retenções no fluxo de tráfego e acidentes envolvendo veículos e pedestres.

Entre as obras concluídas no período compreendido entre 2007 e 2009, merece destaque a construção de pontes sobre o rio São Francisco, na BR-116, no Estado da Bahia, sobre o rio Acre, na BR-317, no Estado do Acre, e sobre o rio Itacutú, na BR-401, no Estado de Roraima; dos trechos rodoviários das BRs 158, nos Estados do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul, 153, no Estado do Paraná, e BR-282, no Estado de Santa Catarina; dos contornos de Rio Branco, na BR-364, no Estado do Acre, de Cachoeiro do Itapemirim, na BR-482, no Estado do Espírito Santo, e de Curitiba (Leste), na BR-116, no Estado do Paraná; bem como das travessias urbanas nos Municípios de Jequié e de Vitória da Conquista, no Estado da Bahia, de Paranaíba, no Estado de Mato Grosso do Sul, e de Araguaína, no Estado de Tocantins.

As ações de adequação e duplicação das rodovias visam eliminar segmentos críticos, de forma a aumentar a segurança, melhorar o fluxo e diminuir o custo do transporte. Nos últimos três anos, foram concluídos os trechos rodoviários entre Brasília e Anápolis, da BR-060, compreendida entre o Estado de Goiás e o Distrito Federal, entre a divisa dos Estados de Goiás e Minas Gerais e o entroncamento com a BR-365, da BR-153, no Estado de Minas Gerais, denominado Trevão, e entre João Pessoa e Campina Grande, na BR-230, no Estado da Paraíba, sendo que para este último serão destinados R\$ 13,3 milhões em 2011 para a realização de obras complementares.

Considerando as metas a serem alcançadas, em 2011, o Governo pretende aplicar R\$ 13,1 bilhões no setor rodoviário, merecendo destaque as intervenções referentes à manutenção rodoviária, para o que está previsto um gasto da ordem de R\$ 5,0 bilhões; as adequações de trechos rodoviários nas BRs 163, no Estado do Mato Grosso; 365, no Estado de Minas Gerais; 493, no Estado do Rio de Janeiro; 060, no Estado de Goiás; 280, no Estado de Santa Catarina; e 392, 290 e 116, no Estado do Rio Grande do Sul, nos quais será despendido um total de R\$ 1,5 bilhão; a duplicação da BR-101, nos Estados do Nordeste, cujo valor perfaz R\$ 1,1 bilhão; a construção de trechos rodoviários nas BRs 429, no Estado de Rondônia; 319, no Estado do Amazonas; 163 e 230, no

Estado do Pará; 364, no Estado do Acre; e 448, no Estado do Rio Grande do Sul, com recursos da ordem de R\$ 1,4 bilhão; além da construção do trecho norte do Rodoanel, no Estado de São Paulo, com dotação de R\$ 437,5 milhões.

Ainda na área rodoviária, vale ressaltar a continuidade do processo de descentralização das atividades do Estado, mediante transferência para a iniciativa privada da responsabilidade pela recuperação, manutenção e operação de trechos de rodovias federais, iniciativa essa de vital importância para dinamizar a economia do País.

Entre as principais realizações de 2009, destacam-se a conclusão da II Fase da 2ª Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias, envolvendo a transferência para o concessionário da rodovia BR-116/324/BA, Salvador – Feira de Santana – divisa dos Estados da Bahia e Minas Gerais, com 680,6 km de extensão. E já estão sendo feitos estudos para dar início à 3ª Etapa de Concessões Rodoviárias, cuja Fase I abrange o trecho da BR-040/DF/MG, entre Brasília e Juiz de Fora, e o trecho da BR-116/MG, entre a divisa dos Estados da Bahia e de Minas Gerais e a divisa dos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. A Fase II, por sua vez, inclui o trecho da BR-101/ES/BA, entre a divisa dos Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro e o Entroncamento BA-698, acesso a Mucuri, e trecho da BR-470, no Estado de Santa Catarina.

No setor ferroviário, o Governo Federal tem priorizado a expansão da malha ferroviária brasileira e a eliminação dos principais gargalos existentes, por meio da construção de ferrovias em bitola larga, com o objetivo de desenvolver um sistema ferroviário moderno, integrado e de alta capacidade, ligar áreas de produção agrícola e mineral aos portos, indústrias e mercado consumidor e aumentar a participação do modal na matriz de transportes.

A construção de novas ferrovias e sua posterior concessão à iniciativa privada permitem a ampliação da malha ferroviária brasileira e sua operação eficiente. Dessa forma, as operadoras concessionárias passam a investir na manutenção das linhas e na aquisição de locomotivas e vagões necessários à prestação do serviço de transporte, gerando impactos positivos na competitividade dos produtos agrícolas e minerais brasileiros e na ampliação da produção interna.

Os principais empreendimentos ferroviários do Governo Federal são a Ferrovia Norte Sul, a Nova Transnordestina e a Ferrovia de Integração Oeste-Leste. A Ferrovia Norte Sul irá, inicialmente, ligar o Estado de Goiás ao norte do País, permitindo o escoamento da produção agrícola desse Estado, além de beneficiar os Estados de Mato Grosso, Tocantins, Pará e Maranhão. Já foram concluídos 356 km dessa ferrovia e a construção de mais 1.003 km está em andamento. Também para atender à produção agrícola, a Nova Transnordestina ligará o sul dos Estados do Maranhão e Piauí (regiões produtoras de grãos) aos portos de Pecém, no Estado do Ceará, e Suape, no Estado de Pernambuco. A construção de 1.362 km dessa ferrovia está em andamento. No que concerne à Ferrovia de Integração Oeste-Leste, além de permitir o escoamento da produção agrícola do oeste do Estado da Bahia e do Estado de Tocantins, ela servirá ao transporte de minério de ferro a ser produzido na região central baiana.

Ainda no setor ferroviário, cabe destacar a eliminação de gargalos importantes na malha existente, como a duplicação do trecho entre Curitiba e o Porto de Paranaguá, no Estado do Paraná, e a construção do Ferroanel, no Estado de São Paulo. Também estão sendo executadas obras envolvendo a construção de contornos e a remoção de pontos críticos, tais como a construção do Pátio de Tutóia e do contorno ferroviário, em Araraquara, no Estado de São Paulo, o rebaixamento da Linha Férrea de Maringá, no Estado do Paraná, e a construção dos contornos ferroviários de São Francisco do Sul e Joinville, no Estado de Santa Catarina.

Com vistas a aumentar a participação do modal na matriz de transportes e possibilitar a consolidação da malha ferroviária do País, estão sendo elaborados estudos e projetos para integração multimodal, visando produzir uma carteira de empreendimentos, destacando-se:

- a) Ferrovia de Integração Oeste-Leste (1.490 km): Figueirópolis, em Tocantins- Ilhéus, na Bahia;
- b) Ferrovia de Integração Centro-Oeste (1.500 km): Uruaçu, em Goiás - Vilhena, em Rondônia (o primeiro trecho da Ferrovia Transcontinental, cujo traçado está em estudo);
- c) Conexão da Ferrovia Nova Transnordestina com a Ferrovia Norte-Sul (400 km): Eliseu Martins, no Piauí - Estreito, no Maranhão;
- d) Extensão Norte da Ferrovia Norte-Sul (700 km): Barcarena, no Pará -Açailândia, no Maranhão;
- e) Conexão Ferrovia Norte-Sul com a Ferrovia do Pantanal (220 km): Estrela d'Oeste, em São Paulo - Panorama, em Mato Grosso do Sul;
- f) Ferrovia do Pantanal (750 km): Panorama, em São Paulo - Porto Murtinho, em Mato Grosso do Sul;
- g) Ferrovia do Frango (620 km): Itajaí - Chapecó, ambos os Municípios em Santa Catarina; e
- h) Ferrovia Litorânea (236 km): Imbituba - Araquari, ambos os Municípios em Santa Catarina.

Além do transporte de carga, tem-se investido no transporte ferroviário de passageiros. O TAV, ligando Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas, concorrerá para a melhoria da movimentação de pessoas entre os principais pólos econômicos do País, o desenvolvimento regional e a redução dos impactos ambientais da emissão de gases poluentes em decorrência da crescente utilização de outros modais. Em conjunto com o redesenho do setor aéreo, o TAV permitirá maior eficiência do transporte regional de pessoas, reduzindo os tempos e custos de deslocamento, em uma solução de transporte multimodal.

Em 2011, está prevista a aplicação de R\$ 2,5 bilhões nesse setor, no qual se destaca R\$ 1,3 bilhão para a construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, R\$ 571,0 milhões para a Ferrovia Norte-Sul, R\$ 299,0 milhões para ações voltadas à construção de contornos ferroviários e variantes e adequação de ramais ferroviários que visam eliminar os gargalos das grandes cidades e R\$ 204,5 milhões correspondentes ao apoio da União para a construção do TAV entre Rio de Janeiro – São Paulo - Campinas.

No tocante ao setor hidroviário, desde 2007, foi concluída a construção dos terminais hidroviários de Tabatinga, São Sebastião do Uatamá e de Nhamundá, no Estado do Amazonas, e foram executados serviços de manutenção anual em cerca de 14 mil km de vias navegáveis, com destaque para melhorias nas hidrovias dos rios Madeira, Tocantins, São Francisco e Paraguai e canal de Guairá, no rio Paraná.

Além disso, vem-se trabalhando no sentido de concluir a transposição da barragem de Tucuruí, no rio Tocantins, no Estado do Pará, com vistas ao restabelecimento da navegação comercial do rio, num trecho de 780 km de extensão na região Sudeste daquele Estado, a qual foi interrompida pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

E ainda, para impulsionar o desenvolvimento regional e melhorar as condições de segurança na movimentação de pessoas e cargas na mais importante bacia hidrográfica do País, está em execução a construção de terminais hidroviários em 57 localidades nos Estados do Amazonas, Pará e Rondônia.

A execução de investimentos no desassoreamento, balizamento e sinalização de canais também é de grande importância para a navegação fluvial. Segundo dados da Antaq, o Brasil possui cerca de 15 mil quilômetros de rios e lagos usados economicamente para logística. Com novos investimentos, esse potencial subiria para mais de 40 mil quilômetros, apenas nas bacias mais relevantes. Os principais focos agora serão a bacia Tocantins/Araguaia, Tietê/Paraná, Parnaíba/Rio Grande, São Francisco e a hidrovia do rio Madeira. No Madeira, os projetos das usinas de Santo Antonio e Jirau já incluem projetos de eclusas para auxiliar a navegação. O mesmo ocorre em Belo Monte, com projeto de usina já licitada no rio Xingu.

No modal hidroviário, estão previstos para serem aplicados, em 2011, pelo Governo Federal, R\$ 469,3 milhões na realização das obras de construção de terminais fluviais na Região Norte e nos melhoramentos no canal de navegação das hidrovias dos rios Tocantins, Paraná e Paraguai, Madeira, Tapajós e São Francisco.

No que diz respeito à indústria naval brasileira, os financiamentos estão voltados para a construção e ampliação de estaleiros e construção de embarcações, plataformas e sondas, com a finalidade de atender, principalmente, à demanda do Pré-sal.

A estabilidade e a expansão da economia, assim como o crescimento do transporte de cabotagem, fizeram com que cerca de 20 estaleiros fossem reabertos no Estado do Rio de Janeiro e dois outros novos, construídos, sendo um em Suape, no Estado de Pernambuco, e outro em Navegantes, no Estado de Santa Catarina. Essa movimentação significou a criação de milhares de empregos no setor e a geração de oportunidades na cadeia de fornecedores da indústria da construção naval. Ressalta-se, inclusive, que o aquecimento do setor deve manter-se assim ao longo das próximas duas décadas, principalmente por causa da exploração dos reservatórios da camada Pré-sal.

A Petrobras precisa de 45 novas plataformas de exploração, perfuração e produção de petróleo para atender o segmento. Cada uma das plataformas exige pelo menos dois navios de apoio, o que quer dizer que, nos próximos anos, haverá uma demanda adicional de 90 embarcações desse tipo, além dos 146 já previstos anteriormente pela estatal. Serão necessários, ainda, outros 70 navios petroleiros para atender à demanda da Petrobras.

Existem, ainda, encomendas anunciadas pela Petrobras e por outros armadores brasileiros de mais de 350 embarcações. Em dezembro de 2009, só o CDFMM aprovou prioridades para a construção de navios que representam investimento de R\$ 5,0 bilhões e a implantação e modernização de estaleiros que totalizam R\$ 2,2 bilhões, perfazendo o montante de R\$ 7,2 bilhões.

Nesse sentido, os financiamentos do FMM, que integram o PAC, com previsão de recursos da ordem de R\$ 3,3 bilhões para 2011, são um dos principais instrumentos da política de fomento da indústria naval brasileira.

Na relação comercial brasileira com o resto do mundo, os portos têm participação de aproximadamente 80%. Para alcançar a meta de crescimento das exportações, é necessário adequá-los aos desafios do comércio exterior, ampliar a capacidade dos existentes e construir novos terminais.

A SEP, vinculada à Presidência da República, é o órgão responsável pela formulação de políticas e execução de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infraestrutura dos portos marítimos. Em 2011, deverá contar com recursos da ordem de R\$ 1.050,0 milhões, dos quais R\$ 912,0 milhões no âmbito do PAC.

Para que o setor portuário brasileiro possa receber navios de maior porte e aumentar a capacidade de movimentação de cargas, o PND pretende adequar a profundidade e a geometria do canal de acesso e da bacia de evolução dos principais portos do País, com vistas a aumentar a produtividade de carga e descarga, reduzir o tempo de espera para atracação e permitir o aumento do fluxo de navios, o que deverá resultar em significativo aumento no desempenho das exportações e no movimento de turistas. A melhoria desses acessos é o principal indutor da redução de custos da atividade portuária brasileira, além de ampliar a capacidade de operação dos portos.

Em 2010, além de dar continuidade às obras portuárias de dragagem previstas no PAC 1, foram iniciadas ações que viabilizarão as obras de dragagem marítima de acesso aos portos incluídos no PAC 2, como a elaboração dos projetos básicos, de estudos de viabilidade técnica e econômica e dos relatórios de impacto ambiental, com vistas à obtenção de licenças para a licitação desses empreendimentos.

Para 2011, o PND prevê a realização de 17,3 milhões de m³ de dragagem de aprofundamento e adequação da navegabilidade nos canais de acesso e bacias de evolução de 13 portos marítimos sob responsabilidade da SEP. Serão realizadas obras integrantes do PAC nos portos de Luís Correia, no Piauí, Areia Branca, no Rio Grande do Norte, Suape, em Pernambuco, Maceió, em Alagoas, Vitória e Barra do Riacho, no Espírito Santo, Canal das Flechas e Itaguaí, no Rio de Janeiro,, Santos, em São Paulo, Paranaguá, no Paraná, Imbituba, em Santa Catarina, São Francisco do Sul, Itajaí e Rio Grande, no Rio Grande do Sul.

Com a finalidade de atender ao crescimento da demanda por turismo marítimo e aumentar a capacidade de atracação das embarcações turísticas de grande porte no País, tendo em vista a realização da Copa do Mundo de 2014, a SEP deverá, ainda, investir R\$ 63,3 milhões para viabilizar o funcionamento de terminais marítimos de passageiros nos Portos de Manaus, no Amazonas, Fortaleza, no Ceará, Natal, no Rio Grande do Norte, Recife, em Pernambuco, e Salvador, na Bahia. Com esses investimentos, a expectativa é de que sejam ofertados 67,5 mil leitos em navios, em complemento às vagas disponibilizadas pela rede hoteleira nacional. Outros empreendimentos relacionados à Copa do Mundo de 2014, também no âmbito do PAC, são o alinhamento de cais no Porto de Santos, em São Paulo, e a implantação de três píeres de atracação no Porto do Rio de Janeiro, contemplados com R\$ 25,0 milhões e R\$ 47,0 milhões, respectivamente.

O Brasil sediará, ainda, os Jogos Olímpicos em 2016, na Cidade do Rio de Janeiro. Com os investimentos a serem realizados no Porto do Rio de Janeiro, poderão atracar, simultaneamente, até seis navios de turismo de grande porte, com cerca de 18 mil leitos.

Voltados à realização desses eventos, em 2010, foram apresentados projetos arquitetônicos e urbanísticos para a implantação de terminais de passageiros e de infraestruturas de acessos terrestres e marítimos. Para 2011, estão sendo alocados recursos da ordem de R\$ 5,0 milhões para elaboração de estudos de viabilidade técnica e econômica e de relatórios de impacto ambiental para obtenção de licenças, com vistas à elaboração de projetos básicos e executivos.

Os empreendimentos previstos no PAC incluem a ampliação, recuperação e modernização de instalações portuárias, abrangendo sistemas de atracação, acessos terrestres e desburocratização das operações portuárias. Para 2011, estão previstos investimentos em projetos de infraestrutura e de implantação de sistemas de gerenciamento, logística e atendimento portuários, iniciativas que visam à redução de custos, melhoria da eficiência operacional portuária, aumento da competitividade das exportações brasileiras e incentivo ao investimento privado.

No que tange ao setor aeroportuário, evidenciam-se as ações adotadas em relação à reestruturação do Profaa, cuja finalidade é a reforma ou ampliação de aeroportos públicos, por meio de parcerias com os governos responsáveis pelos terminais. Para 2011, estão sendo destinados R\$ 498,8 milhões.

Sobressai-se, ainda, o processo de modernização e revitalização do Sisceab, com vistas a aprimorar a sua capacidade tecnológica e operacional e elevar a segurança dos usuários dos serviços de transporte aéreo, por meio do aumento da ação de monitoramento. Para complementar a vigilância do espaço aéreo brasileiro e o monitoramento do tráfego aéreo, faz-se necessária a ampliação da cobertura do Sisceab por radar em rota e em áreas terminais de interesse. Para 2011, está prevista a implantação de três novos radares, com a alocação de R\$ 1.097,4 milhões para essa finalidade.

A Anac prosseguirá no aprimoramento da regulamentação e fiscalização do setor aéreo, com vistas ao desenvolvimento e ao crescimento sustentável e à garantia na confiabilidade e qualidade dos serviços prestados. Contará, em 2011, com recursos da ordem de R\$ 213,1 milhões.

Telecomunicações

Na conjuntura atual, em que o conhecimento é um dos principais vetores de transformações econômico-sociais, as TICs têm o potencial de acelerar o desenvolvimento do País, proporcionando inúmeros benefícios à sociedade, entre os quais destacam-se o acesso à informação, o uso dos serviços do Estado, as aplicações em educação e saúde, a busca de empregos mais qualificados e o pleno exercício do direito à comunicação. Nesse contexto, o Governo Federal tem buscado viabilizar avanços adicionais para a universalização dos serviços de telecomunicações e para a efetiva competição, de forma a melhor adequá-las às necessidades da população brasileira, principalmente a de menor renda.

O crescimento do acesso à internet em velocidade de banda larga é incontestável. Para reduzir as desigualdades em relação ao serviço, o Governo Federal busca massificar o acesso à Internet em banda larga no território nacional, com o PNBL, aprovado em maio de 2010, que abrangerá 4.283 Municípios e contará com recursos da ordem de R\$ 13,0 bilhões. Um dos principais obstáculos ao avanço da banda larga no País é o seu elevado preço, decorrente, em parte, da falta de competitividade no mercado interno. O PNBL é um importante instrumento que aumentará a concorrência, sobretudo nas cidades do interior e nas periferias das grandes cidades. Ao mesmo tempo, o PNBL viabilizará o início de um novo e virtuoso ciclo de desenvolvimento, na medida em que a difusão do acesso em banda larga representa importante ferramenta de inclusão e contribui para o desenvolvimento econômico e social do País.

Além da política de expansão da infraestrutura de redes digitais de banda larga, o Governo Federal executa e apoia ações de inclusão digital por meio de diversos programas e órgãos. Nesse sentido, está em curso a implantação do Programa Banda Larga nas Escolas, que prevê o fornecimento gratuito, até 2025, de conexão banda larga em todas as escolas públicas urbanas brasileiras. Até 2011, o projeto atenderá 64,8 mil escolas públicas urbanas, beneficiando diretamente mais de 86% dos alunos dessas escolas, com uma velocidade da conexão de 1 Mbps¹¹, com previsão de aumento de banda em função da evolução da oferta de mercado.

Por sua vez, o Gesac tem por objetivo levar a todas as localidades, com prioridade para as remotas ou com baixo índice de desenvolvimento, a infraestrutura de comunicações em banda larga e aplicativos para acesso à internet, de forma a contemplar populações variadas, como comunidades quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, aldeias indígenas, zonas rurais, periferias urbanas, escolas públicas, telecentros comunitários e pontos remotos de fronteira, entre outros. A rede Gesac conta atualmente com cerca de 11.600 pontos instalados, atendendo a aproximadamente 5 mil Municípios. Para 2011, o Programa prevê a ampliação da cobertura, contando com recursos da ordem de R\$ 58,3 milhões, de forma a atender à totalidade da demanda de todos os telecentros implantados, bem como melhorar a qualidade dos serviços de internet.

Na área regulatória, cabe destacar a revisão do Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado, prestado no regime público, com vigência para o período 2011-2015, e a visão estratégica preconizada no PGR, em que são determinadas as medidas prioritárias de curto, médio e longo prazos a serem realizadas pela Anatel, em um horizonte de dez anos, de modo a reforçar a previsibilidade e a segurança regulatórias, elementos indispensáveis ao desenvolvimento do setor.

Merecem destaque também os esforços realizados pela Anatel no sentido de fortalecer a participação da sociedade na agenda regulatória, harmonizando os direitos e obrigações de usuários e empresas. Nesse sentido, encontra-se em fase final de desenvolvimento o Plano de Ação Pró-Usuário dos Serviços de Telecomunicações, que deverá consolidar no ambiente interno da Anatel uma visão aperfeiçoada da inserção dos direitos dos usuários nos regulamentos.

¹¹ Megabit por segundo – unidade de transmissão de dados equivalente a mil kilobits por segundo ou 1 milhão de bits por segundo.

A evolução dos serviços de telecomunicações no Brasil é um indicativo do desenvolvimento do setor ao longo dos últimos anos. Na telefonia fixa, o Brasil somava 17 milhões de acessos em serviço em 1997 e hoje conta com mais de 42 milhões de linhas fixas. Na telefonia móvel, os acessos celulares saltaram de 4,6 milhões, em 1997, para mais de 180 milhões em 2010, ou seja, um crescimento aproximado de 3.900% no período, ou cerca de 300% ao ano.

Em relação ao segmento de Televisão por Assinatura, a Anatel prevê a retomada do processo de outorga para a prestação do serviço de TV a Cabo para todos os Municípios brasileiros. Com a retomada, estima-se uma significativa ampliação no número de prestadores e a consequente expansão da oferta, acesso e competição no setor, que já atende a mais de 8 milhões de domicílios no País. Com vistas a dar continuidade à execução das atividades de fiscalização, outorga e outras ações finalísticas da Anatel, serão destinados à Agência um total de R\$ 103,3 milhões.

Finalmente, o Funttel é o principal instrumento de fomento a pesquisa e desenvolvimento no setor de telecomunicações brasileiro, o qual contará com recursos da ordem de R\$ 250,0 milhões em 2011. Cabe ressaltar que resultados expressivos foram alcançados por projetos apoiados pelo Funttel, como o desenvolvimento do SBTVD, que já se tornou um padrão de televisão digital internacionalmente reconhecido.

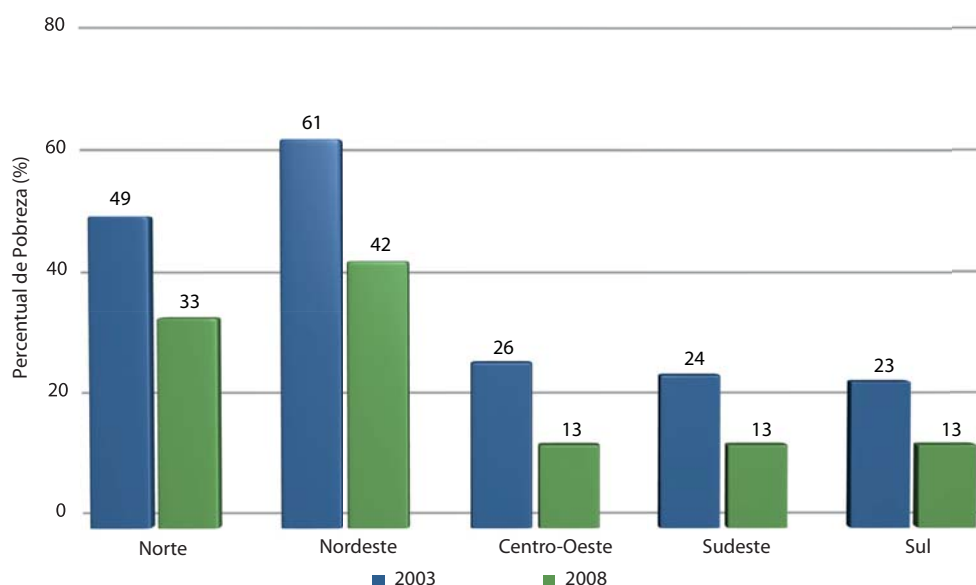
Baseado no padrão japonês ISDB-T (Integrated Services Digital Broadcast – Terrestrial), o SBTVD incorporou melhorias propostas pelo Governo Federal, comunidade científica e setor empresarial do Brasil, passando a ser designado internacionalmente por ISDB-Tb (Integrated Services Digital Broadcast – Terrestrial, Brazilian Version). O sinal da TV Digital brasileira está atualmente disponível em mais de 300 Municípios do País, atingindo mais de 83 milhões de pessoas. Em 2011, todas as geradoras e retransmissoras localizadas em capitais de Estados e no Distrito Federal deverão iniciar suas transmissões digitais.

Desenvolvimento Regional

As diferentes taxas de desenvolvimento observadas entre as regiões brasileiras têm sua origem na formação econômica do País, em especial, dos diferentes ciclos econômicos que o Brasil atravessou, juntamente com as relações trabalhistas e as características culturais predominantes de cada região. Portanto, a preocupação em avançar na direção de um País mais igualitário vem norteando os esforços empreendidos pelo Governo Federal, mediante o desenvolvimento de iniciativas que visam levar o desenvolvimento às regiões brasileiras e diminuir as disparidades sociais e econômicas existentes.

A PNAD de 2008 reforçou as boas notícias que já vinham se anunciando desde o início dos anos 2000, no que se refere à melhoria na distribuição de renda no País e à nítida tendência de queda continuada na desigualdade brasileira. Mais do que isso, entre 2007 e 2008, verificou-se que houve crescimento na renda de todos os estratos da população, com a consequente redução da pobreza, decorrente dos aumentos da ocupação e dos rendimentos reais, incluídas as transferências nas classes com menor renda. De 2003 a 2008, a incidência de pobreza diminuiu em todas as regiões do País, conforme evidencia o Gráfico 8, com destaque para o Nordeste, com recuo de 19 pontos percentuais, seguido pelo Norte, com 16 pontos percentuais.¹² Ressalte-se que, em horizontes de cinco anos, esses foram os maiores decréscimos registrados nas séries regionais, iniciadas em 1981, apontando para uma redução das divergências regionais.

¹² Cf. Ipea, Metodologia linhas de pobreza e indigência (www.ipeadata.gov.br). O conceito de pobreza aqui empregado se aplica à parcela de indivíduos considerados pobres, de acordo com metodologia específica aplicada à base de dados da PNAD. São consideradas indigentes as pessoas com renda inferior à linha de indigência, calculada a partir de uma cesta de alimentos que satisfaça requisitos nutricionais mínimos. A linha de pobreza equivale a duas vezes a linha de indigência.

Gráfico 8 – Incidência de Pobreza

Elaboração: Ipea, a partir de dados da PNAD/IBGE.

O Governo Federal vem buscando, por meio de diversos programas, promover o desenvolvimento nas regiões do Brasil. Destaca-se o trabalho realizado pelo Ministério da Integração Nacional, cujos investimentos estão direcionados prioritariamente para as regiões menos desenvolvidas ou consideradas estratégicas, gerando resultados que, embora não possam ser mensurados objetivamente, certamente concorreram para a melhoria dos dados socioeconômicos supracitados.

Portanto, tendo em vista os avanços obtidos nos últimos anos, a União continuará adotando medidas de estímulo à produção, ao emprego e à renda nas regiões e sub-regiões menos desenvolvidas, como os Municípios do semiárido brasileiro, nas mesorregiões (territórios que envolvem regiões de um ou mais Estados que compartilham características comuns em cultura, questões socioeconômicas, políticas e ambientais), nas Rides e em espaços importantes para a integração sul-americana.

Assim, em 2011, serão investidos R\$ 82,3 milhões no desenvolvimento das áreas que fazem fronteira com países limítrofes, por meio de sua estruturação física, social e econômica, no estímulo aos potenciais endógenos das regiões e sub-regiões mais carentes, nas ações de inserção produtiva da população, visando à dinamização de arranjos, setores e cadeias produtivas regionais, e na organização social de comunidades locais.

Ressaltam-se, também, os esforços para o desenvolvimento da agricultura irrigada, importante ferramenta de combate à pobreza e de melhoria da distribuição de renda, que tem contribuído para a geração de empregos, aumento da oferta de alimentos e a consequente diminuição de seus preços, criando uma estrutura permanente de geração de desenvolvimento econômico e social em diversas localidades.

Nos últimos anos, o Governo Federal vem realizando várias intervenções pelo País, com o objetivo de viabilizar a implantação de diversos perímetros de irrigação, entre eles, os perímetros Baixio de Irecê e Salitre, ambos no Estado da Bahia, Jaíba, no Estado de Minas Gerais, Probertins, no Estado do Tocantins, Luis Alves do Araguaia, no Estado de Goiás, Marituba, no Estado de Alagoas, e Pontal, no Estado de Pernambuco, com uma área irrigada correspondente a 40 mil ha.

Em 2011, os investimentos em agricultura irrigada terão prosseguimento, pois serão aplicados R\$ 454,4 milhões na continuidade da implantação dos perímetros já iniciados, na construção de novos perímetros, como Tabuleiro São Bernardo, no Estado do Maranhão, e Marrecas-Jenipapo, no Estado do Piauí, e na transferência de gestão de perímetros públicos que já se encontram em condições normais de operação aos produtores locais.

A melhoria da infraestrutura hídrica de oferta e acesso à água também vem recebendo grande atenção, uma vez que a água é elemento básico e estruturante para o desenvolvimento de qualquer atividade social e econômica.

Os esforços do Governo Federal nessa área vêm se traduzindo em diversas intervenções, mediante a conclusão da construção de barragens, como Taquara, no Estado do Ceará, Piaus e Poço do Marruá, ambas no Estado do Piauí, Palmeira dos Índios, no Estado de Alagoas, e Setúbal e Peão, ambas no Estado de Minas Gerais; a implantação de adutoras, a exemplo de Poço do Marruá, no Estado do Piauí, Palmeira dos Índios, no Estado de Alagoas, Capivara e Acauã, ambas no Estado da Paraíba, e Pirapama, no Estado de Pernambuco; e as obras de sistemas de abastecimento, entre eles, Limoeiro, Agrestina e Belo Jardim, no Estado de Pernambuco, Alto Oeste, no Estado do Rio Grande do Norte, Congo, no Estado da Paraíba, e Ibaretama, no Estado do Ceará.

Além disso, destacam-se as medidas adotadas para levar água às populações dos Municípios da Calha do Rio São Francisco, como apoio à conclusão da construção de 7.945 cisternas, em 54 Municípios dos Estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Sergipe; a conclusão de cinco sistemas de abastecimento, nas localidades de Ilhas das Canas, em Penedo, no Estado de Alagoas, Itamarati, em Juazeiro, Palmas e Passos, em Serra do Ramalho, e Nova Esperança, em Sítio do Mato, todas no Estado da Bahia, e com a implantação de 39 poços tubulares no Estado da Bahia.

Em 2011, as ações que contribuem efetivamente para o aumento da oferta e do acesso à água de boa qualidade, a utilização racional desse recurso e o aprimoramento dos instrumentos de gestão e do fortalecimento institucional dos organismos gestores de recursos hídricos continuarão sendo prioridade com a aplicação de R\$ 626,9 milhões.

Outra medida importante em prol da criação de condições reais de desenvolvimento sustentável e autônomo na Região Nordeste do Brasil, principalmente em seu semiárido, é o investimento do Governo Federal no PISF, que visa levar água para as bacias Brígida, Terra Nova, Pajeú Moxotó, bacias do Agreste Pernambucano, Jaguaribe, Metropolitanas do Ceará, Apodi, Piranhas-Açu, Paraíba e Piranhas por meio de dois eixos de integração: leste e norte.

O PISF assegurará a oferta de água, em 2025, a cerca de 12 milhões de habitantes de 390 cidades da região semiárida dos Estados de Pernambuco, do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte, reduzindo em 30% o contingente populacional exposto às situações emergenciais das secas e contribuindo para o desenvolvimento de atividades econômicas. Além disso, o Programa viabilizará uma sistemática mais eficiente de operação de reservatórios já construídos, o que significará melhor aproveitamento da infraestrutura hídrica e gestão mais eficaz da água. Neste sentido, para 2011, o Governo Federal deve aplicar R\$ 1,5 bilhão no PISF, com a finalidade de concluir o Eixo Leste, com 220 km, e de dar continuidade ao Eixo Norte, com 400 km.

Outra linha de atuação do Governo Federal, no sentido de promover melhorias nas condições de vida das populações residentes nos Municípios integrantes das bacias dos rios São Francisco e Paraíba, é a revitalização desses importantes cursos d'água, que são fonte de alimentos e propiciam atividades econômicas para milhões de brasileiros. Atenção especial vem sendo dada à elaboração de projetos e a obras de esgotamento sanitário, como a realização de ligações domiciliares, implantação de unidades sanitárias, coleta, elevação e tratamento final de efluentes. Para tanto, em 2011, será dada continuidade

às intervenções de revitalização, com aplicação de R\$ 313,1 milhões, contribuindo-se de maneira efetiva para a melhoria da saúde pública, do meio ambiente e da qualidade de vida nas cidades dessa região.

A União também vem envidando esforços no sentido de diminuir a exposição da população a situações de riscos decorrentes de desastres naturais como fortes chuvas e cheias. Para tanto, tem-se procurado melhorar os sistemas de escoamento das águas em diversos Municípios do Brasil como Boa Vista, no Estado de Roraima, Miracema do Tocantins e Formoso do Araguaia, ambos no Estado do Tocantins, Salvador, no Estado da Bahia, Luís Alves e Itajaí, no Estado de Santa Catarina, e São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul, por meio de serviços de macrodrenagem, implantação de serviços de drenagem pluvial, controle de erosão, dragagem e desassoreamento de rios. Em 2011, terão prosseguimento os investimentos nesta área com a aplicação de R\$ 127,4 milhões na continuidade dessas obras e no início de novas intervenções.

Desenvolvimento Urbano

O avanço do processo de urbanização constitui uma das principais características da sociedade brasileira. Embora existam regiões nas quais a população ainda se concentra no meio rural, na maioria dos Municípios a população é majoritariamente urbana e o grau de urbanização do País já ultrapassou a marca dos 80%, fazendo das cidades o palco no qual se desenvolvem as principais atividades econômicas e socioculturais do País.

Esse avanço produziu cidades marcadas por profundas desigualdades sociais ao longo do século XX, especialmente nos espaços metropolitanos e nas principais aglomerações urbanas do País. Com vistas a enfrentar esse desafio, o Governo Federal tem buscado ampliar os investimentos em infraestrutura social e urbana, orientados para melhorar as condições de moradia, saneamento e mobilidade urbana, sobretudo em famílias de baixa renda.

No que concerne à política habitacional brasileira, algumas inovações importantes marcam o período que se inicia em 2007, como a inclusão da urbanização de favelas entre os investimentos do PAC, a ampliação das ações do FNHIS, com a criação da Produção Social de Moradia, em 2008, e a criação do PMCMV, em 2009. Além de iniciativas complementares, como mudanças no marco regulatório de regularização fundiária e nas regras de licenciamento ambiental, apoio ao desenvolvimento da construção civil, garantias adicionais para o tomador de empréstimos e agentes financeiros, entre outras.

No âmbito do acesso à moradia, os recursos do SBPE deram um salto expressivo, passando de R\$ 18,7 bilhões, em 2007, para R\$ 33,0 bilhões, em 2009. A faixa de renda entre zero e três salários mínimos, na qual se acumula o déficit habitacional, em 2002, capitaneava 32% desses investimentos e alcançou 63%, em 2009, fato que demonstra o compromisso da União na melhoria das condições de vida dos estratos populacionais menos favorecidos.

O PMCMV, mediante concessão de subvenção econômica e de transferência de recursos ao FAR e ao FDS, contratou empreendimentos para a produção de 500 mil moradias em seu primeiro ano de implementação, o que representa metade da meta total prevista, e mais de 400 mil unidades já estão em fase de análise pela CEF. Até o momento, esse esforço exigiu recursos da ordem de R\$ 11,4 bilhões provenientes do Orçamento Fiscal, sendo que, para 2011, serão destinados outros R\$ 13,0 bilhões.

Quanto ao FNHIS, os investimentos já contratados somam R\$ 3,9 bilhões, aplicados em mais de 3 mil empreendimentos habitacionais. Entre as ações, destacam-se a melhoria da infraestrutura de assentamentos precários, a provisão habitacional para população de baixa renda e a elaboração de planos habitacionais com a participação de setores públicos e privados. Em 2011, serão alocados R\$ 651,0 milhões para finalizar as obras em andamento e iniciar as que já se encontram selecionadas.

Outra importante vertente da habitação está associada à urbanização de assentamentos precários, mediante intervenções urbanísticas e sociais capazes de transformar a realidade de famílias em vulnerabilidade social, tais como regularização fundiária, urbanização e associativismo comunitário. No período de 2007 a 2010, foram contratados projetos no valor total de R\$ 8,9 bilhões de recursos do PAC e, para 2011, estão definidos investimentos de R\$ 1,9 bilhão.

Entre as principais obras no setor habitacional, cuja conclusão está prevista para 2011, destacam-se: a urbanização da favela de Paraisópolis, em São Paulo, no Estado de São Paulo, com a produção de 2.544 unidades habitacionais e que beneficiará 22,5 mil famílias; a requalificação urbana do vale do Ribeirão Arrudas, em Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, com a construção ou aquisição de 957 unidades habitacionais e que beneficiará 16,6 mil famílias; a urbanização de favela de Heliópolis, em São Paulo, no Estado de São Paulo, com a produção de 1.427 unidades habitacionais e que beneficiará 15,6 mil famílias; a urbanização do Vale do Reginaldo, em Maceió, no Estado de Alagoas, com a construção de 1.512 novas moradias e que beneficiará 7 mil famílias; e a construção de 2.468 unidades habitacionais em Arroio Cadena e Vacacaí-Mirim, em Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul, e que beneficiará 8,4 mil famílias.

Aliado ao setor de habitação, as políticas públicas envolvendo saneamento são de fundamental importância para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira. Nesse sentido, o acesso à água adequada para consumo humano é um determinante das condições de vida da população e da salubridade do meio ambiente. Segundo dados da Pesquisa PNAD, o percentual da população urbana com canalização interna de abastecimento de água proveniente de rede geral passou de 88% em 2002 para 91% em 2008, o que possibilitou ao Brasil alcançar ainda em 2007 a meta relativa ao acesso à água potável nas áreas urbanas prevista para 2015.

Da mesma forma, o esgotamento sanitário concorre para a melhoria das condições de saúde da população e para a qualidade dos recursos hídricos, razão pela qual a União tem investido amplamente no setor. Segundo a PNAD, 82% dos domicílios urbanos já estavam ligados à rede coletora ou possuíam fossas sépticas em 2008. E ainda, no que tange à coleta de resíduos sólidos, 98% dos domicílios urbanos do País eram atendidos pela coleta direta ou indireta de resíduos em 2008.

Ainda no que se refere ao saneamento, a drenagem urbana é outra questão importante na agenda política e social, dadas a redução paulatina da capacidade de drenagem natural e a ocupação de áreas vulneráveis, como encostas de morro, que elevam o risco ao qual parte da população fica exposta. Esses problemas tendem a se tornar ainda mais relevantes no médio prazo, dentro do contexto das mudanças climáticas. Nesse sentido, o Governo Federal tem desenvolvido ações de implantação e ampliação de sistemas de drenagem urbana sustentável, bem como de manejo de águas pluviais e de contenção de encostas.

Ressalte-se que as ações voltadas ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e coleta de resíduos sólidos estão contempladas no PAC, fato que concorreu significativamente para um maior aporte de recursos nos últimos quatro anos. Verifica-se que, entre 2003 e 2006, o volume de contratações teve uma média inferior a R\$ 3,0 bilhões anuais, enquanto que, no período de 2007 a 2010, a previsão é de que sejam contratados investimentos que totalizam R\$ 34,0 bilhões, dos quais R\$ 16,3 bilhões com recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, mediante a realização de ações que envolvem esforços conjuntos dos Ministérios das Cidades e da Saúde.

Entre as obras de saneamento com conclusão programada para o ano de 2011 cabe destacar o abastecimento de água em Salvador, no Estado da Bahia, que beneficiará 69,1 mil famílias; o saneamento integrado no Complexo de Manguinhos, no Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, que beneficiará 12 mil famílias; o esgotamento sanitário em Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul,

que beneficiará 23 mil famílias; e o abastecimento de água no Distrito Federal e Entorno – Sistema Corumbá Sul, que prevê construção de estação de tratamento de água, reservatórios e adutoras e beneficiará 230 mil famílias.

Em relação ao padrão de mobilidade urbana da população brasileira, verificam-se alterações nos últimos anos devido à intensificação do uso de meios de transportes individuais. Esse aumento tem reflexos positivos sobre os indicadores de crescimento econômico, todavia impacta fortemente o desempenho dos sistemas de transportes públicos, a segurança no trânsito, bem como promove maiores congestionamentos das vias urbanas. De forma a mitigar essas deseconomias, estão previstos R\$ 56,0 milhões, em 2011, visando o desenvolvimento de projetos de corredores estruturais de transporte coletivo urbano e de sistemas de circulação não motorizada.

Nesse mesmo sentido, investimentos em sistemas metroferroviários contribuem sobremaneira para abrandar tais cenários, tendo em vista estarem presentes em 12 regiões metropolitanas e transportarem cerca de 1 bilhão de passageiros por ano. Especificamente em relação aos sistemas geridos pelo Governo Federal e inseridos no âmbito do PAC, serão destinados R\$ 526,5 milhões, em 2011, para promover as expansões e melhorias nos sistemas de Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Salvador e Porto Alegre.

A conclusão da Linha 1 do sistema de Belo Horizonte, ainda em 2010, permitirá que sejam transportados quase 200 mil passageiros por dia e, para 2011, prevê-se o início da substituição do Sistema Automático de Controle de Trens e a aquisição de novas composições. Na Linha Centro do sistema de Recife, estima-se que cerca de 80% das obras estarão concluídas ao final de 2010, contando com 20 Km de extensão e 17 estações, enquanto que, para a Linha Sul, prevê-se a aquisição de 15 Trens Unidade Elétrica, em 2011.

O sistema de Fortaleza, por sua vez, conta com duas linhas, a Oeste, com 60% das obras concluídas, e a Sul, com conclusão prevista já para dezembro de 2011. No sistema de Salvador, a modernização do trecho Calçada-Paripe encontra-se com avanço físico de 52%. No sistema de Porto Alegre, continuam as obras de extensão de São Leopoldo a Novo Hamburgo, cuja execução deverá atingir 44%, em 2010, além do sistema aeromóvel, trem suspenso que ligará o Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, ao sistema metroviário da região.

No que concerne à questão de segurança no trânsito e com o objetivo de oferecer à sociedade brasileira um trânsito seguro e de qualidade, o Programa de Segurança e Educação de Trânsito, a cargo do Denatran, tem realizado campanhas educativas, fomento a projetos de redução de acidentes e manutenção de sistemas de informação de trânsito, estando previstos recursos da ordem de R\$ 214,0 milhões para continuidade dessas ações em 2011.

Cabe destacar, ainda, o lançamento de amplo programa de investimentos em ações que visem aprimorar a mobilidade nas cidades que receberão os jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014, tais como os BRTs, corredores expressos de transporte, monotrilhos e sistema leve sobre trilhos.

Meio Ambiente

O Brasil é reconhecidamente um País detentor de uma biodiversidade exuberante, refletida em biomas complexos, como o amazônico, o do pantanal e o do cerrado, que abarcam 41,1 mil espécies da flora, e de recursos hídricos invejáveis em todo o mundo, cuja vazão total de seus rios alcança valores próximos a 180 mil metros cúbicos por segundo, o que corresponde a 12% do total mundial.

Ciente de suas responsabilidades, o Governo Federal tem realizado nos últimos anos a implementação de uma política ambiental integrada na perspectiva da promoção do crescimento sustentável e da conservação de todo esse patrimônio, com foco em intervenções que revertam o quadro de desmatamento

e incêndios florestais verificado, em especial, no norte brasileiro, além da criação de diversas unidades de conservação em todo o território nacional, visando à proteção da biodiversidade brasileira e à proteção de espécies ameaçadas de extinção.

Verifica-se, também, que temas atuais, decorrentes do debate internacional na área ambiental e que se tornaram recorrentes, entraram na agenda do Governo Federal e resultaram em iniciativas que são referência para toda a sociedade brasileira. É o caso da PNMC, que aborda questões climáticas e estabelece um conjunto de instrumentos, com vistas a preparar a economia para as demandas e padrões futuros de produção e a apoiar projetos e estudos que mitiguem a mudança do clima.

Nesse sentido, um dos principais instrumentos utilizados pela União para viabilizar a PNMC é o Fundo Nacional de Mudança Climática, criado por meio da Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, com a finalidade de assegurar recursos para apoio a projetos ou estudos e para financiamento de empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos, que contará com recursos da ordem de R\$ 233,7 milhões em 2011.

Cite-se, também, o desenvolvimento de projetos de MDL, previsto no protocolo de Quioto, para auxiliar no processo de redução de emissão de gases que provocam o “efeito estufa”, os quais atraem investimentos externos para o Brasil e servem de incentivo para a modernização do parque industrial, da gestão de resíduos e da agricultura brasileira. Esses projetos possibilitaram a redução de emissão de cerca de 390 milhões de tCO₂e (toneladas de equivalentes de gás carbônico), colocando o Brasil em terceiro lugar entre os países que conseguiram reduzir a emissão de gases por projetos de MDL.

Um outro exemplo concreto de ação do Governo na PNMC refere-se à Caatinga. Considerado um dos biomas mais vulneráveis às mudanças climáticas, no qual habitam 13 milhões de brasileiros, é apontado como uma das regiões que mais serão afetadas pelo aquecimento global. Estimativas apontam que 1/3 da economia do Nordeste, onde se encontram 80% do bioma Caatinga, pode desaparecer. Assim, além de incluí-lo no programa de redução de emissões de CO₂, o Governo lançará, até o final de 2010, um plano de ação para conter o desmatamento e intensificar as ações de preservação do bioma.

No que tange à Amazônia, os dados do Inpe mostram que as taxas de desmatamento vêm caindo sistematicamente desde 2005. O desmatamento verificado em 2009 foi o mais baixo nos 21 anos de monitoramento: 7,5 mil km², indicando redução de 73% em relação aos 27,4 mil km² desmatados em 2004. Para 2010, espera-se uma taxa ainda menor do que em 2009.

Essa queda pode ser atribuída, em grande parte, ao esforço de setores governamentais e da sociedade envolvidos na execução de atividades previstas no PPCDAM. Ressalte-se, também, que ações semelhantes têm ocorrido em outros biomas, como é o caso do cerrado, o segundo maior bioma brasileiro, considerado a savana mais rica em biodiversidade do mundo, com 12 mil espécies e plantas nativas, que possui o PPCerrado. Nesse sentido, para 2011 estão previstos R\$ 45,5 milhões para fiscalização das atividades de desmatamento.

Com relação a atuações federais mais específicas, ressalta-se o combate a incêndios florestais, com vistas a minimizar também o desmatamento. Comparando dados acumulados de janeiro a junho de cada ano, o número médio anual de focos de incêndio, de 2008 a 2010, foi 35% menor do que no triênio anterior. A queda ocorreu em 18 dos 27 Estados, incluindo sete dos nove que compõem a Amazônia Legal, com destaque para os Estados de Mato Grosso e do Pará, que historicamente apresentam as maiores taxas de desmatamento, com quedas de 54% e 69%, respectivamente. É importante observar que essa queda ocorreu não só na Amazônia, principal foco de desmatamento atual em termos absolutos, mas também em grande parte dos outros biomas brasileiros. Para 2011, serão aportados R\$ 48,0 milhões, de forma que se possa dar continuidade às ações realizadas até o momento.

Outra medida efetiva de proteção da biodiversidade brasileira é a criação de UCs, uma vez que elas atuam na conservação de genes, espécies e ecossistemas, os três níveis de biodiversidade previstos na CDB. Ao final de 2006, o SNUC contabilizava 288 UCs federais, representando uma área total de 69,2 milhões de hectares. Durante o período 2007-2009, foram criadas 16 UCs federais, totalizando 6 milhões de hectares, o que significou um incremento de 8,6%. Em sua grande maioria, a ampliação da área protegida ocorreu no bioma Amazônia (96,1% da área das novas unidades), seguido da Área Marinha (1,7%), Mata Atlântica (1%), Caatinga (1%) e Cerrado (0,2%).

A implementação da política nacional de recursos hídricos, em que se destacam ações de outorga, de cadastramento e de fiscalização de usuários de recursos hídricos, é estratégica. A água, apesar de toda sua abundância no Brasil, possui distribuição territorial bastante heterogênea, considerando-se que 70% da água doce superficial encontra-se na Amazônia, onde vivem apenas 10% dos brasileiros. Além disso, o acompanhamento da qualidade da água também é um desafio de grande relevância, que ganha complexidade no caso de um país de dimensões continentais, como o Brasil, dado que o lançamento de esgotos domésticos é o principal fator de degradação da água.

Para tanto, diversas ferramentas foram desenvolvidas para auxiliar o monitoramento e a fiscalização de recursos hídricos. Destacam-se o CNARH, que tem auxiliado a ANA no processo de regularização do uso da água de bacias hidrográficas, e a Rede Hidrometeorológica Nacional, que visa ao levantamento de dados pluviométricos e de qualidade da água, entre outros, que possibilitam o conhecimento das características quantitativas e qualitativas dos corpos hídricos do País.

TURISMO

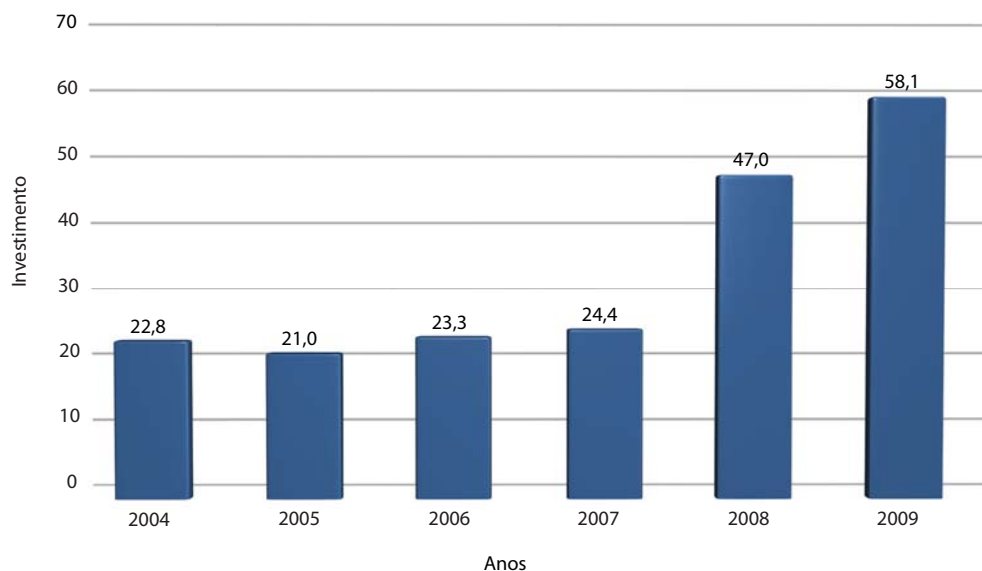
O Governo Federal tem compromisso com o desenvolvimento sustentável dos destinos turísticos e com ações que ajudem a consolidar um setor gerador de emprego e renda.

A expectativa para 2011 é de otimismo, com o desenvolvimento de trabalhos voltados à realização da Copa do Mundo de Futebol Fifa, em 2014, e dos Jogos Olímpicos, no Estado do Rio de Janeiro, em 2016, que constituem oportunidades promocionais para o Turismo nacional e para a imagem do Brasil no exterior como destino turístico.

Turismo Interno

Nos últimos anos, a consolidação do modelo de Gestão Descentralizada e Compartilhada, a estruturação da oferta turística a partir do modelo proposto pelo Programa de Regionalização, a realização de cinco edições do Salão do Turismo, a consolidação dos programas de investimento em infraestrutura turística, a revisão da legislação do setor, com a promulgação da Lei do Turismo, a qualificação profissional e o desenvolvimento do novo sistema de cadastramento de prestadores de serviços turísticos são exemplos de intervenções bem-sucedidas. Podemos também agregar, entre outros, o aumento do crédito para o setor, a ampliação das campanhas de incentivo às viagens domésticas e o redirecionamento das estratégias de promoção internacional, com destaque para a diversidade natural e cultural do País.

Gráfico 9 – Investimento em Promoção Interna do Turismo (R\$ Milhões)



No que tange ao fomento ao Turismo interno, os recursos aumentaram 155,94% nos últimos cinco anos, atingindo a cifra de R\$ 58,1 milhões, em 2009. Além disso, estima-se que os desembarques domésticos saltem dos 56 milhões, registrados em 2009, para 73 milhões, em 2014, projetando a geração de dois milhões de ocupações no setor de 2010 a 2014. A entrada de divisas internacionais deverá crescer 68%, no mesmo período, saltando de US\$ 5,3 bilhões, em 2009, para US\$ 8,9 bilhões no ano de realização da Copa do Mundo no Brasil.

Para 2011, o Governo Federal prevê cerca de R\$ 303,8 milhões a serem aplicados no desenvolvimento e apoio de ações nas áreas de infraestrutura turística, qualificação profissional, acessibilidade, mobilidade urbana, sinalização turística e restauração do patrimônio histórico, visando dotar de maior qualidade os destinos turísticos e melhorar a competitividade dos serviços brasileiros no setor.

Turismo no Contexto Internacional

Em 2014, o Brasil espera atrair 600 mil turistas para o período da Copa do Mundo, movimentando um total estimado adicional de R\$ 4 bilhões na economia nacional. E para isso, as ações para o atingimento dessa meta precisam ser intensificadas em 2011.

Com tal objetivo, o Governo, para 2011, investirá cerca de R\$ 189,0 milhões em ações para divulgação internacional do País, visando apresentar ao mundo, por meio da promoção, *marketing* e apoio à comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos brasileiros no exterior, aquilo que o Brasil tem de melhor a oferecer ao turista, como sua diversidade, sua beleza e, principalmente, a alegria e o estilo de vida do seu povo.

Considerando que o Turismo será beneficiado por grande parte do legado a ser deixado pela realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas, o que proporcionará um salto no setor, com ganhos que podem perdurar por muitos anos após suas realizações, o MTur definiu quatro eixos de atuação com vistas à preparação do País para 2014 e 2016:

- a) Desenvolvimento da infraestrutura turística, apoiado principalmente pelo Prodetur Nacional, que tem propostas de melhorias na infraestrutura voltada para o Turismo, apresentadas pelos Estados e por Municípios com mais de 1 milhão de habitantes, da ordem de US\$ 2,9 bilhões;
- a) Qualificação e capacitação profissional, com o Programa Bem Receber Copa, que já foi lançado, em parceria com o setor privado, e deverá investir, para o desenvolvimento de cursos de capacitação profissional, com recursos orçamentários do MTur, R\$ 440,0 milhões, até 2014;
- a) Promoção nacional e internacional, em que a meta é consolidar a imagem do Brasil como destino turístico de primeiro nível para o público internacional e também para os brasileiros; e
- a) Fomento à renovação e ampliação do parque hoteleiro, por meio de linhas de financiamento. Lançado o ProCopa Turismo, pelo BNDES, com prazos e juros beneficiados para projetos de reforma, ampliação e implantação de hotéis, de acordo com critérios de sustentabilidade ambiental. Além disso, o BNDES, BB, Basa e BNB oferecem juntos, utilizando recursos dos fundos constitucionais, mais R\$ 800 milhões para essa finalidade, com condições diferenciadas.

PESCA E AQUICULTURA

Embora as atividades de pesca extrativista e aquicultura ainda representem montantes tímidos em relação ao PIB do Brasil, esses setores são dotados de capital humano e social de grande valor. Cerca de quatro milhões de pessoas estão ligadas a essas atividades no País, cuja importância é singular para a garantia de segurança alimentar de suas comunidades – muitas das quais ainda guardam valores e culturas tradicionais em seus modos de vida e de trabalho.

O Governo Federal, por meio do MPA, adotou a abordagem territorial na implementação de suas políticas, com vistas a reduzir as desigualdades regionais por meio da inserção competitiva do segmento nas dinâmicas territoriais. Inicialmente, foram identificados 174 territórios de pesca e aquicultura, espalhados por todos os Estados e o Distrito Federal, os quais alcançam 1.886 Municípios e mais de 500 mil pescadores, mediante ações articuladas nas áreas de infraestrutura e fomento, pesquisa e inovação tecnológica, inclusão e desenvolvimento social, monitoramento e controle.

As ações nas áreas de infraestrutura relacionam-se à implantação de uma rede de estruturas para produção, recepção, armazenagem, beneficiamento e comercialização de pescado, tais como os terminais pesqueiros públicos, centros integrados da pesca artesanal, fábricas de gelo e unidades de beneficiamento de pescado.

No que diz respeito ao fomento, o Governo Federal tem atuado no incentivo ao consumo do pescado. O cultivo de peixes em tanques-rede em diversas regiões do Brasil vem sendo realizado na forma de unidades demonstrativas. Cumpre citar também os esforços no sentido de materializar o potencial de crescimento da aquicultura, por meio do fomento aos projetos de maricultura para os sistemas de cultivo de ostras e do desenvolvimento econômico da piscicultura. Nesse contexto, a aquicultura familiar se coloca como alternativa e oportunidade de emancipação e de promoção da autonomia de milhares de trabalhadores, gerando emprego, aumentando a renda e promovendo a qualidade de vida. Para desenvolvimento dos programas de estruturação da cadeia produtiva da aquicultura familiar, estão sendo desenvolvidos projetos para implantação de tanques-rede, construção de unidades de processamento e filetagem do pescado, aquisição de equipamentos para a construção de tanques de piscicultura e adequação de entrepostos.

Quanto às ações de pesquisa e inovação tecnológica, o MPA intensificou sua atuação junto a diversos parceiros, nas áreas de pesca e de piscicultura marinha, bem como no desenvolvimento de pesquisas estratégicas. No segmento da pesca oceânica, por exemplo, o Governo tem envidado esforços no desenvolvimento e aperfeiçoamento de tecnologias para garantir o acesso à pesca de espécies altamente migratórias do Atlântico Sul.

Entre as ações de inclusão e desenvolvimento social, citam-se os projetos de capacitação de pescadores; as ações de inclusão digital; a distribuição de alimentos às famílias em risco nutricional; as ações de alfabetização por meio do projeto Pescando Letras, o qual alfabetizou mais de 120 mil pescadores e pescadoras no País; a regulamentação do uso de águas públicas para a criação de peixes e outros organismos aquáticos, ao possibilitar a milhares de moradores de comunidades tradicionais o acesso, de forma gratuita, a uma porção de água para produção por um período de 20 anos; e a regularização de parques aquícolas continentais e marinhos. No caso de projetos de maior porte, as áreas são concedidas de forma onerosa. Por meio dessas ações e dos esforços de estruturação da cadeia produtiva e de organização do setor, o Governo busca promover o desenvolvimento sustentável das comunidades que vivem da pesca profissional artesanal.

No âmbito do monitoramento e do controle, merecem destaque o cadastramento da frota pesqueira nacional, a atualização do Registro Geral da Aquicultura e Pesca, a realização do Censo

Aquícola e Pesqueiro, o monitoramento da atividade pesqueira no litoral, o rastreamento das embarcações pesqueiras no mar e a regulamentação do uso das águas públicas para criação de peixes e outros organismos aquáticos. Essas medidas possibilitarão a consolidação da estatística pesqueira nacional e contribuirão para o estabelecimento de políticas que promovam o desenvolvimento sustentável do setor.

O MPA contará com recursos da ordem de R\$ 350,0 milhões, destinados à sua atuação como órgão central responsável pela formulação e implementação de políticas e pelo desenvolvimento de iniciativas voltadas ao setor pesqueiro em 2011.



III – Políticas Sociais



Desigualdade de Renda e Pobreza

Previdência Social

Assistência Social

Segurança Alimentar e Nutricional

Emprego e Renda

Educação

Saúde

Cultura

Esporte

Direitos Humanos, Cidadania, Justiça e Política Indigenista

Inclusão de Jovens

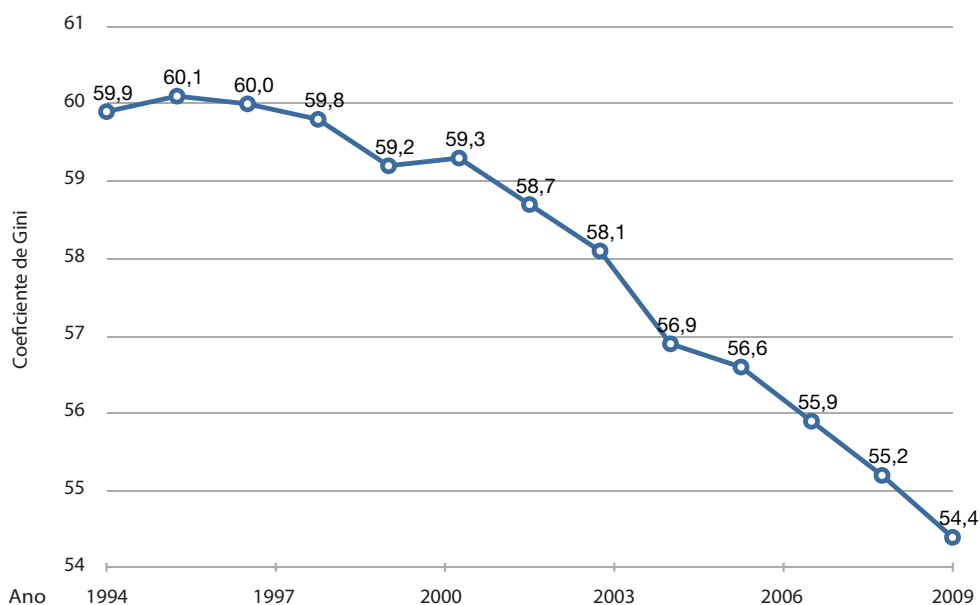
DESIGUALDADE DE RENDA E POBREZA

Para entender a evolução da renda das famílias no Brasil, é preciso considerá-la em termos da média e da desigualdade na sua distribuição. A distinção é importante, pois a renda média e a desigualdade têm tido comportamentos diferentes desde a estabilização monetária, em 1994. Até 1999, houve estagnação da renda média e da desigualdade. A partir de 2001, a desigualdade começou a cair, queda esta que se mantém até hoje, mas a renda média continuou estagnada. Finalmente, a partir de 2004, a renda média também começou a mostrar claras melhorias, levando assim ao melhor dos mundos, que consiste no crescimento com distribuição de renda. De 2007 para 2008 (o último ano para o qual temos informações para todo o Brasil) a evolução da distribuição de renda foi excepcional, com queda na desigualdade e no aumento na renda das famílias liderados pelo mercado de trabalho, que redundaram, entre outras coisas, em uma forte queda da pobreza.

Desigualdade de Renda

O Gráfico 10 mostra o já conhecido comportamento do Coeficiente de Gini, que mede o grau de desigualdade de uma sociedade. Entre 1995 e 1998, este permaneceu em torno de 60 pontos de Gini (x100), nível que nos colocava firmemente como o país mais desigual dentre os países grandes com economias de mercado. Em algum momento entre 1999 e 2001, começou uma queda expressiva (e sustentada) da desigualdade: o Coeficiente de Gini passou a cair aproximadamente 0,7 ponto ao ano.

Gráfico 10 – Coeficiente de Gini entre 1995 e 2008 (Renda Domiciliar *per Capita*)

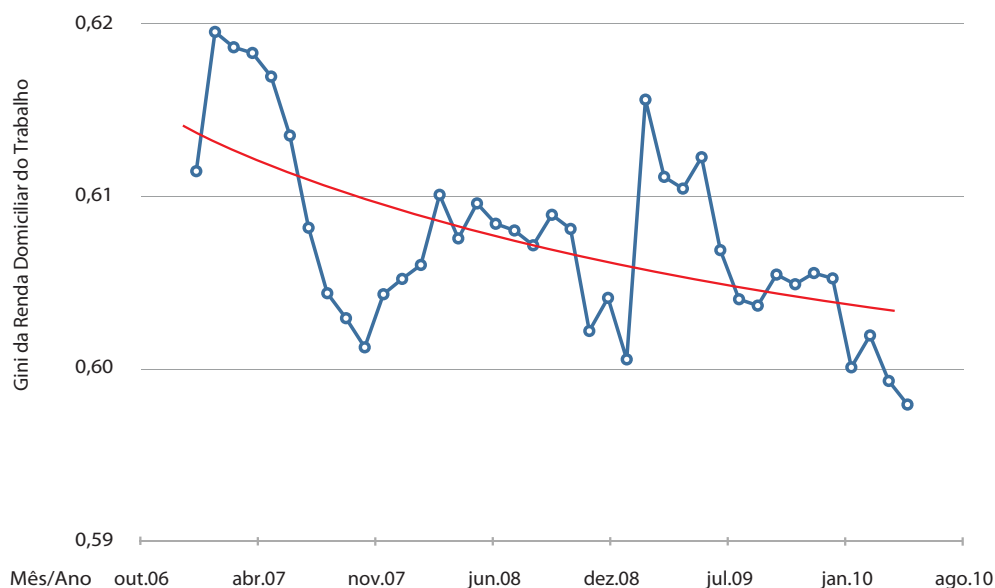


A queda entre 2007 e 2008 continuou a um ritmo pouco superior (0,8 ponto ao ano) ao ritmo de redução na desigualdade entre 2001 e 2007 (que foi de 0,7 ponto ao ano).

Não há dados posteriores a 2008 para todo o Brasil, mas é provável que a redução da desigualdade tenha passado a crise financeira sem maiores problemas. Um indício disso é o comportamento da desigualdade da renda domiciliar *per capita* do trabalho nas regiões metropolitanas (a única fonte de

dados posterior a setembro de 2008 é a série da PME, que investiga apenas renda do trabalho nas seis maiores regiões metropolitanas do País).

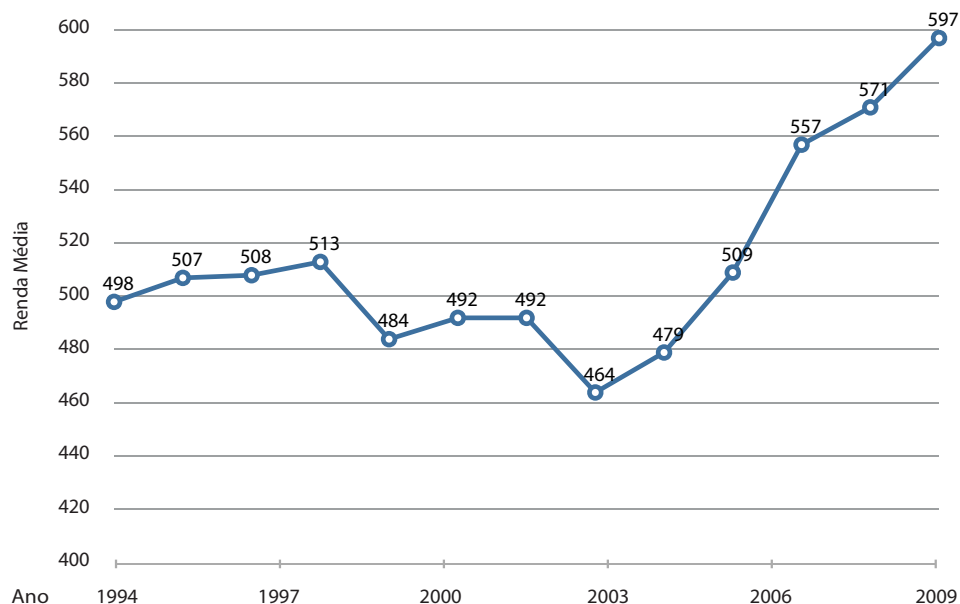
Gráfico 11 – O Coeficiente de Gini Metropolitano da Renda Domiciliar *per Capita* do Trabalho de Janeiro de 2007 a Abril de 2010



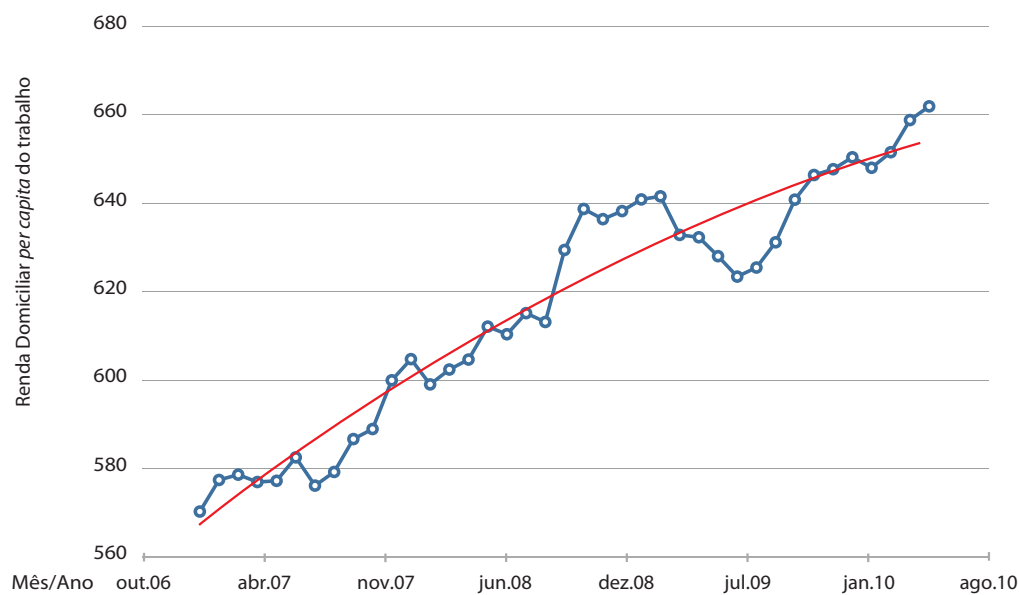
O Gráfico 11 mostra que, pelo menos nas regiões metropolitanas, a crise pouco afetou a redução da desigualdade. A alta sazonal do Coeficiente de Gini em janeiro de 2009 foi maior que nos outros anos, mas em junho este indicador já tinha voltado à tendência histórica recente. A conclusão é que a crise pouco afetou a tendência de queda da desigualdade no Brasil.

Renda Média

Tal como a desigualdade, a renda média das famílias mostra um comportamento em dois estágios no período após a estabilização econômica. De 1995 a 2003, o que houve foi algo entre estagnação e queda da renda média. A partir de 2004, começou inicialmente uma recuperação e, a seguir, um aumento considerável e rápido na renda das famílias. De 1995 a 2003, a taxa de crescimento da renda das famílias foi essencialmente zero, mas, de 2004 a 2008, esta mesma taxa foi de 5,7% – uma taxa extremamente elevada. E, de 2007 a 2008, o crescimento da renda continuou forte, em 4,5%.

Gráfico 12 – Renda Domiciliar *per Capita* Média de 1995 a 2008

Não se sabe ainda o impacto da crise sobre o rendimento das famílias, mas considerando as diversas medidas anticíclicas e o fato que o consumo das famílias foi o componente do PIB menos afetado, é provável que a crise não tenha sido significativa. Novamente um sinal disso é o comportamento da renda do trabalho nas seis maiores regiões metropolitanas.

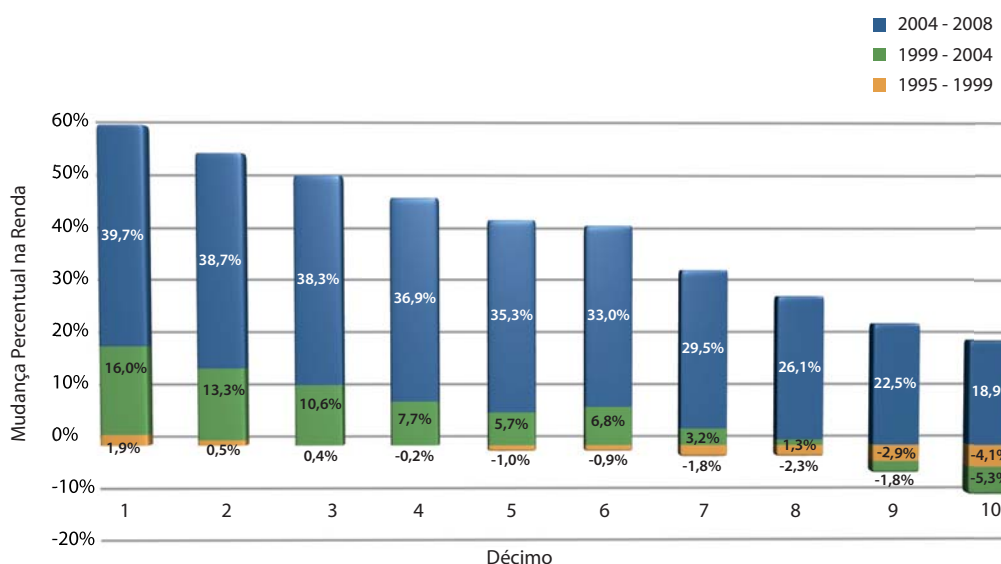
Gráfico 13 – Renda Domiciliar Metropolitana *per Capita* do Trabalho de Outubro de 2006 a Agosto de 2010

É possível usar a PME novamente para ver o comportamento da renda média do trabalho após setembro de 2008. O Gráfico 13 mostra que houve seis meses de redução de salários *per capita*, mas que já em junho os mesmos retomaram sua tendência de alta, recuperando o nível de janeiro em agosto do mesmo ano. A crise financeira, no mercado de trabalho, foi curta e pouco profunda.

Somando Crescimento com Igualdade

O gráfico abaixo mostra o crescimento da renda por décimo da distribuição de renda para cada um dos três subperíodos entre 1995 e 2008. A estagnação do período entre 1995 e 1999 fica clara: as barras azuis mostram pouca variação, qualquer que seja o décimo. O mais rico perdeu 4,1% de sua participação na renda e o mais pobre ganhou 1,9%, mas entre estes dois extremos, não há uma tendência clara. Como não houve grandes mudanças na renda de qualquer um dos décimos, pode-se dizer que não houve mudanças na distribuição de renda.

Gráfico 14 – Taxas de Crescimento da Renda Média por Décimo e Período



De 1999 a 2004, começa a melhorar a distribuição de renda – e os mais pobres começam a se beneficiar do crescimento econômico. Acumulando com a queda de 4,1% nos quatro anos anteriores, o décimo mais rico perdeu quase um décimo de sua renda média nos nove anos entre 1995 e 2004.

De 1999 a 2004, a participação na renda do décimo mais pobre aumentou 16%, mas a do décimo mais rico caiu 5,3%. As variações na participação na renda dos décimos intermediários mudam de modo monótono: quanto mais pobre o décimo, maior o aumento na sua renda.

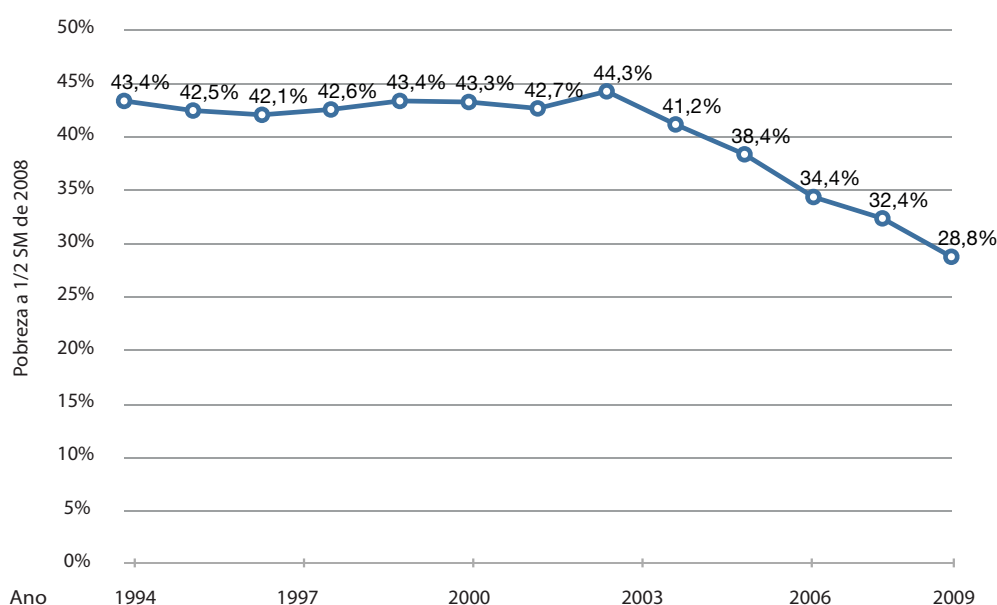
Finalmente, de 2004 em diante, a distribuição de renda seguiu a trajetória mais positiva: aumento na renda de todos os décimos, sendo maior o aumento quanto mais pobre o décimo. A renda do décimo mais pobre aumentou impressionantes 39,7% de 2004 a 2008; o aumento na renda do décimo mais rico foi de 18,9%; e os décimos intermediários ganham mais quanto mais próximos estão dos mais pobres.

No último ano para o qual temos dados, a tendência segue inalterada: a renda do décimo mais pobre aumentou 15%, a do mais rico 3%, e a dos intermediários conforme sua proximidade da pobreza.

Pobreza

A taxa de pobreza, definida como a porcentagem da população cuja renda domiciliar *per capita* encontra-se abaixo de um determinado ponto de corte, é um indicador limitado, uma vez que versa sobre o bem-estar apenas das famílias na cauda inferior da distribuição de renda. No entanto, é um indicador importante, porque enfatiza as condições monetárias de vida justamente dos segmentos mais necessitados da população.

Gráfico 15 – Taxas de Pobreza a Meio Salário Mínimo de 2008



O Gráfico 15 mostra as taxas de pobreza usando meio salário mínimo de 2008 ao ano. Este salário pode ser considerado uma linha de pobreza relativamente alta, quando comparada a outras, como um dólar PPC por dia ou as diversas linhas alimentares. O gráfico mostra que houve certa estabilidade na evolução da taxa de pobreza de 1995 a 2003 e, a partir de 2003, ela começou a cair rapidamente – em 2008, a porcentagem de indivíduos vivendo com menos que meio salário mínimo de 2008 havia caído a aproximadamente 2/3 do valor de 1995.

Linhas de pobreza mais baixas indicam resultados ainda mais impressionantes. Se um quarto de salário mínimo é utilizado como medida, verifica-se que a pobreza caiu pela metade de 1995 a 2008. Este é um resultado esperado, dado o fato que a desigualdade se encontra em queda. Entre 2006 e 2008, a pobreza caiu 3,6 pontos percentuais, o que está mais ou menos de acordo com a tendência de 2003 a 2008. E uma extrapolação linear desta tendência levará à pobreza zero em apenas oito anos.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Nos últimos anos, o sistema previdenciário brasileiro passou por uma série de aperfeiçoamentos, tanto em aspectos legais, de regulação do sistema, quanto em aspectos administrativos e gerenciais. Tais modificações permitiram a ampliação da cobertura previdenciária, bem como a melhoria na qualidade dos serviços prestados à população.

No âmbito do RGPS, as alterações na legislação visaram, principalmente, aumentar a formalização do mercado de trabalho e, assim, ampliar a cobertura da previdência social. Entre essas se destacam a criação do Simples Nacional, do Plano Simplificado de Previdência Social e da figura jurídica do Microempreendedor Individual.

Essas três iniciativas consistem em dar tratamento diferenciado para alguns grupos de trabalhadores, possibilitando a filiação ao sistema com alíquotas reduzidas e procedimentos mais simples, com o propósito de ampliar a cobertura em segmentos do mercado de trabalho identificados como especialmente problemáticos, que não saíam da informalidade apenas pelo crescimento econômico.

Do ponto de vista administrativo-gerencial, destacam-se:

- a) a conclusão do Censo Previdenciário em 2007;
- b) importantes investimentos em tecnologia e recursos humanos pelo INSS, assim como a expansão da rede de agências;
- c) a implantação do atendimento programado/agendado por central telefônica ou internet, melhorando o atendimento ao público;
- d) a contratação de médicos peritos concursados, permitindo uma gestão melhor sobre os benefícios temporários; e
- e) a utilização do CNIS, a partir de 2009, como prova legal de tempo de contribuição, que, além de aumentar a celeridade no reconhecimento de direitos previdenciários, dificulta a concessão de benefícios irregulares, permite melhor controle da arrecadação e serve de subsídio ao planejamento de políticas públicas.

Para 2011, propõe-se a continuidade dos esforços para a melhoria da qualidade do atendimento, investindo, prioritariamente, na modernização tecnológica e na manutenção, reforma e expansão da rede de agências do INSS.

No que diz respeito à modernização tecnológica, é necessário garantia de rede e equipamentos para as novas agências, bem como a manutenção do parque tecnológico, visando manter o padrão de qualidade dos serviços prestados aos cidadãos. Para 2011, R\$ 520,0 milhões serão direcionados à manutenção e ao aperfeiçoamento dos sistemas, além de R\$ 82,0 milhões para atualização do parque tecnológico.

Quanto aos investimentos na rede de agências do INSS, estão previstas obras de construção de APS dentro do PEX, para substituição de imóveis locados, e a construção de Gerências-Executivas em substituição às atuais unidades. Consta, também, como desafio, reformas e melhorias em unidades do INSS. Para 2011, tais melhorias serão viabilizadas com investimentos da ordem de R\$ 60,0 milhões.

O PEX representa um incremento de 65% no número de unidades fixas, que hoje é de 1.123, em 965 Municípios. Com a expansão, serão 1.843 unidades em 1.685 cidades brasileiras. Além disso, a rede atual está sendo adequada aos novos padrões de atendimento, com instalação de novos sistemas de climatização, automação, acessibilidade e segurança.

Salientam-se, também, os projetos voltados para a garantia da segurança da informação e agilidade no atendimento, dos quais se destaca a implantação de mais 37 Centros de Documentação, totalizando 101 em todo o País com investimentos de R\$ 1,6 milhão para aquisição de mobiliários específicos para arquivos.

No que tange ao Programa Educação Previdenciária, que tem como objetivo promover a inclusão social, o ano de 2011 marcará a ampliação das equipes de educadores para que seja possível maior acesso às regiões mais longínquas, onde a população é desprovida de qualquer informação sobre a Previdência Social e sobre os seus direitos de cidadão.

No âmbito dos Regimes Próprios de Previdência, deve-se ressaltar a atuação do Programa de Apoio à Reforma dos Sistemas Municipais de Previdência, que, por meio da prestação de assistência técnica aos Municípios, pretende unificar o cadastro dos Servidores Públicos Brasileiros até o ano de 2014. Para tanto, prevê-se despendar R\$ 3,5 milhões em 2011.

Finalmente, a criação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, autarquia responsável pela fiscalização das entidades fechadas de previdência, contribui com a implementação de política justa e sustentável, pois zela pela solvência/liquidez dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar. O novo órgão trará mais segurança e transparência mediante a modernização dos instrumentos de fiscalização e de controle, e sua estruturação e funcionamento demandarão recursos da ordem de R\$ 36,0 milhões.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Assistência Social vem seguindo sua trajetória de consolidação como política pública alicerçada de direitos. Desde a publicação da Política Nacional de Assistência Social em 2004 e da Norma Operacional Básica em 2005, empreende-se um esforço contundente de reorganização desse campo da proteção social, com vistas à efetiva garantia de acesso da população brasileira a essa política.

O Suas, que nasceu desse processo, está fundamentado na organização dos serviços continuados de proteção social por níveis de complexidade (básica e especial).

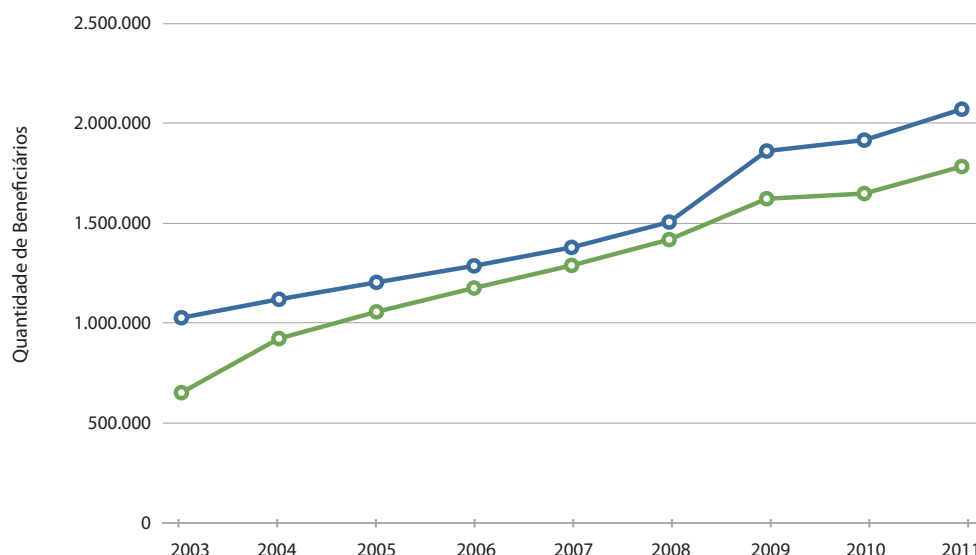
No âmbito da PSB, os serviços, programas, as ações e os benefícios cumprem um papel preventivo, buscando preservar a função protetiva das famílias, fortalecendo seus vínculos, bem como garantir a convivência comunitária e o acesso aos direitos por parte da população. Suas ações mais relevantes são: o PAIF, desenvolvido nos Cras; o Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo para jovens de 15 a 17 anos; os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de até 6 anos e pessoas idosas; e o BPC.

Os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de até 6 anos e pessoas idosas são complementares e articulados ao PAIF. Em 2011, mais de 5,2 milhões de famílias deverão ser referenciadas aos mesmos, prevendo-se para tanto uma dotação orçamentária de R\$ 92,0 milhões.

Vale lembrar também que é no espaço do Cras onde se operam os serviços socioeducativos do Projovem Adolescente, garantindo aos seus participantes atividades pedagógicas, de capacitação profissional, cultura, esporte, lazer, meio ambiente, inclusão digital e participação cidadã. As atividades desenvolvidas por meio do Projovem visam ao desenvolvimento das potencialidades dos jovens, garantindo a convivência familiar e comunitária, além de promover condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional.

A expansão da rede Cras nos Municípios brasileiros tem sido a principal estratégia do Governo Federal para garantir a universalização do acesso aos serviços e benefícios da assistência social. No período de 2007 a 2009, houve crescimento de 43% na quantidade de Cras, de forma que, em 2009, 77,8% dos Municípios brasileiros contavam com pelo menos um equipamento dessa natureza. Dentre os Municípios com mais de 500 mil habitantes, 97,5% já possuem cobertura desses Centros de Referência. Para 2011 está prevista expansão dos Cras, o que possibilitará o referenciamento de um montante de aproximadamente 19,5 milhões de famílias. Para tanto, a dotação orçamentária projetada é de R\$ 456,5 milhões.

Além dos serviços disponibilizados, a PSB também envolve a garantia de renda aos idosos e às pessoas com deficiência (PCD) em situação de extrema pobreza, através do BPC. Em 2011, a previsão é atender aproximadamente 2,0 milhões de pessoas com deficiência e cerca de 1,7 milhão de idosos, representando um investimento total de R\$ 24,9 bilhões.

Gráfico 16 – Evolução dos Beneficiários do BPC

PCD	1.036.365	1.127.849	1.211.761	1.293.645	1.385.107	1.510.682	1.862.932	1.917.044	2.070.316
IDOSO	664.875	933.164	1.065.604	1.183.840	1.295.716	1.423.790	1.626.310	1.652.166	1.786.134

No âmbito da Proteção Social Especial, os cuidados voltam-se às situações em que houve violação de direitos do indivíduo e da família, com ou sem rompimento dos vínculos familiares e comunitários. São, portanto, objeto de proteção as situações de abandono, violência física, psíquica e/ou sexual, situação de rua, entre outras que caracterizam o fenômeno da exclusão social dos indivíduos e das famílias.

Em 2011, para cofinanciar a prestação de serviços de média e alta complexidade em cerca de 2.460 unidades Creas (municipais e regionais), será necessário um aporte de R\$ 294,9 milhões, possibilitando o atendimento a cerca de 141 mil famílias e indivíduos e 32,6 mil adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Destaca-se, na média complexidade, a manutenção dos serviços de habilitação e reabilitação para pessoas com deficiência e idosos, em diferentes modalidades de atendimento. No tocante à alta complexidade, são cofinanciados serviços de acolhimento (institucional, república e família acolhedora), oferecendo atendimento a idosos, crianças e adolescentes, mulheres vítimas de violência, população em situação de rua e outros que necessitem de acolhimento provisório, fora de seu núcleo familiar.

Cabe ainda destacar que para o Peti está previsto o atendimento de cerca de 920 mil crianças e adolescentes, com um orçamento de R\$ 276,0 milhões para as ações socioeducativas e R\$ 30,0 milhões para a transferência de renda aos beneficiários cujas famílias não atendam às exigências de inclusão no PBF para 2011.

Transferência de Renda com Condicionalidades – Programa Bolsa Família

O PBF é o maior programa de transferência de renda direta e condicionada da América Latina, prevendo-se atender, em 2011, cerca de 12,7 milhões de famílias em todos os Municípios brasileiros, com investimentos da ordem de R\$ 13,4 bilhões.

O reforço ao exercício de direitos sociais básicos como os de saúde, educação e assistência social pelas famílias beneficiárias do PBF se dá por meio do acompanhamento das condicionalidades, que são os compromissos assumidos entre as famílias e o poder público para manutenção da transferência do benefício.

Atualmente, são acompanhados cerca de 16 milhões de alunos entre 6 e 17 anos quanto à frequência escolar e cerca de 6 milhões de famílias quanto ao cumprimento da agenda da saúde, que inclui o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento e do calendário de vacinação de cerca de 3 milhões de crianças até 7 anos e a realização do pré-natal de mais de 100 mil gestantes beneficiárias. Dentre os acompanhados, cerca de 97% dos alunos de 6 a 15 anos, 94% dos alunos de 16 e 17 anos e mais de 98% das famílias com perfil para acompanhamento da saúde cumpriram as condicionalidades.

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A PSAN legitima-se no direito à alimentação, um dos direitos fundamentais da humanidade, conforme artigo 6º da Constituição Federal, como um direito social. Nesse contexto, o Programa Acesso à Alimentação reúne um conjunto de 12 ações orçamentárias, com o objetivo estratégico de garantir o direito à alimentação adequada, em especial das famílias em situação de insegurança alimentar instaladas nos territórios mais pobres, contribuindo para a redução das desigualdades regionais, conforme estipulado no § 7º do art. 165 da Constituição. O Programa engloba este conjunto variado de ações governamentais que, em 2011, destinará aproximadamente R\$ 965,1 milhões.

Como uma das mais importantes iniciativas do Governo Federal, a ação Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar, do PAA, visa promover a inclusão social e econômica no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar, e garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade a populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, na perspectiva de assegurar o direito humano à alimentação. O PAA também contribui para a formação de estoques estratégicos e para o abastecimento de mercado institucional de alimentos, que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios para fins diversos, e ainda permite aos agricultores familiares que estoquem seus produtos para serem comercializados a preços mais justos. Ressalte-se que, em 8 anos, o PAA investiu R\$ 3,3 bilhões na compra de 3,2 milhões de toneladas de alimentos. Em 2011, o Programa pretende adquirir 442,6 mil toneladas de alimentos produzidos pelos agricultores familiares, com um investimento de aproximadamente R\$ 640,0 milhões.

A ação Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos destina-se ao fornecimento de cestas de alimentos a populações em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional, devendo atender 240 mil famílias, com a utilização de um orçamento de R\$ 69 milhões.

Ainda visando à expansão de equipamentos públicos voltados à garantia da alimentação saudável, prevê-se um montante de R\$ 42,7 milhões na implantação de 67 novos restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos.

Finalmente, salienta-se, para 2011, a construção de 70,1 mil cisternas, por meio do armazenamento de água da chuva, que visa suprir a falta de água nos períodos de estiagem no semiárido brasileiro e no norte de Minas Gerais. Até 2014 deverão ser construídas 1,3 milhão de cisternas, de forma a atender à demanda existente no Cadastro Único para a universalização do acesso à água.

Inclusão Produtiva

No âmbito da inclusão produtiva, destacam-se as ações de preparação ao mercado de trabalho que incluem o Programa Próximo Passo, o Programa Acreditar e o Reforço do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural – Prominp. Tais iniciativas são destinadas à qualificação profissional de pessoas inscritas no Cadastro Único e no Bolsa Família para a inserção no mercado de trabalho, principalmente nos ramos de turismo e construção civil.

No que tange ao CNDS, são financiados projetos para a inclusão socioprodutiva dos inscritos no CadÚnico, por meio do apoio às cadeias produtivas locais e do fortalecimento e da criação de empreendimentos econômicos autogeridos. Para conferir maior consistência aos empreendimentos apoiados pela iniciativa, é feita, simultaneamente, a integração dos projetos de inclusão produtiva apresentados pelos Estados com projetos de extensão propostos pelas Pró-reitorias de Extensão das Universidades Federais e Institutos Federais de Educação, que serão financiados via Termos de Cooperação Técnica. Os convênios contarão também com o apoio do BNDES, que irá aportar recursos não reembolsáveis

do Fundo Social para investimento em equipamentos e obras nas cadeias produtivas dos projetos do CNDS. Para 2011, planeja-se apoiar um total de 12 Estados.

Visando dar continuidade a tais iniciativas de inclusão produtiva, estima-se, em 2011, investir o montante de R\$ 41,5 milhões.

EMPREGO E RENDA

O mercado de trabalho brasileiro tem apresentado nos últimos anos sinais de expansão, por meio de uma diminuição da taxa de desocupação, concomitantemente a uma ampliação da ocupação e, mais especificamente, do emprego com carteira assinada. Em razão de um conjunto de medidas econômicas adotadas pelo Governo a partir do advento da recente crise financeira internacional em 2009, houve uma geração da ordem de um milhão de empregos celetistas, equivalentes ao aumento de 3,11% em relação ao estoque de dezembro de 2008. Esse resultado é considerado bastante favorável, diante dos efeitos negativos do contexto internacional sobre o mercado de trabalho.

Em 2010, os dados do Caged, que abrange somente o emprego celetista, mostram um dinamismo inédito do mercado de trabalho formal brasileiro, com recordes sucessivos nos cinco primeiros meses do ano. No período de janeiro a maio, cerca de 1,3 milhão de postos de trabalho foram gerados, também o melhor resultado da série histórica para o período. A previsão para o ano de 2010 é de criação de mais de 2 milhões de empregos celetistas e, para 2011, a expectativa é de um crescimento um pouco mais modesto, diante da estimativa de crescimento econômico que poderá ser inferior ao de 2010.

Quanto ao estímulo ao investimento e à geração de emprego e renda, em 2010, o Codefat autorizou a alocação de recursos no montante de R\$ 3,2 bilhões. Em 2011, a expectativa é garantir a continuidade das ações desenvolvidas no âmbito dos Programas e das linhas de crédito do Fundo de Amparo ao Trabalhador, por meio das rotinas vinculadas ao sistema de informações, divulgação, acompanhamento por meio de estudos e supervisões.

Convém destacar, também, o Programa Nacional de Microcrédito, que tem como diretrizes principais ampliar o acesso ao crédito para os microempreendedores populares e promover a integração de políticas públicas. No final do primeiro semestre de 2009, havia 290 instituições habilitadas. Para 2011, espera-se atingir as seguintes metas: expandir as operações de microcrédito, o que representa 2 milhões de operações; atingir 122% de crescimento de volume de crédito, com cerca de R\$ 2,8 bilhões; superar 40% de aumento no volume da Carteira Ativa, consubstanciando um total de R\$ 1,19 bilhão; e alcançar a quantidade de aproximadamente 900 mil clientes ativos, representando um crescimento de 20% em relação a 2009.

No que concerne à política de qualificação profissional, a proposta orçamentária para 2011, em continuidade e ampliação das ações de qualificação já executadas no âmbito do PQSP ou PNQ, pretende atender aos setores da economia que têm postos de trabalho abertos e que, no entanto, não encontram trabalhadores qualificados para ocupar essas vagas. Dessa forma, pretende-se a qualificação profissional de cerca de 209 mil brasileiros que estejam em busca de emprego visando à sua ocupação profissional e a diminuição do desemprego historicamente estabelecido no País. Para 2011, estão previstos para o programa de qualificação profissional recursos da ordem de R\$ 202,0 milhões.

No tocante ao Sine, que tem como uma de suas principais atribuições a intermediação de mão de obra, cuja função é adequar oferta e demanda por trabalho, no período de 2007 a 2009 foram inseridos cerca de 3,2 milhões de trabalhadores no mercado. Para 2011, a expectativa é contabilizar aproximadamente 1,1 milhão de trabalhadores colocados por meio dos postos do Sine, com previsão de recursos da ordem de R\$ 103,8 milhões. Cabe salientar que, nos últimos anos, a rede de atendimento do Sine vem se ampliando consideravelmente, passando de 1.221 postos, em 2007, para 1.301, em 2009. São, atualmente, 1.379 postos de atendimento ao trabalhador, proporcionando maior capacidade de atendimento, em particular no interior do País.

Em 2011, há previsão de realização de convênios para tais iniciativas com Municípios com população acima de 200 mil habitantes, que ainda não são convenientes no âmbito do Sine (84 Municípios), e

com Municípios com população acima de 100 mil e abaixo de 200 mil habitantes (139 Municípios). Em termos populacionais, esse aumento esperado da capilaridade da rede de atendimento do Sine atingirá mais de 104,1 milhões de pessoas em 2011, contra 59,7 milhões que se espera atender em 2010, o que representa um crescimento superior a 74%. Além dos Municípios, está prevista também a expansão da atuação de entidades privadas, com a celebração de novos convênios.

Com relação à CTPS, atualmente encontram-se em circulação dois modelos do documento, a tradicional e a informatizada, que incorporou diversos itens de segurança que preservam o conteúdo do documento. O sistema informatizado de emissão da CTPS já foi implantado em todas as unidades da Federação e no Distrito Federal, sendo que 10 emitem somente CTPS informatizadas. No período de 2007 a 2009, foram emitidas cerca de 7,0 milhões de CTPS informatizadas e 9,8 milhões do modelo antigo, totalizando 16,8 milhões de documentos. Até maio de 2010, já foram emitidas 2,5 milhões de CTPS, e para 2011 a meta é que sejam emitidos cerca de 5,7 milhões desse documento, com dotação prevista de R\$ 25,5 milhões.

No que diz respeito ao pagamento do abono salarial, houve um aumento expressivo nos últimos anos, em função do aperfeiçoamento no processo de identificação dos trabalhadores com direito ao benefício e da melhoria da qualidade da informação. São beneficiados com o abono salarial no valor de um salário mínimo todos os trabalhadores cadastrados no PIS/PASEP, há pelo menos cinco anos, cuja remuneração mensal, no ano anterior, tenha sido de até dois salários mínimos e com pelo menos 30 dias de trabalho no ano anterior. Para 2011, estima-se atender 18,2 milhões de trabalhadores a um custo total de R\$ 9,8 bilhões.

É importante destacar, também, o pagamento do seguro-desemprego, proteção temporária do trabalhador, importante benefício de manutenção de renda, quer por desemprego sem justa causa, quer por resgate do trabalhador em trabalho análogo à escravidão, ou por interrupção de sua atividade produtiva, bem assim pela interrupção da atividade de seu empregador. Para 2011, está previsto um total de 7,8 milhões de trabalhadores que serão contemplados pelo seguro-desemprego em qualquer das cinco modalidades, a um custo de R\$ 20,3 bilhões.

Quanto à inserção do jovem no mundo do trabalho, vale lembrar as iniciativas relativas ao ProJovem Trabalhador, que tem como público-alvo jovens com idade entre 18 e 29 anos, que já concluíram o ensino fundamental, em situação de desemprego e que são membros de famílias com renda mensal *per capita* de até 1 (um) salário mínimo. Seu objetivo é preparar o jovem para o mercado de trabalho e fornecer alternativas de geração de renda, por meio da qualificação social e profissional e do estímulo à sua inserção laboral.

No que tange ao Estímulo à Economia Solidária, desde o início da execução do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento foram executados R\$ 163 milhões, beneficiando 358 mil trabalhadores, fortalecendo e ampliando as iniciativas econômico-solidárias na geração de trabalho e renda em atividades de produção de bens e de serviços, distribuição, consumo e finanças. Em 2011, pretende-se avançar na consolidação das ações e alcance dos objetivos do Programa, viabilizando o acesso à formação, qualificação, incubação, assistência técnica e assessoramento aos Empreendimentos Econômicos Solidários, além de continuar a promoção do desenvolvimento local e economia solidária em comunidades pobres, tais como quilombolas, rurais, indígenas, desempregadas dos grandes centros urbanos. Para 2011 serão alocados R\$ 31,3 milhões para essa finalidade.

No que se refere ao compromisso com a garantia dos direitos dos trabalhadores, a Secretaria de Inspeção do Trabalho pretende consolidar a nova metodologia de atuação da inspeção do trabalho em 2011. Seguindo os princípios e as diretrizes do novo modelo, o planejamento e a execução da fiscalização do

trabalho foram organizados em projetos, nos quais são identificados a situação-problema que se pretende transformar, as estratégias, os indicadores, entre outros atributos. Em 2011, o gerenciamento dos projetos contará com o suporte de um sistema de informação que será uma importante ferramenta de gestão da intervenção fiscal executada pelas 27 Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego. A redução de riscos e agravos à segurança e saúde do trabalhador permanecerá uma prioridade em 2011. Atividades econômicas com elevada taxa de acidentalidade serão objeto de projetos de fiscalização. Esse esforço compreende aumentar o número de análise de acidentes de trabalho, com o objetivo de detectar os fatores causais que os ensejaram e identificar as medidas corretivas adequadas para que sejam prevenidos futuros sinistros.

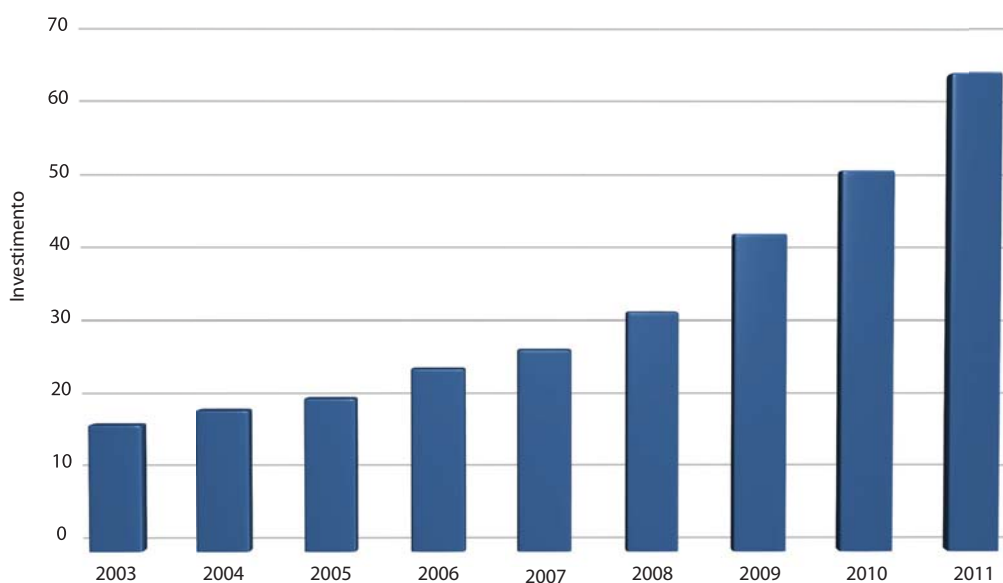
Para finalizar, destacam-se, ainda, como iniciativas prioritárias para 2011, as ações voltadas para a erradicação do trabalho infantil, a erradicação do trabalho escravo e a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Para a continuidade dessas políticas, há previsão de recursos no montante de R\$ 8,7 milhões.

EDUCAÇÃO

Reconhecida como um dos pilares para o desenvolvimento nacional, a Educação deve ser assegurada com qualidade para todos os segmentos da população. O Governo Federal entende o papel estratégico dessa área na transformação social do País e na implementação de um modelo econômico mais justo e solidário, pois visa à democratização do acesso e à garantia da permanência em todos os níveis, as etapas e modalidades de ensino.

Assim, o Governo Federal tem ampliado e intensificado, ao longo dos últimos anos, suas ações de apoio supletivo a Estados, Municípios e Distrito Federal, bem como seu papel de coordenador da política educacional. Essa atuação se reflete no crescimento do orçamento do Ministério da Educação ao longo dos anos. Em grande medida, o acréscimo foi devido à ampliação de investimentos em infraestrutura e equipamentos em todos os níveis de ensino. Os dispêndios realizados sob esta rubrica ampliaram-se de R\$ 1,4 bilhão, em 2006, para R\$ 8,2 bilhões, em 2011. Portanto, um crescimento nominal de mais de 486% e bastante acima do percentual de aumento registrado pelo orçamento global do MEC de 161,5% no mesmo período. Parte significativa desses investimentos foi canalizada para a ampliação das redes de ensino mantidas pela União, na educação profissional e tecnológica e na educação superior.

Gráfico 17 – Evolução dos Gastos com Educação (R\$ Bilhões)



Plano de Desenvolvimento da Educação

Nos últimos anos, diversas políticas públicas foram adotadas pelo Governo Federal em busca de solucionar os gargalos existentes na área, principalmente na educação básica, como evasão, repetência, defasagem idade-série, entre outros, tendo para isso adotado como referencial de execução das suas políticas educacionais o PDE.

Implantado em 2007, o PDE é um plano de médio e de longo prazo, cujo objetivo é responder ao desafio de reduzir desigualdades sociais e regionais na educação, buscando o aprimoramento do

regime de colaboração federativa e a efetiva participação da sociedade brasileira como coautora no processo de educação. É sustentado pela visão sistêmica da educação; territorialidade; desenvolvimento; regime de colaboração; responsabilização e mobilização social – que são desdobramentos consequentes de princípios constitucionais. O PDE compreende mais de 40 iniciativas entre programas e ações, que englobam desde a educação infantil até a pós-graduação.

Educação Básica

A atuação do Governo Federal se concretiza por meio da proposição de políticas, programas, ações e estratégias orientadas para assegurar o cumprimento dos dispositivos legais relativos às etapas da educação básica: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, e as modalidades de ensino: educação especial, educação de jovens e adultos e a educação profissional e tecnológica.

O PDE define para a educação básica um rol de 28 diretrizes e adota uma nova estratégia de apoio técnico, financeiro e institucional do Governo Federal aos Estados, Municípios e Distrito Federal, a partir da adesão ao Compromisso Todos pela Educação e da elaboração do PAR, tendo como referência o Ideb, o qual permite planejar iniciativas para a melhoria da qualidade dos sistemas de ensino.

Diversos programas e ações voltados à assistência ao educando e à melhoria da oferta de insumos educacionais foram expandidos, tais como Pnae, PDDE, PNLD e Pnate.

O Pnae tem por objetivo atender às necessidades nutricionais dos alunos, durante sua permanência na escola, contribuindo para o seu crescimento e desenvolvimento, para a aprendizagem e o rendimento escolar, bem como para a formação de hábitos alimentares saudáveis. O Governo tem envidado esforços para melhorar a qualidade da alimentação escolar aumentando regularmente o seu valor *per capita*. Neste sentido, o PLOA-2011 traz um acréscimo de R\$ 1 bilhão para a merenda escolar em relação a 2010, com a previsão de recursos de R\$ 3,1 bilhões para o atendimento de, aproximadamente, 47 milhões de estudantes.

O PDDE tem como objetivo prover, com recursos financeiros, de forma suplementar, as escolas públicas estaduais, distritais e municipais que oferecem a educação básica nas diversas etapas e modalidades, bem como as escolas de educação especial mantidas por entidades privadas sem fins lucrativos, visando à melhoria da infraestrutura física e pedagógica; à autonomia gerencial dos recursos; e à participação coletiva na gestão e no controle social, melhorando o funcionamento das unidades educacionais e concorrendo para o alcance da elevação do desempenho escolar. Em 2010, estão previstos investimentos no valor de R\$ 1,6 bilhão. Para 2011, estão destinados recursos da ordem de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão, a serem investidos nessa iniciativa.

Já o PNLD tem como finalidade prover de livros e materiais didáticos e de referência as escolas públicas do ensino fundamental e médio, das redes federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, visando garantir a equidade nas condições de acesso e a qualidade do ensino público brasileiro e, quando possível, distribuí-los aos alunos matriculados e aos professores de escolas na modalidade plurilíngue, no exterior, que cursem ou lecionem a língua portuguesa como língua estrangeira, preferencialmente, nos países do Mercosul. Em 2010, está prevista a aquisição de 97,7 milhões de exemplares com investimentos de R\$ 857,7 milhões, os quais serão distribuídos às turmas de 1º e 2º anos do ensino fundamental e 10,7 milhões de exemplares orçados em R\$ 124,6 milhões para atender os alunos do 1º ao 3º ano do ensino médio da rede pública de ensino. No PNLD/2011, as escolas do ensino fundamental receberão 36,4 milhões de exemplares e 8,5 milhões de dicionários, totalizando um investimento de, aproximadamente, R\$ 236,0 milhões; e as instituições de ensino médio, 87,7 milhões de exemplares e 2,3 milhões de dicionários, a um custo de R\$ 790,6 milhões.

No que se refere ao Pnate, o foco é a transferência automática de recursos financeiros para custear despesas com a manutenção de veículos escolares pertencentes às esferas municipal, estadual ou dis-

trital e para a contratação de serviços terceirizados de transporte, tendo como base o quantitativo de alunos da educação básica pública residente em área rural, informado no censo escolar. Para 2010, está previsto o repasse de R\$ 481,0 milhões. A ação beneficiará aproximadamente 4,5 milhões de alunos da educação básica da rede pública da zona rural. O reajuste de 37% no valor *per capita* aluno/ano, para o exercício de 2010, proporciona condições para melhoria do serviço de transporte escolar oferecido aos alunos. Para 2011, está prevista a distribuição de recursos no valor de R\$ 644,0 milhões, beneficiando aproximadamente 5,5 milhões de alunos residentes em área rural.

Quanto ao Pnate-Caminho da Escola, o objetivo é a aquisição de ônibus e embarcações novas destinados ao transporte escolar diário gratuito de alunos da educação básica e da educação especial, a fim de renovar e padronizar a frota de veículos escolares, garantindo segurança e qualidade no transporte dos estudantes, bem como contribuir para o acesso e a redução da evasão escolar dos estudantes da zona rural. Em 2010, o MEC disponibilizará recursos no valor de R\$ 164,0 milhões, para beneficiar 2,7 milhões de alunos com a aquisição de 1,1 mil veículos. Foram realizadas 46 adesões à ação para aquisição de 221 veículos com recursos próprios dos Municípios e das Secretarias Estaduais de Educação, no valor de R\$ 39 milhões. Ainda em 2010, foi realizada pesquisa para especificação técnica e caracterização da utilização da bicicleta no transporte escolar. Em 2011, serão disponibilizados R\$ 380,0 milhões para a aquisição de 2,2 mil veículos.

Nos últimos anos, o Governo Federal vem adotando estratégias diferenciadas, capazes de oferecer maior dinâmica e eficiência nas áreas de gestão educacional, formação de professores e profissionais de serviço e apoio escolar, além de fomentar a participação da sociedade nas decisões da escola por meio de ações de formação de conselheiros. Dentre as vertentes estruturantes da política de melhoria de qualidade da educação básica, vem se destacando o investimento na formação inicial e continuada de docentes, mediante o desenvolvimento de programas de formação em parceria com instituições de ensino superior, secretarias estaduais e prefeituras municipais, no âmbito da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério.

Ressalta-se a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores, que conseguiu institucionalizar a oferta de produtos e cursos de formação de professores, por meio da criação e do fortalecimento de Centros de Pesquisa e Desenvolvimento ligados às Instituições de Ensino Superior. A Rede conta com a atuação de 19 universidades e viabiliza a formação de profissionais da educação, em cinco áreas de atuação, com o atendimento a partir das demandas do PAR, pelos Estados e Municípios. Em 2010, serão atendidos 47 mil professores, dos quais 23.700 estão efetivamente cadastrados na Plataforma Freire. Para 2011, a previsão de atendimento é de 53 mil professores.

Em 2007 foi instituído o Fundeb, visando ampliar o financiamento para toda a educação básica, com vigência até 2020, que atenderá, em 2011, cerca de 47 milhões de estudantes em creches, educação infantil e especial, ensino fundamental e médio e educação de jovens e adultos. O aporte do Governo Federal, a título de complementação ao Fundo, em 2010, será de R\$ 7,6 bilhões. A partir deste ano, será fixado o montante de 10% resultante da contribuição de Estados e Municípios, sendo que para 2011 está prevista a complementação de R\$ 8,7 bilhões.

Educação de Jovens e Adultos

A política de educação de jovens e adultos objetiva contribuir para a garantia do direito à educação para jovens, adultos e idosos. Alguns avanços nas políticas de financiamento para essa modalidade de ensino merecem destaque: a incorporação integral da matrícula presencial de EJA no Fundeb em 2009; a ampliação dos Programas de Apoio à Educação Básica; e as ações de formação de professores, que possibilitarão elevar o grau de cobertura de EJA, a começar pela alfabetização.

O Programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos adotou uma estratégia de aumentar a abrangência e aprofundar meios para a continuidade dos estudos no ano de 2010, por meio das Agendas Territoriais de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos. O Governo Federal apoiará a oferta de vagas para 1,8 milhão de educandos em alfabetização de jovens e adultos, além de conceder 224,5 mil bolsas para equipes de alfabetização e distribuir 2,9 milhões de exemplares de livros e materiais didáticos. Em 2011, o Programa deverá beneficiar 2,1 milhões de alfabetizandos. Esse atendimento deverá atingir cerca de 37,3 mil coordenadores de turmas de alfabetização e 186,7 mil alfabetizadores, com investimentos de aproximadamente R\$ 700 milhões.

Além disso, objetivando a melhoria do aprendizado, o Programa permitirá a oferta de aproximadamente 17 milhões de livros específicos para EJA (alfabetização e ensino fundamental) e mais de 1 milhão de livros literários.

Vale lembrar, também, as iniciativas do ProJovem Campo, gerido pelo MEC, que se destina aos jovens com idade entre 18 e 29 anos, que vivem nas áreas rurais e que sabem ler e escrever, mas não concluíram o ensino fundamental. Seu objetivo maior é elevar a escolaridade dos jovens da agricultura familiar, integrando a qualificação social e a formação profissional, na modalidade de EJA.

Educação Profissional e Tecnológica

À educação profissional e tecnológica também tem sido oferecido tratamento prioritário não só por meio de vultosa expansão de sua rede de ensino, mas pelo apoio aos Estados e Municípios que ofertam educação profissional integrada ao ensino médio. No primeiro caso, a meta de atingir o total de 354 unidades de ensino até 2010 será superada, uma vez que, quando concluídas as 108 unidades em fase de implantação, a Rede de Educação Profissional e Tecnológica contará com 366 unidades escolares. Foram criadas 226 novas unidades de ensino, que, somadas às 140 preexistentes, eleva para 366 escolas técnicas distribuídas em todo o território nacional, interiorizando o acesso da educação pública à população das mais remotas regiões do País, combatendo as desigualdades regionais e garantindo equidade e cidadania aos segmentos sociais historicamente excluídos das políticas públicas estabelecidas.

Ao final da expansão em curso, a Rede Federal atenderá cerca de 540 mil jovens e adultos brasileiros. Também foram criados 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. São instituições equiparadas às universidades federais, especializadas na oferta de educação profissional, científica e tecnológica, sintonizadas com os arranjos sociais, culturais e produtivos locais, para que com isso possam fomentar o desenvolvimento dos territórios onde estão inseridas. O investimento em recursos humanos aponta para a criação de novas vagas de docentes e técnicos administrativos, providos mediante a realização de concursos públicos.

A modernização e a reestruturação do ensino técnico de nível médio das redes públicas estaduais é possibilitada pelo Brasil Profissionalizado. O objetivo é expandir o número de matrículas destinadas ao ensino médio integrado, incentivar o retorno de jovens e adultos à escola e aproximar a educação escolar do ambiente de trabalho. A estimativa é investir R\$ 1,8 bilhão, de 2008 a 2011, na construção, ampliação e reforma de prédios escolares, além de adquirir equipamentos, mobiliários e aprimorar a capacitação dos profissionais da educação. Ao longo de 2008 e 2009, e ainda em 2010, serão atendidas 1.200 escolas em 1.018 Municípios, beneficiando cerca de 700 mil alunos.

Assim, os investimentos financeiros na expansão da rede federal, somados à sua reestruturação, atingirão R\$ 2,3 bilhões, superando a estimativa de R\$ 1,8 bilhão, no período de 2008 a 2011.

Educação Superior

Levar educação superior a uma parcela maior da população é fator decisivo para a diminuição das desigualdades sociais e regionais e para o desenvolvimento científico e tecnológico, fomentando a inclusão social e a geração de trabalho e renda. Nos últimos anos, a graduação e a pós-graduação brasileira crescem progressivamente, resultado da política do Governo Federal, que investe recursos financeiros proporcionais a esse crescimento. Em decorrência disso foi possível aumentar o número de bolsas e apoio para investimentos e o custeio das atividades da graduação e da pós-graduação nas universidades brasileiras.

Nesse contexto, o programa Brasil Universitário tem avançado no sentido de democratizar o acesso à educação superior. Por intermédio do Reuni, tem sido possível ampliar a oferta de vagas nestas instituições de ensino mediante ampliação da infraestrutura física e dos quadros de servidores. Iniciado em 2007, associou todos os investimentos até então realizados em uma proposta integrada de ampliação das oportunidades de educação superior pública, tendo como objetivo atingir 227 mil vagas ofertadas e 1,1 milhão de matrículas projetadas para 2012.

Além da ampliação do número de vagas na educação superior pública, o Reuni visa à qualidade da oferta e atua em outras cinco dimensões: reestruturação acadêmico-curricular; inovação pedagógica; mobilidade intra e interinstitucional; compromisso social das Instituições Federais de Ensino Superior; e articulação entre graduação, pós-graduação e os demais níveis educacionais. Essas diretrizes se desdobram em ações e estratégias descritas nos Planos de Reestruturação e se materializam não só por meio de investimentos diretos do Programa, mas por um conjunto de programas associados, a exemplo do Proext, do PET e do Pnaes. A previsão é de cerca de 106 mil vagas a serem ofertadas em 2011, com recursos da ordem de R\$ 1,9 bilhão destinados ao custeio da expansão das Universidades Federais.

A democratização do acesso à educação superior também vem sendo concretizada por meio de outros dois programas: ProUni e Fies. Desde a implantação do ProUni, em 2005, até 2009, haviam sido beneficiados cerca de 600 mil estudantes, sendo 70% destes com bolsas integrais. Neste mesmo ano, o Fies assegurou a permanência de quase 490 mil estudantes matriculados em instituições privadas. O Fies passou por uma grande reformulação, principalmente com a promulgação da Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010. As taxas de juros caíram para 3,4%, os prazos de carência e de amortização da dívida foram alongados, os procedimentos de contratação foram otimizados, permitindo ao estudante contrair o financiamento em qualquer período do ano. Para o primeiro semestre de 2011 são previstos 7.656 bolsistas e para o segundo semestre, 8.879 bolsistas, com recursos de aproximadamente R\$ 1,6 bilhão.

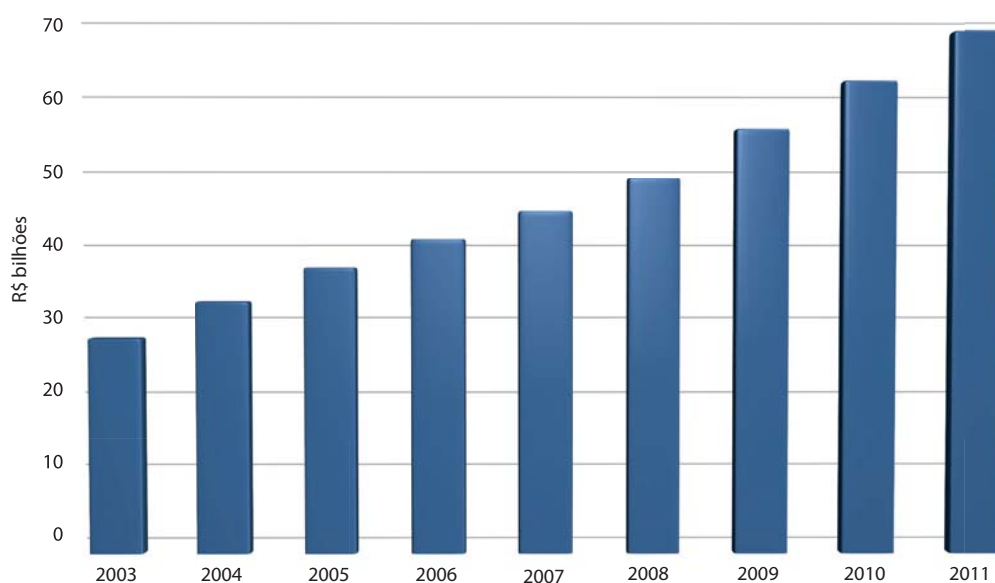
SAÚDE

A promoção da saúde constitui uma das prioridades centrais do Governo Federal. Para tanto, o SUS, desde sua criação, no início da década de 90, continua passando por mudanças e vencendo grandes desafios. Um destes desafios tem sido o enfrentamento de problemas de garantia de acesso a ações e serviços de saúde, que envolvem a superação de desigualdades inter-regionais, que exigem mudanças estruturais na composição da rede de atenção à saúde e a reorientação do modelo de atenção.

Outro desafio do SUS tem sido o financiamento de sua atuação, cuja cobertura financeira é executada de acordo com as determinações da EC 29, de 13 de setembro de 2000, que estabeleceu os montantes mínimos a serem aplicados anualmente em ações e serviços de saúde, estando pendente, no entanto, sua regulamentação.

Para o exercício 2011, o cálculo previsto pela EC 29 determina a aplicação mínima pela União de recursos da ordem de R\$ 68,6 bilhões.

Gráfico 18 – Ações e Serviços de Saúde (Aplicação Mínima EC nº 29)



Na área de Atenção Básica, a principal estratégia do SUS é o PSF. Criado em 1993, contava em 2002 com 16.734 equipes implantadas, beneficiando 32% da população, em 4.163 Municípios. Em 2003, o programa alcançou a marca de 19.068 equipes em atuação e atualmente existem 30.782 equipes implantadas em 5.268 Municípios (95%), beneficiando 51% da população. Em 2011, espera-se alcançar 33.040 equipes implantadas, contando com recursos da ordem de R\$ 6,7 bilhões para esse fim.

A expansão da área de Atenção Básica exigiu investimentos na construção de UBS. Esses investimentos são orientados pelo Plano Nacional de Implantação de Unidades Básicas de Saúde, que prevê a utilização de um total de R\$ 330 milhões na construção de UBS em 1.099 Municípios, espalhados por todos os Estados e no Distrito Federal. Em 2011, espera-se construir 2.174 UBS, com aplicação do montante de R\$ 565,0 milhões.

Os grandes Municípios do País, que concentram quase um terço da população brasileira, têm coberturas populacionais do PSF estimadas em menos de 30%, com raras exceções. Esse cenário levou ao esforço de implementação do Proesf, destinado à ampliação das atividades do PSF em Municípios com mais de 100 mil habitantes. A cobertura média estimada para esses Municípios tem crescido para todos os grupos municipais, segundo o porte populacional. Com o intuito de continuar com tal expansão, está prevista para 2011 a aplicação de R\$ 88,3 milhões no desenvolvimento de ações do Proesf.

Alçada à condição de prioridade governamental, a assistência odontológica registrou expressiva expansão a partir da implementação do Programa Brasil Sorridente, no âmbito da Estratégia Saúde da Família. Até 2002, existiam 4.261 ESB implantadas, beneficiando 15% da população, distribuídas em 2.302 Municípios. Atualmente, existem 19.349 ESB implantadas, em 4.750 Municípios, que oferecem cobertura em ações básicas a cerca de 70% da população. Espera-se atingir em 2011 o número de 21,4 mil equipes de saúde bucal, tendo sido orçado, para tanto, na ação atenção básica em saúde bucal, R\$ 85,0 milhões.

Destaca-se ainda, em relação à atenção odontológica e ao programa Brasil Sorridente, a implantação dos Centros de Especialidade Odontológica – CEO para suprir a população de tratamentos odontológicos mais complexos, cuja implantação teve início em 2004, quando existiam 100 unidades, atingindo hoje 832 unidades instaladas em 699 Municípios. Para 2011, haverá destinação orçamentária de R\$ 113,0 milhões, com a finalidade de manutenção desses CEO, cujo número total de unidades chegará a 1.050.

A Atenção de Média e Alta Complexidade mobiliza expressiva parcela dos recursos setoriais. Em 2009, esse montante totalizou R\$ 25,4 bilhões, cerca de 44% do total alocado em ações e serviços públicos de saúde, enquanto, para 2010, o valor autorizado corresponde a R\$ 26,7 bilhões. Esses recursos, na sua maior parte, são repassados para Estados e Municípios como participação no custeio das atividades ambulatoriais e hospitalares do SUS. Os hospitais públicos e privados conveniados ou contratados pelo SUS realizaram, até abril de 2010, mais de 3,7 milhões de internações. Até maio de 2010, foram prestados mais de 469 milhões de consultas, atendimentos e acompanhamentos ambulatoriais, além de realizados mais de 186 milhões de exames de patologia clínica e cerca de 30 milhões de exames de diagnóstico por imagem, incluindo os de Raios X e os de ressonância magnética. A previsão orçamentária destinada à Atenção de Média e Alta Complexidade no ano de 2011 é da ordem de R\$ 29,3 bilhões.

Na Atenção Pré-Hospitalar, o Samu destaca-se como seu principal componente, servindo de base para a Política Nacional de Atenção às Urgências, criada em 2003. Contempla atualmente 1.337 Municípios, com 1.111 USB e 299 USA, todas habilitadas e em funcionamento. Essa rede oferece cobertura a 105 milhões de pessoas, que correspondem a 55% da população brasileira. A previsão de gastos em atenção pré-hospitalar para 2011 é de R\$ 925,2 milhões, considerando tanto o Samu quanto a estruturação dos demais serviços para atendimento das necessidades de atenção às urgências decorrentes de violências e causas externas.

Também compõem a rede de Atenção às Urgências as UPA, estruturas de complexidade intermediária entre as UBS, e as portas das urgências hospitalares, que fazem parte da segunda etapa da Política Nacional de Atenção às Urgências. Seu foco é o atendimento não hospitalar às urgências e emergências. Atualmente, são 254 unidades funcionando em 219 Municípios. Foram previstos investimentos da ordem de R\$ 990 milhões na expansão da rede de unidades, entre 2009 e 2010, esperando-se que até o final de 2010 a rede alcance a meta de 500 unidades em operação. Até o final de 2011, está prevista a construção de mais 125 unidades, atingindo o número de 625 UPAs em funcionamento, contando com dotação de R\$ 250,0 milhões para esse fim.

Por intermédio da Vigilância em Saúde, o Governo Federal monitora o quadro sanitário do País para a formulação e definição de prioridades nas ações de saúde, assim como colabora com Estados e Municípios no controle de endemias por meio de transferências de recursos. Em 2009, foram empenhados

R\$ 3,1 bilhões na área de vigilância, prevenção e controle de doenças e agravos; para o ano de 2010, a dotação autorizada é de R\$ 2,9 bilhões, para cobertura da atuação conjunta da União com Estados e Municípios no desenvolvimento de ações de vigilância em saúde, que inclui o combate à dengue e a outras endemias. Em 2011, serão investidos cerca de R\$ 3,6 bilhões no Programa de Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos.

Ainda na área de Vigilância em Saúde, duas questões foram alvo de especial atenção no último ano: o controle da gripe H1N1 (influenza A) e o controle da dengue. A intensificação dos esforços no combate à dengue envolveu a criação de planos de contingência em 13 Estados, a capacitação de profissionais de saúde em todo o País, a realização de parceria com o Ministério da Educação para mobilizar estudantes da rede pública e a participação de bombeiros e militares nas ações de detecção do mosquito. Já a prevenção da gripe H1N1 determinou a realização, no período de março a maio de 2010, da maior campanha de vacinação do País, com mais de 73 milhões de doses aplicadas.

No PNI, o Calendário Básico de Vacinação passará a ter 13 tipos de vacinas para proteger contra 19 doenças. Duas novas vacinas serão incluídas, em 2010, e estarão disponíveis na rede pública de saúde, contra o pneumococo e o meningococo do tipo C. A primeira protege contra a bactéria pneumococo, causadora de meningites e pneumonias, entre outras doenças. A segunda imuniza contra a doença meningocócica, principal causa de meningite bacteriana no Brasil. A oferta total do PNI, considerando as imunizações especiais, passa a ser de 28 tipos de vacinas. A amplitude do programa já permitiu eliminar ou colocar sob controle a poliomielite, o sarampo, a caxumba e a rubéola. Para preservar esses avanços, é indispensável manter a continuidade dos esforços, o que envolve ações destinadas a ampliar a capacidade de produção de vacinas, bem como disponibilidade de recursos orçamentários para a implementação do PNI. Em 2011, prevê-se a aplicação de R\$ 1,5 bilhão para a ação Imunobiológicos para Prevenção e Controle de Doenças, o que significa um acréscimo de 60% em relação ao montante autorizado para o ano de 2010.

No que tange ao Programa de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, para a aquisição e distribuição de medicamentos básicos, estratégicos e excepcionais, a previsão é de que sejam despendidos R\$ 4,8 bilhões em 2010. Para 2011, a dotação orçamentária com essa finalidade corresponde a R\$ 5,7 bilhões. Entre os medicamentos básicos tem sido expressiva a elevação do acesso àqueles destinados ao controle da hipertensão e do diabetes, que são problemas de saúde pública em expansão no território nacional. No rol dos medicamentos estratégicos, encontram-se os destinados às doenças sexualmente transmissíveis (DST) distribuídos pelo Programa Nacional de DST e Aids, especialmente os antirretrovirais que são regularmente disponibilizados a mais de 190 mil pacientes portadores do vírus de imunodeficiência humana. É importante destacar a distribuição na rede do SUS de medicamentos para doenças transmissíveis como tuberculose, malária e hanseníase, entre outras.

O Programa da Farmácia Popular, criado com o intuito de alcançar camadas mais amplas da população em junho de 2004, na versão Rede Própria, em parceria com Estados e Municípios, contava inicialmente com 27 unidades próprias; com a expansão do programa, o número subiu para 530 unidades em 2009. Atualmente, esse Programa fornece 108 medicamentos, além de preservativo masculino, dispensados pelo seu valor de custo (redução de até 90% do valor quando comparados com drogarias e farmácias privadas). Em 2006, o programa passou para sua segunda fase, quando foi criado o Programa Farmácia Popular – Sistema de Co-Pagamento, que é baseado na parceria com farmácias e drogarias privadas. O Governo paga um valor fixo do medicamento e o cidadão paga o restante. Em 2006, foram credenciadas 2.955 empresas, mas em 2009 o sistema já contava com 10.790 estabelecimentos, e em 2010 esse número chegou a 12.245. Esta segunda fase do programa está trabalhando, atualmente, com medicamentos para doenças crônicas como hipertensão e diabetes, além de instrumentos de saúde sexual e reprodutiva, como anticoncepcionais e preservativos. Em 2011, este Programa contará com um aporte orçamentário da ordem de R\$ 607,2 milhões.

É importante salientar, ainda, que o Ministério da Saúde, através da Funasa, executa obras de saneamento a partir de critérios epidemiológicos, socioeconômicos e ambientais, voltadas para a promoção à saúde e para a prevenção e controle de doenças e agravos, com destaque para a redução da mortalidade infantil. O saneamento rural, área de atuação específica da Funasa, representou um investimento público da ordem de R\$ 900 milhões, de 2007 a 2009. Em 2010, há previsão de aplicação de R\$ 207,6 milhões e em 2011 serão mais R\$ 296,0 milhões investidos nesta área.

As outras iniciativas da Funasa na área de saneamento básico são complementares às ações do Ministério das Cidades, sendo a Funasa responsável pelo saneamento em Municípios de até 50 mil habitantes. Foram aplicados R\$ 2.873,7 milhões em serviços urbanos de água e esgoto, no período de 2007 a 2009. Este ano, R\$ 908 milhões serão investidos nesta área e, em 2011, mais R\$ 822,0 milhões. Na área de resíduos sólidos, o montante de R\$ 57,3 milhões será aplicado no próximo ano.

CULTURA

O acesso do cidadão à cultura vem passando por mudanças significativas e o Governo Federal tem apresentado iniciativas de efetividade mais imediata. Trata-se do incremento de ações de financiamento voltadas para o desenvolvimento cultural. A ideia é estimular e multiplicar a diversidade dos circuitos culturais das artes visuais, plásticas, musicais, da dança, do audiovisual, do circo, do teatro e das culturas populares. Há também a intenção de atingir o maior grau de cobertura geográfica possível, o que significa incluir áreas de grandes, médias e pequenas cidades, além de territórios de vulnerabilidade social.

Em 2011, dar-se-á prosseguimento às políticas públicas voltadas para a ampliação do acesso dos brasileiros aos bens culturais e aos meios necessários para o desenvolvimento da expressão simbólica, principalmente pelos estratos menos favorecidos da sociedade. Entendem-se como indispensáveis à qualificação do ambiente social das cidades e dos contextos urbanos: o desenvolvimento da economia da cultura, visando à geração de emprego e renda, e o fortalecimento das cadeias produtivas da indústria cultural. Faz-se importante, ainda, a modernização dos instrumentos, da legislação e dos marcos regulatórios que catalisem a ação cultural em benefício da sociedade brasileira como um todo.

Com este objetivo, uma série de propostas encontra-se em tramitação, visando à modernização da legislação cultural do País. As proposições, em sua maioria, surgiram ou foram ratificadas na II Conferência Nacional de Cultura, realizada em março de 2010. Dentre as principais propostas no Poder Legislativo, encontram-se o Projeto de Lei do Procultura, que substituirá a Lei Rouanet, e a iniciativa do Vale Cultura, a primeira política pública voltada para o consumidor de bens culturais, que permitirá aos trabalhadores a aquisição de ingressos de cinema, teatro, museu, espetáculos, livros, CDs, DVDs.

O ordenamento legal proposto considera a necessidade de desconcentrar os investimentos públicos em cultura, superando desigualdades sociais e disparidades regionais, fomentando o pluralismo das manifestações culturais e promovendo novas tecnologias como instrumento de uso criativo e simbólico, dentre outros. Pretende-se, para 2011, que o FNC seja o centro dinâmico do sistema de incentivo à cultura, de forma a democratizar o acesso de todas as áreas aos recursos públicos.

Como parte da Agenda Social do Governo, o Mais Cultura, que reúne ações de diversos programas do Plano Plurianual 2008-2011, tem obtido sucesso na implantação de novos espaços de caráter multiuso (bibliotecas, cinemas, teatros, telecentros, salas para oficinas de capacitação), agregando distintas dimensões, especialmente de formação, difusão e de fomento da produção cultural em ambientes que carecem de espaços para cultura e lazer em zonas centrais e periféricas das localidades.

O Programa Livro Aberto atua na implantação de bibliotecas de acesso público em Municípios que não as possuem e na modernização de espaços já existentes. Outro objetivo do Programa é constituir Pontos de Leitura e Bibliotecas Comunitárias e, também, capacitar jovens para mediação de leitura junto a comunidades carentes – Agentes de Leitura. Em 2009, o referido Programa contribuiu para a instalação de 450 bibliotecas no País, a partir da distribuição de “kits” compostos de acervo bibliográfico com 2 mil títulos, mobiliário, equipamentos de informática e equipamentos de imagem e som. Foram modernizadas aproximadamente 100 bibliotecas, recebendo acervos bibliográficos com cerca de mil títulos, mobiliário básico e itens de ambiência, de acordo com o Edital Mais Cultura de Modernização de Bibliotecas Públicas Municipais, para Municípios de até 20 mil habitantes. Em 2010, o Ministério dispõe de R\$ 55,9 milhões, e para 2011, visando à continuidade dessas políticas, o Programa contará com recursos da ordem de R\$ 54,0 milhões.

O Programa Cultura Viva – Arte, Educação e Cidadania incentivou e viabilizou a produção e a dinamização da criatividade e da fruição das culturas locais, nas diversas formas da cultura popular tradicional, das atividades artísticas, lúdicas e da cultura digital, estas relacionadas às novas tecnologias.

Esses incentivos consistiram em apoiar atividades realizadas em espaços culturais, selecionados por editais e denominados Pontos de Cultura. Em 2009, o Programa fomentou 2.517 Pontos de Cultura por meio de convênios firmados entre o Ministério da Cultura e Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades do terceiro setor. Em complemento às iniciativas de potencializar o desenvolvimento da cultura em nível local, o Cultura Viva contribuiu, até junho de 2010, para o funcionamento de 2.590 Pontos de Cultura em todo o território nacional. Para 2011, estão previstos 2.543 Pontos de Cultura, e recursos no valor de R\$ 90,8 milhões.

Outro programa finalístico, intitulado Brasil, Som e Imagem, deu prosseguimento aos editais de desenvolvimento da produção audiovisual, incluindo recursos para processos de capacitação e de veiculação na televisão aberta. Esse Programa investirá R\$ 315,2 milhões em 2010, prioritariamente na área cinematográfica e audiovisual, em linhas de ação já existentes, que necessitam ser dinamizadas, e em novas propostas que deverão ser aprovadas pelo Fundo de Inovação Audiovisual, por intermédio de editais e de iniciativas estratégicas, visando ao fomento de projetos cinematográficos, audiovisuais e de novas mídias. O Programa contará com o montante de R\$ 275,4 milhões, em 2011.

Por intermédio do FSA, a Ancine implementa uma série de editais para o desenvolvimento de projetos para televisão e cinema. Sua mais recente iniciativa, criada em 2010, o Cinema Perto de Você, busca reverter a tendência de fechamento das salas de projeção e ampliar os complexos de exibição cinematográfica pelo País, de forma a reduzir a concentração socioeconômica e regional. Para 2011, será alocado para o FSA o valor de R\$ 126,3 milhões.

O Programa Engenho das Artes contará com R\$ 214,8 milhões em 2011, que permitirão a continuidade de suas atividades nas áreas de teatro, dança e circo, por intermédio dos já consagrados Prêmios Funarte de Teatro Myriam Muniz, de dança Klauss Vianna, de circo Carequinha e o Artes Cênicas na Rua. São iniciativas que viabilizam projetos de montagem e de circulação de espetáculos, impulsionando e fortalecendo a economia das artes cênicas no Brasil. Destacam-se, também, o Prêmio de Fomento às Artes Visuais – que objetiva estimular a produção artística neste segmento específico, garantindo a interface entre a teoria e as práticas experimentais, e o Prêmio de Fomento à Música Popular e Erudita.

No que diz respeito ao Programa Identidade e Diversidade Cultural – Brasil Plural, tem sido dada ênfase às ações de fortalecimento dos mestres e dos grupos vinculados aos saberes populares, de combate à discriminação de grupos étnicos, de gênero e de diversidade sexual, criando um ambiente favorável à cultura da paz em consonância com o esforço do Governo de construir uma sociedade mais justa. Em 2011, serão alocados R\$ 14,1 milhões neste Programa.

O Programa Cultura Afro-Brasileira atua junto às comunidades rurais e urbanas de tradição africana, especialmente as remanescentes de quilombos, que enfrentam problemas de acesso a bens e serviços sociais. Suas ações buscam reduzir o ambiente de marginalização e de preconceito racial em nossa sociedade e proteger a tradição afrodescendente, particularmente sob seu aspecto religioso, cultural e socioeconômico. Em 2011, estão previstos recursos da ordem de R\$ 20,1 milhões.

No que concerne às ações voltadas para o patrimônio, no Programa Monumenta destaca-se o PAC Cidades Históricas, voltado para revitalizar Municípios com edificações tombadas ou sítios protegidos em âmbito federal. Em 2010 foram iniciadas ações em 134 cidades e, para 2011, estão previstas ações em outras 185, com investimentos da ordem de R\$ 130,5 milhões. Suas ações visam à preservação de espaços públicos, à educação patrimonial e à qualificação de mão de obra, de agentes e de gestores do patrimônio cultural.

Mediante o Programa Museu, Memória e Cidadania, busca-se a preservação do patrimônio museológico brasileiro e a ampliação do número de museus, particularmente em Municípios com menos de 50 mil habitantes. Para 2011, o órgão contará com R\$ 65,2 milhões e uma das metas é a melhoria da infraestrutura das instituições museológicas nas cidades que sediarão a Copa de 2014 e a Olimpíada de 2016.

Finalmente, o Programa Brasil Patrimônio Cultural contará com recursos de R\$ 72,2 milhões para 2011, destinados à proteção do patrimônio material e imaterial do País e de suas expressões tradicionais, de modo a propiciar à sociedade o contato com suas raízes históricas e com elementos formadores da identidade nacional.

ESPORTE

Como integrante da área social do Governo Federal, o Ministério do Esporte tem sua atuação vinculada à execução de políticas públicas destinadas ao fomento do esporte nacional em suas três dimensões, sendo elas: Educacional; Recreativo/Lazer; e de Alto Rendimento. Além disso, ressalta-se a implementação de políticas no contexto da cadeia produtiva do esporte e das pesquisas científicas voltadas à área desportiva.

No que diz respeito ao esporte educacional, destaca-se o Programa Vivência e Iniciação Esportiva Educacional - Segundo Tempo, iniciado em 2003, o qual é reconhecido como uma tecnologia de esporte educacional com transferência para vários países. Também teve seu desenvolvimento potencializado por meio das linhas estratégicas, ações e metas estabelecidas pela III Conferência Nacional de Esporte, realizada de 3 a 6 de junho de 2010. Desde então, a prática de Esporte Educacional beneficiou cerca de 3,5 milhões de pessoas em todas as regiões do País, orientadas por 45.621 professores, monitores e outras.

O Segundo Tempo oferece aos seus beneficiários, no período de férias escolares, o desenvolvimento de atividades lúdicas, esportivas, artísticas, culturais, sociais e turísticas que ajudem a fortalecer a autoestima; e promove o Projeto Recreio nas Férias, nos períodos de janeiro e julho de cada ano, aos beneficiados ativos. Desde o início do Recreio nas Férias foram beneficiadas 189 mil pessoas, em 100 Municípios, orientados por 6.740 monitores.

Visando à qualificação dos Recursos Humanos do Programa, a partir de 2007, iniciaram-se os ciclos de capacitação entre coordenadores geral, pedagógicos, setoriais, de núcleos e demais recursos humanos envolvidos nos projetos especiais. As capacitações do Programa Segundo Tempo buscam qualificar sua execução, proporcionando aos recursos humanos uma maior compreensão dos fundamentos pedagógicos, das especificidades e responsabilidades que envolvem o Programa, em consonância às ações estratégicas definidas pelo Ministério.

O Sistema de Controle, Monitoramento e Avaliação do Programa em questão é viabilizado por meio de uma Rede de Universidades. Com 20 equipes colaboradoras, pertencentes a 34 instituições de ensino superior localizadas em todas as regiões do país, a Rede é composta por 150 professores universitários da área de Educação Física e pela equipe técnica da Secretaria Nacional de Esporte Educacional. As equipes colaboradoras fazem o acompanhamento sistemático de, no mínimo, 20% dos núcleos de cada convênio, com caráter formativo e de avaliação, considerando os aspectos pedagógicos e administrativos e a equipe técnica e os aspectos operacionais. No exercício de 2009, as equipes colaboradoras realizaram aproximadamente 230 visitas *in loco*, em 1.042 núcleos do Segundo Tempo de 138 convênios.

Para 2011, estima-se o atendimento a cerca de 2,5 milhões de beneficiados (crianças, adolescentes e jovens), viabilizado por alianças e parcerias institucionais, mediante a descentralização da execução orçamentária e financeira para Governos estaduais e municipais e entidades privadas sem fins lucrativos e por meio da cooperação que está sendo fomentada entre o Ministério do Esporte e o da Educação, de forma a ampliar e qualificar a abrangência do Programa. Essa parceria se materializa a partir da inserção do Segundo Tempo no Programa Mais Educação, que tem por objetivo universalizar, ao longo dos próximos anos, o acesso à prática esportiva a todos os alunos das escolas públicas da Educação Básica das redes municipal e estadual, iniciando com as escolas que participam do Programa Mais Educação; realização de Recreio nas Férias – edição janeiro e julho de 2011; consolidação dos projetos especiais voltados para o público universitário e pessoa com deficiência; capacitação de recursos humanos; acompanhamento e monitoramento dos convênios; consolidação do sistema de gestão de informação; e consolidação da Matriz de Indicadores.

No que tange ao esporte recreativo e de lazer, destaca-se a implantação de infraestrutura física em diversos Municípios com carência de instalações esportivas públicas, de livre acesso à população. Além dos investimentos realizados no âmbito do Programa Esporte e Lazer da Cidade, foram conveniadas as construções de cerca de 150 Praças da Juventude, espalhadas pelo território nacional. Tais praças foram concebidas como um espaço de convivência que ofereça atividades culturais, científicas, de inclusão digital, lazer e esportes, tendo como princípios a inclusão social e democratização do acesso qualificado ao esporte e lazer, e, como foco, a saúde e qualidade de vida para toda a população.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade está estruturado em quatro estratégias centrais: ação educativa, pesquisa, gestão compartilhada e informação. A ação educativa é pautada essencialmente pelo funcionamento de núcleos de esporte recreativo e de lazer nas diversas regiões do Brasil e tem como objetivo garantir o direito ao acesso com qualidade às políticas públicas de lazer e de esporte, em sua dimensão recreativa, para as mais diversas faixas etárias e garantir a inclusão de pessoas com deficiência.

O Plano Decenal do Esporte e Lazer, aprovado na III Conferência Nacional do Esporte, indica que, nos próximos 10 anos, o Programa Esporte e Lazer da Cidade deverá chegar a todos os Municípios brasileiros, como uma ferramenta educativa para o desenvolvimento local de políticas públicas de esporte e de lazer.

No que concerne ao Esporte de Alto Rendimento, destacam-se os preparativos para o Brasil sediar os principais eventos esportivos internacionais: os Jogos Mundiais Militares, em 2011; a Copa do Mundo de Futebol, em 2014; e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, em 2016. Além dos investimentos em infraestrutura demandados para a realização destes eventos, também estão sendo empreendidos esforços com vistas à preparação dos atletas brasileiros.

O ano de 2011 é marco do início de um ciclo especialmente virtuoso para o esporte brasileiro, com a realização dos V Jogos Mundiais Militares, que pela primeira vez serão realizados no continente americano, bem como a participação brasileira nos Jogos Pan e Parapan-americanos de Guadalajara, no México. Para os V Jogos Mundiais Militares estão previstos R\$ 618,0 milhões.

Para a Copa 2014, o Ministério do Esporte, juntamente com o Comitê de Responsabilidade da Copa 2014, está implementando o modelo de governança estruturado por câmaras temáticas para gestão das atividades que culminarão na elaboração e implementação do plano estratégico das ações do governo brasileiro para a realização do evento. Será ainda desenvolvido um Portal de Informações de monitoramento dos empreendimentos, necessário ao acompanhamento das ações a serem desenvolvidas pelas três esferas de Governo para cumprimento dos compromissos assumidos para viabilizar a realização dos jogos da Copa do Mundo Fifa 2014. Para tanto, o valor previsto para 2011 é de R\$ 132 milhões.

São também de suma importância as ações para a organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, por meio da constituição do Comitê Gestor de Ações Interministeriais e da Autoridade Pública Olímpica – consórcio público que está sendo criado entre União, Estado do Rio de Janeiro e Município do Rio de Janeiro. Além disso, foi criada a Empresa Brasileira de Legado Esportivo S.A. – BRASIL 2016, devendo, também, ser instituída a Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem. Para 2011, prevê-se o montante de R\$ 605,6 milhões para a preparação das Olimpíadas 2016.

Por fim, é importante ressaltar que a implementação da Rede Nacional de Treinamento, a integração de cada modalidade com sua própria cadeia produtiva por meio da instalação de Câmaras Técnicas, a continuidade e o aperfeiçoamento dos Núcleos de Esporte de Base e da Rede CENESP (Centros de Excelência Esportiva) são fundamentais para a qualificação dos investimentos e dos resultados. Um dos pilares do desenvolvimento de atletas de alto rendimento, o Bolsa Atleta, é imprescindível para garantir a manutenção pessoal dos que não possuem patrocínio. Será destinado para o pagamento das bolsas, em 2011, o valor de R\$ 40,0 milhões, que beneficiará 3 mil atletas.

DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, JUSTIÇA E POLÍTICA INDIGENISTA

A institucionalização da temática dos Direitos Humanos na agenda política nacional e na estrutura do Estado brasileiro são fatos consolidados. Os esforços que ensejaram tais conquistas remontam à participação do Brasil na Conferência Mundial de Direitos Humanos, ao lançamento do Programa Nacional de Direitos Humanos e à criação da SDH, órgão que compõe a estrutura essencial da Presidência da República.

Em continuidade ao histórico brasileiro de promoção e defesa dos direitos humanos frente à comunidade internacional, à constituição de órgãos de controle social e de formulação participativa das políticas públicas, além da realização de conferências nacionais, precedidas de ampla mobilização junto aos Municípios e Estados, a implementação do PNDH 3, aprovado pelo Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, contribuiu para a manutenção e a ampliação desses avanços, com o desafio de consolidar a visão e a atuação integrada dessas iniciativas e ensejar a discussão e mobilização social em torno do tema.

O documento incorpora propostas aprovadas em mais de 50 conferências nacionais temáticas, promovidas desde 2003, relativas aos seguintes temas: segurança alimentar, educação, saúde, habitação, igualdade racial, direitos da mulher, juventude, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos, meio ambiente, dentre outros, refletindo amplo debate democrático sobre as políticas públicas dessa área, além de contribuir para a manutenção e a ampliação dos avanços alcançados, sem minimizar o desafio de consolidar a atuação integrada das iniciativas, a discussão e a mobilização social em torno do tema.

Com o objetivo de garantir a promoção e defesa dos direitos humanos e da cidadania, transformar o tema em um elemento transversal às políticas públicas e inserir sua agenda em todas as áreas da atuação, o Governo Federal, sob a coordenação da SDH, executa programas e articula políticas públicas que têm como foco grupos sociais específicos, tais como crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, além de outros grupos socialmente vulneráveis. Tais iniciativas buscam fortalecer ainda mais os processos democráticos de participação social, por meio de parcerias com órgãos do Governo Federal, demais Poderes e esferas de Governo e com a sociedade civil organizada.

Crianças e Adolescentes

No que se refere às ações voltadas para crianças e adolescentes, merecem destaque os avanços obtidos na estruturação do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, no enfrentamento da violência sexual contra esse segmento e no atendimento socioeducativo.

Quanto às conquistas alcançadas no âmbito da estruturação Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, cabe mencionar o apoio à implantação dos núcleos de formação continuada para membros dos Conselhos de Direitos e de Conselheiros Tutelares, o auxílio à formulação dos módulos de capacitação a distância para escolas de Conselhos e o apoio aos trabalhos realizados pelos Fóruns de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que investiram intensamente na implementação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Em parceria com o Ministério da Justiça, a SDH também está implantando a Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, que visa criar um cadastro nacional para auxiliar na busca e na localização daqueles com paradeiro desconhecido.

Outra área que tem apresentado significativos avanços é a do atendimento socioeducativo. Desde a elaboração do Sinase, em 2006, que estabelece parâmetros e diretrizes para a execução das medidas socioeducativas, várias unidades desse atendimento tiveram seus projetos arquitetônicos adequados às novas normas. A implantação de Centros de Referência Especializados de Assistência Social, de

maneira integrada ao Sinase, vem permitindo que adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, como a liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade, sejam recebidos e acompanhados adequadamente. Para 2011, os investimentos na área são da ordem de R\$ 26,9 milhões e incluem construção, reforma e ampliação de unidades de atendimento, além dos serviços de proteção social aos adolescentes em cumprimento a medidas socioeducativas.

No que se refere às iniciativas voltadas ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, a realização do III Congresso Nacional de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes contribuiu para nortear a ação do Governo Federal na implementação de políticas nessa área. Outro fato a ser destacado foi a sanção da Lei nº 11.829, de 25 de novembro de 2008, que prevê a punição da pornografia infantil na internet.

Em 2009, o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-juvenil no Território Brasileiro foi expandido para 451 Municípios de 22 Estados brasileiros, incluindo as regiões de fronteira com os países vizinhos. Vale mencionar, também, os avanços relativos ao Disque Denúncia Nacional (Disque 100), que realizou mais de 2 milhões de atendimentos e bateu sua meta de 100 mil denúncias, recebidas e encaminhadas, sobre violência, abuso e exploração sexual, consolidando-se como poderoso instrumento de combate a todo tipo de violência sofrida por esse grupo de pessoas. O esforço do Governo Federal no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes terá continuidade em 2011, com recursos orçamentários da ordem de R\$ 16,9 milhões.

População Idosa

Nos últimos anos, o Governo brasileiro tem investido fortemente na promoção da qualidade de vida das pessoas idosas. Um dos temas de destaque da agenda federal nesta área é o enfrentamento à violência, destacando-se o Observatório Nacional da Pessoa Idosa, um instrumento de acompanhamento e análise das políticas de enfrentamento à violência contra esse segmento da população. Além disso, foram criados novos Centros de Atenção e Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa nos Estados de Goiás, do Piauí e no Município do Rio de Janeiro.

Outra iniciativa importante diz respeito à promoção da Renadi, que tem nos CDI um de seus eixos principais. O Governo Federal tem apoiado a realização dos encontros nacionais desses Conselhos, com o objetivo de esclarecer e informar ao público-alvo sobre o papel e os exemplos bem-sucedidos de sua atuação nos níveis estadual e municipal. Contribuem para esse esforço a ativação de mecanismos de participação, como a realização de conferências municipais, estaduais e regionais sobre os direitos da pessoa idosa, que culminaram na II Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, em 2009.

Pessoas com Deficiência

O Brasil é um dos países mais inclusivos das Américas, seja pela legislação avançada, seja pelo conjunto de políticas públicas específicas. A conquista mais recente foi a ratificação da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, com a particularidade de ter sido incorporada à nossa legislação com equivalência de emenda constitucional. Tal fato mais do que reforça o empenho do Governo Federal em ampliar os espaços de atuação e participação cidadã desse segmento da população brasileira.

Como consequência dos esforços voltados à integração social de pessoas com deficiência ou necessidades especiais, destacam-se o Compromisso Nacional pela Inclusão da Pessoa com Deficiência, por meio do Decreto nº 6.215, de 26 de setembro de 2007, que teve a adesão de 22 Estados, bem como a

criação, em 2008, de um banco de talentos com o objetivo de armazenar e disponibilizar informações sobre a empregabilidade das pessoas nessa condição.

Em 2009, a inclusão de perguntas específicas sobre pessoas com deficiência na pesquisa de informações básicas municipais, realizada pelo IBGE, representou avanço significativo com relação à disseminação de conhecimentos sobre esse segmento. Ainda nesse âmbito, o Governo Federal promoveu, em fevereiro de 2010, um encontro nacional para divulgar as propostas e potencializar as discussões sobre os direitos das pessoas com deficiência com base no III Plano Nacional de Direitos Humanos. Também em 2010 foi lançado o projeto “Cidade Acessível é Direitos Humanos”, que pretende incentivar a promoção da acessibilidade nas cidades brasileiras.

Para 2011, serão alocados R\$ 8,3 milhões para implementar as ações voltadas a esse segmento da população.

Registro Civil de Nascimento e Documentação Civil Básica

O programa de registro civil de nascimentos sofreu muitas mudanças nos últimos anos e vem obtendo importantes avanços. Em 1998, de acordo com o IBGE, o índice brasileiro de sub-registro era de 27,01%; na última estimativa sobre sub-registro de nascimentos, publicada em novembro de 2008, esse índice caiu para 8,9%. Entre as iniciativas que contribuíram para a redução desse índice está a recente instalação de 260 postos de registro civil no território nacional. Outro avanço consistiu na implantação, em 2009, do Sistema Nacional de Informação de Registro Civil, que visa integrar informações oriundas dos cartórios, sistemas de informação em saúde e demais sistemas relacionados ao controle de nascimentos e de registro civil. Tal sistema pretende contribuir para a construção de indicadores específicos para as regiões que têm dificuldade em realizar os registros de nascimento, de modo a possibilitar estudos e pesquisas que incentivem o registro civil.

Ainda com o objetivo de facilitar o acesso a documentos básicos, promover a divulgação de informações sobre direitos humanos e o acesso a direitos, bem como prestar assessoria jurídica aos cidadãos, o projeto Balcões de Direitos ampliou sua abrangência, atuando mediante convênios com ministérios, Estados, Municípios, universidades, defensorias públicas e organizações da sociedade civil.

No âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, incluídos os Fundos Nacionais do Idoso e para a Criança e o Adolescente, é prevista a aplicação de R\$ 216,9 milhões no orçamento da União para 2011, concretizando o compromisso federal de assegurar a todos o pleno exercício de direitos, com a construção de uma cultura de paz e de valorização da vida.

Igualdade de Gênero e Políticas para as Mulheres

As mulheres brasileiras vêm ganhando cada vez mais espaço em nossa sociedade. Apesar disso, muitos ainda são os desafios a serem enfrentados para que haja igualdade de fato entre homens e mulheres. Para enfrentá-los, o Governo Federal vem desenvolvendo uma série de programas e ações, sob a coordenação da SPM, ligada à Presidência da República.

Com vistas a organizar, potencializar e priorizar as ações de proteção e garantia de direitos, combate e prevenção da violência contra as mulheres, o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres articula ações de diferentes áreas governamentais, como justiça, segurança, saúde, assistência social, além de cultura, educação, trabalho e habitação, nos três níveis de Governo. Os eixos prioritários do Pacto são: Eixo I - Implementação da Lei Maria da Penha e Fortalecimento dos Serviços Especializados de Atendimento; Eixo II - Proteção dos Direitos Sexuais e Reprodutivos e

Implementação do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Aids; Eixo III - Combate à Exploração Sexual e ao Tráfico de Mulheres; Eixo IV - Promoção dos Direitos Humanos das Mulheres em Situação de Prisão.

Entre as suas metas está a ampliação dos serviços de atendimento à mulher em situação de violência, com o aumento do número de Defensorias, Juizados e Varas Especializadas, de Centros de Referência e de Delegacias Especializadas. Ampliou-se também a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), acessível por telefone gratuitamente e em tempo integral. No total, 23 unidades da Federação aderiram ao Pacto.

Outro aspecto evidente das desigualdades de gênero está no mercado de trabalho, do qual as mulheres participam menos que os homens, apresentam maiores taxas de desemprego e estão mais presentes em relações precárias de trabalho. Além disso, os espaços de poder, prestígio e valor social são ainda majoritariamente ocupados por homens. As mulheres são relacionadas ao espaço privado e às atribuições ligadas à reprodução da família, enquanto dos homens se espera muito mais frequentemente a atuação nos espaços públicos. Com isso, ainda é baixa a presença das mulheres nos espaços formais de poder e decisão.

A SPM vem desenvolvendo ações pioneiras na área de trabalho, autonomia e geração de renda, destinadas a mulheres que querem se inserir no mercado de trabalho ou aumentar suas oportunidades de renda e ocupação. São elas: Mulheres Construindo a Autonomia na Construção Civil; Trabalho, Artesanato, Turismo e Autonomia das Mulheres; e Trabalho e Empreendedorismo das Mulheres.

Nesse mesmo sentido, a Secretaria desenvolve iniciativas voltadas às trabalhadoras rurais, assentadas da reforma agrária, agricultoras familiares, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas, indígenas e ribeirinhas, por meio de ações de promoção do acesso à documentação civil e trabalhista, titulação conjunta da terra, acesso ao crédito produtivo, assistência técnica especializada, bem como incentivo à produção e comercialização. O objetivo é promover o acesso à política pública, além de garantir cidadania e autonomia a esse segmento.

A SPM contará, em 2011, com recursos da ordem de R\$ 50,0 milhões para a promoção dessas políticas.

Igualdade Racial

A PNAD de 2008 apresentou, pela primeira vez, a população brasileira como majoritariamente negra. De acordo com dados do IBGE, pretos e pardos totalizam mais de 96 milhões de pessoas, representando 50,6% da população naquele ano. Estudos realizados sobre o tema constatarem que o aumento progressivo da proporção da população negra é devido a mudanças na autodeclaração. Mais brasileiros reconhecem-se como negros.

Por conseguinte, é inaceitável que essa parcela majoritária da população continue concentrando os piores indicadores sociais em todas as áreas. Ademais, permanece atuante na sociedade a marca do racismo que, se em muito é combatido, ainda mantém-se ativo, manifestando-se em alguns casos de forma explícita, e mais frequentemente, por meio de mecanismos de exclusão e subordinação, com impactos na manutenção da desigualdade racial no País. Torna-se, portanto, essencial construir uma dinâmica de políticas públicas que favoreça o combate às desigualdades raciais e ao racismo, visando implementar esforços em favor da equidade e da valorização da população negra no País.

A Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial compreende ações voltadas ao combate à discriminação direta e indireta, por meio de iniciativas de valorização da população negra, com o propósito de reverter o quadro de desigualdade de oportunidades e instalar espaços sociais primados pela equidade. Foi estabelecida não apenas como meio de reparação, mas como pilar fundamental para construção de uma sociedade mais justa. Ciente dessa responsabilidade e desse compromisso, a igualdade racial passa

a ser questão de política pública no Governo Federal, tanto no âmbito da SEPPIR quanto de diversos Ministérios, em consonância com o necessário caráter transversal que a temática deve apresentar.

Um dos campos de destacada desigualdade racial e de grande potencial de promoção de bem-estar é o ensino superior. Em 2001, apenas 3,5% da população entre 18 e 24 anos que frequentava o ensino superior eram negros. Iniciativas como o Programa Universidade para Todos e a instituição de cotas e bonificações nos processos seletivos de universidades públicas, em favor dos estudantes negros, permitiram ampliar a frequência destes ao ensino superior. Em 2008, a participação de estudantes negros nessa mesma faixa etária havia subido para 7,7%. A política de cotas tem ainda demonstrado impactos positivos no que diz respeito à ampliação da diversidade cultural e étnica do corpo discente das instituições do ensino superior e à democratização do acesso a este nível de ensino das populações em situação de desvantagem social.

Entre as conquistas recentes, destaca-se a aprovação da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, primeira lei a dispor sobre os direitos da população negra brasileira depois da sanção da Abolição da Escravatura em 1888. A nova lei incorpora as ações afirmativas e os meios para sua implementação, como programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.

O Estatuto da Igualdade Racial define a adoção de tais programas e políticas reparatórias, em diferentes esferas, que incluem educação, cultura, esporte e lazer, saúde, segurança, trabalho, moradia, meios de comunicação de massa, financiamentos públicos, acesso à terra, à justiça, e outros. Fica assegurada assim, a participação da população negra, em condições de igualdade de oportunidades, na vida econômica, social, política e cultural do País.

Abrangendo uma população de cerca de 96 milhões de pessoas, o Estatuto estabelecerá uma nova ordem de interesse na sociedade brasileira, uma vez que vai atingir todos os Poderes da República e a sociedade, além de contemplar reivindicações históricas dos movimentos sociais negros.

Destaca-se, ainda, a ampliação do diálogo social, por meio da realização das Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial, além da inclusão dessa temática em outras conferências setoriais. Em 2009, foi lançado o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, consolidando as propostas da Conferência e fixando objetivos para redução das desigualdades em várias áreas.

Apesar dos avanços, há ainda muito que desenvolver nesse campo de desigualdades seculares. A chave da desconstrução do racismo e de seus efeitos perversos consolidados nos atuais patamares de desigualdade entre brancos e negros está nas ações de combate à discriminação e ao preconceito e para promoção da igualdade racial nas esferas mais importantes da vida social.

Em 2011, é firme o propósito de consolidação e ampliação dessas iniciativas. Para tanto, foram destinados R\$ 30,0 milhões em recursos orçamentários à SEPPIR, além dos recursos a serem executados em programas a cargo dos demais órgãos da Administração Pública Federal.

Cidadania e Justiça

Durante o atual Governo, o tema da Justiça recebeu especial atenção. Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 45, em 30 de dezembro de 2004, iniciou-se um período de transformações organizacionais e institucionais profundas, que atingiram o sistema de Justiça como um todo. Para além das alterações legislativas, a ação governamental buscou aumentar as disponibilidades orçamentárias e articular politicamente os esforços dos três Poderes da República em favor de um Poder Judiciário mais acessível, ágil e efetivo. O exercício de 2011 marcará a continuidade de um ciclo de investimentos públicos na materialização desses objetivos e na consolidação do Conselho Nacional de Justiça.

O aumento da base de usuários e a universalização progressiva do acesso ao Sistema de Justiça geram pressões significativas sobre a demanda por prestação jurisdicional. No Poder Judiciário da União, essa ampliação vem sendo acompanhada por investimentos na implantação de novas Varas Judiciais e no recrutamento de mais juízes federais, o que vem permitindo a redução na razão entre novos processos distribuídos e o número de juízes federais em exercício no primeiro grau de jurisdição.

O crescimento nos quadros do Poder Judiciário da União também vem sendo acompanhado de um acentuado processo de interiorização, aproximando geograficamente essas organizações e a cidadania. Em 2008, encontravam-se em funcionamento 743 Varas Federais e 1.371 Varas Trabalhistas. Desde a edição da Lei nº 10.772, de 21 de novembro de 2003, instalaram-se novas Varas da Justiça Federal em 79 Municípios que anteriormente não dispunham dessa estrutura pública. Em estágio mais avançado de interiorização, a Justiça do Trabalho vem investindo na ampliação de sua rede de juizados itinerantes, aos quais se destinam recursos orçamentários de R\$ 2,1 milhões.

O Poder Judiciário e suas funções essenciais têm promovido também diversas iniciativas para a realização de programas e eventos de conciliação por todo o País, que têm produzido resultados satisfatórios com a resolução de um percentual elevado de litígios judiciais. É o esforço dos Poderes públicos na defesa da conciliação e dos instrumentos autocompositivos como alternativas viáveis para a resolução de conflitos e uma maior pacificação social.

Para garantir o acesso universal à Justiça, em especial aos mais necessitados, o Governo continua estruturando a Defensoria Pública da União, que em 2009 atendeu mais de 800 mil cidadãos em busca do exercício de seus direitos. No exercício de 2011, o programa de Assistência Jurídica Integral e Gratuita disporá de um orçamento de R\$ 85,9 milhões e a Defensoria Pública da União passará a contar com um quadro próprio de servidores públicos de carreira, em substituição ao atual corpo provisório de empregados terceirizados e servidores cedidos por outras organizações da Administração Pública. Nos campos da composição extrajudicial e da prevenção aos conflitos de massa e ao litígio judicial individual, o Fundo de Defesa de Direitos Difusos receberá recursos orçamentários de R\$ 11,0 milhões destinados ao financiamento de projetos apresentados por outras esferas de Governo e pela sociedade civil organizada.

As Justiças Federal, do Trabalho e do Distrito Federal mantêm, também, a ação Assistência Jurídica a Pessoas Carentes, como forma de permitir o acesso da população carente à Justiça. Para o ano de 2011, foram destinados recursos no valor de R\$ 123,9 milhões para essa finalidade no âmbito desses órgãos.

Ao Ministério Público da União, prevê-se um orçamento de R\$ 2,5 bilhões para o desenvolvimento de suas atribuições voltadas à defesa da ordem jurídica. Já a consultoria jurídica às organizações do Estado e a defesa jurídica da União, a cargo da Advocacia Geral da União, receberão recursos orçamentários no valor de R\$ 270,0 milhões.

No que diz respeito ao aprimoramento da prestação jurisdicional e à garantia ao princípio constitucional da razoável duração do processo, ainda há muito que avançar. Embora os quadros do Poder Judiciário da União venham crescendo em velocidade superior ao aumento da demanda, o estoque de ações judiciais pendentes de julgamento não vem apresentando o mesmo ritmo de redução, o que indica perda de produtividade e aumento da morosidade. Esses dados sugerem a necessidade de o Poder Judiciário investir na capacitação de seu corpo técnico e na melhoria dos instrumentos de gestão, em especial o processo judicial eletrônico, de que trata a Lei Federal nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006.

O Projeto e-Jus, sob a coordenação do CNJ, tem a finalidade de prover a infraestrutura adequada e a interligação de todos os ramos do Poder Judiciário com aumento da agilidade, da cobertura, do acesso e da eficiência da prestação jurisdicional. A inserção no Projeto e-Jus, em especial por meio da virtualização processual, proporcionará rapidez nos procedimentos e nas decisões jurídicas, bem como

uma uniformização taxonômica das ações e causas judiciais, permitindo a implantação do processo eletrônico nos termos da Lei nº 11.419, de 2006. Para a sua implantação e manutenção em 2011, prevê-se o montante de gastos da ordem de R\$ 285,0 milhões.

A demanda social por prestação jurisdicional eficiente estende-se aos tribunais superiores. Em que pese a grande expectativa quanto aos efeitos da criação das súmulas vinculantes e impeditivas de recurso sobre a movimentação processual dos tribunais superiores, o número de ações distribuídas no Supremo Tribunal Federal mantém-se estável, em torno de 70 mil/ano. Já o Superior Tribunal de Justiça vem enfrentando um aumento constante no número de ações distribuídas, que passou de 215.411, em 2004, para 271.521, em 2008. Como consequência, o estoque de ações pendentes de julgamento ampliou-se de 125.096, em 2004, para 175.298, em 2008.

Responsável pela gestão dos processos eleitorais, a Justiça Eleitoral persistirá na implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor - Biometria, que prevê a aplicação de recursos orçamentários de R\$ 51,0 milhões. O intuito do projeto é elaborar um cadastro unificado de eleitores, de forma a evitar duplicidades cadastrais e aumentar a segurança do processo eleitoral.

A estimativa do TSE é que até 2017 tenham sido cadastrados 100% do eleitorado, ou seja, 148 milhões de eleitores, e que todos os Estados tenham urnas eletrônicas com leitores biométricos. Deverão ser gastos, no total desse projeto, cerca de R\$ 402,3 milhões para custear as despesas com a compra de urnas eletrônicas, de kits biométricos e com a logística do processo. Uma vez concluído, o sistema permitirá a identificação biométrica do eleitorado, reduzindo significativamente o número de fraudes, ampliando a confiança no sistema eleitoral e a legitimidade dos detentores de mandato político.

Política Indigenista

A política indigenista desenvolvida pelo Governo Federal, por meio da Funai, não se restringe ao tema “proteção territorial”, na medida em que impõe forte viés em ações de proteção etnoambientais, promoção social, melhoria da qualidade de vida dos povos, ascensão político-cultural na sociedade brasileira, entre outras, voltadas para a efetiva preservação aos diversos grupos indígenas existentes no território nacional.

A realidade atual da população indígena brasileira e sua relação com a sociedade e o Estado tornam imprescindível o fortalecimento das áreas de competência da Funai. Nesse sentido, foi sancionado pelo Presidente da República o Decreto nº 7.056, de 28 de dezembro de 2009, que define a nova estrutura organizacional da Instituição, incluindo 297 Coordenações Técnicas Locais – localizadas mais próximas às populações indígenas, em todo o País, com o intuito de promover melhor atendimento.

O universo a que se refere o tema engloba 664 terras indígenas já homologadas, áreas que ocupam 12,5% do território nacional, cerca de 220 etnias com aproximadamente 180 línguas faladas e a existência de 500 mil indígenas aldeados.

Para a implementação efetiva da Política Indigenista, merecem destaque o processo administrativo de demarcação e a regularização fundiária de terras indígenas nas etapas referentes aos estudos de identificação/delimitação (declaração), demarcação física dos limites (homologação), registros cartoriais, levantamento fundiário e avaliação, indenização das benfeitorias de boa-fé e extrusão dos não índios, quando necessária.

As chamadas Frentes de Proteção Etnoambientais atuam na educação ambiental, capacitação, vigilância em saúde, fiscalização e proteção das áreas indígenas. A Funai tem priorizado as atividades desses grupos nas áreas de presença de índios isolados ou de recente contato, face à existência de ameaças à integridade física ou cultural desses grupos, além da evidente vulnerabilidade das terras por eles ocupadas.

Dotar as comunidades indígenas de autonomia produtiva constitui outro fator fundamental para a promoção social e melhoria da qualidade de vida de seus habitantes. Nesse sentido, o Governo Federal vem realizando consultas junto aos grupos indígenas para que se obtenha um planejamento participativo e se alcance a concretização das atividades mapeadas. Entre 2003 e 2005, foram beneficiadas 118.521 famílias, e entre 2008 e 2009 foram beneficiados 767.808 indígenas. Além disso, há o apoio ao financiamento de projetos, assessoramento técnico na realização de diagnósticos participativos, na elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de projetos produtivos que utilizem práticas tradicionais/sustentáveis, bem como a implementação e manutenção de infraestrutura de produção, certificação e comercialização de produtos indígenas.

Nos últimos anos, observou-se a ampliação e o aperfeiçoamento de políticas voltadas à proteção social dos povos indígenas, sobretudo relacionadas à segurança alimentar e nutricional, mediante a distribuição de cestas básicas, e à inclusão dos indígenas no Programa Bolsa Família, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome. Adicionalmente, foram reconhecidos seus direitos previdenciários, mediante o acesso dos indígenas à seguridade especial, conforme acordo com o Ministério da Previdência Social. Por fim, e, fundamentalmente, foi facultada à população indígena a universalização da documentação cidadã, envolvendo o acesso ao Registro Civil de Nascimento, Registro Administrativo de Nascimento Indígena, Registro Geral e documentação básica com Cadastro de Pessoa Física.

A Funai desenvolve, ainda, ações relativas ao assessoramento às comunidades indígenas na implementação e manutenção das políticas públicas relativas à educação escolar; à promoção de estudos que permitam aprimorar o conhecimento sobre temas diretamente vivenciados por esse grupo; à preservação da documentação, do cadastro e da salvaguarda dos seus bens culturais e conhecimento; à gestão ambiental e territorial de suas terras; à gestão e disseminação de informações acerca da temática indígena; à valorização do seu patrimônio cultural; e aos empreendimentos que afetam as suas terras.

Para 2011, serão destinados R\$ 160,6 milhões para o desenvolvimento de ações voltadas à temática indígena, no âmbito da Funai.

INCLUSÃO DE JOVENS

Vive-se um momento em que a juventude ganha importância na configuração da questão social brasileira. Na esfera federal, nos últimos anos, cresceu a atenção dirigida aos jovens. A Política Nacional de Juventude vem sendo consolidada e articulada em torno de duas questões principais: direitos e oportunidades. Os programas e as ações governamentais visam oferecer oportunidades e garantir direitos aos jovens brasileiros, levando em conta os direitos universais de cidadania e as especificidades das demandas da atual geração juvenil.

A mobilização do Governo Federal em favor de políticas promotoras de direitos e oportunidades direcionadas aos jovens ganhou grande impulso com a implementação, em 2007, da versão integrada do ProJovem. Destinado a jovens de 15 a 29 anos, o Programa tem por objetivo promover a sua reintegração ao processo educacional, a qualificação profissional e o acesso a ações de cidadania, esporte, cultura e lazer, atuando na formação de jovens por meio da efetiva associação entre a elevação da escolaridade, a qualificação profissional e o desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público. Coordenado pela SNJ, o ProJovem é subdividido em quatro modalidades: ProJovem Urbano, ProJovem Trabalhador, ProJovem Adolescente e ProJovem Campo.

Sua gestão e seu orçamento são compartilhados entre a Secretaria-Geral da Presidência da República, por meio da SNJ, e os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Cada modalidade possui um comitê gestor instituído pelo órgão responsável por sua coordenação.

Para o exercício de 2011, foram previstos recursos orçamentários da ordem de R\$ 1.248,0 milhões, beneficiando 1.049 mil jovens.

ProJovem Urbano

Gerido pela SNJ, o programa tem como público-alvo jovens de 18 a 29 anos, que sabem ler e escrever, mas não concluíram o ensino fundamental, e que integram famílias com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo. O ProJovem Urbano tem como objetivo contribuir para a elevação da escolaridade ao nível da 8ª série do ensino fundamental, promover a qualificação profissional, com certificação de formação inicial, e desenvolver experiências de participação cidadã, por meio de projeto de intervenção social dos jovens em sua comunidade. Os cursos têm duração de 18 meses e os participantes que cumprem as metas de frequência e entrega de trabalhos escolares recebem um benefício de R\$ 100,00 por mês, pago ao longo de 20 meses.

Para 2011, estima-se contribuir para a oferta de oportunidades de inserção de 300 mil jovens brasileiros na educação formal e no mercado de trabalho, diminuindo as desigualdades sociais existentes no País. Os recursos, no montante de R\$ 494,0 milhões, serão aplicados na concessão de auxílio-financeiro a cada jovem que atende às condicionalidades do ProJovem Urbano, na qualificação e no pagamento dos profissionais envolvidos nas ações de elevação da escolaridade, na aquisição de gêneros alimentícios para ofertar lanches aos alunos, nas atividades práticas de qualificação profissional, na compra de material didático doado a alunos e professores e na formação de profissionais que atuam no âmbito do ProJovem Urbano.

ProJovem Trabalhador

Gerido pelo MTE, tem como público-alvo jovens com idade entre 18 e 29 anos, que já concluíram o ensino fundamental, em situação de desemprego e que são membros de famílias com renda mensal

per capita de até um salário mínimo. Seu objetivo é preparar o jovem para o mercado de trabalho e fornecer alternativas de geração de renda, por meio da qualificação social e profissional e do estímulo à sua inserção laboral. Os participantes recebem um auxílio no valor de R\$ 600,00 (em seis parcelas de R\$ 100,00), mediante comprovação da frequência aos cursos de qualificação.

A implantação do ProJovem Trabalhador ocorre por meio de submodalidades, a saber: a) Consórcio Social de Juventude, caracterizada pela participação indireta da União, mediante convênios com entidades privadas sem fins lucrativos, para atendimento aos jovens; b) Juventude Cidadã, caracterizada pela participação direta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no atendimento aos jovens; c) Escola de Fábrica, caracterizada pela integração entre as ações de qualificação social e profissional com o setor produtivo; e d) Empreendedorismo Juvenil, caracterizada pelo fomento de atividades empreendedoras como formas alternativas de inserção do jovem no mundo do trabalho. Para 2011, serão alocados R\$ 320,0 milhões para atender 129,9 mil jovens nessa modalidade.

ProJovem Adolescente

Gerido pelo MDS, destina-se aos jovens de 15 a 17 anos: a) pertencentes a famílias em condição de extrema pobreza e beneficiárias do Programa Bolsa Família; b) egressos de medidas socioeducativas de internação ou em cumprimento de outras medidas socioeducativas em meio aberto; c) em cumprimento ou egressos de medida de proteção; d) egressos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; ou e) egressos ou vinculados a programas de combate ao abuso e à exploração sexual. Seus objetivos são complementar a proteção social básica à família, criando mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária e criar condições para inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. O programa oferece atividades socioeducativas durante 24 meses e, ao contrário das demais modalidades do ProJovem, o auxílio financeiro previsto (R\$ 30,00) é pago diretamente às famílias, mediante comprovação de frequência à escola e no limite de até dois por família. Para o exercício de 2011, espera-se atender 600 mil jovens com dotações orçamentárias no montante de R\$ 365,5 milhões.

ProJovem Campo

Gerido pelo MEC, destina-se aos jovens com idade entre 18 e 29 anos, que vivem nas áreas rurais e que sabem ler e escrever, mas não concluíram o Ensino Fundamental. Seu objetivo maior é elevar a escolaridade dos jovens da agricultura familiar, integrando a qualificação social e a formação profissional, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. A formação tem duração de 24 meses e os jovens recebem uma bolsa de R\$ 100,00 durante 12 meses. Apenas têm direito à certificação em Ensino Fundamental com Qualificação Profissional Inicial em Produção Rural aqueles que concluírem com aproveitamento o processo formativo e obtiverem frequência mínima de 75% da carga horária do curso. Essa modalidade deverá contar, em 2011, com recursos da ordem de R\$ 68,0 milhões para a participação de 19 mil jovens.



IV– POLÍTICA EXTERNA E SOBERANIA



Relações Exteriores

Defesa

RELAÇÕES EXTERIORES

O engajamento internacional do Brasil vem se intensificando de forma crescente, o que tem contribuído para a sua liderança, principalmente no grupo dos países emergentes. Fortalecido por sólidas instituições democráticas e por firme trajetória de crescimento econômico sustentável com inclusão social, o País vem sabendo aproveitar, em favor dos interesses nacionais, as oportunidades abertas por um sistema internacional em transformação. Ao mesmo tempo, segue empenhado no aprofundamento da integração com os vizinhos das Américas do Sul e Latina, sua prioridade em matéria de política externa.

O incremento do prestígio do Brasil evidenciou-se pela participação nos principais foros regionais e internacionais, como o G-20, as Cúpulas G8+G5, o Ibas (Índia, Brasil e África do Sul), a Cúpula América do Sul-Países Árabes, a Cúpula África-América do Sul e os Bric (Brasil, Rússia, Índia e China), demonstrando o novo e revigorado alcance da política externa brasileira em temas centrais da agenda internacional – entre outros, paz e segurança, finanças, comércio, meio ambiente e energia. Destaca-se, ainda, o continuado processo de consolidação do Mercosul e, mais amplamente, da Unasul, revelando a dimensão concreta da prioridade que o Brasil atribui à integração com a América do Sul, a participação brasileira na criação da Celac e na realização da Caricom, que corresponde ao seu propósito de aprofundamento da integração regional.

O País sediou eventos internacionais, sob a coordenação do MRE. Entre eles, ressaltam-se o Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste, realizado em Brasília, no mês de agosto de 2007; a Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, no Estado de São Paulo, em novembro de 2008; a Cúpula América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento, na Costa do Sauípe, no Estado da Bahia, em dezembro de 2008; a II Cúpula Bric, a IV Cúpula Ibas e a Cúpula Brasil-Caricom, em Brasília, em abril de 2010; o III Fórum Mundial da Aliança de Civilizações, no Estado do Rio de Janeiro, em maio de 2010; a IV Cúpula Brasil-União Europeia, em Brasília, em julho de 2010. O Brasil participou, também, de inúmeros foros para tratar de questões da agenda internacional. Foi o caso da Conferência de Annapolis sobre o Oriente Médio (EUA, 2007) e das conferências internacionais sobre o Iraque (Estocolmo, 2008) e sobre o Afeganistão (Haia, 2009).

Outra característica marcante da estratégia de inserção do País em um sistema internacional em transformação é a diversificação de parcerias, que se dá em complemento à intensificação das parcerias tradicionais, não apenas nas Américas do Sul e Latina, como já mencionado, mas também no mundo desenvolvido (EUA, Europa, Japão). Têm sido abertas, também, novas rotas comerciais com países com os quais o Brasil pouco se relacionava, em especial os árabes e os africanos. As políticas de diversificação de parcerias, além de conferirem substância à vocação universal de um país plural e multiétnico como o Brasil, abrem caminho para a multiplicação dos mercados brasileiros.

Uma possível medida do dinamismo da atual política externa está no número de visitas de chefes de estado, chanceleres e altas autoridades estrangeiras ao Brasil, nos atos internacionais firmados pelo País, como os acordos que criam condições para a ampliação da cooperação técnica oferecida pelo Brasil a outros países em desenvolvimento, reforçando a vertente Sul-Sul da diplomacia nacional.

Por basear sua ação diplomática no pacifismo e na visão de um mundo multipolar, o País envidou esforços para patrocinar uma ampla reforma das organizações internacionais e das instituições de Bretton Woods, de modo a conferir mais voz e voto aos países em desenvolvimento em seus processos decisórios. A diplomacia brasileira empenhou-se em avançar uma conclusão equilibrada da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio, com base na percepção de que o sistema multilateral de comércio deve ser justo e equânime e levar em conta as necessidades dos países em desenvolvimento. A remoção dos injustos entraves ao comércio de produtos e serviços de interesse dos países pobres, sobretudo em agricultura, é vital para o desenvolvimento, o combate à pobreza, a inclusão social e a proteção do meio ambiente

A crescente atuação externa do Brasil refletiu-se na expansão do comércio exterior, o qual se beneficiou da atuação dos diversos postos diplomáticos. A instalação de 216 postos no exterior (novas embaixadas e consulados), entre 2003 e 2010, sobretudo na África, Ásia e América Central e Caribe, favoreceu o processo de internacionalização das empresas brasileiras, com reflexos claros não somente sobre a promoção comercial, mas também na proteção dos interesses de aproximadamente 4 milhões de brasileiros no exterior. A conjugação desses fatores resultou na necessidade de ampliação em cerca de 30% do quadro de servidores do MRE, sobretudo na carreira de diplomata, que foi acrescida de 400 novas vagas nos últimos anos.

Nesse contexto, o Governo brasileiro vem dispensando especial ênfase também ao aperfeiçoamento da prestação do serviço consular à significativa comunidade brasileira radicada no exterior e à proteção dos brasileiros em situação de risco. O processo em curso de instalação do Sistema Consular Integrado, que informatizará diversas rotinas consulares, visa precisamente tornar mais eficiente o atendimento às variadas demandas da comunidade brasileira. A magnitude dessas demandas no exterior ilustra a tendência histórica de crescimento das atividades das áreas consulares do MRE, tanto no País quanto nas repartições consulares no exterior, relativas não só à assistência a brasileiros radicados no exterior, como também ao grande contingente de turistas nacionais que elegem destinos internacionais para lazer.

A intensificação da atuação do Brasil, em escalas regional e global, nas dimensões política, econômico-comercial, consular e de cooperação, gera demandas de novos postos no exterior. Até 31 de dezembro de 2010, o Brasil deverá contar com 216 postos de representação diplomática e repartições consulares em operação.

Para atender às despesas conduzidas pelo Itamaraty, inclusive aquelas decorrentes da intensificação e multiplicação de suas atividades, estão previstos recursos da ordem de R\$ 1.130,0 milhões, em 2011.

DEFESA

O MD vem atuando nos últimos anos em ações voltadas ao desenvolvimento nacional e em iniciativas de apoio à sociedade civil, sem comprometer a sua missão principal de manutenção da soberania e da integridade territorial.

As principais ações do MD relacionam-se, sobretudo, ao adestramento das tropas, à Missão de Paz no Haiti, à modernização de instalações militares, ao reaparelhamento das três Forças, à qualificação de recrutas (Soldado Cidadão), ao apoio à integração social (Projeto Rondon), à retomada do programa nuclear, ao desenvolvimento e à construção de submarinos, à fabricação e aquisição de 50 helicópteros e ao desenvolvimento do avião cargueiro KC-X.

No contexto de desenvolvimento e de integração nacional, o MD tem priorizado ações relacionadas ao Programa Calha Norte, que abrange 32% do território nacional, nos Estados do Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Amazonas. As ações contam com o apoio logístico das Forças Armadas para a realização de operações que assegurem a proteção das fronteiras da região amazônica, bem como para a implantação de obras de infraestrutura, proporcionando a melhoria da qualidade de vida da população abrangida pelo PCN e a consequente fixação de sua população naquela região.

No conjunto das ações planejadas para o PCN, destacam-se a implantação de Pelotões Especiais de Fronteira e de infraestrutura em quartéis e a aquisição e manutenção de diversas embarcações, veículos e equipamentos utilizados na realização de ações cívico-sociais e patrulhas na região da Amazônia.

Com o Projeto Soldado Cidadão, a participação das três Forças Singulares tem por objetivo preparar jovens egressos do serviço militar, mediante qualificação profissional para a sua inserção no mercado de trabalho em melhores condições. Em 2011, estima-se que serão qualificados 25 mil jovens. No total, cerca de 172 mil jovens cidadãos foram beneficiados desde o lançamento do Projeto, em 2003.

O Projeto Rondon constitui-se em ação de integração social, com o trabalho voluntário de universitários e professores em regiões carentes do País, prioritariamente na Amazônia e no Nordeste, onde já beneficiou 636 Municípios. O Projeto busca aproximar estudantes da realidade do País. Os chamados rondonistas realizam atividades nas áreas de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia, produção e trabalho. Para 2010, está prevista a participação de mais 2.400 universitários e até o final do ano serão 12.196 “rondonistas” envolvidos no Projeto desde a primeira operação após a sua reativação, em 2005. Para 2011, deverão incorporar-se a esse contingente mais 2.500 novos rondonistas.

O MD vem atuando decisivamente em diversas iniciativas que envolvem a prestação de ajuda humanitária, inclusive a outros países, como no caso do Peru, quando parte de sua população foi severamente atingida por fortes chuvas; do Haiti, por ocasião dos terremotos que o assolaram; do Chile, também em virtude dos fortes terremotos; na operação de resgate dos destroços do Voo 447, da Air France, entre outras.

No Brasil, destacam-se as operações de ajuda às populações dos Estados de Santa Catarina, Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro, em razão das chuvas e enchentes que se abateram sobre essas regiões. Nas ações cívico-sociais, conduzidas por operações militares, são levados à população local tratamento médico e odontológico, apoio a atividades de incentivo ao exercício da cidadania e cooperação com as que promovam o desenvolvimento humano. São executados serviços de conservação de escolas e prestado apoio à infraestrutura local, integrando ou complementando ações de outras entidades assistenciais.

As tropas brasileiras vêm participando da Minustah, de forma a garantir a segurança e a estabilidade da população do Haiti, tendo seu efetivo atingido o quantitativo de 2 mil homens, a partir do exercício de 2010, em face das necessidades adicionais, decorrentes dos efeitos dos terremotos que assolaram o

país em janeiro deste ano. Como parte do efetivo que integra a Missão, a Companhia de Engenharia do Exército Brasileiro vem realizando naquele país obras de construção e recuperação de estradas e vias públicas, perfuração de poços, urbanização e outros trabalhos de ajuda humanitária.

No que diz respeito aos serviços desenvolvidos pela Companhia de Engenharia do Exército Brasileiro, merece destaque a sua participação em importantes obras de infraestrutura também no Brasil, principalmente naquelas que compõem o PAC, voltadas à ampliação e modernização de aeroportos, construção e pavimentação de rodovias, entre outras.

O MD, juntamente com diversas outras instituições de pesquisa do País, participa do Proantar, por meio de apoio logístico, e do desenvolvimento de pesquisas, cujo objetivo é conhecer a influência dos fenômenos antárticos sobre áreas territoriais e marítimas brasileiras. Um dos principais reflexos dessa pesquisa é a melhoria constante da previsão meteorológica feita pelo Inpe, que mantém equipe permanente na Estação Antártica Comandante Ferraz, a qual beneficia a todos os setores que necessitam de informação confiável sobre o clima.

O Proantar é, atualmente, um instrumento de projeção da imagem do País no cenário mundial e de demonstração, junto à Comunidade Internacional, de seu firme interesse naquele Continente, garantindo-lhe a participação no processo de discussão sobre o futuro da região.

Destaca-se, ainda, que, em 2010, o MD deu início à efetiva implantação das ações objeto da Estratégia Nacional de Defesa, aprovada pelo Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, cuja atuação envolve três eixos: reorganização das Forças Armadas; reestruturação da indústria brasileira de material de defesa; e política de composição de efetivos das Forças.

No campo operacional, orientado pelo Pemaer, a FAB tem empreendido esforços na modernização e na adequação de sua infraestrutura, de forma a comportar a incorporação de novos equipamentos, bem como a revitalização dos existentes. O Pemaer permitiu o estabelecimento de prioridades na execução de atividades, em todos os níveis organizacionais, inerentes ao cumprimento da missão da Aeronáutica.

O Pemaer estabelece objetivos estratégicos para o período de 2009 a 2030 e define os projetos necessários para alcançá-los. Contempla, principalmente, entre outras iniciativas relevantes, a aquisição e a produção de 50 helicópteros de transporte e de ataque (H-X BR), fruto do acordo com a França, cuja produção ocorrerá no Brasil, o que permitirá a apropriação de conhecimentos intrínsecos ao projeto e a troca de experiência e informações técnicas entre os dois países; a aquisição de aeronaves de caça e de reconhecimento; e o desenvolvimento do cargueiro KC-X 390, para transporte de tropas, paraquedistas e carga de até 20 toneladas, com capacidade para operar em todo o território nacional e possibilidade de ser reabastecido em voo. O cargueiro, desenvolvido e montado em conjunto com a Embraer, possibilitará ao País atuar no mercado de aeronaves militares de grande porte, em condições de competitividade.

O MD, sob a coordenação do Estado-Maior de Defesa, realiza exercícios de adestramento combinado com as três Forças, o que, além de elevar o grau de integração, garante a eficiência operacional dos meios militares. Essas operações têm foco no controle dos tráfegos aéreo, fluvial e terrestre, com a participação de órgãos federais, estaduais e municipais, nas regiões de fronteira, contribuindo para reduzir o fluxo ilegal de armas e drogas para os grandes centros urbanos, assim como o descaminho, a extração ilegal e a evasão de riquezas naturais brasileiras.

Ainda em 2011, será implementado o Centro Conjunto de Operações de Paz no Brasil, por mudança de denominação do Centro de Operações de Paz, do Exército Brasileiro, com base na END, que se tornará referência nacional e internacional na preparação de militares e civis que venham a participar de Operações de Paz.

O Exército tem focado sua atuação no aumento da capacidade operacional da Força Terrestre, mediante o desenvolvimento e adequação de instalações de organizações militares. Para a implantação dessas organizações em terras indígenas, foi elaborado o Plano Amazônia Protegida, no qual, entre outros objetivos, está prevista a instalação de diversos Pelotões Especiais de Fronteira.

Para o cumprimento de sua missão institucional, o Exército Brasileiro vem incorporando cerca de 70 mil recrutas ao ano, possibilitando a formação de contingente de reservistas, além de permitir a instrução e formação de jovens no serviço militar.

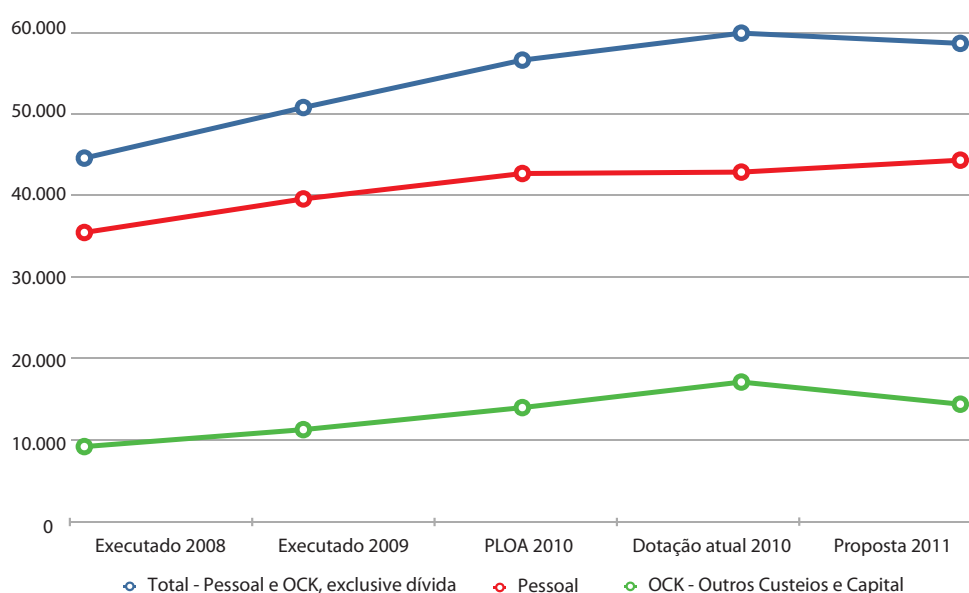
A MB prossegue com a implementação do programa de revitalização de seu arsenal, com vistas a recuperar a sua capacidade plena até 2017, bem como com a manutenção dos meios navais e aeronavais e de fuzileiros, no sentido de alcançar o adequado estado de prontidão operativa. O Programa Nuclear, além da aplicação militar, apresenta inegáveis benefícios às áreas tecnológica e social, com o desenvolvimento de sistemas e materiais que contribuem para a diversificação da matriz energética brasileira e representam acréscimo de poder dissuasório à defesa naval do País.

Com o desenvolvimento do ciclo de combustível e do protótipo do reator nuclear, cuja conclusão está prevista para 2014, a MB busca dotar a Esquadra Brasileira com o primeiro submarino a propulsão nuclear. Nesse sentido, o Brasil, em parceria estratégica com a França, criou o Prosub, que compreende a implantação de um estaleiro e de uma base de submarinos em Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro, e a construção de quatro submarinos convencionais e de um com propulsão nuclear.

A principal característica do Prosub está na transferência de tecnologia que preencherá a lacuna existente para a obtenção de um submarino à propulsão nuclear integralmente concebido, projetado e construído no País. A planta propulsora nuclear será de total responsabilidade brasileira e a transferência de tecnologia trará grandes benefícios à nossa indústria de defesa.

No PLOA -2011, estão assegurados R\$ 59,8 bilhões para o Ministério da Defesa, dos quais R\$ 14,0 bilhões são para custeio e investimentos (despesas discricionárias, incluindo recursos de doações e convênios), evidenciando a prioridade que vem sendo conferida à área, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 19 – Evolução dos Gastos com Ações de Defesa (em bilhões)





V – Segurança Pública

Segurança Pública

SEGURANÇA PÚBLICA

Nos últimos 12 anos, a partir da criação e atuação da Senasp, o Governo Federal tem estabelecido diretrizes que estruturam uma política nacional na área de Segurança Pública, voltada não apenas para a modernização e o aprimoramento das forças policiais, em parceria com os Estados, mas também para a construção de ações que incidem sobre as causas da violência e da criminalidade. Desde o primeiro PNSP, lançado em 2000, a Senasp reconheceu a necessidade de envolvimento dos diferentes órgãos governamentais, em todos os níveis, e das entidades da sociedade civil no desafio de implementar ações que surtissem efeito na diminuição das taxas de crime e violência, com estratégias de fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Pública.

Nesse contexto, o Pronasci, instituído em 2007, coordena e promove esforços no campo da prevenção, de controle e da repressão da criminalidade, além de incrementar a qualificação dos profissionais de Segurança Pública e Justiça Criminal. Consiste em várias ações de natureza estrutural e outras de caráter local, nas áreas de apoio à implementação de políticas sociais e de segurança cidadã, fortalecimento de instituições de Segurança Pública, construção e modernização de estabelecimentos penais, valorização dos profissionais e operadores de Segurança Pública, campanha nacional de cadastramento e desarmamento, entre outras, mediante ações que articulam segurança pública e políticas sociais, abarcando 23 Estados, o Distrito Federal, mais 170 Municípios e quatro consórcios intermunicipais. Para 2011, o Pronasci contará com recursos da ordem de R\$ 2.100 milhões.

Entre as medidas estruturais, voltadas para as instituições de Justiça e segurança, destaca-se o projeto Bolsa Formação, direcionado para policiais civis e militares, bombeiros, agentes penitenciários e peritos criminais e guardas municipais, o qual concede auxílio financeiro para participação em cursos organizados pelo MJ, dentro da visão de polícia comunitária, em parceria com mais de 60 universidades públicas e privadas em vários Estados. Até 2009, mais de 176 mil agentes de Segurança Pública já foram capacitados, com mais de R\$ 800 milhões investidos em formação. Em 2010, foram alocados à iniciativa R\$ 602 milhões, com o objetivo de contemplar mais 125 mil profissionais de Segurança Pública. Este esforço terá continuidade em 2011, quando contará com R\$ 638 milhões. Além desse projeto, o Pronasci atua com um conjunto de ações voltadas à valorização profissional no setor, com cursos de tecnólogo e mestrado em Segurança Pública, de atendimento a grupos vulneráveis e de utilização de tecnologias não letais.

Entre os investimentos de caráter local, ênfase tem sido dada às comunidades vulneráveis das cidades pertencentes às regiões metropolitanas, onde se encontram os mais altos níveis de violência, grande número de jovens em situação de risco e famílias expostas à violência urbana. Um exemplo é o Projeto Mulheres da Paz, que contempla mulheres líderes comunitárias em regiões conflagradas, as quais passam por capacitação em temas como ética, direitos humanos, cidadania e mediação de conflitos e recebem bolsa de R\$ 190,00 mensais. Elas contam com o apoio de equipes multidisciplinares para atuar como multiplicadoras do Pronasci e divulgar o Programa nas comunidades, identificando famílias com necessidade de assistência e jovens que possam ser atraídos para o Protejo. O número de bolsas concedidas até maio de 2010 é de aproximadamente 13.479 e, até o fim do ano, esse montante deve chegar a aproximadamente 15 mil mulheres, tendo em vista muitas estarem começando a capacitação.

O Projeto presta assistência, por meio de programas de formação e inclusão social, a jovens de 15 a 24 anos. Cada jovem recebe uma bolsa de R\$ 100,00 por mês durante um ano. No período de janeiro a maio de 2010, estavam cadastrados 1.521 jovens. Para este ano, estima-se que sejam aplicados nesse projeto o valor de R\$ 21 milhões.

O Pronasci mantém, ainda, ações destinadas aos jovens privados de liberdade, para fortalecer a sua participação em programas como o ProJovem, o Projea e o PSF.

Cabe ressaltar que o Pronasci deve agir, quando possível, em conjunto com o PAC, nas regiões em que forem implantadas obras de urbanização para recuperação de espaços urbanos e melhoria de infraestrutura das comunidades. Na segunda etapa do PAC, o Pronasci terá um aporte de recursos no valor de R\$ 3,2 bilhões, dos quais R\$ 1,6 bilhão será investido na estruturação de postos de polícia comunitária e R\$ 1,6 bilhão, na construção de espaços integrados voltados aos jovens. Nesse sentido, foram alocados R\$ 350 milhões, em 2011, para a construção de 723 postos de polícia comunitária, bases que permitirão que os policiais se relacionem com os cidadãos e garantam a ambiência necessária para o ingresso dos demais serviços públicos, bem como orientem a atividade policial na identificação de indivíduos procurados e o mapeamento de organizações criminosas, reduzindo as ações generalizadas e seus danos.

A Senasp ainda tem despendido esforços para aprimorar o sistema de dados e informações para o gerenciamento da política de Segurança Pública, com a criação do Sinesp, passo fundamental para a consolidação de um sistema nacional de gestão do conhecimento em Segurança Pública. O investimento nesse sistema permite aumentar a racionalidade quanto à utilização dos recursos do FNSP, dentro da proposta de estruturação de um Susp. Os percentuais do FNSP repassados para os Estados e Municípios, bem como o número de equipamentos fornecidos para o reaparelhamento das polícias em 2010, têm sido determinados pelas informações obtidas a partir desse monitoramento realizado pela Senasp. Em 2011, serão destinados recursos no montante de R\$ 331 milhões para dar seguimento a esta iniciativa.

Os recursos do FNSP são utilizados, também, na formação de policiais para compor a Força Nacional de Segurança Pública, a qual atende às necessidades emergenciais dos Estados, dentro de um modelo bem sucedido de cooperação federativa. Nessa vertente de atuação do Governo Federal, serão alocados recursos orçamentários no valor de R\$ 56,8 milhões.

A União atua, também, diretamente no combate à criminalidade, por meio das Polícias Federal e Rodoviária Federal, principalmente no que diz respeito ao crime organizado, à corrupção, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual de crianças e de adolescentes, aos crimes contra o meio ambiente e aos crimes transnacionais.

A Polícia Federal continuará envidando esforços para o fortalecimento do órgão e a intensificação das ações de cooperação com outras instituições dos Poderes Executivo e Judiciário, TCU e MP, de forma a ampliar as operações especiais contra o crime organizado – reprimindo o tráfico de entorpecentes, o contrabando, a corrupção, a lavagem de dinheiro, as fraudes em licitações, entre outras – e a manutenção da política de expansão internacional no combate ao crime transacional e recuperação de ativos. A instituição dará atenção especialmente dirigida às fronteiras do País, por meio da Operação Sentinela, essencial para a consecução dos objetivos elencados do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas. Serão alocados recursos, da ordem de R\$ 838,4 milhões, para a manutenção administrativa e operativa, a continuidade da construção das novas sedes da Polícia Federal nos Estados de Roraima e do Acre, e do Comando de Operações Táticas no Distrito Federal, a reforma e modernização de diversas unidades em todo o território federal, para a manutenção do Sisvant, a implementação do Projeto Pró-Amazônia/Promotec 2 e acordo de cooperação com os governos da França e Alemanha, envolvendo a aquisição de material e tecnologia.

A Polícia Rodoviária Federal manterá a sua presença ostensiva nas rodovias federais, pontuando suas intervenções no combate a ilícitos, principalmente roubo de veículos e cargas, na segurança aos usuários das vias federais, no enfrentamento de crimes ambientais, de exploração sexual de crianças e de adolescentes. Nas regiões fronteiriças, ligadas por rodovias federais, intensificará a fiscalização para o combate ao tráfico de drogas e armas, ao contrabando e descaminho, destacando a necessidade de enfrentar com mais rigor a entrada de crack no Brasil. A instituição contará, em 2011, com dotação orçamentária de R\$ 262,3 milhões.

No que diz respeito à política penitenciária, de 2007 a 2009, foram investidos R\$ 748 milhões nos sistemas penitenciários federal e estaduais, com o Funpen. Segundo dados do Infopen, o Brasil possuía, em junho de 2009, uma população carcerária de 469.546 presos, sendo que, desses, 149.514 eram condenados provisoriamente. A capacidade das penitenciárias, contudo, era de apenas 299.392 vagas. O elevado déficit prisional no País se impõe, portanto, como um dos grandes desafios para o Governo na área de Segurança Pública. Para enfrentar o problema, o Depen tem disponibilizado, desde 2007, recursos para os Estados contratarem obras que visam ampliar em mais de 15 mil o número de vagas, além de recursos voltados a programas concebidos para melhorar as condições dos egressos do sistema. Em 2011, o Depen contará com orçamento de R\$ 125 milhões, sendo R\$ 54 milhões para a reestruturação do sistema penitenciário no País, que contempla construção, reforma, aparelhamento e reaparelhamento de estabelecimentos penais.

O Brasil foi o país escolhido para sediar a Copa das Confederações de 2013, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. A Senasp será responsável pela coordenação de um conjunto de ações preventivas de segurança pública para a realização desses eventos.

Para tanto, o País deverá contar com uma estrutura física e organizacional, com bases sólidas, voltadas para uma complexa operação de logística e segurança, para recepcionar delegações, convidados, autoridades, profissionais de imprensa e turistas, nas cidades que sediarão os jogos. Haverá, ainda, a necessidade de implementar um programa de capacitação para os profissionais da área de Segurança Pública que atuarão nos eventos, cujo objetivo é conhecer as políticas de segurança e fornecer subsídios necessários à elaboração dos planos operacionais por parte das instituições envolvidas com a segurança dos jogos; permitir a integração com profissionais de diversos órgãos internacionais; contextualizar as reais necessidades de recursos humanos e materiais; e produzir um referencial, buscando o estabelecimento de atribuições específicas para as instituições envolvidas nos grandes eventos.

Deverão ser contratadas instituições de ensino superior para a realização de cursos de graduação tecnológica e especialização *latu sensu* para profissionais de Segurança Pública, bem como para o desenvolvimento de novos cursos para a Rede Nacional de Educação a Distância e capacitação, nessa modalidade, de profissionais em inglês e espanhol, para atuação nos citados eventos esportivos.

O programa de capacitação de policiais civis e militares, bombeiros militares e guardas municipais dos entes federativos que sediarão os Jogos Olímpicos de 2016 envolve o pagamento de auxílio financeiro a esses profissionais qualificados.

Em 2011, serão destinados R\$ 780 milhões para as ações voltadas à preparação das instituições para esses eventos, dos quais R\$ 280 milhões alocados no Fundo Nacional de Segurança Pública para a implementação de ações de inteligência e trabalhos preventivos de segurança pública, como forma de preparação das atividades que antecedem à Copa do Mundo de 2014, e R\$ 500 milhões para o pagamento de auxílio financeiro a 63 mil profissionais de segurança pública qualificados, entre policiais civis e militares, bombeiros militares e guardas municipais dos entes federativos que sediarão os Jogos Olímpicos de 2016, no âmbito do programa de capacitação do Pronasci.

A área de Segurança Pública contará com recursos da ordem de R\$ 3,95 bilhões na Proposta Orçamentária da União para 2011.



VI – Políticas de Recursos Humanos



Democratização das Relações de Trabalho

Gestão da Força de Trabalho: Recomposição e Formação de Quadros de Pessoal do Poder Executivo Federal



DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

A política de gestão de pessoas é pautada pelo princípio da democratização das relações de trabalho e tem por prioridade a valorização dos servidores públicos federais, o fortalecimento das carreiras do Poder Executivo Federal e a modernização dos sistemas e processos de trabalho, com o objetivo de proporcionar capacidade de gestão ao Estado, combinada com transparência e melhoria da qualidade dos serviços prestados, restaurando a confiança da sociedade no serviço público.

Nesse sentido, foi realizado amplo processo de reestruturação e reorganização dos quadros de pessoal dos órgãos e das entidades públicas federais, o que envolveu a reorganização das carreiras e dos planos de cargos, a criação de carreiras em áreas estratégicas e a recuperação das remunerações, valorizando o servidor e dotando o serviço público de carreiras fortalecidas e atrativas.

O processo de revisão das carreiras e das remunerações foi feito de forma negociada. A prática da negociação coletiva foi instituída, desde 2003, com o Sistema Nacional de Negociação Permanente, que mantém mesas de negociação entre o Governo e as entidades sindicais representativas dos servidores públicos federais, com o intuito de dar tratamento aos conflitos das relações de trabalho na Administração Pública Federal.

Por meio do Sistema de Negociação Permanente, foram realizados mais de 70 acordos com entidades sindicais, de 2003 a 2008, abarcando 1,15 milhão de servidores federais, que tiveram por objeto, em síntese, a criação de uma política salarial, a reestruturação da composição remuneratória e a reformulação de carreiras e planos de cargos.

Diante dos resultados obtidos com o diálogo, foi pactuada, na mesa de negociação, a necessidade de consolidação do direito à negociação coletiva dos servidores públicos. A ratificação da Convenção 151, da OIT, concluída com a publicação do Decreto Legislativo nº 206, de 7 de abril de 2010, representa importante vitória do diálogo na Administração Pública e coroa a redemocratização do Estado brasileiro.

A regulamentação do direito à negociação coletiva está sendo elaborada em conjunto com as entidades sindicais nacionais do funcionalismo público, à luz da compreensão de que a negociação coletiva é ponte, e não mais obstáculo, entre a liberdade sindical e o direito de greve. A proposta visa sanar a omissão desses institutos, erigindo a regulamentação deste tripé fundamental: negociação coletiva, direito de greve e liberdade sindical, como institutos aptos ao tratamento dos conflitos oriundos das relações de trabalho no serviço público.

A negociação coletiva foi adotada como instrumento estratégico de gestão para o tratamento dos conflitos nas relações de trabalho, a par do tratamento individual das demandas, por meio da Ouvidoria Geral do Servidor Público, que desempenha importante papel mediador nos conflitos individuais.

A realização da I Conferência Nacional de Recursos Humanos da Administração Pública Federal, em julho de 2009, concebida à luz da política de democratização das relações de trabalho, foi um processo pioneiro adotado para o debate das diretrizes e dos desafios da política de gestão de pessoas, com a participação de todos os atores envolvidos, a saber: dirigentes públicos, entidades sindicais e a sociedade civil organizada.

A política de gestão de pessoas priorizou, ainda, o desenvolvimento de uma política de atenção à saúde do servidor, também construída de forma participativa. Foi estruturado, então, o Siass, com o objetivo de uniformizar as normas de concessão de benefícios, padronizar os procedimentos periciais, racionalizar os recursos, produzir informações gerenciais sobre saúde do servidor, entre outras iniciativas.

A organização do Siasp contempla uma política sustentada a partir dos eixos: vigilância aos ambientes e processos de trabalho e promoção à saúde, perícia em saúde e assistência médica e odontológica. A política está fundamentada na abordagem biopsicossocial, em informação epidemiológica, na inter-relação dos eixos, no trabalho em equipe multidisciplinar, no conhecimento transdisciplinar e na avaliação dos locais de trabalho, sendo considerados, nesse caso, os ambientes e as relações de trabalho.

Destaca-se na Política de Atenção à Saúde do Servidor a recuperação do valor *per capita* destinado aos servidores, tendo sido estabelecida a isonomia desse benefício entre todos os entes do Poder Executivo, e reajustado o valor semestralmente, desde 2007.

No que se refere à implantação de novos instrumentos e metodologias de gestão de pessoas, um importante passo foi dado com a adoção da gestão por competências como instrumento estratégico da política de desenvolvimento do servidor. Em 2006, foi instituído um marco regulador para o processo de fortalecimento da qualificação e profissionalização do serviço público, dando nova dinâmica à política de capacitação.

Em caráter inédito, foi desenvolvida parceria entre a UFRGS e a SRH para realizar o Curso de Especialização em Negociação Coletiva, a distância, que, em outubro de 2010, forma aproximadamente 600 servidores públicos especialistas em negociação coletiva. Em razão do êxito da iniciativa, e de inúmeras solicitações recebidas, propõe-se a segunda edição do curso para o exercício de 2011.

A modernização dos sistemas e processos de trabalho é estratégica para a política de gestão de pessoas, a fim de permitir maior agilidade nos procedimentos de gestão da força de trabalho e a adoção de ferramentas mais eficazes no controle e na produção de informações gerenciais. Nesse sentido, diversas ações foram desenvolvidas para a modernização da folha de pagamento e a adoção de um novo sistema informatizado de gestão de recursos humanos.

Os programas e as ações implementados na execução da política de gestão de pessoas, fundamentados na democratização das relações de trabalho, fazem parte do processo de recuperação da capacidade gerencial do Estado e colocam a gestão dos recursos humanos no plano estratégico para o desenvolvimento das políticas públicas.

Diretrizes de Planos de Carreiras

O processo de reorganização de carreiras e planos de cargos do Poder Executivo Federal, que culminou com a edição das Medidas Provisórias nºs 431, 434, 440 e 441, de 2008, convertidas nas Leis nºs 11.784, de 22 de setembro de 2008, 11.776, de setembro de 2008, 11.890, de dezembro de 2008, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, respectivamente, promoveu o fortalecimento da força de trabalho de todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

Além de amplos reajustes de remuneração, implementados ao longo dos anos de 2008, 2009, 2010 e, para algumas carreiras, 2011, foi realizado o fortalecimento das estruturas remuneratórias, com a incorporação de gratificações ao vencimento básico do servidor, a previsão da remuneração por desempenho e a extensão da modalidade de remuneração por subsídio.

Foi introduzida, ainda, uma inovadora sistemática de avaliação de desempenho, a ser praticada pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, que prevê instrumentos de gestão participativa, propiciando a democratização das relações de trabalho.

A Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, delinea as diretrizes do processo de avaliação de desempenho, inovando ao prever a pactuação das metas entre os servidores e a respectiva chefia; o modelo

de avaliação 360 graus, em que o indivíduo não é avaliado apenas pela sua chefia, mas também pelos demais componentes da equipe de trabalho; a instituição de uma Comissão de Acompanhamento do processo avaliativo em cada órgão, com membros indicados pela administração do órgão ou da entidade e pelos servidores; e, ainda, um Comitê Gestor da Política de Avaliação de Desempenho, com participação paritária de representantes do Poder Executivo, da sociedade civil e das entidades representativas dos servidores públicos do Poder Executivo.

O Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, regulamentou 48 (quarenta e oito) gratificações de desempenho, fixando os critérios e fatores mínimos a serem observados pelos órgãos e entidades públicas federais na execução do processo avaliativo, bem como detalhando os procedimentos do ciclo de avaliação. Com a publicação desse Decreto, a autoridade máxima de cada órgão ou entidade deverá publicar portaria que poderá fixar critérios complementares e deverá prever as metas institucionais, a partir das quais as equipes de trabalho poderão pactuar as metas intermediárias e individuais que comporão o plano de trabalho a ser observado durante o ciclo de avaliação.

A nova sistemática de avaliação de desempenho tem por mérito, além da introdução de mecanismos democráticos de gestão nas relações de trabalho, a concretização da cultura de planejamento estratégico nas instituições públicas e o desenvolvimento dos servidores na carreira vinculado à capacitação, resultando na profissionalização e na oferta de serviços públicos de qualidade à população.

A SRH tem realizado debates em seminários, oficinas, grupos de trabalho, entre outras metodologias, orientando e auxiliando os dirigentes de recursos humanos na efetiva implantação dessa inovadora sistemática.

Subsistema de Atenção à Saúde do Servidor: Política Nacional de Saúde do Servidor, Previdência e Benefícios

A Política de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal, baseada na equidade e na universalidade, está consolidada por meio de assinatura de Acordos de Cooperação Técnica entre os órgãos para a constituição de unidades do Siass, tendo sido pautada por uma gestão participativa dos atores envolvidos, com foco na integralidade das ações.

No ano de 2010, foram realizadas várias iniciativas, das quais podem-se destacar: a Oficina dos Grupos de Trabalho do Siass, na UFPE; o Fórum de Perícia em Saúde, no MF, em São Paulo; o Fórum de Vigilância e Promoção à Saúde, em Gramado; o II Fórum de Saúde Mental na Administração Pública Federal e o III Encontro Nacional de Atenção à Saúde do Servidor, ambos em Brasília. Além dessas iniciativas, a implementação dessa política conta com diversas ações estratégicas, em contínuo andamento, tais como:

- 1) diagnóstico dos serviços de saúde em âmbito nacional, iniciado com um levantamento de dados, feito por meio de *software* livre de pesquisa, denominado PHP Surveyor, com o objetivo de conhecer os recursos humanos, materiais, técnicos, a infraestrutura e as atividades desenvolvidas nos serviços de saúde dos órgãos federais;
- 2) implantação do sistema integrado de informações Siape Saúde;
- 3) aprimoramento da perícia em saúde, cujas iniciativas visam à uniformização de procedimentos, à transparência dos critérios técnicos, à eficiência administrativa, à humanização no atendimento, à racionalidade de recursos, ao apoio multidisciplinar e às relações com as áreas da assistência e da promoção à saúde. Essa ação contou, ainda, com a publicação do Manual de Perícia Oficial em Saúde, elaborado com a contribuição de um conjunto de técnicos de diversos órgãos, e que se encontra disponível no portal www.siapenet.gov.br, *link* saúde, para sugestões e contribuições;

- 4) vigilância e promoção à saúde, com vistas a executar ações que alterem ambientes e processos de trabalho e produzam impactos positivos sobre a saúde dos servidores federais;
- 5) obrigatoriedade do exame médico periódico para todos os servidores, que tem como objetivos a prevenção dos agravos instalados e a promoção da saúde;
- 6) organização de unidades do Sias em diferentes órgãos, distribuídas em diversas cidades e apoiadas pelo Siaspe Saúde, responsáveis por desenvolver ações de perícia, vigilância dos ambientes de trabalho, promoção à saúde, registro dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais, readaptação funcional e apoio assistencial para os casos de agravos instalados. Essas unidades devem contar com equipes multiprofissionais que desenvolvam ações integradas, com otimização dos recursos humanos e com espaço físico adequado;
- 7) universalização da oferta do benefício da assistência médica odontológica para todos os servidores federais, transformando o benefício em despesa orçamentária obrigatória (evitando contingenciamentos), recuperando o valor *per capita* destinado aos servidores e estabelecendo as iniciativas para a isonomia no tratamento deste benefício;
- 8) instituição de Princípios, Diretrizes e Ações em Saúde Mental que visam oferecer aos servidores públicos federais, em particular aos profissionais de saúde e aos gestores de pessoas, um conjunto de parâmetros e diretrizes para nortear a elaboração de projetos e a consecução de ações de atenção à saúde mental dos servidores públicos federais; e
- 9) criação de CISSPs, iniciativa em construção.

Desenvolvimento de Pessoal e Capacitação

A Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, instituída pelo Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, tem sido o instrumento utilizado para, a partir da capacitação permanente do servidor, contribuir no desenvolvimento das competências necessárias à prestação de serviços públicos eficientes, eficazes e de qualidade.

O desenvolvimento de pessoas sob essa ótica traz uma nova abordagem à gestão: o foco deixa de ser o indivíduo e passa a exigir a adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, imprimindo a elas um novo referencial teórico e metodológico para a gestão do desenvolvimento.

Além disso, há o reconhecimento de que os métodos de capacitação possam ser ações diversificadas, voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais, permitindo o acesso dos servidores a eventos de capacitação, sejam eles promovidos pelos seus próprios órgãos ou fora deles.

Alinhado às diretrizes dessa política, o Programa de Multiplicadores em Gestão de Pessoas apoia as iniciativas de capacitação promovidas pelas próprias instituições, mediante o aproveitamento de habilidades e conhecimentos dos servidores do seu próprio quadro de pessoal, como também incrementa a rede, com a formação de novos multiplicadores e o acompanhamento contínuo dos multiplicadores já certificados.

Por outro lado, a ação de Fomento a Projetos de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas, que tem por objetivo apoiar a realização de projetos destinados ao desenvolvimento e à gestão de pessoas, analisados e aprovados pelo Comitê Gestor, tem conferido oportunidade à realização de projetos inovadores que, por seus elevados custos, não poderiam ser viabilizados individualmente pelos órgãos.

Desenvolvimento do Novo Sistema de Gestão de Recursos Humanos

As constantes mudanças nas áreas econômica, tecnológica e de mercado têm demandado do setor público adaptações em suas estruturas organizacionais e revisão de conceitos e paradigmas referentes à forma de organização do trabalho, a fim de conferir agilidade, eficiência e eficácia na prestação de serviços públicos. Este cenário faz com que sejam repensadas as atuais práticas de recursos humanos, especialmente na gestão dos processos de trabalho e no uso de sistemas de informação, enquanto instrumentos administrativos que auxiliam na melhoria da gestão.

Nesse sentido, vêm sendo desenvolvidas ações integradas voltadas para o mapeamento dos processos de trabalho atuais, visando à melhoria na gestão de recursos humanos do serviço público. Outras duas ações são a criação do Sistema de Gestão de Recursos Humanos e a interligação deste com os assentamentos funcionais-digitais, visando à otimização e à melhoria da cadeia dos processos e à vinculação das soluções tecnológicas aos objetivos estratégicos institucionais.

O atual Siape, criado pelo Decreto nº 99.328, de 1990, para administrar a folha de pagamento dos servidores públicos federais, é um sistema de área meio e de missão crítica e realiza a gestão de 1,6 milhão de beneficiários, entre ativos e aposentados.

O Assentamento Funcional Digital será constituído de um banco referencial, de dados e imagens das pastas funcionais, com indexadores para localização dos documentos *on-line*. Sua criação possibilitará a diminuição drástica do volume de papéis armazenados e tramitados. Todas essas informações servirão de base para a construção do novo sistema de gestão de recursos humanos, que deverá ser um instrumento gerencial fundamentado na qualidade da prestação dos serviços públicos, na eficiência organizacional e na satisfação dos servidores.

Auditoria nos Sistemas de Gestão de Recursos Humanos

A Auditoria de Recursos Humanos tem por atribuição acompanhar a folha de pagamento dos servidores públicos federais do Poder Executivo, através do sistema Siape.

Em 2009, iniciou-se um processo de reestruturação, sendo desenvolvido um novo conceito e implementada a modernização dos processos de auditoria da folha de pagamento do Poder Executivo Federal. Esse novo conceito implica reposicionamento da Auditoria de Recursos Humanos, tornando-a menos operacional e mais sistêmica, menos corretiva e muito mais preventiva, visando antecipar-se aos erros, além de permitir o monitoramento e gerenciamento estratégico dos gastos com a folha de pagamento, através de indicadores, alertas, mapa de risco e relatórios.

O monitoramento permitirá acompanhar as variações efetuadas na folha de pagamento, identificando o objeto, o órgão, o valor e o servidor que percebeu essa variação, gerando notificação para que seja apurada a situação, ainda dentro do mês de pagamento.

Para que isso ocorra, está sendo desenvolvido internamente o Siga, através do estabelecimento de premissas do novo conceito de auditoria, da análise e melhoria dos processos de trabalho e da modelagem a esse novo conceito, da definição dos requisitos e das funcionalidades do Siga, do estabelecimento de informações gerenciais, da adequação da equipe de trabalho e da capacitação dos servidores da auditoria.

Outro eixo de atuação refere-se à capacidade de articulação da auditoria em duas dimensões: uma delas é referente aos órgãos auditados, pois através das situações encontradas poderão ser melhorados os processos de trabalho, as orientações normativas e as adequações sistêmicas no Siape, além de possibilitar melhor suporte a esses órgãos. A segunda dimensão refere-se à articulação com os órgãos de controle, buscando unificar os entendimentos e a troca de informações.

Dessa forma, apesar da complexidade da folha de pagamento da Administração Federal, a Auditoria de Recursos Humanos vem desenvolvendo uma metodologia de auditoria que possibilitará, a partir da implantação do Siga, maior eficácia e efetividade nas suas ações e resultados, consequentemente na melhoria dos gastos públicos relacionados à folha de pagamento do Poder Executivo Federal.

Ouvidoria do Servidor

A Ouvidoria do Servidor da SRH foi criada em 28 de outubro de 2003. Durante oito anos, recebeu mais de 30 mil mensagens de servidores públicos federais. Dessas, a maioria foi sobre informações da vida funcional e, em segundo lugar, foram denúncias e reclamações sobre vários temas.

Para o ano de 2011, pretende-se criar uma rede permanente de operadores em toda a Administração Direta, localizando as ouvidorias setoriais no interior das Coordenadorias Gerais de Recursos Humanos, pois, atualmente, se trabalha *on-line* em apenas 20 órgãos e entidades públicas federais.

GESTÃO DA FORÇA DE TRABALHO: RECOMPOSIÇÃO E FORMAÇÃO DE QUADROS DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO FEDERAL

A demanda da sociedade por melhores serviços públicos nas áreas de educação, segurança, previdência, saúde e fiscalização implica aumento das despesas com pessoal, pois requer a contratação de mais servidores.

Nesse sentido, a política de seleção e recrutamento de pessoal busca responder às necessidades de incorporar novos perfis e novas qualificações e de realizar a indispensável sucessão geracional. Mas almeja, também, minimizar os efeitos da evasão e da rotatividade de quadros no setor público.

Assim, para atender a esse pleito da sociedade, o Governo Federal reestruturou diversas carreiras, aumentando salários, e adotou um calendário de concursos públicos para prover cargos nas áreas de educação, justiça, saúde, segurança e fiscalização, assim como na AGU, entre outros. Esse calendário prevê a realização de concursos escalonados ao longo de vários anos para essas carreiras, de forma a criar um fluxo contínuo de entrada de novos servidores.

A política de recursos humanos do Governo visa, inicialmente, recompor os quadros que estavam defasados e, posteriormente, evitar que essa situação ocorra novamente, equilibrando a entrada de novos servidores com a aposentadoria dos existentes, de forma a não comprometer a capacidade de funcionamento de determinado órgão.

A Tabela a seguir contém a evolução da força de trabalho por órgão:

Tabela 10 – Servidores Públicos Federais Cíveis Ativos do Poder Executivo¹ – Total e Órgãos Selecionados (2002-2009)

Órgãos da Administração	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 ³	Variação
Total	485.741	485.980	499.138	508.963	528.124	528.420	539.235	552.893	67.152
Educação	165.163	164.870	171.925	173.181	179.449	180.895	188.440	199.174	34.011
Justiça	20.729	21.244	23.463	25.502	27.516	27.915	28.168	29.130	8.401
Advocacia-Geral da União	1.683	3.804	7.382	7.766	8.249	8.900	8.977	9.111	7.428
Meio Ambiente	7.115	7.242	7.894	8.013	8.469	8.559	9.511	9.481	2.366
Saúde	103.634	105.238	103.483	106.079	109.107	106.259	105.621	105.456	1.822
Trabalho e Emprego	7.671	7.221	7.268	7.195	7.044	7.270	7.091	8.837	1.166
Minas e Energia	2.104	2.022	2.028	2.351	2.678	2.645	2.957	3.257	1.153
Desenvolvimento Agrário ²	5.663	5.243	5.567	5.670	6.538	6.576	6.709	6.706	1.043
Transportes	4.882	3.878	4.348	4.651	5.337	5.454	5.254	5.895	1.013
Governos dos Ex-Territórios	23.407	22.227	21.464	19.233	18.269	17.399	16.623	15.798	-7.609

Fonte: SRH/MP.

Força de trabalho = quantidade de vínculo (-) exercício descentralizado (-) lotação provisória (-) cedido.

¹ Inclui os servidores civis da administração direta, das autarquias e fundações do Poder Executivo (inclusive contratos temporários).

² Inclui o Incra.

³ Posição de dezembro de 2009.

De 1997 a 2009 foram considerados os quantitativos do mês de dezembro de cada ano.

No período de 2003 a 2009, foram autorizadas 176.120 vagas para preenchimento por concurso público, que se reverteram no ingresso de 118.933 novos servidores, resultando em um aumento efetivo da força de trabalho de 67.152 indivíduos.

Tabela 11 – Vagas Autorizadas para Preenchimento por Concurso Público – Total e Órgãos Selecionados (2003-2009)

Vinculação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total Resultado
Total Resultado	24.599	20.924	28.239	8.782	19.830	41.701	32.045	176.120
MEC	14.256	3.677	9.495	3.155	10.451	28.757	10.474	80.265
MPS	4.650	3.699	2.950	1.080	2.250	1.095	678	16.402
MS	-	1.141	3.948	1.501	1.450	1.899	5.978	15.917
MJ	2.792	5.775	927	262	405	1.303	3.137	14.601
MF	1.231	125	3.331	220	93	217	4.856	10.073
MD	-	-	-	584	-	1.668	973	3.225
MTE	219	75	200	-	195	1.822	597	3.108
MDA	366	12	1.437	-	-	573	550	2.938
MT	-	695	768	-	670	240	498	2.871
MMA	415	710	115	-	550	770	216	2.776
PR – AGU	-	690	324	336	654	232	-	2.236
MC	-	740	381	132	172	247	170	1.842
Mapa	76	200	493	390	-	285	288	1.732
PR – CGU	300	150	300	150	550	5	91	1.546
MRE	50	242	254	171	248	200	105	1.270
MCT	61	403	-	-	-	338	203	1.005

Fonte: Portarias de Autorização.

Elaboração: Seges, pelo critério de data da assinatura da Portaria.

Em 2010, foram autorizadas, até o mês de julho, 16.621 vagas para preenchimento por concurso público, com destaque para: 12.934 vagas para a educação, 1.346 para a saúde e 1 mil para a previdência. Nos dois primeiros meses do corrente ano, de acordo com dados constantes do Boletim Estatístico de Pessoal – SRH, houve 7.796 novos ingressos de funcionários.

Ainda em 2010, foi dada continuidade aos esforços do Governo Federal para acabar com a prática da terceirização de serviços que não tem amparo nas normas vigentes. Especialmente a partir de 2008, foram desencadeadas novas ações de substituição de terceirizados, tendo como referência o TCJ, celebrado, em novembro de 2007, pela União, representada pelo MP e pela AGU, com o MPT, bem como as diretrizes emanadas do TCU, nos termos do Acórdão nº 1.520, de 2006, Plenário-TCU.

As autorizações para provimento de cargos públicos efetivos vagos, concedidas para cumprimento do TCJ, atingiram, em 28 de julho de 2010, um total de 8.900 para a Administração Direta. Esse quantitativo implicará extinção de 9.659 postos de trabalho irregulares, o que representa 66% do total estimado de 14.732 terceirizados em situação irregular na Administração Direta. A diferença entre o número de vagas para concurso e o número de postos terceirizados a serem eliminados espelha o esforço em promover ganhos de eficiência nas organizações. O processo de substituição, por outro lado, gera avanços em termos de profissionalização do quadro de servidores.

Os avanços obtidos, contudo, não eliminam a necessidade de manutenção de uma agenda estratégica de concursos. Por isso, em 2011, prossegue o esforço para substituição integral do quadro de terceirizados irregulares, bem como a política de fortalecimento e de redefinição qualitativa do perfil do quadro de

pessoal, além da expansão da capacidade dos órgãos e das entidades de setores estratégicos nas diversas áreas de atuação da Administração Pública federal.

Nesse sentido, para 2011 está previsto o provimento de 21.988 cargos, desse total, 2.651 serão alocados para substituição de terceirizados.

Quanto aos cargos e às funções comissionadas, está na pauta a criação de 83 deles para melhor estruturar os institutos de pesquisa do MCT e 14 para a Comissão Nacional da Verdade, ligada à Presidência da República. Tais matérias já estão em tramitação no Congresso Nacional, consubstanciadas nos Projetos de Lei nºs 7.437 e 7.376, de 2010, respectivamente.

Quanto a cargos efetivos, destinados ao provimento exclusivamente por concurso público, foram encaminhadas proposições que criam 1.293 vagas na área de diplomacia e 560 para advogados da União, objeto dos Projetos de Lei nºs 7.579 e 7.580, de 2010, respectivamente

Para as carreiras de setor exterior, são 400 cargos de Diplomata e 893 de Oficial de Chancelaria, cuja finalidade é permitir que, ao longo dos próximos anos, a expansão das representações diplomáticas do Brasil no exterior seja acompanhada de adequada provisão de recursos humanos.

A criação de cargos de Advogado da União é uma iniciativa que tem por finalidade permitir a ampliação do quadro da AGU, com vistas a obter maior eficiência da assessoria jurídica e da representação judicial da União.



VII – Avaliação das Necessidades de Financiamento

Metodologia de Cálculo do Resultado Primário e Nominal dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e Parâmetros Utilizados

Metodologia de Cálculo do Resultado Primário das Empresas Estatais Federais

Receita Orçamentária

Pessoal e Encargos Sociais

Sistemas Previdenciários

METODOLOGIA DE CÁLCULO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL E PARÂMETROS UTILIZADOS

Apresenta-se adiante a avaliação das necessidades de financiamento do Governo Central, a qual discrimina os principais itens de receitas e despesas que afetam a determinação da meta de resultado primário. A Tabela a seguir demonstra a evolução desses agregados e indica os resultados primário e nominal do Governo Central observados na execução de 2009, na Lei Orçamentária e na reprogramação de 2010 e os implícitos no PLO-2011.

Tabela 12 – Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal do Governo Central (R\$ milhões)

Discriminação	Realizado 2009		LOA 2010		Reprogramação 2010		PLOA 2011	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
I. RECEITA PRIMÁRIA TOTAL	740.627,8	23,56	873.894,9	26,28	845.068,8	23,98	967.626,1	24,86
I.1. Receita Administrada pela Secretaria da Receita Federal (líquida de restituições e incentivos fiscais)	456.084,5	14,51	557.638,1	16,77	525.350,9	14,91	631.991,0	16,24
I.2. Arrecadação Líquida do Regime Geral da Previdência Social	182.008,4	5,79	204.338,5	6,14	208.113,7	5,90	233.853,4	6,01
I.3. Receitas Não Administradas pela Secretaria da Receita Federal	102.534,9	3,26	111.918,3	3,37	111.604,2	3,17	101.781,6	2,61
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA (empenho liquidado)	120.131,4	3,82	141.684,8	4,26	133.967,0	3,80	162.690,1	4,18
III. RECEITA LÍQUIDA DE TRANSFERÊNCIAS (I - II)	620.496,5	19,74	732.210,1	22,02	711.101,8	20,18	804.936,0	20,68
IV. DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (empenho liquidado)	610.758,2	19,43	687.990,2	20,69	664.060,7	18,84	751.187,9	19,30
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	155.822,0	4,96	170.376,2	5,12	167.334,1	4,75	184.362,6	4,74
IV.2. Benefícios da Previdência	226.312,5	7,20	247.632,3	7,45	253.808,1	7,20	275.111,9	7,07
IV.3. Outras Despesas Obrigatórias *	67.192,6	2,14	74.908,2	2,25	74.678,1	2,12	89.350,8	2,30
IV.4. Despesas Discricionárias & PAC	161.431,2	5,14	195.073,5	5,87	168.240,4	4,77	202.362,5	5,20
V. RESULTADO PRIMÁRIO POR COMPETÊNCIA (III - IV)	9.738,2	0,31	44.219,9	1,33	47.041,1	1,33	53.748,1	1,38
VI. OUTROS FATORES QUE AFETAM O RESULTADO	3.796,9	0,12	5.600,1	0,17	6.915,0	0,20	6.925,7	0,18
V.1. Empréstimos Líquidos	-1.243,0	-0,04	720,7	0,02	720,7	0,02	720,2	0,02
V.2. Subsídios implícitos e outras despesas extraorçamentárias	5.039,8	0,16	4.879,4	0,15	6.194,2	0,18	6.205,5	0,16
VII. AJUSTE CAIXA / COMPETÊNCIA	33.274,1	1,06	3.400,3	0,10	2.089,7	0,06	2.937,6	0,08
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO ACIMA DA LINHA (V-VI+VII)	39.215,5	1,25	42.020,1	1,26	42.215,8	1,20	49.760,0	1,28
IX. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA/ AJUSTE METODOLÓGICO	3.227,7	0,10	-	-	-	-	-	-

Continua...

Continuação

Discriminação	Realizado 2009		LOA 2010		Reprogramação 2010		PLOA 2011	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
X. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL ABAIXO DA LINHA (VIII + IX)	42.443,2	1,35	42.020,1	1,26	42.215,8	1,20	49.760,0	1,28
XI. RECURSOS PARA O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC			29.800,0	0,90	33.558,4	0,95	32.000,0	0,82
XII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL CONFORME ART. 3º DA LDO 2011 (X + XI)	42.443,2	1,35	71.820,1	2,16	75.774,2	2,15	81.760,0	2,10
XIII. JUROS NOMINAIS	-149.807,0	-4,8	-75.980,0	-2,28	-115.611,0	-3,28	-116.157,0	-2,98
XIV. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (XII + XIII)	-107.363,8	-3,42	-4.159,9	-0,13	-39.836,8	-1,13	-34.397,0	-0,88
XV. RECEITAS FINANCEIRAS	468.659,3	14,91	892.126,9	26,83	940.757,8	26,69	972.930,1	25,00
XV.1. Refinanciamento da Dívida	157.526,4	5,01	596.235,1	17,93	609.126,5	17,28	678.514,7	17,43
XV.2. Emissão de Títulos	57.556,9	1,83	175.913,7	5,29	205.040,4	5,82	143.374,1	3,68
XV.3. Operações Oficiais de Crédito	19.007,3	0,60	46.152,7	1,39	48.948,6	1,39	57.797,7	1,48
XV.4. Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	16.759,7	0,53	21.981,3	0,66	24.387,5	0,69	28.543,2	0,73
XV.5. Demais	217.809,1	6,93	51.844,0	1,56	53.254,8	1,51	64.700,4	1,66
XVI. DESPESAS FINANCEIRAS	685.481,8	21,81	936.346,8	28,16	988.748,6	28,05	1.026.678,2	26,38
XVI.1. Juros e Encargos da Dívida	124.609,2	3,96	110.398,8	3,32	138.411,8	3,93	169.870,7	4,36
XVI.2. Amortização da Dívida	517.912,0	16,48	757.158,4	22,77	777.177,1	22,05	783.918,8	20,14
XVI.3. Demais	42.960,6	1,37	68.789,6	2,07	73.159,7	2,08	72.888,7	1,87

(*) Considera: Abono Salarial, Seguro-Desemprego, Benefícios LOAS, Renda Mensal Vitalícia, Benefícios de Legislação Especial, Sentenças Judiciais, Despesas de Custeio e Capital do FCDF, Compensação à Desoneração das Exportações, Complementação ao Fundeb, Subvenções Econômicas, Subsídios, Indenizações ao Proagro, Créditos Extraordinários Abertos, Despesas custeadas com recursos de Doações e Convênios, Reserva de Contingência Primária, Complemento do FGTS, Transferências à ANA, Despesas de custeio com Anistiados Políticos, Apoio Financeiro aos Municípios e Estados e Ressarcimento a Estados e Municípios - combustíveis fósseis.

Cumprir ressaltar que é do Bacen a responsabilidade, ao final do exercício, pela apuração e divulgação dos resultados fiscais para fins de verificação do cumprimento da meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da Lei nº 12.309, de 9 de Agosto de 2010, LDO-2011.

As NFSP referem-se a uma metodologia consagrada internacionalmente para a avaliação de políticas fiscais, consistindo da soma entre o resultado primário do setor público não financeiro e a apropriação de juros nominais por competência. O resultado primário de um determinado ente, por sua vez, diz respeito à diferença entre receitas e despesas primárias, em um período de tempo, e pode ser apurado por dois critérios:

- variação do nível de endividamento do ente durante o período considerado; ou
- soma dos itens de receita e despesa.

O primeiro critério, chamado “abaixo da linha”, é calculado pelo Bacen e considerado o resultado oficial por fornecer também o nível de endividamento final obtido com a geração do superávit/déficit primário.

O segundo, denominado “acima da linha”, é acompanhado pela STN/MF e pela SOF/MP e possibilita o controle dos itens que compõem o resultado, sendo fundamental para a elaboração dos orçamentos e do planejamento fiscal.

A metodologia das NFSP, implícita nesta Proposta Orçamentária, está condicionada à meta fiscal estabelecida na LDO-2011, que pressupõe um volume de receitas compatível com esta e um volume de despesas necessárias para o funcionamento da máquina pública e a consecução de políticas de Governo.

O levantamento das NFSP evidencia o montante de receitas primárias, assim como de despesas primárias, obrigatórias e discricionárias. A partir das metas de resultado, do montante de receita previsto e da estimativa das despesas obrigatórias, chega-se ao valor das chamadas despesas discricionárias, ou seja, aquelas despesas em que existe, efetivamente, margem de decisão alocativa. É por intermédio destas que se materializam as políticas setoriais. Assim, são apresentadas as metodologias das principais receitas e despesas primárias constantes do PLO-2011, em valores correntes, sendo que os principais indicadores econômicos utilizados para as estimativas estão dispostos em seguida.

No PLO-2011, as receitas primárias atingem o montante de R\$ 967,6 bilhões, sendo R\$ 866,0 bilhões relativos à receita administrada pela RFB/MF, líquida de incentivos fiscais. Desse total, R\$ 233,9 bilhões referem-se à arrecadação líquida para o RGPS. As demais receitas primárias, por sua vez, somam R\$ 101,8 bilhões.

As receitas não primárias, por sua vez, são aquelas que não contribuem para o resultado primário ou não alteram o endividamento líquido do setor público não financeiro no exercício correspondente, visto que criam uma obrigação ou extinguem um direito, ambos de natureza financeira, junto ao setor privado interno e/ou externo. São adquiridas junto ao mercado financeiro, mediante emissão de títulos, da contratação de operações de crédito por organismos oficiais, das receitas de aplicações financeiras da União, das privatizações e outras mais.

A LDO exige para a receita classificação específica para a determinação de sua natureza – primária ou não primária. Para tanto, a cada natureza de receita é vinculado um código identificador.

No que diz respeito às despesas, a apuração do resultado primário é realizada considerando-se apenas os gastos primários, que excluem as despesas não primárias. Estas últimas não pressionam o resultado primário nem alteram o endividamento líquido do setor público não financeiro no exercício, e correspondem, principalmente, ao pagamento de juros e à amortização de dívidas, à concessão de empréstimos e financiamentos, à aquisição de títulos de crédito e representativos de capital já integralizado e às reservas de contingência, com exceção do montante de, no mínimo, 1% da RCL, considerado primário.

Para o PLO-2011, o valor total de despesa primária do Governo Central é de R\$ 913,9 bilhões, sendo R\$ 162,7 bilhões destinados às transferências legais por repartição de receita, R\$ 184,4 bilhões para gastos com pessoal e encargos sociais, R\$ 275,1 bilhões para benefícios previdenciários, R\$ 89,4 bilhões para demais despesas de caráter obrigatório e R\$ 202,4 bilhões para as despesas discricionárias dos Poderes e do MPU, inclusive despesas com o PAC.

Assim como para as receitas, a LDO-2011 determina que os orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, em seu menor nível, especificando, entre outros atributos, o identificador de resultado primário, a fim de facilitar a apuração do mesmo.

Receita Primária Total

As receitas primárias do Governo Central referem-se, predominantemente, a receitas correntes e são classificadas conforme os seguintes grupos.

Administradas pela RFB

Incluem os impostos e as principais contribuições, tanto sociais quanto de intervenção no domínio econômico, arrecadadas pela União e administradas pela RFB/MF, com exceção daquelas diretamente arrecadadas pelos órgãos da Administração Pública. As estimativas dessas receitas são influenciadas por indicadores de preço, como inflação, taxa de câmbio, taxa de juros; indicadores de quantidade, como variação no PIB, volume de vendas, de importações; e efeitos decorrentes de alterações na legislação tributária e de medidas de caráter administrativo.

Arrecadação Líquida para o RGPS

Refere-se à arrecadação da Contribuição dos Empregadores e Trabalhadores para a Seguridade Social, prevista na alínea a do inciso I e no inciso II do art. 195 da Constituição, deduzidos os valores transferidos a terceiros, principalmente aos órgãos do chamado sistema “S”. Uma vez que tal receita é relativa à contribuição incidente sobre a folha salarial, tem como parâmetro mais importante para estimativa o crescimento da massa salarial nominal, índice que varia em função da população economicamente ativa, com carteira de trabalho assinada, e do rendimento nominal médio desse grupo de trabalhadores, ambos apurados pela PME do IBGE. Ademais, o reajuste do teto de contribuição e o valor do salário mínimo também exercem influência sobre tal projeção.

Receitas não Administradas pela RFB

Concessões: compõem-se de todas as concessões e permissões da União para que empresas privadas explorem determinados serviços, tais como os setores de telecomunicações, petróleo, transportes e energia elétrica. O valor programado para 2011 é calculado em função da expectativa de venda dessas concessões e permissões, conforme cronograma elaborado pelas respectivas agências reguladoras e por outros órgãos.

Dividendos: consideram-se as projeções de todos os pagamentos a serem efetuados pelas empresas estatais controladas pela União e pelas empresas em que a União tenha participação acionária, a título de remuneração do capital investido pelo Governo Federal.

Cota-Parte de Compensações Financeiras: compreende as parcelas recebidas pela exploração de petróleo, xisto, gás natural, recursos minerais e recursos hídricos para geração de energia elétrica, incluídos os *royalties* devidos pela Itaipu Binacional ao Brasil. Nesses casos, variáveis como o volume de produção e o preço internacional do barril de petróleo, a quantidade de energia gerada e seu preço são fundamentais para a estimativa dessas receitas.

Receitas Próprias: consideram-se neste item as receitas arrecadadas diretamente pelos órgãos públicos da Administração direta ou indireta, em decorrência, principalmente, da prestação de serviços e de convênios. Assim como as receitas tributárias e de contribuições, são preponderantemente influenciadas pelo crescimento do PIB e da inflação.

Salário-Educação, Contribuição para o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos e demais receitas: constituem receitas vinculadas às despesas e aos órgãos específicos.

Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios por Repartição de Receita

Integram este item as transferências constitucionais e legais a Estados, Municípios e Distrito Federal, provenientes das receitas do IR, do IPI, do IOF-ouro, do ITR, da Contribuição do Salário-Educação, da Cota-Parte de Compensações Financeiras, da Cide-Combustíveis, da receita de Concursos de Prognósticos e de Concessões de Florestas Nacionais.

Cumprе esclarecer que a metodologia empregada para mensuração do resultado primário requer que as despesas sejam estimadas pelo regime contábil de caixa, diferentemente das constantes do orçamento, as quais são programadas por competência. Para compatibilizar esses diferentes critérios, é necessário fazer alguns ajustes que, no caso dos Fundos de Participação, exceto o equivalente ao 1% adicional do FPM instituído pela Emenda Constitucional nº 55, de 20 de setembro de 2007, são estimados pela diferença entre os recursos arrecadados no último decêndio do mês de dezembro de 2010, a serem repassados em 2011, e os de 2011, a serem repassados em 2012. No caso do FPM adicional, seu ajuste é calculado de forma análoga ao cálculo daquele referente à parte principal do FPM, com a diferença que, em vez de decêndios, considera-se o mês. Para 2011, o ajuste total relativo aos Fundos de Participação está estimado em R\$ 1,4 bilhão. No caso da transferência calculada a partir da Cide-Combustíveis, a sistemática de ajuste é análoga. Porém, para tal transferência, em lugar de se calcular a diferença entre os últimos decêndios dos meses de dezembro de 2011 e 2010, faz-se a diferença entre os últimos trimestres dos respectivos anos. O referido ajuste para a transferência a partir da Cide-Combustíveis perfaz R\$ 35,2 milhões para 2011.

Despesa Primária Total

As despesas primárias correspondem à oferta de serviços públicos à sociedade. Tais despesas são classificadas como obrigatórias, discricionárias ou destinadas a financiar o PAC.

A seguir, apresenta-se a composição dos principais itens de despesa primária.

Pessoal e Encargos Sociais

Dispêndios com pessoal civil e militar do Governo Central, incluindo ativos, inativos e pensionistas, bem como os precatórios alimentícios fixados para o período. Engloba toda a despesa classificada no grupo de natureza de despesa Pessoal e Encargos Sociais, exceto a despesa com encargos sociais da União para o Regime Próprio de Previdência que, desde meados de 2004, passou a ser classificada como despesa financeira. O valor deste item é ajustado para o regime de caixa mediante incorporação da diferença entre os valores orçamentários de algumas despesas da folha de pagamento projetados para o mês de dezembro dos exercícios financeiros de 2010 e 2011, haja vista que tais despesas são empenhadas e liquidadas em dezembro de cada ano (despesa orçamentária, por competência), mas são pagas efetivamente apenas em janeiro do ano seguinte. A estimativa desse ajuste para 2011 é de R\$ 1,5 bilhão.

Benefícios da Previdência Social

Engloba todos os benefícios que compõem o RGPS, como aposentadorias, pensões, demais auxílios, sentenças judiciais e a despesa relativa à compensação entre os regimes de previdência. Os parâmetros que mais influenciam a estimativa desses gastos são o crescimento vegetativo dos benefícios e o INPC do IBGE, que será utilizado para corrigir o valor do salário mínimo. Importante ressaltar que, em geral,

é previsto um reajuste real para o salário mínimo correspondente ao crescimento real do PIB de dois exercícios anteriores. Como em 2009 não houve crescimento do PIB, nesta proposta orçamentária o salário mínimo foi reajustado apenas pelo índice de inflação.

Outras Despesas Obrigatórias

Referem-se às despesas de execução obrigatória, excetuadas as Transferências Constitucionais e Legais a Estados, Distrito Federal e Municípios, Pessoal e Encargos Sociais e Benefícios Previdenciários. Os principais itens relacionados a esse grupo de despesa são: Seguro Desemprego e Abono Salarial; sentenças judiciais; complementação da União ao Fundeb; benefícios da LOAS; benefícios da RMV; indenizações relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – Proagro e outras despesas previstas no anexo de despesas obrigatórias da LDO-2011, inclusive os Subsídios e as Subvenções Econômicas listados do Anexo IV da LDO-2011.

Despesas Discricionárias

Classificam-se sob esse conceito as despesas primárias de execução não obrigatória no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do MPU. Para estas despesas, os Poderes possuem a discricionariedade de alocação das dotações orçamentárias de acordo com suas metas e prioridades. Caso seja necessária a limitação de empenho e movimentação financeira para o cumprimento da meta fiscal, essa limitação recairá sobre este item de despesa, de acordo com o que estabelece o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

PAC

Apesar de compor o valor total de despesas discricionárias do Poder Executivo, parte das despesas com o PAC possui tratamento diferenciado na apuração do resultado primário do Governo Federal. Tais despesas, embora tenham impacto sobre o resultado primário, têm por característica a constituição de ativos que contribuirão para gerar resultados positivos no futuro para o setor público e para a economia como um todo, superiores ao aumento do endividamento deles decorrentes. Por conseguinte, conforme dispositivo da LDO, tais despesas, acrescidas dos respectivos restos a pagar pagos em 2011, serão abatidas da meta de superávit primário a ser cumprida no exercício, até o valor de R\$ 32,0 bilhões. Para 2011, esses projetos totalizam R\$ 43,5 bilhões, valor correspondente a 1,12% do PIB.

Outros Fatores que Afetam o Resultado

Para o cálculo das NFSP, são considerados os impactos de operações que não constam dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, mas que afetam a apuração do resultado primário do Governo Central.

O primeiro conjunto dessas operações se refere ao resultado líquido entre desembolsos e amortizações, no âmbito do Proex e do Pronaf, no montante de, respectivamente, R\$ 522,0 milhões, e R\$ 198,2 milhões.

As outras operações do grupo em questão que impactam o resultado primário são de natureza variada e referem-se: à inscrição na Dívida Ativa da União de débitos vencidos no montante de R\$ 139,2 milhões, à cessão ao FNO, FNE e FCO, de R\$ 573,4 milhões e ao custo primário de fabricação de cédulas e moedas no valor de R\$ 1,1 bilhão.

Também é computada neste item a estimativa do impacto primário dos financiamentos realizados com os recursos do FNO, FNE e FCO que corresponde à diferença entre a TJLP e à rentabilidade dos fundos (disponibilidades e carteira de crédito) aplicada ao patrimônio destes, ou, seja, corresponde à diferença entre o patrimônio de referência, corrigido pela TJLP, e o patrimônio efetivo estimado. Para 2011, de acordo com essa metodologia, a projeção do subsídio aos fundos em questão perfaz o montante de R\$ 3,6 bilhões.

Na elaboração orçamentária, assume-se que o montante de despesas discricionárias provenientes de exercícios anteriores, a serem pagas em 2011, assim como das demais despesas obrigatórias, exceto despesas com Pessoal e com Transferências, seja o mesmo de despesas de competência deste exercício a serem pagas em 2012. Assim, o impacto pelo regime de competência destas despesas e pelo regime de caixa é o mesmo, não se apurando nenhum ajuste.

Parâmetros

Os principais parâmetros macroeconômicos, definidos pela Secretaria de Política Econômica do MF – SPE/MF e utilizados nas estimativas de receitas e despesas constantes no PLO-2011 são apresentados a seguir:

TABELA 13 – PARÂMETROS MACROECONÔMICOS

PIB			Mercado de Trabalho - Var. Média s/ano anterior			
R\$ milhões	Var. Real	Deflator	Massa Salarial Nominal	Ocupação	PEA	Rend. Nominal
3.892.476	5,50%	4,69%	10,60%	3,76%	1,81%	6,60%
Inflação - IGP/DI		Inflação - IPCA		Câmbio - Taxa Média		
Var. Média	Var. Acum.	Var. Média	Var. Acum.	Variação		R\$ / US\$
6,26%	4,50%	4,16%	4,50%	2,05%		1,84

METODOLOGIA DE CÁLCULO DO RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS

O resultado primário das empresas estatais federais, no conceito “acima da linha”, é calculado com base no regime de caixa, no qual são consideradas apenas as receitas genuinamente arrecadadas pelas empresas e abatidas todas as despesas correntes e de capital efetivamente pagas, inclusive dispêndios com investimentos. Excluem-se as amortizações de operações de crédito e as receitas e despesas financeiras. Para a apuração do resultado nominal, são consideradas as receitas e as despesas financeiras.

Considerando que as receitas e as despesas constantes do PDG das empresas estatais estão expressas segundo o regime de competência, para se chegar ao resultado primário instituiu-se a rubrica Ajuste Critério Competência/Caixa, na qual são identificadas as variações das rubricas Contas a Receber, Contas a Pagar e Receitas e Despesas Financeiras.

Para a apuração do resultado primário das empresas estatais federais para 2011, conforme disposto no art. 2º, § 1º, da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 (LDO/2011), não foram considerados os dados do PDG das empresas do Grupo Petrobras. Os dispêndios das instituições financeiras estatais também não afetam o resultado fiscal, uma vez que, por praticarem apenas intermediação financeira, suas atividades não impactam a dívida líquida do setor público.

Porém, o resultado primário das empresas estatais federais considera o impacto do orçamento da empresa Itaipu Binacional, devido à corresponsabilidade da União na liquidação de suas dívidas, embora seus dispêndios não sejam fixados pelos órgãos de coordenação e controle brasileiros.

Em 2011, a programação orçamentária das empresas estatais federais indica a geração de superávit primário no montante de R\$ 7,61 bilhões, equivalentes a 0,20% do PIB (Tabela 14).

Como se pode observar, o resultado primário das estatais é pautado, principalmente, na receita oriunda da venda de bens e serviços e nas demais receitas – operacionais e não operacionais. São considerados também os ingressos decorrentes de aportes de capital, bem como de outros recursos não resultantes da tomada de empréstimos e financiamentos junto ao sistema financeiro.

Os gastos estimados com Pessoal e Encargos Sociais estão compatíveis com os planos de cargos e salários de cada empresa estatal e também com a política salarial a ser adotada pelo Governo Federal para as negociações dos acordos coletivos de trabalho em 2011.

A rubrica Materiais e Produtos representa a previsão de gastos com a aquisição de matérias-primas, produtos para revenda, compra de energia, material de consumo e outros.

Os dispêndios com Serviços de Terceiros resultam da contratação de serviços técnicos administrativos e operacionais, gastos com propaganda, publicidade e publicações oficiais e dos dispêndios indiretos com pessoal próprio.

Na rubrica Tributos e Encargos Parafiscais, estão inseridos os pagamentos de impostos e contribuições incidentes sobre a receita, vinculados ao resultado e também relacionados aos demais encargos fiscais.

Os Demais Custeios contemplam dispêndios com o pagamento de *royalties*, de aluguéis em geral, de provisões para demandas trabalhistas, de participação dos empregados nos lucros ou resultados, bem como para a cobertura de eventuais déficits de planos de previdência complementar etc.

O valor dos investimentos representa os gastos destinados à aquisição de bens contabilizados no ativo imobilizado, necessários às atividades das empresas estatais do setor produtivo, exceto os bens de arrendamento mercantil, bem como benfeitorias realizadas em bens da União e benfeitorias necessárias

à infraestrutura de serviços públicos concedidos pela União. Esses dispêndios estão compatíveis com o Orçamento de Investimento constante do Projeto da Lei Orçamentária para 2011.

Na rubrica Outros Dispêndios de Capital estão incluídas, principalmente, provisões para pagamento de dividendos pelas empresas estatais do setor produtivo e inversões financeiras em outras empresas, inclusive em SPE.

Na rubrica Ajuste Metodológico, registra-se a previsão de descontos a serem concedidos pela Emgea, no exercício de 2011, nas renegociações dos contratos imobiliários, bem como as provisões para devedores duvidosos, ambas consideradas pelo Bacen como despesas primárias

Tabela 14 – Resultado Primário das Empresas Estatais Federais

DISCRIMINAÇÃO	PDG - Programação	
	R\$ milhões	% do PIB
I - RECEITAS TOTAIS	85.391	2,20
Operacionais	72.791	1,87
Venda de Bens/Serviços	65.781	1,69
Demais Operacionais	7.010	0,18
Financeiras	5.256	0,14
Demais não Operacionais	4.874	0,13
Outras Receitas	1.645	0,04
Transferências do Tesouro Nacional	825	0,02
II - DESPESAS TOTAIS	83.795	2,15
Pessoal e Encargos Sociais	14.857	0,38
Encargos Financeiros	5.453	0,14
Outros Custeios	44.395	1,14
Materiais e Produtos	18.599	0,48
Serviços de Terceiros	12.540	0,32
Utilidades e Serviços	933	0,02
Tributos e Encargos Parafiscais	7.138	0,18
Demais Custeios	5.185	0,13
Investimentos	12.850	0,33
Outros Dispêndios de Capital	4.527	0,12
Ajuste Metodológico	1.713	0,04
III - AJUSTE CRITÉRIO COMPETÊNCIA/CAIXA	5.825	0,15
Variação de Contas a Pagar (vencendo) (+)	5.456	0,14
Variação de Contas a Receber (vencendo) (-)	-361	-0,01
Variação Receitas/Despesas Financeiras (+)	8	-
IV - RESULTADO NOMINAL (I - II + III)	7.421	0,20
V - Juros Líquidos (Receita - Despesa)	-189	-
VI - RESULTADO PRIMÁRIO (IV - V)	7.610	0,20

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Receitas Administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)

A estimativa das receitas administradas para 2011 contempla a expectativa de retomada do crescimento no nível de atividade econômica já observada a partir do segundo semestre de 2009, como resultado das medidas anticíclicas praticadas pelo Governo Federal. Dessa forma, consideradas as alterações na legislação tributária, espera-se, para o ano de 2011, que as receitas administradas pela RFB, do Ministério da Fazenda, exceto a receita do Regime Geral da Previdência Social - RGPS, líquidas de restituições e incentivos fiscais, totalizem R\$ 631,9 bilhões ou 16,2% do PIB estimado. Essa estimativa tomou como referência para base de cálculo, o valor arrecadado no exercício de 2009 e os valores arrecadados até o mês de julho de 2010, com os devidos ajustes, utilizando-se os parâmetros macroeconômicos e os efeitos nas alterações da legislação. Entre os parâmetros destacam-se, quanto ao efeito sobre a arrecadação prevista para 2011:

- a) o crescimento real da economia, estimado em 5,5 %;
- a) a inflação média medida pelo IPCA, que deve ficar em 4,16 %, e pelo IGP-DI, 6,26%;
- a) a expansão na quantidade importada, de 3,55 %;
- a) a variação da massa salarial nominal, em 10,60%; e
- a) a variação na Taxa Média de Câmbio Real/Dólar, em 2,05%.

Arrecadação Líquida do INSS

A previsão total de receitas previdenciárias para o exercício de 2011, líquidas dos valores correspondentes a transferências, totaliza R\$ 233,6 bilhões, ou 6,6% do PIB. Tal projeção deve-se, em grande parte, ao crescimento da massa salarial observada nos últimos exercícios, influenciado pelo aquecimento na atividade econômica do País, implicando aumento nas contratações de trabalhadores com a carteira assinada.

Receitas não Administradas

Esse grupo de Receita é constituído fundamentalmente pelas contribuições econômicas e sociais não administradas pela RFB, do MF, pelas taxas e multas pelo exercício do poder de polícia, pelas taxas por serviços públicos, pelas receitas próprias e demais receitas.

Esse conjunto de receitas representa um montante de R\$ 141,3 bilhões, para 2011, correspondente a 4,01% do PIB.

Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público

A estimativa da receita para o CPSS é de R\$ 24,8 bilhões, para 2011, dos quais R\$ 15,1 bilhões correspondem ao valor da contribuição patronal – classificada no orçamento como receita financeira –, R\$ 7,5 bilhões, à contribuição dos servidores ativos e R\$ 2,2 bilhões, à contribuição dos servidores inativos e pensionistas. Projetaram-se, ainda, os valores referentes aos pagamentos de contribuição oriundos das sentenças judiciais a serem encerradas em 2011.

Receitas do Orçamento de Investimento

Para a definição dos limites de investimento, levou-se em consideração a real capacidade de geração de recursos de cada empresa estatal federal, mediante a avaliação de suas propostas e a compatibilização dos seus dispêndios globais com a efetiva possibilidade de geração de recursos, observada a meta global de desempenho desse segmento de Governo, em termos de Necessidade de Financiamento Líquido, de superávit primário no montante de R\$ 7,61 bilhões. Os programas e as ações propostos têm, assim, suas fontes de recursos asseguradas, ficando afastada a hipótese de utilização de recursos a definir ou de empréstimos de curto prazo para investimentos.

As fontes de financiamento dos investimentos, discriminadas a seguir, indicam que apenas 3,4% dos investimentos são financiados por operações de créditos, junto ao sistema financeiro:

Tabela 15 – Fontes de Financiamento do Orçamento de Investimento (R\$ milhões)

Descritores de Fontes	PLOA 2011
Recursos Próprios	95.346
Geração Própria	95.346
Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	6.262
Tesouro – Direto	815
Saldo de Exercícios Anteriores	232
Controladora	5.206
Outras Estatais	9
Operações de Crédito de Longo Prazo	3.642
Internas	3.596
Externas	46
Outros Recursos de Longo Prazo	2.298
Controladora	1.725
Outras Fontes	573
T o t a l	107.548

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

O orçamento para o exercício de 2011 prevê gastos da ordem de R\$ 199,6 bilhões no pagamento de pessoal ativo, inativos, pensionistas da União e respectivos encargos sociais, o que representa um crescimento de 11,1% em relação à projeção atual destas despesas para o exercício de 2010. Os gastos do Poder Legislativo representam 3,6% do total; do Poder Judiciário, 13,3%; do MPU, 1,5% e do Poder Executivo, 81,7%, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 16 – Gastos de Pessoal e Encargos – Projeção para 2011 (em R\$ bilhões)

Poder	PLOA-2011	Participação Relativa (%)
Legislativo	7,2	3,6
Judiciário	26,5	13,2
MPU	2,9	1,5
Executivo	163,0	81,7
Total	199,6	100,0

Esse crescimento na despesa de pessoal previsto para 2011 decorre basicamente dos seguintes fatores:

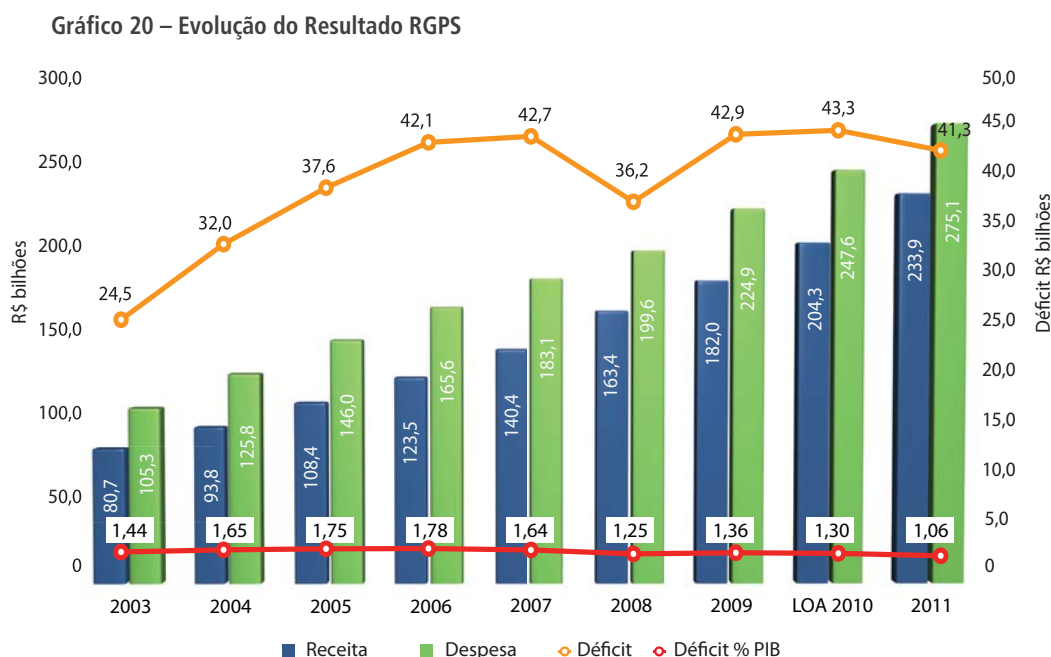
- recomposição da força de trabalho do Poder Executivo nas áreas de atuação estratégica do Estado, como segurança pública, infraestrutura, saúde, educação, formulação de políticas públicas e gestão governamental, bem como a expansão dos quadros de pessoal no âmbito do Poder Judiciário e do Ministério Público da União;
- continuidade do processo de estruturação e reestruturação de carreiras e redesenho dos sistemas de remuneração do Poder Executivo;
- revisão do subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal e do Procurador-Geral da República, bem como os efeitos dessa alteração no âmbito do Poder Judiciário e do Ministério Público da União;
- Alteração da estrutura remuneratória dos servidores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ocorrida em 2010 e seus efeitos anualizados para 2011;
- pagamento de passivos legais, determinados por decisão judicial ou administrativa, no âmbito do Poder Judiciário e do MPU, relativos a resquícios de planos econômicos, notadamente no que se refere ao pagamento da URV – principal e juros; e
- complementação da Parcela Autônoma de Equivalência, nos termos da Lei nº 8.448, de 21 de julho de 1992, no que tange aos reflexos do Auxílio-Moradia pago aos parlamentares e do Adicional por Tempo de Serviço, a título de diferença entre o que foi pago aos magistrados e procuradores estaduais e o que deixou de ser pago aos magistrados e procuradores federais entre janeiro de 2005 e setembro de 2006.

A despesa total com pessoal e encargos sociais projetada para 2011 do Poder Legislativo, incluído o TCU, representa 1,32% da receita corrente líquida estimada para o exercício; a do Poder Judiciário representa 4,84%; a do Poder Executivo, 29,87% e a do MPU, 0,53%. O total que se projeta para a despesa de pessoal da União equivale, portanto, a 36,56% da receita corrente líquida prevista para 2011. Nessas condições, os limites globais a que se referem a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, bem como os ditames do art. 169 da Constituição Federal, estão obedecidos, mesmo sem computar as deduções aos referidos limites permitidas pela referida Lei Complementar.

SISTEMAS PREVIDENCIÁRIOS

Regime Geral da Previdência Social (RGPS)

O resultado do RGPS é constituído pela diferença entre a contribuição dos trabalhadores e empregadores para a Seguridade Social e o pagamento de benefícios previdenciários aos trabalhadores do setor privado, além das sentenças judiciais associadas ao Regime. Conforme mostrado no Gráfico 20, a seguir, a tendência do resultado do RGPS foi, até 2007, de déficits crescentes, em grande medida resultado da formalização do mercado do trabalho e do salário médio de contribuição em anos anteriores, que refletiu o maior número de beneficiários e do valor médio dos benefícios concedidos e, em parte, por conta dos reajustes do valor do salário mínimo e demais benefícios. Contudo, em 2008, há uma quebra nessa tendência, em grande parte pelo crescimento na arrecadação previdenciária e no indicador da massa salarial nominal.

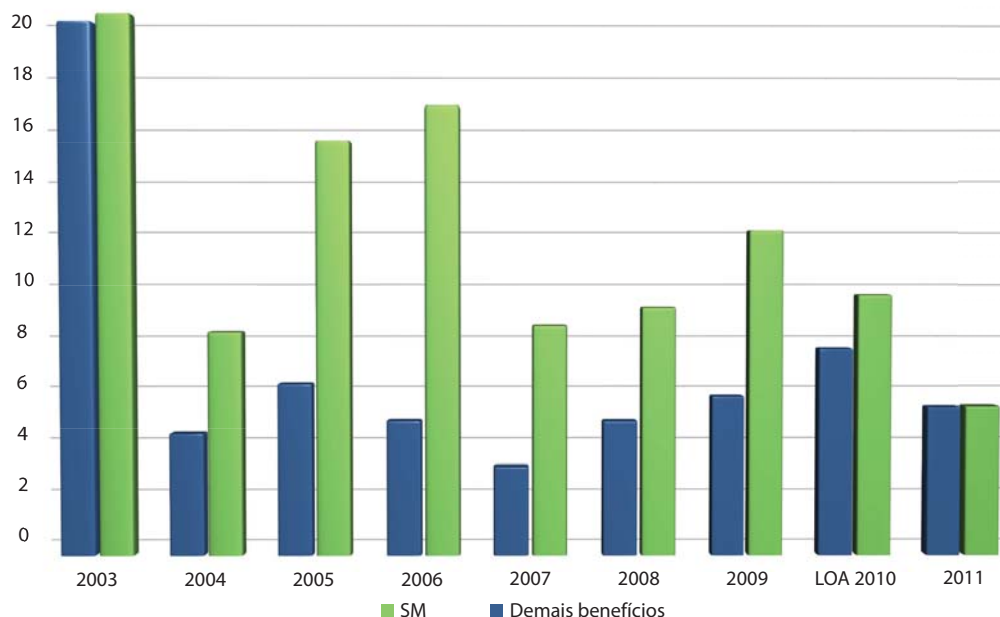


Já no exercício de 2009, com os reflexos da crise econômica mundial, houve uma retomada na trajetória crescente do resultado, tendo como maior razão a diminuição na taxa de crescimento da massa salarial nominal (principal índice de projeção das receitas previdenciárias), conjugada com a manutenção de reajustes elevados nas despesas previdenciárias. Em 2010, com a manutenção da política de valorização do salário mínimo e com adoção de reajustes reais para os benefícios acima do piso, espera-se uma elevação no déficit, alcançando aproximadamente R\$ 43,3 bilhões. Contudo, para o exercício de 2011, com expectativas de crescimento da massa salarial – influenciado pela recuperação do mercado de trabalho formal – e reajustes mais brandos (vide gráfico 21), espera-se uma suavização do déficit previdenciário, estabilizando-se em patamares de R\$ 41,3 bilhões.

Conforme visto acima, um fator de significativo impacto sobre o déficit do RGPS são os reajustes concedidos ao salário mínimo e demais benefícios. O Gráfico 21 mostra os percentuais dos reajustes

concedidos desde 2003. Observa-se que os reajustes para o salário mínimo têm sido, em geral, superiores aos concedidos aos demais benefícios, que tendem a acompanhar a inflação. Conforme explanado no parágrafo anterior, para 2011, verifica-se uma redução nos índices de reajuste em relação aos anos anteriores, contribuindo para o decréscimo do déficit nas contas do RGPS.

Gráfico 21 – Reajustes concedidos ao Salário Mínimo e Demais Benefícios



A política de reajuste teve maior ênfase nos anos de 2005 e 2006, quando o valor do salário mínimo cresceu 15,38% e 16,67%, respectivamente. Contudo, percebe-se que, a partir de 2007, os índices de reajuste se estabilizam em patamares menores, contudo sempre acima dos índices de inflação, o que gerou um aumento do poder de compra da população de mais baixa renda, com ganhos reais significativos. Se comparado à cotação do dólar médio no ano, observa-se que esses valores ultrapassaram US\$ 100,0 no período, alcançando a marca de US\$ 293,0 na previsão contida no PLOA 2011. O Gráfico 3 mostra a evolução do valor do salário mínimo pelo dólar médio anual.

Gráfico 22 – Evolução do Salário Mínimo



Para o exercício de 2011, a projeção do RGPS aponta para um déficit de R\$ 41,3 bilhões ou 1,06% do PIB. Considerou-se um reajuste do salário mínimo de 5,52% a partir do mês de fevereiro de 2011, sendo equivalente à atual projeção do INPC para o exercício de 2010. O crescimento vegetativo considerado foi de 3,32%, associado à expectativa de crescimento do número de beneficiários e do valor médio dos benefícios.

Dessa maneira, a projeção da despesa total com benefícios é de R\$ 275,1 bilhões, sendo R\$ 268,7 bilhões relativos a benefícios normais e R\$ 6,4 bilhões a pagamento de sentenças judiciais. Por sua vez, a estimativa de arrecadação líquida, considerando-se um aumento da massa salarial nominal de 10,60%, é de R\$ 233,9 bilhões.

A Tabela 17 detalha a estimativa do déficit do RGPS e as principais hipóteses adotadas.

Tabela 17 – Resumo do Resultado do RGPS e Parâmetros Adotados (R\$ milhões)

Descrição	PLOA 2011
Arrecadação	233.853
Benefícios	275.112
Benefícios normais	268.744
Precatórios e sentenças	6.368
Resultado	-41.258
Hipóteses adotadas	
Massa salarial nominal (%)	10,60%
Reajuste do salário mínimo (%)	5,52%
Valor do salário mínimo (R\$)	538,15
Reajuste dos demais benefícios (%)	5,52%
Crescimento vegetativo dos benefícios (%)	3,32%

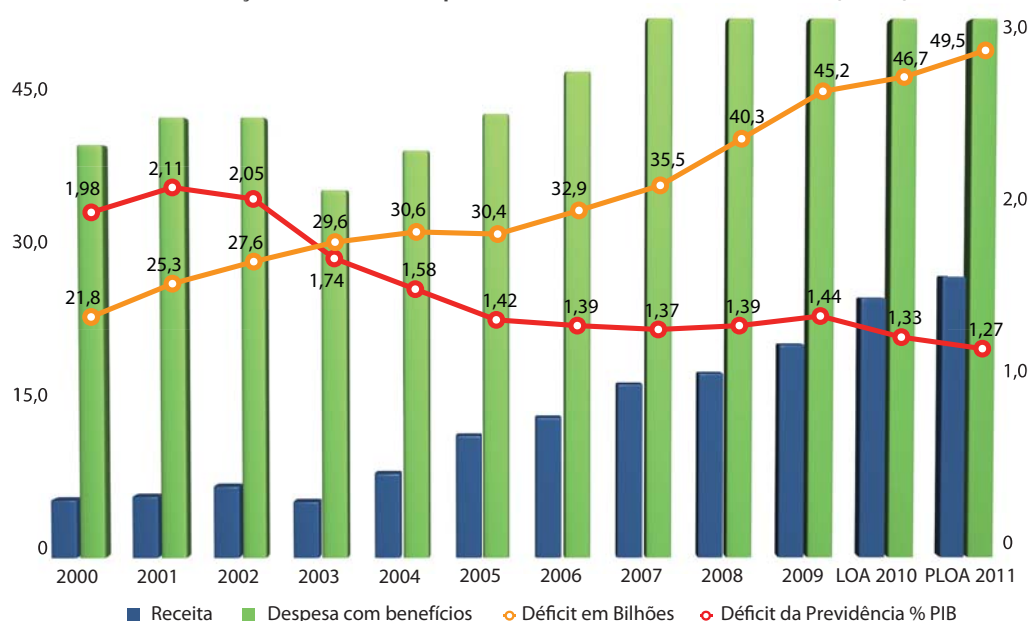
As políticas de reajuste do salário mínimo e as medidas de gestão administrativa adotadas pelo Governo Federal, associadas às políticas públicas voltadas para a formalização do mercado de trabalho, têm por objetivo oferecer à sociedade uma Previdência Social universalizada e com processos que a torne mais eficiente e possibilite ampliar o acesso da população aos benefícios do RGPS. O censo previdenciário promovido em 2005 e 2006 e as demais iniciativas de gestão administrativa, ao dificultar a ocorrência de fraudes na concessão desses benefícios, possibilitarão ao Governo Federal tomar novas medidas em benefício dos trabalhadores nos exercícios seguintes. Neste sentido, para proporcionar mais conforto ao segurado que procura os serviços nas suas unidades de atendimento, a Previdência Social está investindo na construção, ampliação e recuperação de toda a rede do INSS.

O Planejamento Estratégico da Previdência Social, lançado em outubro de 2008, definiu metas bem rígidas para até 2011, de acordo com o plano plurianual, e também deixou as bases para o plano plurianual 2012 a 2015. Na primeira etapa foram definidas a missão, os valores e a visão de futuro para a Previdência Social. Como primeira vertente da melhoria contínua, o órgão implantou a modernização da infraestrutura e de seus sistemas operacionais, que possibilitam o uso dos dados do CNIS e o Sibe 1. Também definiu como projeto prioritário a melhoria do atendimento visando à inclusão previdenciária por meio do PEX, com a criação de 720 novas agências em municípios sem qualquer assistência previdenciária, além da melhoria e modernização das instalações de dezenas de unidades já existentes. Outro importante ato foi a implantação e modernização de 30 CedocPrev, a recuperação do edifício-sede do INSS – parcialmente destruído por um incêndio em 2005 - e a venda de 200 imóveis não operacionais.

Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Federais

O déficit projetado para o RPPS para o ano de 2011 é de R\$ 49,5 bilhões ou 1,27% do PIB, retomando-se a tendência de queda obtida a partir de 2003 e que havia sido paralisada nos exercícios de 2008 e 2009. Analisando-se o Gráfico 23, percebe-se que há uma diminuição da curva do déficit percentual em relação ao PIB novamente, fundado em grande parte no encerramento do processo de reestruturação e reajuste de determinadas carreiras e na continuidade da política salarial de reajustes, que tinham previsão de impactos até o ano de 2010.

Gráfico 23 – Evolução da Receita, Despesa e Déficit da Previdência Pública (% PIB)



A trajetória de déficit decrescente do RPPS, cujos preceitos legais são regidos pelo art. 40 da Constituição Federal, vinha sendo alcançada em especial pelas reformas no texto constitucional no intuito de se adequar ao caráter contributivo e solidário o sistema previdenciário dos servidores.

A primeira reforma consubstanciou-se na EC nº 20, de 15 de dezembro de 1998, que alterou as regras de concessão de aposentadoria, antes contabilizada por tempo de serviço para se encaixar em um regime de previdência de caráter contributivo, observando critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Já com a EC nº 41, de 19 de dezembro de 2003, houve um acréscimo da contribuição patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor de 11% para 22% e a instituição de contribuição para inativos e pensionistas. Ressalte-se que, desde quando começou a ser recolhida, em 2004, tal contribuição passou de 4,4% para 9,1% em 2009.

Por fim, a EC nº 47, de 5 de julho de 2005, promoveu alterações tais como:

- a) a instituição da paridade plena entre ativos e inativos para os servidores que ingressaram até a data da promulgação da EC nº 41;
- b) a introdução de uma regra de transição que diminui em um ano a idade mínima de aposentadoria para cada ano trabalhado além do tempo mínimo de contribuição;
- c) a diminuição da base de incidência da contribuição previdenciária para os inativos portadores de doença incapacitante que recebam proventos até duas vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, medida essa que, para ser efetivamente implementada, necessita de regulamentação; e
- d) a abertura de espaço para que leis complementares institua critérios diferenciados para a aposentadoria dos servidores portadores de deficiência, dos que exerçam atividades de risco e daqueles cujas atividades ofereçam risco à saúde.

Cumprindo ainda ressaltar que está em pauta, pendente de regulamentação por lei complementar, a criação do Fundo Complementar dos Servidores Públicos, previsto na EC nº 41 de 2003. O Projeto de Lei já foi encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional (PL 1992/2007) e, encerrado o

prazo para emendas ao projeto, foram apresentadas 57 emendas na CTASP. Com o advento do Fundo, os servidores que vierem a ingressar no serviço público após a criação desse, terão teto de aposentadoria igual ao dos beneficiários do RGPS, cuja estimativa para 2011 é de R\$ 3.467,40. Assim, o objetivo do Fundo é garantir uma complementação à aposentadoria dos servidores com renda superior ao teto, que ingressarem no serviço público depois da instituição do regime de previdência complementar e para os atuais, por meio do termo de opção.

O Fundo não garante benefício definido, mas contribuição definida (conforme estipulado no § 15 do art. 40 da Constituição Federal de 1988). Assim, o valor a receber pelo servidor ao se aposentar dependerá do cálculo feito a partir das contribuições efetuadas ao longo dos anos trabalhados e da capitalização dos investimentos realizados pelo Fundo, que contará em seu Conselho com três representantes do Patrocinador – União – e três representantes dos servidores optantes pelo Fundo. Depois de aprovada a Lei Complementar, a regulamentação do Fundo definirá as regras do Conselho.

Outra importante inovação no campo do RPPS foi a edição da Medida Provisória - MP nº 497, em 27 de julho de 2010. De acordo com essa MP, a Secretaria da Receita Federal do Brasil passará a ter competência para normatizar, cobrar, fiscalizar e controlar a arrecadação da contribuição destinada ao custeio do Regime de Previdência Social do Servidor Público Federal. Esta competência era do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão desde 2003 e passa para a RFB.

VIII – Agências Financeiras Oficiais de Fomento (Instituições Financeiras)



Aplicações em Operações de Crédito

Investimentos no Ativo Imobilizado

APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Para 2011, as agências financeiras oficiais de fomento (instituições financeiras) reservaram R\$ 202,17 bilhões para aplicações em operações de crédito, no consolidado do PDG. Esse montante representa o fluxo das operações de crédito para o próximo exercício, envolvendo recursos de geração própria, de terceiros e do Tesouro Nacional (fundos constitucionais). Ressalte-se que os recursos alocados representam apenas uma indicação, uma vez que o volume da concessão de crédito é definido periodicamente, de acordo com a política monetária do Governo Federal.

As aplicações previstas pelas agências de fomento estão coerentes com as prioridades e metas da Administração Federal estabelecidas para 2011. Respeitadas as especificidades de cada instituição, um maior volume de recursos está sendo canalizado para financiar os setores de serviços (24,1%), industrial (23,0%), intermediação financeira (22,4%), habitação (10,5%), comércio (5,7%), rural (4,6%) e outros (9,6%). Em obediência às determinações legais, são também direcionados recursos para o financiamento de projetos a cargo da União, dos Estados e dos Municípios.

Os dados detalhados sobre os valores relativos à aplicação dos recursos – por agência, região, unidade da Federação, setor de atividade, porte do tomador do empréstimo, fonte de recursos, recebimentos no período e saldos atuais – serão disponibilizados no conjunto das informações complementares a serem encaminhadas ao Congresso Nacional, até 15 dias após a remessa do Projeto de Lei Orçamentária.

INVESTIMENTOS NO ATIVO IMOBILIZADO

O conjunto das instituições financeiras federais destinou, na proposta do Orçamento de Investimento para o exercício de 2011, R\$ 3,45 bilhões para os gastos com aquisição e manutenção de bens classificados no Ativo Imobilizado, exclusive dispêndios vinculados a operações de arrendamento mercantil.

Desse montante, cerca de R\$ 2,13 bilhões estão reservados aos projetos que envolvem a ampliação e modernização de pontos de atendimento distribuídos por todo o território nacional.

Para aplicação em infraestrutura de apoio, os recursos previstos para o conjunto das instituições financeiras são da ordem de R\$ 1,32 bilhão.

Do total de investimentos propostos para o exercício de 2011, as instituições BB e CEF são responsáveis por dispêndios correspondentes a 63,1% e 27,5 %, respectivamente.

Anexo

**Demonstrativo Sintético do Programa de Dispêndios Globais
das Empresas Estatais**



Empresas do Setor Produtivo



Anexo

175

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2011**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

20000 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**20205 COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - CDC**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	43.063.862	RECEITAS	36.345.544
INVESTIMENTOS	43.063.862	RECEITA OPERACIONAL	32.525.919
DISPÊNDIOS CORRENTES	34.625.205	RECEITA NAO OPERACIONAL	3.819.625
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.436.014	REC. PIAUMENTO PATR. LIQUIDO	39.143.862
MATERIAIS E PRODUTOS	503.633	PART.UNIAO CAP. - TESOURO	39.143.862
SERVICOS DE TERCEIROS	8.822.940	TOTAL DAS FONTES	75.489.406
UTILIDADES E SERVICOS	2.466.154	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	3.064.432
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	5.339.689	VARIACAO DO DISPONIVEL	-864.771
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	56.775		
TOTAL DOS USOS	77.689.067	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	77.689.067

20206 COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	123.495.092	RECEITAS	99.345.728
INVESTIMENTOS	122.280.030	RECEITA OPERACIONAL	73.845.728
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	1.215.062	RECEITA NAO OPERACIONAL	25.500.000
OPERACOES INTERNAS	1.215.062	REC. PIAUMENTO PATR. LIQUIDO	57.932.738
DISPÊNDIOS CORRENTES	97.030.198	PART.UNIAO CAP. - TESOURO	57.932.738
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	42.987.329	TOTAL DAS FONTES	157.278.466
MATERIAIS E PRODUTOS	960.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	63.247.292
SERVICOS DE TERCEIROS	27.878.660	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-75.000
UTILIDADES E SERVICOS	2.600.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	74.532
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	10.641.142		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	11.963.067		
TOTAL DOS USOS	220.525.290	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	220.525.290

20207 COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	62.042.645	RECEITAS	100.687.023
INVESTIMENTOS	62.042.645	RECEITA OPERACIONAL	87.683.282
DISPÊNDIOS CORRENTES	89.383.047	RECEITA NAO OPERACIONAL	13.003.741
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	31.497.713	REC. PIAUMENTO PATR. LIQUIDO	46.650.000
MATERIAIS E PRODUTOS	3.031.032	PART.UNIAO CAP. - TESOURO	46.650.000
SERVICOS DE TERCEIROS	25.050.613	TOTAL DAS FONTES	147.337.023
UTILIDADES E SERVICOS	9.350.320	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	12.987.038
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	10.466.311	VARIACAO DO DISPONIVEL	-8.898.369
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	9.987.058		
TOTAL DOS USOS	151.425.692	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	151.425.692

20208 COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	158.494.145	RECEITAS	679.852.710
INVESTIMENTOS	145.790.685	RECEITA OPERACIONAL	671.546.505
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	1.903.460	RECEITA NAO OPERACIONAL	8.306.205
OPERACOES EXTERNAS	1.903.460	REC. PIAUMENTO PATR. LIQUIDO	55.500.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	10.800.000	PART.UNIAO CAP. - TESOURO	55.500.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	638.064.694	TOTAL DAS FONTES	735.352.710
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	242.080.370	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	40.012.884

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2011**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

MATERIAIS E PRODUTOS	5.920.000	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-4.777.514
SERVICOS DE TERCEIROS	186.593.700	VARIACAO DO DISPONIVEL	25.970.759
UTILIDADES E SERVICOS	40.437.636		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	100.063.670		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	10.867.251		
OPERACOES EXTERNAS	355.429		
OUTRAS FONTES	10.511.822		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	52.102.067		
TOTAL DOS USOS	796.558.839	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	796.558.839

20210 COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	127.783.489	RECEITAS	99.046.000
INVESTIMENTOS	127.783.489	RECEITA OPERACIONAL	94.282.000
DISPENDIOS CORRENTES	81.303.748	RECEITA NAO OPERACIONAL	4.764.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	35.600.000	REC. PIAUMENTO PATR. LIQUIDO	56.590.000
MATERIAIS E PRODUTOS	2.255.000	PART.UNIAO CAP. - TESOURO	56.590.000
SERVICOS DE TERCEIROS	25.586.202	TOTAL DAS FONTES	155.636.000
UTILIDADES E SERVICOS	4.450.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	55.313.976
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	12.030.046	VARIACAO DO DISPONIVEL	-1.862.739
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	1.382.500		
TOTAL DOS USOS	209.087.237	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	209.087.237

20211 COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	125.291.559	RECEITAS	298.981.409
INVESTIMENTOS	124.148.499	RECEITA OPERACIONAL	278.021.815
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	1.143.060	RECEITA NAO OPERACIONAL	20.959.594
OPERACOES EXTERNAS	1.143.060	REC. PIAUMENTO PATR. LIQUIDO	80.058.000
DISPENDIOS CORRENTES	260.760.488	PART.UNIAO CAP. - TESOURO	80.058.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	115.386.146	TOTAL DAS FONTES	379.039.409
MATERIAIS E PRODUTOS	1.596.434	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	47.404.982
SERVICOS DE TERCEIROS	48.108.861	VARIACAO DO DISPONIVEL	-40.392.344
UTILIDADES E SERVICOS	8.040.000		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	20.706.433		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	654.508		
OPERACOES EXTERNAS	654.508		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	66.268.106		
TOTAL DOS USOS	386.052.047	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	386.052.047

20212 COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	79.481.531	RECEITAS	50.958.209
INVESTIMENTOS	79.481.531	RECEITA OPERACIONAL	42.070.158
DISPENDIOS CORRENTES	57.786.522	RECEITA NAO OPERACIONAL	8.888.051
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	25.523.601	REC. PIAUMENTO PATR. LIQUIDO	78.758.131
MATERIAIS E PRODUTOS	4.202.584	PART.UNIAO CAP. - TESOURO	78.758.131
SERVICOS DE TERCEIROS	10.370.039	TOTAL DAS FONTES	129.716.340
UTILIDADES E SERVICOS	2.413.671	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	11.918.015
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	6.809.202	VARIACAO DO DISPONIVEL	-4.366.302
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	8.467.425		
TOTAL DOS USOS	137.268.053	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	137.268.053

Anexo

177

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2011**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

22000 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**22208 CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - CEASAMINAS**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	5.575.793	RECEITAS	30.745.367
INVESTIMENTOS	5.047.793	RECEITA OPERACIONAL	28.560.354
OUTROS DISP. DE CAPITAL	528.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	2.185.013
DISPÊNDIOS CORRENTES	26.590.064	TOTAL DAS FONTES	30.745.367
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.290.492	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-386.469
MATERIAIS E PRODUTOS	859.702	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	1.806.959
SERVIÇOS DE TERCEIROS	7.675.600		
UTILIDADES E SERVIÇOS	750.000		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	3.540.490		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	1.473.780		
TOTAL DOS USOS	32.165.857	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	32.165.857

22209 COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	2.333.476	RECEITAS	21.508.085
INVESTIMENTOS	2.333.476	RECEITA OPERACIONAL	19.869.467
DISPÊNDIOS CORRENTES	17.320.364	RECEITA NAO OPERACIONAL	1.638.618
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.539.516	TOTAL DAS FONTES	21.508.085
MATERIAIS E PRODUTOS	1.271.934	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-1.041.730
SERVIÇOS DE TERCEIROS	3.504.857	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-812.515
UTILIDADES E SERVIÇOS	2.313.618		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	2.448.815		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	1.241.624		
TOTAL DOS USOS	19.653.840	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	19.653.840

22212 CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	10.148.420	RECEITAS	151.547.671
INVESTIMENTOS	10.148.420	RECEITA OPERACIONAL	141.665.883
DISPÊNDIOS CORRENTES	143.063.319	RECEITA NAO OPERACIONAL	9.881.788
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	42.806.095	TOTAL DAS FONTES	151.547.671
MATERIAIS E PRODUTOS	3.695.435	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	1.546.581
SERVIÇOS DE TERCEIROS	50.840.986	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	117.487
UTILIDADES E SERVIÇOS	21.049.385		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	17.671.418		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	7.000.000		
TOTAL DOS USOS	153.211.739	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	153.211.739

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2011**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

25000 MINISTÉRIO DA FAZENDA**25207 SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	185.000.000	RECEITAS	2.130.314.355
INVESTIMENTOS	185.000.000	RECEITA OPERACIONAL	1.849.969.769
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.997.331.250	RECEITA NAO OPERACIONAL	280.344.586
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.221.867.496	TOTAL DAS FONTES	2.130.314.355
MATERIAIS E PRODUTOS	12.000.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	45.553.578
SERVICOS DE TERCEIROS	326.734.605	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	3.928.870
UTILIDADES E SERVICOS	23.474.900	VARIACAO DO DISPONIVEL	2.534.447
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	242.921.370		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	21.382.323		
OUTRAS FONTES	21.382.323		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	148.950.556		
TOTAL DOS USOS	2.182.331.250	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	2.182.331.250

25211 CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	550.000.000	RECEITAS	2.713.816.398
INVESTIMENTOS	360.000.000	RECEITA OPERACIONAL	2.681.699.608
INVERSOES FINANCEIRAS	100.000.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	32.116.790
OUTROS DISP. DE CAPITAL	90.000.000	TOTAL DAS FONTES	2.713.816.398
DISPÊNDIOS CORRENTES	2.092.561.380	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-44.808.523
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	205.425.619	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-123.579
MATERIAIS E PRODUTOS	573.443.939	VARIACAO DO DISPONIVEL	-26.322.916
SERVICOS DE TERCEIROS	1.138.573.146		
UTILIDADES E SERVICOS	21.178.462		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	96.490.681		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	10.953.188		
OUTRAS FONTES	10.953.188		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	46.496.345		
TOTAL DOS USOS	2.642.561.380	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	2.642.561.380

25228 BB ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO S.A. - BB CARTOES

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	8.340.303	RECEITAS	18.211.714
OUTROS DISP. DE CAPITAL	8.340.303	RECEITA OPERACIONAL	14.553.372
DISPÊNDIOS CORRENTES	9.871.411	RECEITA NAO OPERACIONAL	3.658.342
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	583.868	TOTAL DAS FONTES	18.211.714
SERVICOS DE TERCEIROS	418.620	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	2.742.835
UTILIDADES E SERVICOS	121	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-3.508.189
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	7.443.637	VARIACAO DO DISPONIVEL	765.354
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	1.425.165		
TOTAL DOS USOS	18.211.714	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	18.211.714

25229 BB CORRETORA DE SEGUROS E ADMINISTRADORA DE BENS S.A. - BB CORRETORA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	113.903.979	RECEITAS	776.074.747
OUTROS DISP. DE CAPITAL	113.903.979	RECEITA OPERACIONAL	755.107.503
DISPÊNDIOS CORRENTES	662.170.769	RECEITA NAO OPERACIONAL	20.967.244
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.838.066	TOTAL DAS FONTES	776.074.747

Anexo

179

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2011**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

SERVICOS DE TERCEIROS	535.091.912	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	15.961
UTILIDADES E SERVICOS	1.339.922	VARIACAO DO DISPONIVEL	-15.960
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	112.059.575		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	3.841.294		
TOTAL DOS USOS	776.074.748	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	776.074.748

25230 COBRA TECNOLOGIA S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	20.823.000	RECEITAS	640.040.484
INVESTIMENTOS	14.903.000	RECEITA OPERACIONAL	605.819.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	5.920.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	34.221.484
DISPENDIOS CORRENTES	538.051.127	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	16.714.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	122.124.046	TOTAL DAS FONTES	656.754.484
MATERIAIS E PRODUTOS	25.413.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-164.990.238
SERVICOS DE TERCEIROS	247.691.721	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	96.664
UTILIDADES E SERVICOS	13.330.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	67.013.217
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	84.662.360		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	19.333.000		
OPERACOES INTERNAS	19.333.000		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	25.497.000		
TOTAL DOS USOS	558.874.127	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	558.874.127

25246 BBTUR - VIAGENS E TURISMO LTDA. - BB TURISMO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	3.000.000	RECEITAS	46.133.123
INVESTIMENTOS	3.000.000	RECEITA OPERACIONAL	42.696.861
DISPENDIOS CORRENTES	42.294.614	RECEITA NAO OPERACIONAL	3.436.262
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.389.453	TOTAL DAS FONTES	46.133.123
MATERIAIS E PRODUTOS	581.373	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-646.480
SERVICOS DE TERCEIROS	7.643.402	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	1.249
UTILIDADES E SERVICOS	2.730.356	VARIACAO DO DISPONIVEL	-193.278
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	4.009.181		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	124.873		
OPERACOES INTERNAS	124.873		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	6.815.976		
TOTAL DOS USOS	45.294.614	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	45.294.614

25276 EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	2.682.675.789	RECEITAS	3.088.455.196
INVESTIMENTOS	1.216.437	RECEITA OPERACIONAL	1.448.742
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	2.566.897.922	RECEITA NAO OPERACIONAL	3.087.006.454
OUTRAS FONTES	2.566.897.922	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	2.006.266.374
OUTROS DISP. DE CAPITAL	114.561.430	TOTAL DAS FONTES	5.094.721.570
DISPENDIOS CORRENTES	2.454.347.656	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	60.145.309
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.914.447	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	39.378.792
MATERIAIS E PRODUTOS	160.457	VARIACAO DO DISPONIVEL	-57.222.226
SERVICOS DE TERCEIROS	277.863.742		
UTILIDADES E SERVICOS	707.806		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	104.517.973		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	1.938.404.909		
OUTRAS FONTES	1.938.404.909		

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2011**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

DEMAIS DISPEND. CORRENTES	118.778.322		
TOTAL DOS USOS	5.137.023.445	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	5.137.023.445

25277 ATIVOS S.A. - SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	125.816.168	RECEITAS	312.015.884
INVESTIMENTOS	316.168	RECEITA OPERACIONAL	309.094.525
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	110.500.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	2.921.359
DEBENTURES	70.000.000	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	200.000.000
OUTRAS FONTES	40.500.000	DEBENTURES	200.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	15.000.000	TOTAL DAS FONTES	512.015.884
DISPÊNDIOS CORRENTES	233.577.026	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-224.245.442
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.137.562	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	71.622.752
MATERIAIS E PRODUTOS	95.168		
SERVIÇOS DE TERCEIROS	65.936.383		
UTILIDADES E SERVIÇOS	3.535.458		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	83.272.593		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	27.475.765		
OPERACOES INTERNAS	80.000		
DEBENTURES	26.000.000		
OUTRAS FONTES	1.395.765		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	48.124.097		
TOTAL DOS USOS	359.393.194	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	359.393.194

25283 NOSSA CAIXA S.A. - ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO - BNC CARTOES

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.781.296	RECEITAS	3.864.531
SERVIÇOS DE TERCEIROS	329.210	RECEITA NAO OPERACIONAL	3.864.531
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	1.327.218	TOTAL DAS FONTES	3.864.531
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	124.868	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-2.082.485
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-750
TOTAL DOS USOS	1.781.296	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.781.296

25284 NOSSA CAIXA CAPITALIZACAO S.A. - BNC CAPITALIZACAO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS CORRENTES	890.015	RECEITAS	1.477.842
SERVIÇOS DE TERCEIROS	411.627	RECEITA NAO OPERACIONAL	1.477.842
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	477.687	TOTAL DAS FONTES	1.477.842
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	701	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-601.901
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	14.074
TOTAL DOS USOS	890.015	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	890.015

25286 BB SEGUROS PARTICIPACOES S.A. - BB SEGUROS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	214.173.276	RECEITAS	297.577.097
OUTROS DISP. DE CAPITAL	214.173.276	RECEITA OPERACIONAL	297.577.097
DISPÊNDIOS CORRENTES	72.149.432	TOTAL DAS FONTES	297.577.097
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.645.190	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-90.025.134
SERVIÇOS DE TERCEIROS	97.589	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	78.770.745
UTILIDADES E SERVIÇOS	851.070		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	66.494.204		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	1.061.379		

Anexo

181

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2011**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

TOTAL DOS USOS	286.322.708	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	286.322.708
-----------------------	--------------------	---------------------------------	--------------------

25287 BB ALIANCA PARTICIPACOES S.A. - BB ALIANCA		RS 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	188.823.392	RECEITAS	519.908.820
OUTROS DISP. DE CAPITAL	188.823.392	RECEITA OPERACIONAL	519.908.820
DISPENDIOS CORRENTES	25.756.541	TOTAL DAS FONTES	519.908.820
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	139.314	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-3.952.213
SERVICOS DE TERCEIROS	307	VARIACAO DO DISPONIVEL	-301.376.674
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	18.509.357		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	7.107.563		
TOTAL DOS USOS	214.579.933	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	214.579.933

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2011**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**32201 CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	14.293.736	RECEITAS	191.530.103
INVESTIMENTOS	14.293.736	RECEITA OPERACIONAL	191.030.103
DISPÊNDIOS CORRENTES	210.525.268	RECEITA NAO OPERACIONAL	500.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	148.052.981	TOTAL DAS FONTES	191.530.103
MATERIAIS E PRODUTOS	2.588.351	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	31.154.562
SERVIÇOS DE TERCEIROS	36.256.920	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	2.134.339
UTILIDADES E SERVIÇOS	5.667.720		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	2.556.566		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	1.173.176		
OUTRAS FONTES	1.173.176		
DEMAIS DISPÊND. CORRENTES	14.229.554		
TOTAL DOS USOS	224.819.004	TOTAL LÍQUIDO DAS FONTES	224.819.004

32204 ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	2.390.662.470	RECEITAS	1.984.461.838
INVESTIMENTOS	2.227.853.786	RECEITA OPERACIONAL	1.968.350.838
AMORTIZAÇÕES OPER. CRED. LP	162.808.684	RECEITA NAO OPERACIONAL	16.111.000
OUTRAS FONTES	162.808.684	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.332.430.729
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.767.888.521	OPER. CRED. INTERNAS-MOEDA	1.332.430.729
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	353.835.810	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	456.500.000
MATERIAIS E PRODUTOS	397.846.758	EMPR./FIN. (NAO INST. FIN.)	456.500.000
SERVIÇOS DE TERCEIROS	286.335.049	TOTAL DAS FONTES	3.773.392.567
UTILIDADES E SERVIÇOS	13.217.480	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	216.821.251
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	154.685.662	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	204.398.691
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	436.041.025	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-36.061.518
OUTRAS FONTES	436.041.025		
DEMAIS DISPÊND. CORRENTES	125.926.737		
TOTAL DOS USOS	4.158.550.991	TOTAL LÍQUIDO DAS FONTES	4.158.550.991

32223 CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	9.817.197.808	RECEITAS	15.407.196.198
INVESTIMENTOS	111.239.872	RECEITA OPERACIONAL	8.622.154.733
INVERSOES FINANCEIRAS	1.992.994.200	RECEITA NAO OPERACIONAL	6.785.041.465
AMORTIZAÇÕES OPER. CRED. LP	1.023.680.476	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	2.428.658.875
OPERAÇÕES EXTERNAS	233.168.418	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.750.000.000
OUTRAS FONTES	790.512.058	OPER. CRED. EXT.-MOEDA/OUTRA	4.750.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	6.689.283.260	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	1.177.569.300
DISPÊNDIOS CORRENTES	10.876.398.678	DEMAIS RECURSOS DE LP	1.177.569.300
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	291.274.516	TOTAL DAS FONTES	23.763.424.373
MATERIAIS E PRODUTOS	8.445.694.856	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	1.401.577.561
SERVIÇOS DE TERCEIROS	510.806.935	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-219.942.830
UTILIDADES E SERVIÇOS	17.700.775	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-4.251.462.618
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	587.719.100		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	586.383.131		
OPERAÇÕES EXTERNAS	279.664.845		

Anexo

183

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2011**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

OUTRAS FONTES	306.718.286		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	436.819.365		
TOTAL DOS USOS	20.693.596.486	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	20.693.596.486

32224 CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	1.614.334.332	RECEITAS	4.865.650.225
INVESTIMENTOS	807.148.332	RECEITA OPERACIONAL	4.767.379.955
INVERSOES FINANCEIRAS	407.917.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	98.270.270
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	399.269.000	REC. PIAUMENTO PATR. LIQUIDO	636.139.200
OPERACOES INTERNAS	101.736.000	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	636.139.200
OPERACOES EXTERNAS	1.282.000	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	3.500.108
OUTRAS FONTES	296.251.000	OPERACOES DE CREDITO	221.962.114
DISPÊNDIOS CORRENTES	3.554.913.738	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	23.334.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	914.573.340	OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA	198.628.114
MATERIAIS E PRODUTOS	1.205.604.147	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	638.324.200
SERVICOS DE TERCEIROS	260.764.151	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	628.824.100
UTILIDADES E SERVICOS	9.266.566	DEMAIS RECURSOS DE LP	9.500.100
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	438.856.006	TOTAL DAS FONTES	6.365.575.847
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	283.908.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	271.974.330
OPERACOES INTERNAS	48.966.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	-1.468.302.107
OPERACOES EXTERNAS	230.000		
OUTRAS FONTES	234.712.000		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	441.941.528		
TOTAL DOS USOS	5.169.248.070	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	5.169.248.070

32225 ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	937.704.084	RECEITAS	1.058.864.807
INVESTIMENTOS	444.945.325	RECEITA OPERACIONAL	956.064.291
INVERSOES FINANCEIRAS	303.013.001	RECEITA NAO OPERACIONAL	102.800.516
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	92.793.320	REC. PIAUMENTO PATR. LIQUIDO	799.041.000
OPERACOES INTERNAS	41.180.014	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	799.041.000
OUTRAS FONTES	51.613.306	OPERACOES DE CREDITO	169.319.963
OUTROS DISP. DE CAPITAL	96.952.438	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	169.319.963
DISPÊNDIOS CORRENTES	863.765.891	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	248.646.500
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	256.187.590	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	248.646.500
MATERIAIS E PRODUTOS	132.942.452	TOTAL DAS FONTES	2.275.872.270
SERVICOS DE TERCEIROS	96.453.148	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	186.425.835
UTILIDADES E SERVICOS	5.460.866	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	1.246.317
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	129.586.200	VARIACAO DO DISPONIVEL	-662.074.447
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	125.214.189		
OPERACOES INTERNAS	64.257.375		
OUTRAS FONTES	60.956.814		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	117.921.446		
TOTAL DOS USOS	1.801.469.975	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.801.469.975

32226 COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	2.484.137.958	RECEITAS	5.422.258.231
INVESTIMENTOS	1.501.892.667	RECEITA OPERACIONAL	5.279.284.495
INVERSOES FINANCEIRAS	429.675.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	142.973.736

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2011**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	236.882.724	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	104.966.424
OPERACOES INTERNAS	39.301.584	OPERACOES DE CREDITO	966.342.257
OUTRAS FONTES	197.581.140	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	966.342.257
OUTROS DISP. DE CAPITAL	315.687.567	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	413.221.808
DISPENDIOS CORRENTES	3.247.101.705	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	396.106.400
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	522.770.259	DEMAIS RECURSOS DE LP	17.115.408
MATERIAIS E PRODUTOS	1.039.229.242	TOTAL DAS FONTES	6.906.788.720
SERVICOS DE TERCEIROS	499.595.003	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	127.319.401
UTILIDADES E SERVICOS	18.740.079	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	2.034.791
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	692.179.517	VARIACAO DO DISPONIVEL	-1.304.903.249
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	63.165.315		
OPERACOES INTERNAS	33.128.449		
OUTRAS FONTES	30.036.866		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	411.422.290		
TOTAL DOS USOS	5.731.239.663	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	5.731.239.663

32228 FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	3.052.948.256	RECEITAS	7.353.190.704
INVESTIMENTOS	1.256.235.527	RECEITA OPERACIONAL	7.157.038.782
INVERSOES FINANCEIRAS	303.033.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	196.151.922
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	548.222.084	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	32.813.726
OPERACOES INTERNAS	165.640.169	OPERACOES DE CREDITO	1.116.350.000
OUTRAS FONTES	382.581.915	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	834.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	945.457.645	OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA	282.350.000
DISPENDIOS CORRENTES	6.201.059.321	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	1.249.062.518
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	810.334.687	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	1.185.948.885
MATERIAIS E PRODUTOS	2.848.743.092	DEMAIS RECURSOS DE LP	63.113.633
SERVICOS DE TERCEIROS	549.659.806	TOTAL DAS FONTES	9.751.416.948
UTILIDADES E SERVICOS	19.872.280	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	719.443.446
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	1.016.841.832	VARIACAO DO DISPONIVEL	-1.216.852.817
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	514.817.961		
OPERACOES INTERNAS	133.954.268		
OUTRAS FONTES	380.863.693		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	440.789.663		
TOTAL DOS USOS	9.254.007.577	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	9.254.007.577

32230 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	115.608.258.704	RECEITAS	217.913.804.982
INVESTIMENTOS	60.734.500.000	RECEITA OPERACIONAL	213.511.224.662
INVERSOES FINANCEIRAS	9.065.918.704	RECEITA NAO OPERACIONAL	4.402.580.320
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	7.822.420.783	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	33.358.296.776
OPERACOES INTERNAS	6.641.678.070	OPERACOES DE CREDITO	12.425.741.765
OPERACOES EXTERNAS	1.180.742.713	OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA	12.425.741.765
OUTROS DISP. DE CAPITAL	37.985.419.217	TOTAL DAS FONTES	263.697.843.523
DISPENDIOS CORRENTES	175.654.338.237	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	3.879.144.243
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.207.553.939	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	1.761.278.913
MATERIAIS E PRODUTOS	31.582.195.944	VARIACAO DO DISPONIVEL	21.924.330.262
SERVICOS DE TERCEIROS	27.996.058.573		
UTILIDADES E SERVICOS	1.276.362.199		

Anexo

185

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2011**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	60.082.691.710		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	4.153.326.697		
OPERACOES INTERNAS	2.655.257.211		
OPERACOES EXTERNAS	1.180.330.620		
DEBENTURES	294.764.566		
OUTRAS FONTES	22.974.300		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	39.356.149.175		
TOTAL DOS USOS	291.262.596.941	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	291.262.596.941

32232 BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY - BRASOIL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	70.210.916.573	RECEITAS	960.404.960
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	19.395.247.978	RECEITA NAO OPERACIONAL	960.404.960
OUTRAS FONTES	19.395.247.978	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	46.447.532.856
OUTROS DISP. DE CAPITAL	50.815.668.595	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	24.460.110.717
DISPENDIOS CORRENTES	1.525.375.374	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	24.460.110.717
SERVICOS DE TERCEIROS	3.848.670	TOTAL DAS FONTES	71.868.048.533
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	276.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	9.224.670
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	1.519.650.704	VARIACAO DO DISPONIVEL	-140.981.256
OUTRAS FONTES	1.519.650.704		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	1.600.000		
TOTAL DOS USOS	71.736.291.947	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	71.736.291.947

32238 INDUSTRIA CARBOQUIMICA CATARINENSE S.A. - ICC (EM LIQUIDACAO)

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	7.630.410	RECEITAS	885.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	96.210	RECEITA OPERACIONAL	765.000
MATERIAIS E PRODUTOS	5.760	RECEITA NAO OPERACIONAL	120.000
SERVICOS DE TERCEIROS	357.690	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	6.900.000
UTILIDADES E SERVICOS	39.420	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	6.900.000
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	6.330	TOTAL DAS FONTES	7.785.000
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	7.125.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-250.000
		VARIACAO DO DISPONIVEL	95.410
TOTAL DOS USOS	7.630.410	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	7.630.410

32239 PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	1.646.497.125	RECEITAS	80.730.837.251
INVESTIMENTOS	716.844.000	RECEITA OPERACIONAL	80.255.308.815
INVERSOES FINANCEIRAS	45.639.331	RECEITA NAO OPERACIONAL	475.528.436
OUTROS DISP. DE CAPITAL	884.013.794	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	332.546.100
DISPENDIOS CORRENTES	94.025.348.122	TOTAL DAS FONTES	81.063.383.351
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	813.244.080	VAR. EMPREST.-CURTO PRAZO	-4.059.996
MATERIAIS E PRODUTOS	71.992.249.199	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	14.882.377.140
SERVICOS DE TERCEIROS	1.505.265.903	VARIACAO DO DISPONIVEL	-269.855.248
UTILIDADES E SERVICOS	50.545.177		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	19.206.365.088		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	75.160.176		
OUTRAS FONTES	75.160.176		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	382.518.499		
TOTAL DOS USOS	95.671.845.247	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	95.671.845.247

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2011**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

32240 PETROBRAS GAS S.A. - GASPETRO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	15.946.891	RECEITAS	134.288.937
INVERSOES FINANCEIRAS	9.046.891	RECEITA OPERACIONAL	1.932.048
OUTROS DISP. DE CAPITAL	6.900.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	132.356.889
DISPÊNDIOS CORRENTES	95.377.473	TOTAL DAS FONTES	134.288.937
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.386.939	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-306.634
MATERIAIS E PRODUTOS	25.800	VARIACAO DO DISPONIVEL	-22.657.939
SERVICOS DE TERCEIROS	27.177.792		
UTILIDADES E SERVICOS	6.360		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	43.603.308		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	19.177.274		
TOTAL DOS USOS	111.324.364	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	111.324.364

32242 PETROBRAS QUÍMICA S.A. - PETROQUISA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	352.919.050	RECEITAS	62.293.191
INVESTIMENTOS	33.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	62.293.191
INVERSOES FINANCEIRAS	352.886.050	REC. PIAUMENTO PATR. LIQUIDO	342.500.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	43.230.484	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	342.500.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.784.058	TOTAL DAS FONTES	404.793.191
MATERIAIS E PRODUTOS	46.384	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	4.997.722
SERVICOS DE TERCEIROS	9.993.543	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-28.696.759
UTILIDADES E SERVICOS	346.880	VARIACAO DO DISPONIVEL	15.055.380
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	32.804		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	2.942.785		
OUTRAS FONTES	2.942.785		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	13.084.030		
TOTAL DOS USOS	396.149.534	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	396.149.534

32264 ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A. - ELETROPAR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	23.500.000	RECEITAS	32.365.148
INVESTIMENTOS	16.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	32.365.148
INVERSOES FINANCEIRAS	5.484.000	TOTAL DAS FONTES	32.365.148
OUTROS DISP. DE CAPITAL	18.000.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	382.533
DISPÊNDIOS CORRENTES	4.257.299	VARIACAO DO DISPONIVEL	-4.990.382
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.197.052		
MATERIAIS E PRODUTOS	83.216		
SERVICOS DE TERCEIROS	1.400.481		
UTILIDADES E SERVICOS	73.635		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	357.667		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	145.248		
TOTAL DOS USOS	27.757.299	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	27.757.299

32267 COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE - ELETROACRE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	106.098.468	RECEITAS	492.152.700
INVESTIMENTOS	96.544.496	RECEITA OPERACIONAL	442.861.479
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	9.553.972	RECEITA NAO OPERACIONAL	49.291.221
OUTRAS FONTES	9.553.972	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	67.095.130

Anexo

187

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2011**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

DISPÊNDIOS CORRENTES	384.780.238	<i>EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)</i>	<i>67.095.130</i>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>20.293.219</i>	TOTAL DAS FONTES	559.247.830
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>201.448.423</i>	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>34.129.906</i>
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	<i>31.558.278</i>	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	<i>-20.385</i>
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	<i>350.784</i>	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	<i>-102.478.645</i>
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	<i>116.717.633</i>		
<i>ENCARGOS FINANC. E OUTROS</i>	<i>9.102.296</i>		
<i>OUTRAS FONTES</i>	<i>9.102.296</i>		
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	<i>5.309.605</i>		
TOTAL DOS USOS	490.878.706	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	490.878.706

32268 COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS - CEAL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	219.619.142	RECEITAS	1.110.495.797
<i>INVESTIMENTOS</i>	<i>178.385.196</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>1.109.992.424</i>
<i>AMORTIZACOES OPER.CRED. LP</i>	<i>41.233.946</i>	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	<i>503.373</i>
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	<i>3.600.586</i>	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	256.460.408
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	<i>967.298</i>	<i>EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)</i>	<i>256.460.408</i>
<i>OUTRAS FONTES</i>	<i>36.666.062</i>	TOTAL DAS FONTES	1.366.956.205
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.025.352.738	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>48.331.611</i>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>108.051.066</i>	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	<i>-170.315.936</i>
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>439.101.046</i>		
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	<i>107.773.548</i>		
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	<i>7.462.860</i>		
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	<i>302.959.475</i>		
<i>ENCARGOS FINANC. E OUTROS</i>	<i>15.410.921</i>		
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	<i>278.577</i>		
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	<i>305.044</i>		
<i>OUTRAS FONTES</i>	<i>14.827.300</i>		
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	<i>44.593.822</i>		
TOTAL DOS USOS	1.244.971.880	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.244.971.880

32269 COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ - CEPISA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	391.126.643	RECEITAS	1.400.255.915
<i>INVESTIMENTOS</i>	<i>290.002.522</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>1.297.332.562</i>
<i>AMORTIZACOES OPER.CRED. LP</i>	<i>101.124.121</i>	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	<i>102.923.353</i>
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	<i>782.961</i>	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	217.872.030
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	<i>721.456</i>	<i>EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)</i>	<i>217.872.030</i>
<i>OUTRAS FONTES</i>	<i>99.619.704</i>	TOTAL DAS FONTES	1.618.127.945
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.175.160.356	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>120.526.011</i>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>123.241.664</i>	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	<i>-172.366.957</i>
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>448.719.480</i>		
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	<i>77.146.236</i>		
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	<i>2.768.037</i>		
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	<i>418.508.523</i>		
<i>ENCARGOS FINANC. E OUTROS</i>	<i>51.540.602</i>		
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	<i>344.347</i>		
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	<i>436.419</i>		
<i>OUTRAS FONTES</i>	<i>50.759.836</i>		
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	<i>53.235.814</i>		

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2011**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

TOTAL DOS USOS	1.566.286.999	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.566.286.999
-----------------------	----------------------	---------------------------------	----------------------

32270 CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A. - CERON

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	228.835.471	RECEITAS	2.199.172.750
INVESTIMENTOS	204.440.480	RECEITA OPERACIONAL	2.105.464.721
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	23.394.991	RECEITA NAO OPERACIONAL	93.708.029
OUTRAS FONTES	23.394.991	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	114.192.760
OUTROS DISP. DE CAPITAL	1.000.000	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	114.192.760
DISPÊNDIOS CORRENTES	2.020.736.499	TOTAL DAS FONTES	2.313.365.510
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	87.248.963	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	194.187.663
MATERIAIS E PRODUTOS	1.520.246.766	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-602.380
SERVICOS DE TERCEIROS	79.885.245	VARIACAO DO DISPONIVEL	-257.378.823
UTILIDADES E SERVICOS	5.784.985		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	270.539.372		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	21.174.399		
OUTRAS FONTES	21.174.399		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	35.856.769		
TOTAL DOS USOS	2.249.571.970	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	2.249.571.970

32271 TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL S.A. - TBG

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	345.457.092	RECEITAS	897.892.000
INVESTIMENTOS	51.426.000	RECEITA OPERACIONAL	886.818.000
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	133.780.092	RECEITA NAO OPERACIONAL	11.074.000
OPERACOES EXTERNAS	78.831.746	TOTAL DAS FONTES	897.892.000
OUTRAS FONTES	54.948.346	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-49.333.130
OUTROS DISP. DE CAPITAL	160.251.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	-3.568.682
DISPÊNDIOS CORRENTES	499.533.096		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	70.524.935		
MATERIAIS E PRODUTOS	10.106.819		
SERVICOS DE TERCEIROS	81.839.592		
UTILIDADES E SERVICOS	8.282.521		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	221.056.000		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	76.545.928		
OPERACOES EXTERNAS	18.437.545		
OUTRAS FONTES	58.108.383		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	31.177.301		
TOTAL DOS USOS	844.990.188	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	844.990.188

32272 BOA VISTA ENERGIA S.A. - BVENERGIA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	57.697.353	RECEITAS	570.396.081
INVESTIMENTOS	45.522.716	RECEITA OPERACIONAL	558.158.837
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	12.174.637	RECEITA NAO OPERACIONAL	12.237.244
OUTRAS FONTES	12.174.637	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	46.469.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	507.846.301	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	46.469.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	39.648.901	TOTAL DAS FONTES	616.865.081
MATERIAIS E PRODUTOS	312.793.595	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	54.299.100
SERVICOS DE TERCEIROS	18.274.218	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-4.600
UTILIDADES E SERVICOS	1.954.639	VARIACAO DO DISPONIVEL	-105.615.927
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	82.285.406		

Anexo

189

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2011**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

ENCARGOS FINANC. E OUTROS	4.207.837		
OUTRAS FONTES	4.207.837		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	48.681.705		
TOTAL DOS USOS	565.543.654	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	565.543.654

32273 AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. - AME

RS 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	975.642.295	RECEITAS	5.005.058.208
INVESTIMENTOS	893.730.024	RECEITA OPERACIONAL	4.706.792.495
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	81.912.271	RECEITA NAO OPERACIONAL	298.265.713
OUTRAS FONTES	81.912.271	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	845.191.197
DISPÊNDIOS CORRENTES	4.687.773.774	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	845.191.197
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	218.253.945	TOTAL DAS FONTES	5.850.249.405
MATERIAIS E PRODUTOS	2.972.901.449	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	419.906.868
SERVICOS DE TERCEIROS	248.429.796	VARIACAO DO DISPONIVEL	-606.740.204
UTILIDADES E SERVICOS	11.435.582		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	646.568.727		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	55.960.917		
OUTRAS FONTES	55.960.917		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	534.223.358		
TOTAL DOS USOS	5.663.416.069	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	5.663.416.069

32274 PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO

RS 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	2.855.228.600	RECEITAS	5.283.138.214
INVESTIMENTOS	2.475.269.000	RECEITA OPERACIONAL	5.260.124.492
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	30.197.600	RECEITA NAO OPERACIONAL	23.013.722
OPERACOES INTERNAS	30.197.600	REC. PIAUMENTO PATR. LIQUIDO	344.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	349.762.000	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	344.000.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	4.444.406.083	OPERACOES DE CREDITO	1.622.715.441
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.061.159.060	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	1.622.715.441
MATERIAIS E PRODUTOS	203.545.454	TOTAL DAS FONTES	7.249.853.655
SERVICOS DE TERCEIROS	1.396.417.093	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	56.331.405
UTILIDADES E SERVICOS	241.750.059	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	1.366.049
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	845.111.246	VARIACAO DO DISPONIVEL	-7.916.426
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	7.310.293		
OPERACOES INTERNAS	7.310.293		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	689.112.878		
TOTAL DOS USOS	7.299.634.683	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	7.299.634.683

32275 FRONAPE INTERNATIONAL COMPANY - FIC

RS 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	16.550.000	RECEITAS	335.962.370
INVESTIMENTOS	16.550.000	RECEITA OPERACIONAL	329.762.370
DISPÊNDIOS CORRENTES	245.130.768	RECEITA NAO OPERACIONAL	6.200.000
MATERIAIS E PRODUTOS	15.262.815	TOTAL DAS FONTES	335.962.370
SERVICOS DE TERCEIROS	73.027.658	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	13.470.598
UTILIDADES E SERVICOS	744.258	VARIACAO DO DISPONIVEL	-87.752.200
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	15.600		
OPERACOES INTERNAS	15.600		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	156.080.437		
TOTAL DOS USOS	261.680.768	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	261.680.768

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2011**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

32276 COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE				RS 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR	
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	208.864.521	RECEITAS	865.029.992	
INVESTIMENTOS	91.615.869	RECEITA OPERACIONAL	861.002.488	
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	117.248.652	RECEITA NAO OPERACIONAL	4.027.504	
OUTRAS FONTES	117.248.652	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	155.228.100	
DISPÊNDIOS CORRENTES	750.801.975	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	155.228.100	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	87.442.956	TOTAL DAS FONTES	1.020.258.092	
MATERIAIS E PRODUTOS	412.511.933	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	79.289.717	
SERVICOS DE TERCEIROS	79.159.539	VARIACAO DO DISPONIVEL	-139.881.313	
UTILIDADES E SERVICOS	2.300.386			
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	97.509.126			
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	48.410.857			
OUTRAS FONTES	48.410.857			
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	23.467.178			
TOTAL DOS USOS	959.666.496	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	959.666.496	
32278 PETROBRAS INTERNATIONAL FINANCE COMPANY - PIFCO				RS 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR	
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	10.232.242.085	RECEITAS	55.790.897.435	
INVESTIMENTOS	2.000.000	RECEITA OPERACIONAL	52.499.556.276	
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	10.230.242.085	RECEITA NAO OPERACIONAL	3.291.341.159	
OPERACOES EXTERNAS	317.806.375	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	1.449.998.908	
OUTRAS FONTES	9.912.435.710	OPERACOES DE CREDITO	5.300.000.000	
DISPÊNDIOS CORRENTES	45.740.669.610	OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA	5.300.000.000	
MATERIAIS E PRODUTOS	41.965.378.776	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	4.210.000.000	
SERVICOS DE TERCEIROS	831.910.328	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	4.210.000.000	
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	981.697	TOTAL DAS FONTES	66.750.896.343	
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	2.847.985.630	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-12.629.630.819	
OPERACOES EXTERNAS	620.603.380	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	1.913.184.490	
OUTRAS FONTES	2.227.382.250	VARIACAO DO DISPONIVEL	-61.538.319	
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	94.413.179			
TOTAL DOS USOS	55.972.911.695	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	55.972.911.695	
32279 DOWNSTREAM PARTICIPACOES LTDA. - DOWNSTREAM				RS 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR	
DISPÊNDIOS CORRENTES	665.471	RECEITAS	50.083.249	
SERVICOS DE TERCEIROS	425.029	RECEITA NAO OPERACIONAL	50.083.249	
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	240.442	TOTAL DAS FONTES	50.083.249	
		VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-49.660.030	
		VARIACAO DO DISPONIVEL	242.252	
TOTAL DOS USOS	665.471	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	665.471	
32280 ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.				RS 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR	
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	1.004.890.170	RECEITAS	13.999.572.584	
INVESTIMENTOS	811.831.000	RECEITA OPERACIONAL	13.919.572.584	
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	121.674.528	RECEITA NAO OPERACIONAL	80.000.000	
OUTRAS FONTES	121.674.528	OPERACOES DE CREDITO	2.500.000.000	
OUTROS DISP. DE CAPITAL	71.384.642	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	2.100.000.000	
DISPÊNDIOS CORRENTES	13.963.823.117	OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA	400.000.000	

Anexo

191

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2011**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	170.836.934	TOTAL DAS FONTES	16.499.572.584
MATERIAIS E PRODUTOS	9.361.905.748	VAR. EMPREST.-CURTO PRAZO	-1.640.000.000
SERVICOS DE TERCEIROS	274.162.299	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	225.529.217
UTILIDADES E SERVICOS	1.738.008	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-30.000.000
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	3.917.771.856	VARIACAO DO DISPONIVEL	-86.388.514
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	198.000.000		
OUTRAS FONTES	198.000.000		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	39.408.272		
TOTAL DOS USOS	14.968.713.287	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	14.968.713.287

32282 PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - PNBV

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	39.935.992.055	RECEITAS	5.442.775.404
INVESTIMENTOS	8.354.723.000	RECEITA OPERACIONAL	5.196.420.934
INVERSOES FINANCEIRAS	294.090.032	RECEITA NAO OPERACIONAL	246.354.470
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	31.101.675.215	OPERACOES DE CREDITO	11.960.000.000
OPERACOES INTERNAS	69.641.238	OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA	11.960.000.000
OPERACOES EXTERNAS	1.504.898.937	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	27.508.000.000
OUTRAS FONTES	29.527.135.040	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	27.508.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	185.503.808	TOTAL DAS FONTES	44.910.775.404
DISPENDIOS CORRENTES	1.485.525.700	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-1.348.477.628
SERVICOS DE TERCEIROS	24.663.360	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-1.643.201.040
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	548.687.244	VARIACAO DO DISPONIVEL	-497.578.981
OPERACOES INTERNAS	29.121.799		
OPERACOES EXTERNAS	106.136.355		
OUTRAS FONTES	413.429.090		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	912.175.096		
TOTAL DOS USOS	41.421.517.755	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	41.421.517.755

32285 5283 PARTICIPACOES LTDA.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	315.850	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	285.862
SERVICOS DE TERCEIROS	29.988	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	285.862
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	285.862	TOTAL DAS FONTES	285.862
		VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	29.988
TOTAL DOS USOS	315.850	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	315.850

32286 BRASPETRO OIL COMPANY - BOC

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	607.245.491	RECEITAS	160.492.868
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	607.245.491	RECEITA OPERACIONAL	160.492.868
OUTRAS FONTES	607.245.491	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	612.132.288
DISPENDIOS CORRENTES	6.162.087	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	612.132.288
SERVICOS DE TERCEIROS	486.390	TOTAL DAS FONTES	772.625.156
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	5.675.697	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-59.692.868
OUTRAS FONTES	5.675.697	VARIACAO DO DISPONIVEL	-99.524.710
TOTAL DOS USOS	613.407.578	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	613.407.578

32287 PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V. - PIB BV

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	23.344.059.007	RECEITAS	27.420.076.463
INVESTIMENTOS	4.936.941.000	RECEITA OPERACIONAL	27.179.753.795

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2011**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

INVERSOES FINANCEIRAS	148.302.032	RECEITA NAO OPERACIONAL	240.322.668
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	18.258.815.975	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	22.695.536.307
OUTRAS FONTES	18.258.815.975	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	22.695.536.307
DISPENDIOS CORRENTES	26.029.396.598	TOTAL DAS FONTES	50.115.612.770
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	685.407.936	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-1.015.182.318
MATERIAIS E PRODUTOS	18.902.728.555	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	639.837.298
SERVICOS DE TERCEIROS	206.683.189	VARIACAO DO DISPONIVEL	-366.812.145
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	2.631.225.648		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	1.124.826.087		
OPERACOES EXTERNAS	639.837.298		
OUTRAS FONTES	484.988.789		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	2.478.525.183		
TOTAL DOS USOS	49.373.455.605	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	49.373.455.605

32288 PETROBRAS COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA. - PCEL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	685.344.271	RECEITAS	755.086.073
MATERIAIS E PRODUTOS	565.746.858	RECEITA OPERACIONAL	716.616.085
SERVICOS DE TERCEIROS	139.320	RECEITA NAO OPERACIONAL	38.469.988
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	117.218.741	TOTAL DAS FONTES	755.086.073
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	362	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	2.378.310
OUTRAS FONTES	362	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	362
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	2.238.990	VARIACAO DO DISPONIVEL	-72.120.474
TOTAL DOS USOS	685.344.271	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	685.344.271

32289 PETROBRAS NEGOCIOS ELETRONICOS S.A. - E-PETRO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	273.184	RECEITAS	492.469
OUTROS DISP. DE CAPITAL	273.184	RECEITA NAO OPERACIONAL	492.469
DISPENDIOS CORRENTES	683.900	TOTAL DAS FONTES	492.469
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	28.800	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	114.996
SERVICOS DE TERCEIROS	633.200	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-99.996
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	20.300	VARIACAO DO DISPONIVEL	449.615
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	1.600		
TOTAL DOS USOS	957.084	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	957.084

32308 TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS S.A. - TAG

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	1.276.750.335	RECEITAS	5.892.423.470
INVESTIMENTOS	1.169.630.000	RECEITA OPERACIONAL	5.880.251.356
OUTROS DISP. DE CAPITAL	107.120.335	RECEITA NAO OPERACIONAL	12.172.114
DISPENDIOS CORRENTES	3.781.124.172	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	1.760.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.673.327	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	1.760.000.000
MATERIAIS E PRODUTOS	89.250	TOTAL DAS FONTES	7.652.423.470
SERVICOS DE TERCEIROS	1.176.334.402	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-620.997.593
UTILIDADES E SERVICOS	223.400	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-1.768.937.656
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	1.829.957.389	VARIACAO DO DISPONIVEL	-204.613.714
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	656.321.674		
OPERACOES INTERNAS	580.553.340		
OUTRAS FONTES	75.768.334		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	104.524.730		
TOTAL DOS USOS	5.057.874.507	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	5.057.874.507

Anexo

193

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2011**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

32316 LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S.A. - LIQUIGÁS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	229.836.804	RECEITAS	3.500.497.384
INVESTIMENTOS	159.319.000	RECEITA OPERACIONAL	3.487.101.383
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	6.914.316	RECEITA NAO OPERACIONAL	13.396.001
OPERACOES INTERNAS	6.914.316	TOTAL DAS FONTES	3.500.497.384
OUTROS DISP. DE CAPITAL	63.603.488	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	18.227.745
DISPÊNDIOS CORRENTES	3.327.227.421	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	4.949.786
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	237.946.644	VARIACAO DO DISPONIVEL	33.389.310
MATERIAIS E PRODUTOS	2.683.456.114		
SERVICOS DE TERCEIROS	215.550.374		
UTILIDADES E SERVICOS	33.375.840		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	72.068.003		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	7.792.999		
OPERACOES INTERNAS	7.792.999		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	77.037.447		
TOTAL DOS USOS	3.557.064.225	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	3.557.064.225

32317 SFE - SOCIEDADE FLUMINENSE DE ENERGIA LTDA.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	13.200.000	RECEITAS	268.502.548
INVESTIMENTOS	13.200.000	RECEITA OPERACIONAL	233.645.668
DISPÊNDIOS CORRENTES	87.153.912	RECEITA NAO OPERACIONAL	34.856.880
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.670.000	TOTAL DAS FONTES	268.502.548
MATERIAIS E PRODUTOS	2.696.796	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	39.616.064
SERVICOS DE TERCEIROS	13.243.560	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-756.324
UTILIDADES E SERVICOS	608.148	VARIACAO DO DISPONIVEL	-207.008.376
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	57.605.040		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	3.834.024		
OPERACOES EXTERNAS	3.833.928		
OUTRAS FONTES	96		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	496.344		
TOTAL DOS USOS	100.353.912	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	100.353.912

32318 TERMORIO S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	15.123.000	RECEITAS	754.107.466
INVESTIMENTOS	15.123.000	RECEITA OPERACIONAL	696.237.928
DISPÊNDIOS CORRENTES	222.348.855	RECEITA NAO OPERACIONAL	57.869.538
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.939.834	TOTAL DAS FONTES	754.107.466
MATERIAIS E PRODUTOS	2.966.388	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-305.737.216
SERVICOS DE TERCEIROS	23.480.736	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	19.659.700
UTILIDADES E SERVICOS	432.612	VARIACAO DO DISPONIVEL	-230.558.095
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	183.821.661		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	4.707.624		
TOTAL DOS USOS	237.471.855	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	237.471.855

32319 FAFEN ENERGIA S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	3.100.000	RECEITAS	192.157.164
INVESTIMENTOS	3.100.000	RECEITA OPERACIONAL	185.310.624

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2011**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

DISPÊNDIOS CORRENTES	109.330.490	RECEITA NAO OPERACIONAL	6.846.540
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.516.000	TOTAL DAS FONTES	192.157.164
MATERIAIS E PRODUTOS	41.895.049	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-5.061.681
SERVICOS DE TERCEIROS	22.538.452	VARIACAO DO DISPONIVEL	-74.664.993
UTILIDADES E SERVICOS	151.128		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	20.924.932		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	17.304.929		
TOTAL DOS USOS	112.430.490	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	112.430.490

32320 TERMOCEARÁ LTDA.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	9.000.000	RECEITAS	86.883.600
INVESTIMENTOS	9.000.000	RECEITA OPERACIONAL	77.680.656
DISPÊNDIOS CORRENTES	33.427.624	RECEITA NAO OPERACIONAL	9.202.944
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.909.704	TOTAL DAS FONTES	86.883.600
MATERIAIS E PRODUTOS	902.760	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-4.119.532
SERVICOS DE TERCEIROS	4.376.360	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-2.826.132
UTILIDADES E SERVICOS	323.604	VARIACAO DO DISPONIVEL	-37.510.312
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	22.084.620		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	1.830.576		
TOTAL DOS USOS	42.427.624	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	42.427.624

32321 BAIXADA SANTISTA ENERGIA LTDA. - BSE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS CORRENTES	148.951.239	RECEITAS	213.551.410
MATERIAIS E PRODUTOS	106.082.059	RECEITA OPERACIONAL	212.558.770
SERVICOS DE TERCEIROS	15.068.980	RECEITA NAO OPERACIONAL	992.640
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	6.000	TOTAL DAS FONTES	213.551.410
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	27.794.200	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-14.758.388
		AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	441.799
		VARIACAO DO DISPONIVEL	-50.283.582
TOTAL DOS USOS	148.951.239	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	148.951.239

32322 TERMOMACAÉ LTDA.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	5.504.000	RECEITAS	301.383.048
INVESTIMENTOS	5.504.000	RECEITA OPERACIONAL	264.238.524
DISPÊNDIOS CORRENTES	69.205.402	RECEITA NAO OPERACIONAL	37.144.524
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.022.982	TOTAL DAS FONTES	301.383.048
MATERIAIS E PRODUTOS	7.884	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-5.616.650
SERVICOS DE TERCEIROS	15.847.512	VARIACAO DO DISPONIVEL	-221.056.996
UTILIDADES E SERVICOS	607.716		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	38.865.492		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	2.853.816		
TOTAL DOS USOS	74.709.402	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	74.709.402

32330 REFINARIA ABREU E LIMA S.A. - RNEST

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	9.035.945.000	RECEITAS	104.613.597
INVESTIMENTOS	9.035.945.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	104.613.597
DISPÊNDIOS CORRENTES	110.508.178	REC. PIAUMENTO PATR. LIQUIDO	4.480.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	127.320	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	4.480.000.000

Anexo

195

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2011**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

MATERIAIS E PRODUTOS	360.000	TOTAL DAS FONTES	4.584.613.597
SERVICOS DE TERCEIROS	4.958.863	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	273.288.759
UTILIDADES E SERVICOS	195.792	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-617.865.159
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	1.200	VARIACAO DO DISPONIVEL	4.906.415.981
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	104.613.607		
OPERACOES INTERNAS	104.613.607		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	251.396		
TOTAL DOS USOS	9.146.453.178	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	9.146.453.178

32331 USINA TERMELÉTRICA DE JUIZ DE FORA S.A. - UTEJF

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	21.876.208	RECEITAS	101.752.726
INVESTIMENTOS	4.605.000	RECEITA OPERACIONAL	100.552.726
OUTROS DISP. DE CAPITAL	17.271.208	RECEITA NAO OPERACIONAL	1.200.000
DISPENDIOS CORRENTES	34.289.555	TOTAL DAS FONTES	101.752.726
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.731.335	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	409.106
MATERIAIS E PRODUTOS	11.117.132	VARIACAO DO DISPONIVEL	-45.996.069
SERVICOS DE TERCEIROS	10.780.102		
UTILIDADES E SERVICOS	215.261		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	7.880.243		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	565.482		
TOTAL DOS USOS	56.165.763	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	56.165.763

32332 TERMOBAHIA S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	4.840.096	RECEITAS	26.451.192
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	4.840.096	RECEITA NAO OPERACIONAL	26.451.192
OPERACOES INTERNAS	4.840.096	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	25.900.327
DISPENDIOS CORRENTES	22.786.853	DEMAIS RECURSOS DE LP	25.900.327
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.305.048	TOTAL DAS FONTES	52.351.519
MATERIAIS E PRODUTOS	66.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	723.825
SERVICOS DE TERCEIROS	492.816	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-24.269.640
UTILIDADES E SERVICOS	124.644	VARIACAO DO DISPONIVEL	-1.178.755
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	2.583.971		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	17.677.472		
DEBENTURES	8.137.230		
OUTRAS FONTES	9.540.242		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	536.902		
TOTAL DOS USOS	27.626.949	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	27.626.949

32333 IPIRANGA ASFALTOS S.A. - IASA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	5.678.848	RECEITAS	454.372.811
INVESTIMENTOS	2.747.000	RECEITA OPERACIONAL	449.322.462
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	21.848	RECEITA NAO OPERACIONAL	5.050.349
OPERACOES INTERNAS	21.848	TOTAL DAS FONTES	454.372.811
OUTROS DISP. DE CAPITAL	2.910.000	VAR. EMPREST.-CURTO PRAZO	1.600.000
DISPENDIOS CORRENTES	445.917.706	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	85.941.141
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.827.912	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	2.333.994
MATERIAIS E PRODUTOS	276.821.188	VARIACAO DO DISPONIVEL	-92.651.392
SERVICOS DE TERCEIROS	33.200.217		
UTILIDADES E SERVICOS	1.634.362		

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2011**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	114.153.092		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	2.429.668		
OPERACOES INTERNAS	16.979		
OUTRAS FONTES	2.412.689		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	6.851.267		
TOTAL DOS USOS	451.596.554	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	451.596.554

32334 PETROBRÁS BIOCOMBUSTÍVEL S.A. - PBIO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	912.789.444	RECEITAS	1.294.570.217
INVESTIMENTOS	94.588.000	RECEITA OPERACIONAL	1.294.544.213
INVERSOES FINANCEIRAS	818.201.444	RECEITA NAO OPERACIONAL	26.004
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.325.745.976	REC. PIAUMENTO PATR. LIQUIDO	902.972.964
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	60.552.000	PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS	902.972.964
MATERIAIS E PRODUTOS	871.604.272	TOTAL DAS FONTES	2.197.543.181
SERVICOS DE TERCEIROS	133.547.712	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	66.252.636
UTILIDADES E SERVICOS	7.445.460	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	77.760
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	230.565.720	VARIACAO DO DISPONIVEL	-25.338.157
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	77.760		
OUTRAS FONTES	77.760		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	21.953.052		
TOTAL DOS USOS	2.238.535.420	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	2.238.535.420

32337 COMPERJ ESTIRENICOS S.A. - CPRJEST

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	32.832.000	RECEITAS	2.096.664
INVESTIMENTOS	32.832.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	2.096.664
DISPÊNDIOS CORRENTES	11.744.440	REC. PIAUMENTO PATR. LIQUIDO	44.585.970
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.699.881	PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS	44.585.970
MATERIAIS E PRODUTOS	33.105	TOTAL DAS FONTES	46.682.634
SERVICOS DE TERCEIROS	5.347.494	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	3.014.254
UTILIDADES E SERVICOS	27.323	VARIACAO DO DISPONIVEL	-5.120.448
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	62.072		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	574.565		
TOTAL DOS USOS	44.576.440	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	44.576.440

32338 COMPERJ MEG S.A. - CPRJMEG

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	74.585.000	RECEITAS	2.096.664
INVESTIMENTOS	74.585.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	2.096.664
DISPÊNDIOS CORRENTES	11.744.439	REC. PIAUMENTO PATR. LIQUIDO	86.345.559
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.699.880	PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS	86.345.559
MATERIAIS E PRODUTOS	33.105	TOTAL DAS FONTES	88.442.223
SERVICOS DE TERCEIROS	5.347.494	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-424.177
UTILIDADES E SERVICOS	27.323	VARIACAO DO DISPONIVEL	-1.688.607
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	62.072		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	574.565		
TOTAL DOS USOS	86.329.439	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	86.329.439

32339 COMPERJ PARTICIPACOES S.A. - CPRJPAR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	218.003.142	RECEITAS	8.210.000

Anexo

197

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2011**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

INVESTIMENTOS	350.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	8.210.000
INVERSOES FINANCEIRAS	217.653.142	REC. PIAUMENTO PATR. LIQUIDO	246.169.820
DISPENDIOS CORRENTES	32.824.575	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	246.169.820
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	25.560.000	TOTAL DAS FONTES	254.379.820
MATERIAIS E PRODUTOS	74.226	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	270.013
SERVICOS DE TERCEIROS	5.701.647	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-110.000
UTILIDADES E SERVICOS	61.263	VARIACAO DO DISPONIVEL	-3.712.116
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	139.176		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	1.288.263		
TOTAL DOS USOS	250.827.717	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	250.827.717

32341 COMPERJ POLIOLEFINAS S.A. - CPRJPOL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	392.483.000	REC. PIAUMENTO PATR. LIQUIDO	393.612.432
INVESTIMENTOS	392.483.000	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	393.612.432
DISPENDIOS CORRENTES	960.580	TOTAL DAS FONTES	393.612.432
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	460.080	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	5.148.080
MATERIAIS E PRODUTOS	2.672	VARIACAO DO DISPONIVEL	-5.316.932
SERVICOS DE TERCEIROS	444.236		
UTILIDADES E SERVICOS	2.205		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	5.010		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	46.377		
TOTAL DOS USOS	393.443.580	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	393.443.580

32342 CORDOBA FINANCIAL SERVICES GMBH - CFS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	1.179.738	RECEITAS	1.931.315
AMORTIZACOES OPER. CRED. LP	1.179.738	RECEITA NAO OPERACIONAL	1.931.315
OUTRAS FONTES	1.179.738	TOTAL DAS FONTES	1.931.315
DISPENDIOS CORRENTES	2.390.400	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	3.310.400
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.214.400	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-186.691
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	1.176.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	-1.484.886
TOTAL DOS USOS	3.570.138	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	3.570.138

32343 COMPANHIA INTEGRADA TEXTIL DE PERNAMBUCO - CITEPE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	1.236.999.000	RECEITAS	1.346.609.600
INVESTIMENTOS	1.236.999.000	RECEITA OPERACIONAL	1.346.609.600
DISPENDIOS CORRENTES	1.233.085.756	REC. PIAUMENTO PATR. LIQUIDO	216.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	64.317.779	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	216.000.000
MATERIAIS E PRODUTOS	827.520.364	OPERACOES DE CREDITO	942.000.000
SERVICOS DE TERCEIROS	8.000.719	OPER. CRED. INTERNAS-MOEDA	942.000.000
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	249.371.869	TOTAL DAS FONTES	2.504.609.600
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	82.427.645	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-45.007.639
OPERACOES INTERNAS	82.427.645	VARIACAO DO DISPONIVEL	10.482.795
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	1.447.380		
TOTAL DOS USOS	2.470.084.756	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	2.470.084.756

32344 COMPANHIA PETROQUÍMICA DE PERNAMBUCO - PETROQUÍMICASUAPE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	850.439.000	RECEITAS	1.101.381.650
INVESTIMENTOS	850.439.000	RECEITA OPERACIONAL	1.101.381.650

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2011**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

DISPÊNDIOS CORRENTES	965.577.910	OPERACOES DE CREDITO	839.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23.569.661	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	839.000.000
MATERIAIS E PRODUTOS	687.571.897	TOTAL DAS FONTES	1.940.381.650
SERVICOS DE TERCEIROS	23.628.099	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-46.923.552
UTILIDADES E SERVICOS	3.726.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	-77.441.188
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	101.922.803		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	120.370.250		
OPERACOES INTERNAS	120.370.250		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	4.789.200		
TOTAL DOS USOS	1.816.016.910	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.816.016.910

32345 BREITENER ENERGETICA S.A. - BREITENER

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS CORRENTES	308.911.103	RECEITAS	412.422.557
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.330.752	RECEITA OPERACIONAL	406.825.869
MATERIAIS E PRODUTOS	86.886.752	RECEITA NAO OPERACIONAL	5.596.688
SERVICOS DE TERCEIROS	11.569.471	TOTAL DAS FONTES	412.422.557
UTILIDADES E SERVICOS	352.221	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-57.553.015
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	146.002.181	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	18.836.123
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	20.480.687	VARIACAO DO DISPONIVEL	-64.794.562
OPERACOES INTERNAS	20.480.687		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	27.289.039		
TOTAL DOS USOS	308.911.103	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	308.911.103

32346 EOLICA MANGUE SECO 2 - GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELETRICA S.A. - MANGUE SECO 2

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	77.553.000	REC. PIAUMENTO PATR. LIQUIDO	18.893.899
INVESTIMENTOS	77.553.000	PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS	18.893.899
DISPÊNDIOS CORRENTES	4.390.357	OPERACOES DE CREDITO	59.352.990
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	3.611.435	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	59.352.990
OPERACOES INTERNAS	3.611.435	TOTAL DAS FONTES	78.246.889
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	778.922	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	84.643
		AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	3.611.435
		VARIACAO DO DISPONIVEL	390
TOTAL DOS USOS	81.943.357	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	81.943.357

Anexo

199

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2011**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

33000 MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**33202 EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	70.000.000	RECEITAS	852.804.225
INVESTIMENTOS	70.000.000	RECEITA OPERACIONAL	816.417.600
DISPÊNDIOS CORRENTES	853.858.543	RECEITA NÃO OPERACIONAL	36.386.625
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	418.000.000	TOTAL DAS FONTES	852.804.225
MATERIAIS E PRODUTOS	5.992.410	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	67.501.847
SERVIÇOS DE TERCEIROS	130.123.044	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-9.395.884
UTILIDADES E SERVIÇOS	21.366.888	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	12.948.355
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	115.274.673		
DEMAIS DISPÊND. CORRENTES	163.101.528		
TOTAL DOS USOS	923.858.543	TOTAL LÍQUIDO DAS FONTES	923.858.543

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2011**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

36000 MINISTÉRIO DA SAÚDE**36215 EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA - HEMOBRÁS**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	174.367.212	RECEITAS	77.738.950
INVESTIMENTOS	174.367.212	RECEITA OPERACIONAL	72.738.950
DISPÊNDIOS CORRENTES	110.064.593	RECEITA NÃO OPERACIONAL	5.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.706.104	REC. PIAUMENTO PATR. LIQUIDO	10.000.000
MATERIAIS E PRODUTOS	3.402.827	PART.UNIAO CAP. - TESOURO	10.000.000
SERVIÇOS DE TERCEIROS	71.653.440	TOTAL DAS FONTES	87.738.950
UTILIDADES E SERVIÇOS	1.502.052	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	12.779.473
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	7.598.150	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	25.000
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	100.000	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	183.888.382
OUTRAS FONTES	100.000		
DEMAIS DISPÊND. CORRENTES	7.102.020		
TOTAL DOS USOS	284.431.805	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	284.431.805

Anexo

201

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2011**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

39000 MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES**39214 COMPANHIA DOCAS DO MARANHÃO - CODOMAR**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	40.000	RECEITAS	2.400.000
INVESTIMENTOS	40.000	RECEITA NÃO OPERACIONAL	2.400.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	5.186.900	TOTAL DAS FONTES	2.400.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.475.900	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-3.440.776
MATERIAIS E PRODUTOS	250.000	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	6.267.676
SERVIÇOS DE TERCEIROS	1.441.000		
UTILIDADES E SERVIÇOS	200.000		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	20.000		
DEMAIS DISPÊND. CORRENTES	800.000		
TOTAL DOS USOS	5.226.900	TOTAL LÍQUIDO DAS FONTES	5.226.900

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2011**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

41000 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**41201 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	988.000.000	RECEITAS	14.178.000.000
INVESTIMENTOS	500.000.000	RECEITA OPERACIONAL	13.518.000.000
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	38.000.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	660.000.000
OPERACOES EXTERNAS	38.000.000	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	900.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	450.000.000	TOTAL DAS FONTES	15.078.000.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	13.200.000.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	515.745.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.000.000.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	-1.405.745.000
MATERIAIS E PRODUTOS	282.000.000		
SERVICOS DE TERCEIROS	5.144.500.000		
UTILIDADES E SERVICOS	370.000.000		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	816.000.000		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	80.000.000		
OPERACOES EXTERNAS	25.440.000		
OUTRAS FONTES	54.560.000		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	507.500.000		
TOTAL DOS USOS	14.188.000.000	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	14.188.000.000

41202 TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRÁS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	413.000.000	RECEITAS	260.671.800
INVESTIMENTOS	413.000.000	RECEITA OPERACIONAL	225.086.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	268.974.695	RECEITA NAO OPERACIONAL	35.585.800
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	41.444.380	REC. PIAUMENTO PATR. LIQUIDO	400.000.000
MATERIAIS E PRODUTOS	67.410	PART.UNIAO CAP. - TESOURO	400.000.000
SERVICOS DE TERCEIROS	102.158.125	TOTAL DAS FONTES	660.671.800
UTILIDADES E SERVICOS	3.703.996	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	54.213.059
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	73.850.173	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-4.981.200
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	47.750.611	VARIACAO DO DISPONIVEL	-27.928.964
TOTAL DOS USOS	681.974.695	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	681.974.695

Anexo

203

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2011**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

52000 MINISTÉRIO DA DEFESA**52212 EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	2.208.373.000	RECEITAS	3.674.135.395
INVESTIMENTOS	2.208.373.000	RECEITA OPERACIONAL	3.607.625.799
DISPÊNDIOS CORRENTES	2.858.397.014	RECEITA NAO OPERACIONAL	66.509.596
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.267.779.895	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	377.796.295
MATERIAIS E PRODUTOS	75.974.233	DEMAIS RECURSOS DE LP	377.796.295
SERVICOS DE TERCEIROS	1.114.845.045	TOTAL DAS FONTES	4.051.931.690
UTILIDADES E SERVICOS	250.472.237	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	650.836.731
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	103.287.335	VARIACAO DO DISPONIVEL	364.001.593
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	46.038.269		
TOTAL DOS USOS	5.066.770.014	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	5.066.770.014

52231 EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	4.944.000	RECEITAS	319.674.473
INVESTIMENTOS	570.000	RECEITA OPERACIONAL	305.264.473
OUTROS DISP. DE CAPITAL	4.374.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	14.410.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	301.749.361	TOTAL DAS FONTES	319.674.473
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	141.032.411	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	645.951
MATERIAIS E PRODUTOS	51.080.488	VARIACAO DO DISPONIVEL	-13.627.063
SERVICOS DE TERCEIROS	51.091.080		
UTILIDADES E SERVICOS	2.922.257		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	52.022.445		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	3.600.680		
TOTAL DOS USOS	306.693.361	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	306.693.361



Empresas do Setor Financeiro



Anexo

207

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2011**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

24000 MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA**24202 FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	254.402.000	RECEITA	550.500.000
INVESTIMENTOS	17.480.000	RECEITA OPERACIONAL	545.500.000
INVERSOES FINANCEIRAS	75.000.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	5.000.000
AMORTIZACOES PRINCIPAL	141.922.000	DEMAIS OBRIGACOES	1.305.000.000
OPERACOES INTERNAS	22.000	TRANSFERENCIA DO FAT	180.000.000
DEMAIS OBRIGACOES	141.900.000	OUTRAS OBRIGACOES	1.125.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	20.000.000	TOTAL DAS FONTES	1.855.500.000
DISPENDIOS CORRENTES	384.325.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	-226.773.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	150.320.000		
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	190.000		
SERVICOS DE TERCEIROS	28.095.000		
UTILIDADES E SERVICOS	2.070.000		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	31.290.000		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	161.017.000		
OPERACOES INTERNAS	17.000		
OUTRAS OBRIGACOES	161.000.000		
OUTROS DISP. CORRENTES	11.343.000		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	638.727.000		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	990.000.000		
TOTAL DOS USOS	1.628.727.000	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.628.727.000

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2011**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

25000 MINISTÉRIO DA FAZENDA**25202 BANCO DA AMAZÔNIA S.A. - BASA**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	149.167.938	RECEITA	1.910.315.160
INVESTIMENTOS	63.568.368	RECEITA OPERACIONAL	1.878.397.636
AMORTIZACOES PRINCIPAL	34.522.358	RECEITA NAO OPERACIONAL	31.917.524
OPERACOES INTERNAS	34.522.358	TESOURO-RECEB.CRED. DIVERSOS	1.749.888.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	51.077.212	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	746.000.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.522.440.806	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	746.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	274.008.291	DEMAIS OBRIGACOES	572.275.685
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	4.043.191	DEPOSITOS A VISTA	716.877.585
SERVICOS DE TERCEIROS	239.686.219	DEPOSITOS A PRAZO	-144.601.900
UTILIDADES E SERVICOS	47.450.429	TOTAL DAS FONTES	4.978.478.845
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	194.968.143	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-775.567.594
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	323.656.802	VARIACAO DO DISPONIVEL	45.856.409
OPERACOES INTERNAS	50.898.955		
OPERACOES EXTERNAS	11.639.534		
DEPOSITOS	261.118.313		
OUTROS DISP. CORRENTES	438.627.731		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	1.671.608.744		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	2.577.158.916		
TOTAL DOS USOS	4.248.767.660	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	4.248.767.660

25210 BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - BNB

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	339.810.070	RECEITA	5.021.774.485
INVESTIMENTOS	75.220.057	RECEITA OPERACIONAL	5.016.809.846
INVERSOES FINANCEIRAS	170.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	4.964.639
AMORTIZACOES PRINCIPAL	143.719.413	TESOURO-RECEB.CRED. DIVERSOS	4.745.813.950
OPERACOES INTERNAS	72.283.297	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	4.115.905.760
OPERACOES EXTERNAS	71.252.116	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	2.930.000.000
OPERACOES RES. 63	184.000	OPER.CRED. EXTERNAS	81.905.760
OUTROS DISP. DE CAPITAL	120.700.600	OPER. RESOLUCAO 63	1.104.000.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	4.108.029.498	DEMAIS OBRIGACOES	1.549.811.177
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	660.228.392	DEPOSITOS A VISTA	12.700.000
SERVICOS DE TERCEIROS	699.985.326	DEPOSITOS A PRAZO	1.087.111.177
UTILIDADES E SERVICOS	39.747.424	OUTRAS OBRIGACOES	450.000.000
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	532.460.576	TOTAL DAS FONTES	15.433.305.372
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	1.089.796.552	VAR. OBRIG. EMPREST. C. PRAZO	-27.000.000
OPERACOES INTERNAS	33.447.944	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-6.057.967.842
OPERACOES EXTERNAS	21.866.028	VARIACAO DO DISPONIVEL	-14.409.227
OPERACOES RESOLUCAO 63	31.784		
DEPOSITOS	534.250.000		
VARIACAO CAMBIAL	100.637.000		
OUTRAS OBRIGACOES	399.563.796		
OUTROS DISP. CORRENTES	1.085.811.228		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	4.447.839.568		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	4.886.088.735		
TOTAL DOS USOS	9.333.928.303	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	9.333.928.303

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2011**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

25215 IRB - BRASIL RESSEGUROS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	216.555.321	RECEITA	3.067.883.433
INVESTIMENTOS	17.982.181	RECEITA OPERACIONAL	3.015.705.138
INVERSOES FINANCEIRAS	22.724.319	RECEITA NAO OPERACIONAL	52.178.295
OUTROS DISP. DE CAPITAL	175.848.821	TOTAL DAS FONTES	3.067.883.433
DISPÊNDIOS CORRENTES	2.716.685.962	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	191.397.559
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	87.210.155	VARIACAO DO DISPONIVEL	-326.039.709
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	354.569		
SERVICOS DE TERCEIROS	79.377.577		
UTILIDADES E SERVICOS	2.352.821		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	241.161.072		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	5.000.000		
OUTRAS OBRIGACOES	5.000.000		
OUTROS DISP. CORRENTES	2.301.229.768		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	2.933.241.283		
TOTAL DOS USOS	2.933.241.283	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	2.933.241.283

25220 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	1.668.228.057	RECEITA	56.821.800.308
INVESTIMENTOS	951.268.076	RECEITA OPERACIONAL	56.262.274.799
AMORTIZACOES PRINCIPAL	4.080.592	RECEITA NAO OPERACIONAL	559.525.509
OPERACOES EXTERNAS	4.080.592	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	4.009.684.068
OUTROS DISP. DE CAPITAL	712.879.389	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	4.009.684.068
DISPÊNDIOS CORRENTES	53.664.175.471	DEMAIS OBRIGACOES	36.030.463.329
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.120.292.532	DEPOSITOS A VISTA	2.753.222.258
SERVICOS DE TERCEIROS	5.200.617.405	DEPOSITOS A PRAZO	33.277.241.071
UTILIDADES E SERVICOS	1.115.842.471	TOTAL DAS FONTES	96.861.947.705
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	547.316.225	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	1.955.778.437
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	36.913.689.917	VARIACAO DO DISPONIVEL	-384.722.085
OPERACOES EXTERNAS	1.146.737		
DEPOSITOS	14.265.827.731		
OUTRAS OBRIGACOES	22.646.715.449		
OUTROS DISP. CORRENTES	1.766.416.921		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	55.332.403.528		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	43.100.600.529		
TOTAL DOS USOS	98.433.004.057	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	98.433.004.057

25234 BANCO DO BRASIL S.A. - BB

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	24.965.881.740	RECEITA	102.127.540.268
INVESTIMENTOS	2.178.970.018	RECEITA OPERACIONAL	100.057.618.822
AMORTIZACOES PRINCIPAL	18.246.360.654	RECEITA NAO OPERACIONAL	2.069.921.446
OPERACOES INTERNAS	8.936.256.996	TESOURO-RECEB.CRED. DIVERSOS	1.484.767.055
OPERACOES EXTERNAS	9.310.103.658	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	20.341.985.209
OUTROS DISP. DE CAPITAL	4.540.551.068	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	12.106.215.677
DISPÊNDIOS CORRENTES	65.972.213.910	OPER.CRED. EXTERNAS	8.235.769.532
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.439.397.865	DEMAIS OBRIGACOES	38.956.328.711
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	60.861.479	DEPOSITOS A VISTA	-703.946.889
SERVICOS DE TERCEIROS	8.497.582.558	DEPOSITOS A PRAZO	35.240.147.316

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2011**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

UTILIDADES E SERVICOS	1.243.818.580	OUTRAS OBRIGACOES	4.420.128.284
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	10.940.029.519	TOTAL DAS FONTES	162.910.621.243
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	27.735.564.833	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-35.117.058.576
OPERACOES INTERNAS	1.063.155.916	VARIACAO DO DISPONIVEL	3.978.058.530
OPERACOES EXTERNAS	561.091.628		
DEPOSITOS	10.997.402.328		
OUTRAS OBRIGACOES	15.113.914.961		
OUTROS DISP. CORRENTES	7.054.959.076		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	90.938.095.650		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	40.833.525.547		
TOTAL DOS USOS	131.771.621.197	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	131.771.621.197

25235 BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A. - BB INVESTIMENTOS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	908.156.050	RECEITA	1.319.473.017
OUTROS DISP. DE CAPITAL	908.156.050	RECEITA OPERACIONAL	1.319.473.017
DISPENDIOS CORRENTES	363.519.281	TOTAL DAS FONTES	1.319.473.017
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	29.231.195	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-52.442.215
SERVICOS DE TERCEIROS	26.653.009	VARIACAO DO DISPONIVEL	4.644.529
UTILIDADES E SERVICOS	2.876.592		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	64.656.802		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	207.300.839		
OUTRAS OBRIGACOES	207.300.839		
OUTROS DISP. CORRENTES	32.800.844		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	1.271.675.331		
TOTAL DOS USOS	1.271.675.331	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.271.675.331

25236 BB ADMINISTRACAO DE ATIVOS - DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A. - BB DTVM

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	532.541.482	RECEITA	1.081.702.837
OUTROS DISP. DE CAPITAL	532.541.482	RECEITA OPERACIONAL	1.081.702.837
DISPENDIOS CORRENTES	549.161.353	TOTAL DAS FONTES	1.081.702.837
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	45.778.775	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	1.590.435
SERVICOS DE TERCEIROS	36.845.969	VARIACAO DO DISPONIVEL	-1.590.437
UTILIDADES E SERVICOS	5.991.311		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	422.565.110		
OUTROS DISP. CORRENTES	37.980.188		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	1.081.702.835		
TOTAL DOS USOS	1.081.702.835	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.081.702.835

25238 BB-LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL - BB LAM

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	591.173.692	RECEITA	457.716.563
INVESTIMENTOS	474.741.634	RECEITA OPERACIONAL	456.701.487
AMORTIZACOES PRINCIPAL	14.723.700	RECEITA NAO OPERACIONAL	1.015.076
OPERACOES INTERNAS	14.723.700	RETORNO DE OPER. DE CREDITO	1.771.992.398
OUTROS DISP. DE CAPITAL	101.708.358	TOTAL DAS FONTES	2.229.708.961
DISPENDIOS CORRENTES	383.853.676	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-1.254.372.724
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.754.280	VARIACAO DO DISPONIVEL	-308.869
SERVICOS DE TERCEIROS	2.875.740		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	43.320.692		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	198.823.879		

Anexo

211

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2011**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

OPERACOES INTERNAS	6.331.849		
DEPOSITOS	192.492.030		
OUTROS DISP. CORRENTES	137.079.085		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	975.027.368		
TOTAL DOS USOS	975.027.368	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	975.027.368

25245 BB LEASING COMPANY LIMITED - BB LEASING

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS CORRENTES	470.116	RECEITA	5.699.540
SERVICOS DE TERCEIROS	470.116	RECEITA OPERACIONAL	5.699.540
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	470.116	TOTAL DAS FONTES	5.699.540
		OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-4.795.973
		VARIACAO DO DISPONIVEL	-433.451
TOTAL DOS USOS	470.116	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	470.116

25247 BRASILIAN AMERICAN MERCHANT BANK - BAMB

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS CORRENTES	32.528.142	RECEITA	299.483.658
SERVICOS DE TERCEIROS	32.528.142	RECEITA OPERACIONAL	299.483.658
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	32.528.142	TOTAL DAS FONTES	299.483.658
		OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-243.108.403
		VARIACAO DO DISPONIVEL	-23.847.113
TOTAL DOS USOS	32.528.142	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	32.528.142

25272 BESC DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A. - BESCVAL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	213.608	RECEITA	687.289
OUTROS DISP. DE CAPITAL	213.608	RECEITA OPERACIONAL	687.289
DISPÊNDIOS CORRENTES	473.681	TOTAL DAS FONTES	687.289
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	181.854	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-25.682
SERVICOS DE TERCEIROS	20.556	VARIACAO DO DISPONIVEL	25.682
UTILIDADES E SERVICOS	5.982		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	119.361		
OUTROS DISP. CORRENTES	145.928		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	687.289		
TOTAL DOS USOS	687.289	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	687.289

25280 BB ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S.A. - BB CONSORCIOS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	44.834.786	RECEITA	123.758.431
OUTROS DISP. DE CAPITAL	44.834.786	RECEITA OPERACIONAL	123.758.431
DISPÊNDIOS CORRENTES	63.416.226	TOTAL DAS FONTES	123.758.431
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.496.515	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-15.526.711
SERVICOS DE TERCEIROS	12.319.152	VARIACAO DO DISPONIVEL	19.292
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	45.403.295		
OUTROS DISP. CORRENTES	3.197.264		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	108.251.012		
TOTAL DOS USOS	108.251.012	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	108.251.012

25285 CAIXA PARTICIPACOES S.A. - CAIXAPAR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	2.658.696.898	RECEITA	602.464.939
INVERSOES FINANCEIRAS	2.535.996.982	RECEITA OPERACIONAL	602.464.939

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2011**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

OUTROS DISP. DE CAPITAL	122.699.916	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	2.000.000.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	106.070.614	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	2.000.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.366.700	TOTAL DAS FONTES	2.602.464.939
SERVICOS DE TERCEIROS	12.517.968	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	162.314.366
UTILIDADES E SERVICOS	12.715	VARIACAO DO DISPONIVEL	-11.793
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	9.970.000		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	78.001.403		
OPERACOES INTERNAS	52.470.403		
OUTRAS OBRIGACOES	25.531.000		
OUTROS DISP. CORRENTES	201.828		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	2.764.767.512		
TOTAL DOS USOS	2.764.767.512	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	2.764.767.512

Anexo

213

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2011**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

28000 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR**28234 BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	107.334.176.241	RECEITA	130.938.781.000
INVESTIMENTOS	148.646.241	RECEITA OPERACIONAL	37.971.900.000
INVERSOES FINANCEIRAS	100.000.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	92.966.881.000
AMORTIZACOES PRINCIPAL	17.110.530.000	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	17.960.960.400
OPERACOES INTERNAS	686.230.000	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	960.400
OPERACOES EXTERNAS	1.320.000.000	OPER.CRED. EXTERNAS	10.200.000.000
DEMAIS OBRIGACOES	15.104.300.000	VARIACAO CAMBIAL	7.760.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	89.975.000.000	DEMAIS OBRIGACOES	102.613.250.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	35.667.252.673	TESOURO	85.810.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	593.801.334	TRANSFERENCIA DO FAT	12.700.000.000
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	1.351.257	OUTRAS OBRIGACOES	4.103.250.000
SERVICOS DE TERCEIROS	408.705.589	TOTAL DAS FONTES	251.512.991.400
UTILIDADES E SERVICOS	21.442.762	VAR.OBRIG.EMPREST.C. PRAZO	-5.000.000.000
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	1.888.000.000	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-11.831.100.000
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	32.140.000.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	-1.413.183.486
OPERACOES INTERNAS	1.920.000.000		
OPERACOES EXTERNAS	1.160.000.000		
VARIACAO CAMBIAL	7.760.000.000		
OUTRAS OBRIGACOES	21.300.000.000		
OUTROS DISP. CORRENTES	613.951.731		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	143.001.428.914		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	90.267.279.000		
TOTAL DOS USOS	233.268.707.914	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	233.268.707.914

28235 BNDES PARTICIPACOES S.A. - BNDESPAR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	22.310.080.000	RECEITA	13.870.242.000
INVERSOES FINANCEIRAS	6.930.000.000	RECEITA OPERACIONAL	13.710.100.000
AMORTIZACOES PRINCIPAL	7.978.000.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	160.142.000
OPERACOES INTERNAS	7.400.000.000	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	10.804.500.000
DEMAIS OBRIGACOES	578.000.000	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	10.800.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	7.402.080.000	VARIACAO CAMBIAL	4.500.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	3.828.263.914	DEMAIS OBRIGACOES	6.750.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	255.287.079	TESOURO	204.000.000
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	584.872	OUTRAS OBRIGACOES	6.546.000.000
SERVICOS DE TERCEIROS	143.693.279	TOTAL DAS FONTES	31.424.742.000
UTILIDADES E SERVICOS	9.281.196	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-5.084.000.000
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	1.640.000.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	-202.398.086
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	1.621.730.000		
OPERACOES INTERNAS	630.000.000		
VARIACAO CAMBIAL	4.500.000		
OUTRAS OBRIGACOES	987.230.000		
OUTROS DISP. CORRENTES	157.687.488		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	26.138.343.914		
TOTAL DOS USOS	26.138.343.914	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	26.138.343.914

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2011**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

28236 AGENCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

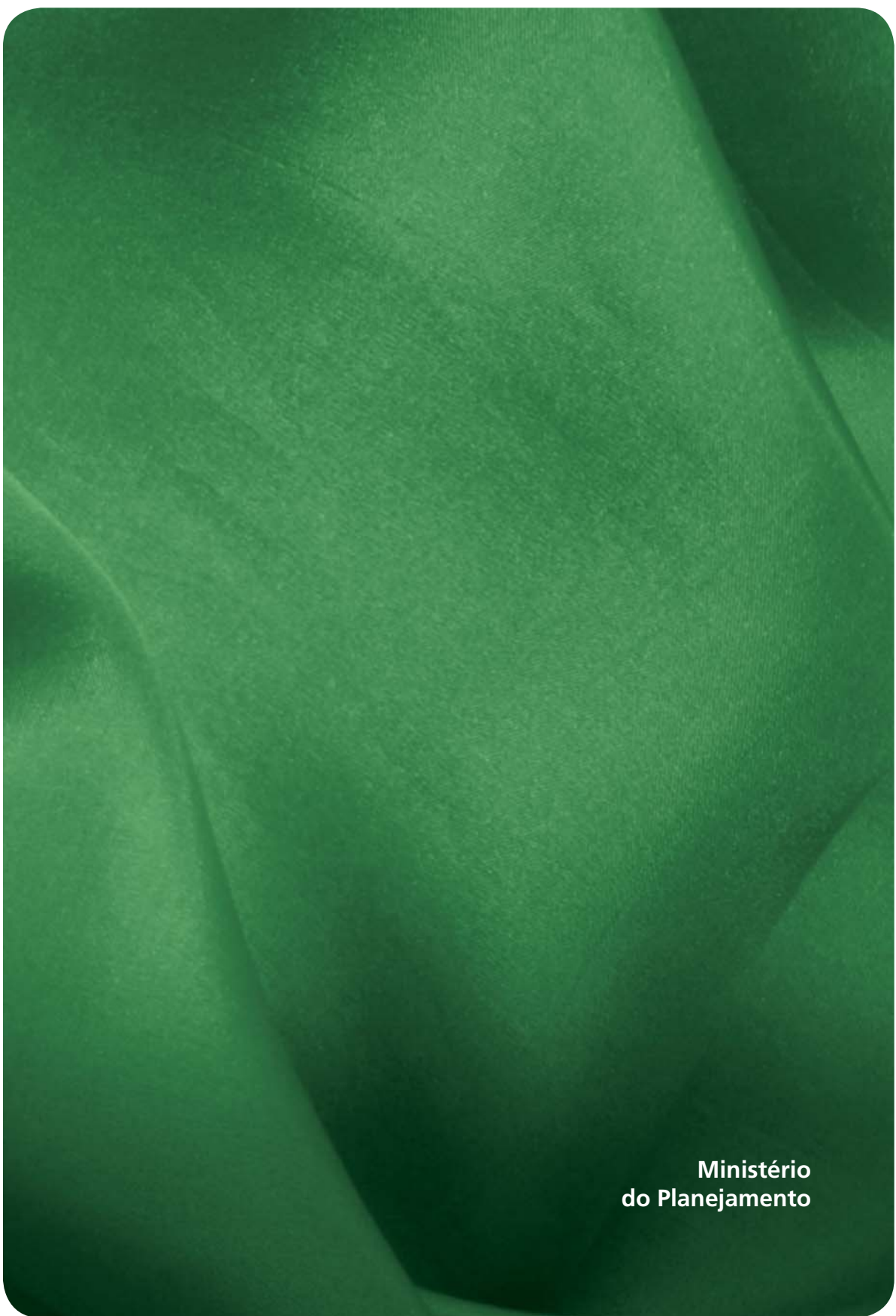
R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	5.970.000.000	RECEITA	6.495.008.500
AMORTIZACOES PRINCIPAL	5.910.000.000	RECEITA OPERACIONAL	6.240.001.000
OPERACOES INTERNAS	3.660.000.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	255.007.500
DEMAIS OBRIGACOES	2.250.000.000	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	24.900.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	60.000.000	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	24.300.000.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	6.248.288.281	VARIACAO CAMBIAL	600.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	35.641.587	DEMAIS OBRIGACOES	350.000.000
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	80.672	TESOURO	350.000.000
SERVICOS DE TERCEIROS	23.398.721	TOTAL DAS FONTES	31.745.008.500
UTILIDADES E SERVICOS	1.280.165	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	8.000.000
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	161.900.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	-18.420.219
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	6.008.730.000		
OPERACOES INTERNAS	2.760.000.000		
VARIACAO CAMBIAL	598.060.000		
OUTRAS OBRIGACOES	2.650.670.000		
OUTROS DISP. CORRENTES	17.257.136		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	12.218.288.281		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	19.516.300.000		
TOTAL DOS USOS	31.734.588.281	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	31.734.588.281

28237 BNDES LIMITED

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.985.830	REC. PIAUMENTO DO PATR. LIQ.	100.000.000
SERVICOS DE TERCEIROS	1.771.900	PARTICIPACAO NO CAPITAL	100.000.000
UTILIDADES E SERVICOS	15.400	TOTAL DAS FONTES	100.000.000
OUTROS DISP. CORRENTES	198.530	VARIACAO DO DISPONIVEL	-98.014.170
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	1.985.830		
TOTAL DOS USOS	1.985.830	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.985.830



**Ministério
do Planejamento**



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMISSION DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. – 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49**



Edição de hoje: 210 páginas

OS: 2010/14630